

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO GEOGRAFIA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS PELA REFORMA AGRÁRIA DE MERCADO

- **MARAM:** conquistas e desafios dos mutuários do Projeto Banco da Terra no
Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba



RICARDO LUIS DE FREITAS

Uberlândia - MG
2015

RICARDO LUIS DE FREITAS

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS PELA REFORMA AGRÁRIA DE MERCADO

- MARAM: conquistas e desafios dos mutuários do Projeto Banco da Terra no
Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito final à obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de concentração: Geografia e Gestão do Território.

Orientador: Prof. Dr. João Cleps Junior

Uberlândia - MG
2015

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

F866m
2015 Freitas, Ricardo Luis de, 1986-

 Movimento dos atingidos pela reforma agrária de mercado -
 MARAM: conquistas e desafios dos mutuários do Projeto Banco da
 Terra no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba / Ricardo Luis de Freitas. -
 2015.

 252 f. : il.

Orientador: João Cleps Júnior.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Programa de Pós-Graduação em Geografia.

Inclui bibliografia.

1. Geografia - Teses. 2. Geografia agrícola - Triângulo Mineiro
(MG) - Teses. 3. Reforma agrária - Triângulo Mineiro (MG) - Teses. 4.
Posse da terra - Teses. I. Cleps Júnior, João, 1962-. II. Universidade
Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Geografia. III.
Título.

CDU: 910.1



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Programa de Pós-Graduação em Geografia



RICARDO LUIS DE FREITAS

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS PELA REFORMA AGRÁRIA DE
MERCADO – MARAM: CONQUISTAS E DESAFIOS DOS
MUTUÁRIOS DO PROJETO BANCO DA TERRA NO TRIÂNGULO
MINEIRO /ALTO PARANAÍBA

Professor Dr. João Cleps Júnior - UFU

Professor Dr. Eraldo da Silva Ramos Filho - UFS

Professor Dr. Marcelo Cervo Chelotti - UFU

Data: 29/07 de 2015

Resulado: Aprovado com Distinção

AGRADECIMENTOS

Do processo de desenvolvimento desta dissertação, acredito que esta seja a parte em que poderei expressar a minha gratidão e os meus agradecimentos por todos(as) que fizeram parte da minha jornada na Universidade e fora dela também.

O fruto deste trabalho é resultado de leituras, viagens para eventos acadêmicos, organização de eventos, bem como, visita aos bares e encontros informais como almoços e churrascos promovidos ao longo desses anos.

Agradeço meu mestre da vida Daisaku Ikeda, que me inspira e me motiva a lutar pela construção de uma sociedade mais pacífica, harmoniosa e justa.

Agradeço aos meus pais Dougival e Melissa por me darem a oportunidade de aprender sobre a grandiosidade da vida e lutar pelas minhas ideias. Aos meus irmãos Aline, Merielle e Leonardo, pelos incentivos e pelo apoio incondicional recebido.

A todos os meus familiares, tias, tios, primos e primas minha eterna gratidão por fazer parte dessa grande família.

Ao João Cleps, cujo trabalho em me orientar, reconheço, sempre com muita atenção, dedicação e paciência. Com ele, aprendi sobre a necessidade de sermos pesquisadores que se lancem no desafio de se dedicar na compreensão de problemas concretos. Tenho muita gratidão pelos seis anos de intenso trabalho. Uma vez orientador, sempre será orientador. Muito obrigado pela oportunidade.

Agradeço imensamente todos os camponeses, lideranças da CPT, AFES, APR e MARAM, por ter me recebido de modo gentil e acolhedor. Sem essas pessoas seria impossível realizar esse trabalho. Deixo registrado aqui o meu reconhecimento, imensamente grato.

Aos meus amigos da “Família BSGI Soka Gakkai” os quais tenho o orgulho em ter por perto, pois sempre me incentivaram e me deram força para que eu permanecesse nessa caminhada, muito obrigado.

Agradeço a todos os membros do Laboratório de Geografia Agrária – LAGEA, ao qual tenho o orgulho e o privilégio de fazer parte e de ter conhecido essas pessoas.

Dentre as quais destaco, Lucimeire, Andrêza, Luciana, Ricardo Leite, Airton, Felipe, André, Márcia, Daise, Raquel e Wesley, com todos eles aprendi muito, sempre dando gargalhadas, especialmente, nos encontros no LAGEA. Essas pessoas ficarão eternamente guardadas no meu coração.

Agradeço aqueles amigos que fizeram parte de outros laboratórios, e que estavam constantemente no LAGEA, Daniele Araújo, amiga para todas as horas e que muito me ensinou com sua sinceridade e firmeza.

Fabiana Borges Victor, esta sim me aturou e suportou, dentro da sala de aula e também no LAGEA. Grande companheira e amiga, de risadas e inúmeras gargalhadas, como também alguns momentos de lágrimas e desespero. Amizade essa que tenho a pretensão de levar pelo resto de minha vida.

Thiago Alves, um grande amigo que sempre esteve comigo na graduação especialmente nos trabalhos de grupo, e que depois veio fazer parte do LAGEA. Ensinou-me o valor de uma amizade sincera e positiva. Jessica, pessoa sincera e firme, amiga de muitas risadas. Compartilhamos alguns momentos de desespero juntos.

Maria Eleusa, grande companheira que tem me ensinado pela sua postura a importância da simplicidade e a crença de que com o esforço, é possível avançar sempre. Com certeza, ela será sempre para mim um estímulo de garra e perseverança.

Nesse percurso, algumas pessoas passaram a fazer parte de minha vida, Francilene, Ana Rita, Marília. Passamos ter uma amizade firme com muito carinho e respeito, com elas poderei contar sempre.

Agradeço também a Professor Eraldo que me inspira e ser um pesquisador que possa contribuir para o avanço da teoria. Sua seriedade e dedicação me motivam muito.

Ao Professor Marcelo, fui seu aluno em algumas disciplinas da graduação e continuei sendo na pós. Um professor muito dedicado e comprometido e grande parceiro com quem pude contar em vários momentos.

Agradeço também, todos os professores, bem como o Programa de Pós-Graduação do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia. Ao João Fernandes pela atenção, sempre me ajudando nos momentos de desespero na secretaria da pós-Graduação.

Agradeço ao apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, pelas bolsas de pesquisa que foram fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho.

Como afirmou o sábio Nitiren Daishonin: o que importa é o coração!!

Com profunda consideração, muito obrigado por tudo! valeu!

LISTAS DE ILUSTRAÇÕES **LISTA DE MAPAS**

Mapa 1	Brasil - Número de Ocupações de terras no Governo Fernando Henrique Cardoso 1995 – 2003.	95
Mapa 2	Brasil - Localização e Número de Empreendimentos do Programa Cédula da Terra 1998 – 2000.	108
Mapa 3	Minas Gerais - Número de Empreendimentos do Programa Cédula da Terra 1998 - 2000	116
Mapa 4	Brasil - Número de Empreendimentos do Projeto Banco da Terra – 2000 – 2003.	124
Mapa 5	Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba: Municípios em que as associações são ligadas ao MARAM	203

LISTA DE PLANTAS

Planta 1	Empreendimento do Banco da Terra - Associação dos Agricultores Familiares do Pontal I - Ituiutaba	165
Planta 2	Empreendimento do Banco da Terra - Associação Campo Brasil – Uberlândia	168
Planta 3	Empreendimento do Banco da Terra - Associação de Agricultores Familiares Nova Esperança município de Araguari	173
Planta 4	Empreendimento do Banco da Terra - Associação dos Pequenos Produtores de Canápolis – Monte Alegre de Minas	175
Planta 5	Empreendimento do Banco da Terra - Associação dos Pequenos Produtores do Vale do Sol II município de Monte Alegre de Minas	177

LISTA DE CROQUI

Croqui 1	Empreendimento do Banco da Terra - Associação dos Trabalhadores Rurais de Campo Florido – Tavares	170
-----------------	---	-----

LISTA DE FLUXOGRAMA

Fluxograma 1	Hierarquia do Movimento dos Atingidos pela Reforma Agrária de Mercado - MARAM	206
---------------------	---	-----

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Nota dos Movimentos contra a criação da Gerência Especial do Incra no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	136
Figura 2	Articulação local para implantação do Banco da Terra	143
Figura 3	O interesse da AMVAP sobre a implantação do Banco da Terra na mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba.	148
Figura 4	Extinção do Projeto Banco da Terra no Brasil	155
Figura 5	Bandeira do Movimento dos Atingidos pela Reforma Agrária de Mercado - MARAM	208

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografias 1, 2, 3 e 4	Placas de identificação dos Empreendimentos	158
--------------------------------	---	-----

Fotografia	Associação dos Produtores Rurais do Córrego dos Pilões município de Ituiutaba	162
Aérea 1		
Mosaico de Fotografias 1	Empreendimento do Banco da Terra - Associação dos Produtores Rurais do Córrego dos Pilões município de Ituiutaba	163
Mosaico de Fotografias 2	Associação dos Agricultores Familiares do Pontal I Ituiutaba	166
Mosaico de Fotografias 3		
Mosaico de Fotografias 4	Associação Campo Brasil município de Uberlândia	169
Mosaico de Fotografias 5	Associação dos Trabalhadores Rurais de Campo Florido – Tavares	171
Mosaico de Fotografias 6	Associação de Agricultores Familiares Nova Esperança – Araguari	173
Mosaico de Fotografias 7	Associação dos Pequenos Produtores de Canápolis no município de Monte Alegre de Minas	176
	Associação dos Pequenos Produtores do Vale do Sol II – Monte Alegre de Minas	178

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Dados gerais Empreendimentos do Banco da Terra	178
Tabela 2	MARAM – Associações que compõem o Movimento	204

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Grupos de lideranças entrevistadas	32
Gráfico 2	Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba – Número de Ocupações de Terras – 1995 – 2000	130
Gráfico 3	Prefeitos presidentes da AMVAP e a implantação do Projeto Banco da Terra nos respectivos municípios	142
Gráfico 4	Camponeses mutuários que conhecem o MARAM	207
Gráfico 5	Mutuários (as) entrevistados (as) que tem o conhecimento sobre a conquista da Medida Provisória nº 432, de 27 de Maio de 2008	221

LISTA DE QUADRO

Quadro 1	Escala Geográfica de atuação do MARAM e suas conquistas	223
-----------------	---	-----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMAPAR	Associação dos Municípios do Alto Paranaíba
AFES	Associação Franciscana de Ecologia e Solidariedade
AMPLA	Associação dos Municípios da Microrregião do Planalto de Araxá
AMVALE	Associação dos Municípios da Microrregião do Vale do Rio Grande
AMVAP	Associação dos Municípios da Microrregião do Vale do Paranaíba
AMVARIG	Associação dos Municípios do Baixo Vale do Rio Grande
APR	Animação Pastoral Rural
BDRAM	Banco de Dados da Reforma Agrária de Mercado
BM	Banco Mundial
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BT	Banco da Terra
CADIN	Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais
CAF	Consolidação da Agricultura Familiar
CEASA	Central de Abastecimento da Secretaria de Agricultura
COE	Companhia de Operações Especiais
COOPERAf	Cooperativa dos Agricultores Familiares de Uberlândia e Região
CPR	Combate à Pobreza Rural
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DATALUTA	Banco de Dados de Luta Pela Terra
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
FETAEMG	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FMI	Fundo Monetário Internacional
IFI	Instituições Financeiras Internacionais
INCRA	Instituto de Colonização e Reforma Agrária
ITER	Instituto de Terras de Minas Gerais
LAGEA	Laboratório de Geografia Agrária
MARAM	Movimento dos Atingidos pela Reforma Agrária de Mercado
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MG	Minas Gerais
MLST	Movimento de Libertação dos Sem Terra
MP	Medida Provisória
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MST	Movimento de Libertação dos Sem Terra
MTL	Movimento Terra Trabalho e Liberdade
NPT	Nossa Primeira Terra
PCT	Programa Cédula da Terra
PEIC	Programa de Extensão Integração/Comunidade
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

PIEEX	Programa Institucional de Estágio Acadêmico de Extensão Remunerado
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PP	Partido Progressista
PRF	Programa de Reordenação Fundiária
PROEX	Pró-reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PT	Partido dos Trabalhadores
RA	Reforma Agrária
RAM	Reforma Agrária de Mercado
SPC	Serviço de Proteção ao Crédito
SR	Sindicato Rural
SRA	Secretaria de Reordenamento Agrário
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
SUDENOR	Superintendência de Desenvolvimento do Norte de Minas Gerais
UDR	União Democrática Ruralista
UFS	Universidade Federal de Sergipe
UFU	Universidade Federal de Uberlândia

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo compreender os embates promovidos pelo Movimento dos Atingidos pela Reforma Agrária de Mercado – MARAM. Este movimento socioterritorial surge em um momento de crise na qual estavam inseridos os mutuários campesinos atendidos pelo projeto Banco da Terra na mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. Para atingir os objetivos da pesquisa, a metodologia empregada foi a abordagem qualitativa, com revisão teórica, trabalho de campo, análise do discurso e de conteúdo, o uso de fotografias e coleta de dados em fontes primárias e secundárias. O recorte temporal que adotamos se delimita nos anos de 2000 a 2012, por considerarmos este o contexto de criação e implantação dos empreendimentos, sendo essas ações articuladas pelas elites políticas e agraria em nível local e regional, por meio da propaganda, que avaliamos ser o embate no território imaterial. Essa política foi criada no governo de Fernando Henrique Cardoso no ano 2000 e extinta pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Num momento posterior, com a efetivação das associações, os mutuários começaram a enfrentar dificuldades ao se depararem com a falta de informações, aquisição de áreas inviáveis ao desenvolvimento de atividades agrícolas, falta de assistência técnica e de uma entidade responsável pelo projeto, bem como a dívida do financiamento. Quando completaram três anos de existência, momento em que deveria ter sido feito o pagamento da primeira parcela da dívida, nenhuma associação dessa região conseguiu fazê-lo. É exatamente nesse contexto de crise que permeava as associações que surge o MARAM na busca de encontrar soluções junto aos gestores do projeto, no âmbito estadual e federal, com o apoio da CPT, começaram a realizar reuniões em Brasília na Secretaria de Reordenamento Agrário- SRA, e Belo Horizonte no Instituto de Terras de Minas Gerais – ITER/MG. Como resultado, houve a publicação de uma medida provisória que estabelecia a individualização e a renegociação da dívida.

Palavras-chave: Movimento dos Atingidos pela Reforma de Mercado – MARAM. Banco da Terra. Movimento Socioterritorial. Território Imaterial. Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba.

ABSTRACT

This study aims to understand the struggles promoted by the Movement for People Affected Market Agrarian Reform - MARAM. This socio-territorial movement comes at a time of crisis in which the peasants borrowers served by the Land Bank project were inserted into the middle region of Triângulo Mineiro / Alto Paranaíba. To achieve the research objectives, the methodology used was the qualitative approach, with theoretical review, fieldwork, discourse and content analysis, the use of photographs and data collection in primary and secondary sources. The time frame that we have adopted is delimited in the years 2000-2012, for we consider this the context of creation and implementation of projects, and these actions articulated by political elites and agrarian in local and regional level, through advertising, which we assess to be the clash in the immaterial territory. This policy was established in the government of Fernando Henrique Cardoso in 2000 and abolished by the government of Luiz Inacio Lula da Silva. Subsequently, with the realization of the associations, borrowers began to experience difficulties when faced with the lack of information, acquisition unviable areas to the development of agricultural activities, lack of technical assistance and an entity responsible for the project, and the debt financing. After being established for three years, when it should have been made the payment of the first installment of debt, no association of this region managed to do it. It is precisely in this context of crisis that pervaded the associations that arises MARAM in seeking to find solutions with the managers of the project at the state and federal level, with the support of CPT, they began to hold meetings in Brasília in the Reordering Agrarian- SRA Secretariat and Belo Horizonte in Minas Gerais Institute of Lands - ITER / MG. As a result, the publication of an interim measure that established the individualization and debt renegotiation.

Keywords: Movement of People Affected by Market Reform - MARAM. Land Bank. Socioterritorial Movement. Territory Imaterial.Triângulo Mineiro / Alto Paranaíba

SUMÁRIO

Introdução	14
Caminhos Metodológicos	19
1 O BANCO MUNDIAL E SUAS AÇÕES NA AMÉRICA LATINA	43
1.1 O território como categoria analítica para compreensão das transformações espaço do campo	44
1.2 A produção e manutenção da pobreza como forma de controle territorial pelo Banco Mundial	54
1.3 As políticas para o mercado de terras do Banco Mundial	66
1.4 As ações do Banco Mundial na América Latina e os conflitos gerados nesse território	71
1.4.1 A Guerra da Água na Bolívia	72
1.4.2 Conflitos envolvendo a posse de terra no Paraguai	75
1.4.3 As transformações nos Ejidos mexicanos	79
1.4.4 Os conflitos nas florestas do Chile	80
1.4.5 As ações dos produtores de soja na Argentina	85
1.4.6 A contrarreforma agrária no Peru	87
2 A REFORMA AGRÁRIA DE MERCADO NO BRASIL	92
2.1 A luta pela terra dos movimentos socioterritoriais no Brasil	92
2.2 A União Democrática Ruralista como porta-voz dos interesses do capital	101
2.3 A ofensiva contra os camponeses: o Banco Mundial e o Governo FHC	103
2.4 A reação dos Movimentos sociais contra o Projeto Banco da Terra	115
2.5 O Banco da Terra e a nova ofensiva no mercado de terras no Brasil	119
2.6 O Banco da Terra em Minas Gerais: a nova ofensiva dos ruralistas	126
3 O PROJETO BANCO DA TERRA NO TRIÂNGULO MINEIRO/ALTO PARANAÍBA	139
3.1 Os arranjos para implantação do Banco da Terra no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	140
3.2 O discurso da elite e o protagonismo da Associação dos Municípios da Microrregião do Vale do Paranaíba – AMVAP no Projeto Banco da Terra	146
3.3 A demarcação do Território do Capital pelo projeto Banco da Terra	156
3.4 As associações do Banco da Terra no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	160
3.4.1 I) - Associação dos Produtores Rurais do Córrego dos Pilões – Ituiutaba	160
3.4.2 II) Associação dos Agricultores Familiares do Pontal I – Ituiutaba	162
3.4.3 III) Associação Campo Brasil - Uberlândia	165
3.4.4 IV) Associação dos Trabalhadores Rurais de Campo Florido – Tavares	168
3.4.5 V) Associação dos Agricultores Familiares Nova Esperança – Araguari	171
3.4.6 VI) Associação dos Pequenos Produtores de Canápolis – Monte Alegre de Minas	173
3.4.7 VII) Associação dos Pequenos Produtores do Vale do Sol II – Monte Alegre de Minas	175
3.5 Assistência Técnica aos Camponeses mutuários do BT: limites para o desenvolvimento	178

4 O MOVIMENTO DOS ATINGIDOS PELA REFORMA AGRÁRIA DE MERCADO E SUAS CONTRIBUIÇÕES AOS MUTUÁRIOS DO BANCO DA TERRA	182
4.1 O MARAM como um movimento socioterritorial	182
4.2 O contexto de criação do MARAM e a formação das Associações do Banco da Terra na região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	189
4.3 Gênese do Movimento dos Atingidos pela Reforma Agrária de Mercado	199
4.4 As escalas geográficas de ação do MARAM	209
4.5 A geografia das lutas do MARAM: escala de ações	211
4.6 Escala de eficácia: as conquistas do MARAM para os mutuários camponeses do Banco da Terra	217
Considerações finais	225
Referências	233
 Anexos	 243
Anexo A – Circular AMVAP: Convite enviado aos prefeitos para instalação do Projeto Banco da Terra	244
Anexo B – Circular AMVAP: Indicação dos segmentos ligados ao campo, para compor a Unidade Técnica	245
Anexo C – Circular AMVAP: As metas apresentadas para o desenvolvimento do Projeto Banco da Terra na região	246
Anexo D – Ofício AMVAP: Aprovação da proposta de financiamento	247
Anexo E – Roteiro de entrevista: Liderança do Movimento dos Atingidos pela Reforma Agrária de Mercado	248
Anexo F – Roteiro de entrevista: Mutuário do Projeto Banco da Terra	249
Anexo G – Termo de consentimento livre e esclarecido	250
Anexo H – Consentimento da participação da pessoa como sujeito da pesquisa	252

Introdução

Na conjuntura da reforma agrária brasileira, os programas implantados pela Reforma Agrária de Mercado - RAM consistiram em oferecer crédito e financiamento para a compra de terra, tendo como objetivo permitir aos camponeses sem-terra, ou com pouca terra para sobreviver, uma possibilidade de acesso. A estruturação dessa política faz parte da investida de uma série de programas do Banco Mundial direcionados à criação de políticas agrárias ajustadas aos parâmetros neoliberais, para os países como Brasil, Peru, México etc.

O Projeto Cédula da Terra no Brasil teve início em 1997, no Estado do Ceará. A proposta começou com o nome de “Projeto São José¹” e, posteriormente, passou a se chamar Cédula da Terra. Esse projeto foi criado para atender 15 mil famílias no prazo de três anos e, devido à facilidade de se obter a terra por meio da compra e a rapidez nas negociações, características importantes do projeto, em apenas oito meses, 4.500 famílias já haviam adquirido seus empreendimentos. Os resultados no que tange às metas alcançadas pelos projetos foram negativos, pois, em todas as linhas de financiamento previamente estabelecidas, nenhuma delas conseguiu ser cumprida no que concerne ao pagamento dos créditos contratados.

Para o governo federal, a justificativa para a criação de outra política de reforma agrária foi decorrente do número de conflitos envolvendo a posse da terra. Consideramos que esse é um instrumento de contrarreforma agrária, que visa deixar inalterada a estrutura fundiária e não realizar a reforma agrária, por estratégias políticas emanadas dos poderes executivo, legislativo e judiciário, conforme Ramos Filho (2010).

Nesse contexto, no governo de Fernando Henrique Cardoso, instituiu-se o discurso sobre a necessidade de criar uma política complementar à reforma agrária, pois, caso contrário, a pressão popular poderia gerar o surgimento de inúmeros conflitos. Isso sendo o resultado da insatisfação do modelo neoliberal, que gerou o aumento das dificuldades, especialmente, nas camadas mais empobrecidas da sociedade.

A maneira pela qual o Banco Mundial, Governo Federal e a elite agrária local da mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba articularam a implantação do Projeto Banco da Terra - BT, visava, de forma direta, desarticular, silenciar, e destruir a ação dos

¹ São José é considerado um dos santos mais populares da Igreja Católica e sendo o padroeiro do estado do Ceará e dos agricultores. Na cultura nordestina, é em São José que são depositadas a fé dos agricultores na esperança para o envio de chuvas para o sucesso da produção nas lavouras.

movimentos de luta pela terra, já que estes questionavam a ordem territorial vigente engendrada pelos agentes do agronegócio. Com o aumento dos conflitos envolvendo a posse da terra em Minas Gerais, vários empreendimentos do Projeto BT foram criados nessa mesorregião, como forma de impedir o avanço das ocupações de terra.

É importante observarmos a geografia desses empreendimentos no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, dos dezoito municípios que foram atendidos pelos projetos e programas da RAM, os sete primeiros estão no Pontal do Triângulo. A articulação dos ruralistas e o forte poder político que tinham para direcionar os recursos da RAM para essa região e os vários conflitos envolvendo a posse de terra no Pontal do Triângulo, é o que de fato contribuiu para a implantação de mais empreendimentos. Desse modo, surge a Reforma Agrária de Mercado – RAM, em conjunto com o Banco do Brasil e governos municipais, estaduais e federal, elites agrárias locais, na intenção de minimizar os conflitos.

Ao mesmo tempo, outro objetivo foi atingido, o de promover um dinamismo no meio rural pelo fomento do mercado de terras. Estas políticas públicas têm como diretrizes centrais a realização do desenvolvimento no campo, com programas de combate à pobreza. Nesse sentido, o Banco Mundial argumenta que tal política, por si só, repararia a distribuição desigual da terra, melhorando, assim, as condições de vida dos camponeses.

No Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, começa-se o Projeto BT a partir do ano de 2000. Essa política “complementar” à reforma agrária convencional gerou diversos embates e desdobramentos, como, por exemplo, a criação de uma dívida que deveria ser paga pelos camponeses, já que essa política tem como premissa o acesso à terra por meio da compra e venda.

Na RAM, não há uma formação política efetiva dos camponeses. As reuniões e ou mesmo a organização das associações são articuladas por agentes externos, ou seja, pessoas fora dos grupos de mutuários, tais como políticos, prefeitos e seus secretários, vereadores, proprietários e técnicos da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER. Pessoas essas interessadas em participar dos trâmites do financiamento de compra e venda das propriedades. Um elemento que limita a melhoria do projeto se concentra na falta de participação dos camponeses mutuários no desenvolvimento desses empreendimentos.

Para que esses projetos pudessem ser implantados nessa mesorregião, contaram com o apoio e articulação de deputados e prefeitos ligados à Associação dos Municípios do Alto Paranaíba - AMVAP. Outra entidade importante foi a Associação dos Municípios

do Baixo Vale Rio Grande – AMBAV, sendo estes dois órgãos os responsáveis pela introdução do Banco da Terra na região. Responsável pela elaboração do projeto produtivo, a EMATER/MG também participou da organização do processo de implantação do BT na região. Pelo fato de o governo estadual, naquele momento, estar em divergências com o governo federal e se recusando a apoiar tal política no estado, a alternativa foi desenvolvê-la via associação de municípios.

Cerca de 14 anos se passaram desde sua implantação, inúmeras foram as dificuldades encontradas pelos mutuários do BT. Destaca-se, como problema central, a dívida contraída na aquisição da terra, pois, logo que venceram as primeiras parcelas, os mutuários depararam-se com uma situação conflituosa, tendo em vista que corriam o risco de perder a propriedade adquirida, devido ao processo de alienação com os bancos financiadores. A terra não sendo suficiente para gerar recursos financeiros e a falta de assistência técnica e de uma política agrícola voltada para esse público impossibilitaram as condições para o desenvolvimento produtivo e comprometendo, assim, a não quitação das dívidas.

Surge a primeira organização dos mutuários do Banco da Terra no ano de 2005, para articular, de forma mais eficiente, as negociações da dívida e a reivindicação para com o poder público, o Movimento dos Atingidos Pela Reforma Agrária de Mercado – MARAM.

As associações que foram constituídas, notadamente com o intuito de acessar o financiamento para a compra da propriedade, considera-se que, em virtude da maneira pela qual foram concebidas, apresentaram-se impossibilitadas de engajar-se no processo de enfrentamento dos impasses existentes. Destaca-se que a formação do MARAM se deu pelo auxílio de entidades que contribuíram para que o movimento pudesse existir, contando com o apoio da CPT, Associação Franciscana de Ecologia e Solidariedade - AFES, Advogados e o deputado estadual Ricardo Duarte – PT.

Como resultado de suas ações, o movimento conquistou a publicação da Medida Provisória Nº432, de 28 de maio de 2008, que estabeleceu as condições de renegociação e individualização das dívidas, bem como a regularização e recuperação dos empreendimentos do programa Cédula da Terra, Banco da Terra e Crédito Fundiário, segundo Ramos Filho (2010).

Por meio das suas atuações, o MARAM, com o objetivo de enfrentar os problemas dos camponeses nos empreendimentos, tem impulsionado avanços quanto à ampliação da discussão sobre o projeto, promovendo, também, encontros para planejar suas

reivindicações, isso suscita o embate no território imaterial. De maneira geral, os mutuários participantes do movimento possuem baixa escolaridade, logo, não conseguem acessar e entender os procedimentos burocráticos para se informar sobre a real situação da dívida, daí, a importância do MARAM.

Mesmo nessa situação de enfrentamento e de resistência, os camponeses permanecem no processo de luta, e a resposta para as questões referentes aos problemas encontrados pelos camponeses que adquiriram o empréstimo da RAM no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba foi a criação do MARAM. Esta pesquisa terá como tema central o estudo das ações do MARAM, mediante a análise da sua base de atuação, os empreendimentos do BT implantados em alguns municípios da mesorregião geográfica Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, criados no ano de 2000.

Como objetivo geral, o processo de surgimento e atuação do Movimento dos Atingidos pela Reforma Agrária de Mercado – MARAM junto aos mutuários do projeto Banco da Terra na mesorregião geográfica do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, Minas Gerais.

Dentre os principais objetivos específicos deste trabalho, destacam-se:

- Contextualizar o surgimento do MARAM na Reforma Agrária de Mercado;
- Analisar as principais ações do Movimento dos Atingidos pela Reforma Agrária de Mercado – MARAM;
- Apresentar as políticas públicas de Reforma Agrária de Mercado e as formas de criação desses empreendimentos no Brasil;
- Avaliar as diferentes territorialidades criadas e a situação das famílias com a implantação do projeto de Reforma Agrária de Mercado no empreendimento do Banco da Terra, sobretudo, no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba;
- Discorrer sobre a natureza das disputas entre os ruralistas e o governo do estado de Minas Gerais para a implantação dessa nova política de acesso à terra.

Este trabalho está estruturado em quatro capítulos, além desta introdução, metodologia, considerações finais e as referências citadas e consultadas. No primeiro capítulo, apresentamos uma caracterização das transformações ocorridas nas políticas do Banco Mundial, direcionadas para a América Latina. Utilizamos, como categoria de análise geográfica o território, com o objetivo de entendermos os conflitos presentes nesta região. O território, como categoria analítica para compreensão das contradições no espaço agrário. Destacam-se, também, a produção e a manutenção da pobreza como forma de controle territorial exercido pelo Banco Mundial, sendo utilizadas, para isso, as

políticas para o mercado de terras, aplicadas em países tais como, Bolívia, Paraguai, México, Chile, Argentina e Peru.

No segundo capítulo, contextualizamos a Reforma Agrária de Mercado – RAM, no Brasil, tendo como panorama a luta pela terra dos movimentos socioterritoriais rurais no país. Apresentam-se, também, os grupos que contribuíram para que essas políticas pudessem ser implantadas, destacam-se, especialmente, os ruralistas. Por outro lado, observamos que houve uma reação contrária à efetivação do projeto, tanto em nível nacional quanto regional/local, demarcando o posicionamento de insatisfação pelos movimentos de luta pela terra, quanto à nova política “complementar” de acesso à terra.

No terceiro capítulo, abordamos o contexto em que se efetivou o projeto BT na mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba contando com o protagonismo de políticos e da AMVAP. Soma-se a isso, também, como estratégia de convencimento e adesão dos camponeses, o discurso divulgado por meio da propaganda jornalística, elemento que procuramos explorar como a construção do território imaterial. Por fim, descrevemos a situação dos sete empreendimentos do BT, nos quais realizamos o trabalho de campo.

O quarto capítulo discute a geografia do MARAM e as principais contribuições e conquistas que este movimento socioterritorial camponês, o único no Brasil que tem como principal bandeira a defesa dos direitos dos mutuários do BT. Retomamos a conjuntura em que o movimento foi criado e a ações que empreenderam no sentido de compreender os dilemas enfrentados pelos camponeses atendidos por essa política pública. Por fim, expomos a escala das ações do movimento e seus desdobramentos.

Em síntese, a presente pesquisa visa contribuir para o debate sobre o MARAM, pela óptica da ciência geográfica. Com isso, objeto de estudo analisado se torna um estudo inédito, justificando a realização da pesquisa.

Caminhos metodológico da pesquisa



Autor: FREITAS, R. L. de, 2014.

A relação com a pesquisa e a formação do pesquisador²

Conheci o Professor João Cleps Junior no mês de março, do ano de 2009. Havia ingressado pelo processo seletivo do vestibular e começado a frequentar as aulas do curso de graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia - UFU há algumas semanas. Dialogamos e disse a ele sobre meu interesse em estudar as transformações no meio rural de nossa região. Fui aceito no Laboratório de Geografia Agrária - LAGEA como estagiário voluntário, auxiliando nas consultas diárias do projeto do Banco de Dados de Luta Pela Terra de Minas Gerais – DATA LUTA/MG.

Nesse período, chegou a Uberlândia o professor Eraldo da Silva Ramos Filho, da Universidade Federal de Sergipe – UFS, que iniciaria o seu estágio de pós-doutorado sobre a Reforma Agrária de Mercado no estado de Sergipe e, naquela oportunidade, juntamente com o professor João, elaborou uma proposta de projeto de extensão sobre a temática. Permaneci seis meses desenvolvendo essa atividade e, em setembro do mesmo ano, foi aprovado o projeto pela Pró-reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis – PROEX/ UFU, pelo edital do Programa Institucional de Estágio Acadêmico de Extensão Remunerado- PIEEX, com o título “Da prisão da dívida ao território da política: o Movimento dos Atingidos Pela Reforma Agrária de Mercado (MARAM) - conhecimento e direitos sociais”. Esse projeto tinha como objetivo contribuir para o fortalecimento dos camponeses do MARAM na construção da sua autonomia, para encaminhamento e soluções dos dilemas impostos pelas políticas fundiárias de crédito fundiário em que eles haviam se inserido. Este projeto teve a duração de seis meses.

Na sequência, outro projeto de extensão foi aprovado (2010) pela PROEX/UFU por meio do Programa de Extensão Integração UFU/Comunidade – PEIC, também com duração de seis meses. O projeto intitulava-se “Agricultura Familiar como Base para o Desenvolvimento Territorial Local e Sustentável: avaliando experiências de projetos de Reforma Agrária no Triângulo Mineiro”. Este projeto de extensão buscou a produção de conhecimento em conjunto com os mutuários dos projetos de RAM sobre a situação atual, e o propósito de viabilizar a capacitação dos seus dirigentes para lidar com os trâmites jurídicos e burocráticos impostos pela estrutura do projeto. Por limitações financeiras e temporais, não foi possível, naquele momento, a imersão em trabalhos de campo que pudessem abranger especialmente a base local do MARAM, o município de Ituiutaba.

² Nesse item, considerou-se importante o uso da primeira pessoa do singular.

Posteriormente, tive a oportunidade de trabalhar como bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC, no projeto “A Produção de Agrocombustível no Centro-Sul: reprodução de capitais e impactos socioterritoriais em Minas Gerais”, por dois anos e meio (2012 - 2013). Durante todo esse período, auxiliei nas atividades de apoio, tais como consultas diárias, visitas aos assentamentos de reforma agrária, e na elaboração dos relatórios anuais no projeto DATALUTA.

Conclui, no ano de 2013, o curso de bacharelado em Geografia, com a monografia intitulada “Estratégias de Luta Pela Terra e Políticas de Assentamentos Rurais em Minas Gerais (1985-2012): disputas e conquistas dos movimentos sociais rurais camponeses”. Naquela ocasião, elaborei uma caracterização sobre as tipologias de assentamentos rurais no estado de Minas Gerais, indicando sua importância para conquista do território camponês. Considero oportuno tecer esses comentários, pois este trabalho apresenta-se como resultado do esforço que se iniciou há cerca de seis anos, período este de muito aprendizado.

As etapas da pesquisa: técnicas utilizadas coleta de dados e pesquisas de campo

Para o desenvolvimento da pesquisa qualitativa em geografia, é fundamental descrever algumas técnicas no processo de investigação seguidas na presente pesquisa, garantindo, dessa forma, maior credibilidade e coerência na interpretação e compreensão dos dados coletados. Estamos de acordo com Gil (2014), ao esclarecer que

[...] O objetivo fundamental da pesquisa é de descobrir respostas para os problemas mediante o emprego de procedimentos científicos. A partir dessa conceituação, pode-se, portanto, definir pesquisa social como o processo que, utilizando de metodologia científica, permite a obtenção de novos conhecimentos no campo da realidade social. (GIL, 2014, p. 26).

A utilização correta de algumas técnicas de pesquisa possibilita um conhecimento teórico sobre a interpretação do objeto estudado. A pesquisa científica é pautada em certos princípios necessários, que adotamos, para não haver distorções sobre a realidade pesquisada. A busca de informações junto aos sujeitos pesquisados permite-nos uma maior familiaridade com o problema sobre o qual o pesquisador pretende refletir.

Em nossa pesquisa, valorizamos o contato direto junto a cada liderança/entidade do MARAM, da CPT e os mutuários do Banco da Terra, que tivemos a oportunidade de encontrar. Indicamos que, de maneira alguma, temos a pretensão de reproduzir o discurso dos mutuários da região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. Isso, em certa medida,

seria uma fragilidade perante o compromisso que assumimos com a sociedade em seu conjunto. Temos sim a intenção de contribuir com o debate, apontando, por meio de nossas análises, novas interpretações com um olhar geográfico sobre as contradições presentes no contexto elegido.

Chizzoti (2008) afirma que

Essa atividade pressupõe que o pesquisador tenha presente as concepções que orientam sua ação, as práticas que elege para a investigação, os procedimentos e técnicas que adota em seu trabalho e os instrumentos de que dispõe para auxiliar o seu esforço. É, em suma, uma busca sistemática e rigorosa de informações, com a finalidade de descobrir a lógica e a coerência de um conjunto, aparentemente, disperso e desconexo de dados para encontrar uma resposta fundamentada a um problema bem delimitado, contribuindo para o desenvolvimento do conhecimento em uma área ou em uma problemática específica. (CHIZZOTTI, 2009, p. 19).

Evidentemente que nossas concepções de mundo refletem de maneira direta o modo pelo qual nos reportamos, seja na escolha do objeto a ser pesquisado das técnicas de pesquisas adotadas, no discurso que apresentamos, enfim, a todo momento o pesquisador é convidado a se posicionar. É justamente essa atitude que nos faz criar uma familiaridade com os diferentes sujeitos envolvidos nesse processo.

Nesse sentido, a postura do pesquisador deve assumir uma espécie de *funcionário da sociedade*, entendendo-se que está ali como aliado do povo, armado de conhecimento científico e querendo uni-los ao posicionamento mais prático e social possível; enxergando-se pesquisador e pesquisados como sujeitos de um mesmo trabalho comum, embora desenvolvam situações e tarefas diferentes. (SOUZA; PESSÔA, 2013, 178, grifo dos autores).

Nesse contexto, o pesquisador assume um importante papel na sociedade e junto àqueles sujeitos que, por vezes, têm no conhecimento a esperança de transformação social. O compromisso, em nossa visão, não se limita apenas à elaboração da dissertação, mas pelo contrário, esse é apenas o início da caminhada.

O percurso metodológico da dissertação constitui-se das seguintes etapas; a pesquisa teórica desenvolvida durante a realização da pesquisa, considerando que esta fase nos forneceu elementos os quais nos possibilitaram ampliar nossas reflexões. Recorremos, como técnicas de pesquisa, à análise do conteúdo, aplicada aos documentos publicados pelo Banco Mundial, Associação dos Municípios da Microrregião do Vale do Paranaíba - AMVAP e Jornal do Pontal (impresso), análise do discurso empregada nos fragmentos discursivos coletados junto aos sujeitos pesquisados, trouxemos, ainda, fotografias como recurso metodológico de suma relevância por apresentar como elementos das disputas na construção do discurso do território imaterial, realizamos o

trabalhos de campo como uma técnica tradicional nos trabalhos geográficos, e, por fim, realizamos anotações no diário de campo na intenção de discorrermos sobre as percepções apreendidas nos encontros, narrando as experiências vividas.

A partir daí, foi possível visualizarmos as diversas fontes e possibilidades da coleta de dados secundários. As principais fontes foram o Banco de Dados da Reforma Agrária de Mercado – BDRAM, disponível entre os membros da Rede DATALUTA; dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA; e da Secretaria de Reordenamento Agrário – SRA.

O BDRAM nos propiciou o acesso às informações referentes ao número de empreendimentos, famílias, área em hectares, bem como o ano de sua criação. Os dados do MDA contribuíram para compreendermos a conjuntura da Política Nacional de Crédito Fundiário, como também a informação sobre as linhas de financiamento criadas pelo governo Lula, sendo executadas pela SRA. Posteriormente, os dados quantitativos foram ilustrados em gráficos, tabelas, e a sua espacialização feita recorrendo a ferramentas cartográficas e programas como *Philcarto 4.5* e *o CorelDRAW X5*.

Valemo-nos de duas técnicas de investigação, a análise do conteúdo e a análise do discurso³. É indispensável esclarecermos que ambas, muitas vezes, são tratadas como sinônimas, o que é um equívoco. A análise do conteúdo se concentra na interpretação do conteúdo do texto escrito. Por outro lado, a análise do discurso trabalha com o sentido do discurso do sujeito.

A maior diferença entre as duas formas de análises é que a Análise do Discurso trabalha com o sentido e não com o conteúdo; já a Análise de Conteúdo trabalha com o conteúdo, ou seja, com a materialidade linguística através das condições empíricas do texto, estabelecendo categorias para sua interpretação. Enquanto a Análise do Discurso busca os efeitos de sentido relacionados ao discurso, a Análise de Conteúdo fixa-se apenas no conteúdo do texto [...]. A Análise do Discurso preocupa-se em compreender os sentidos que o sujeito manifesta através do seu discurso; já a Análise de Conteúdo espera compreender o pensamento do sujeito através do conteúdo expresso no texto, numa concepção transparente de linguagem. Na Análise do Discurso, a linguagem não é transparente, mas opaca, por isso, o analista de discurso se põe diante da opacidade da linguagem. (CAREGNATO; MUTTI, 2006, s/p.).

Nesse aspecto, trabalhamos com as duas técnicas descritas por considerar que utilizamos, portanto, as duas formas de texto, os relatórios do Banco Mundial e os fragmentos discursivos registrados no momento do trabalho de campo. A compreensão do conteúdo contribuiu para interpretar a construção do território imaterial justificando,

³ Ambas são técnicas desenvolvidas pela a ciência que estuda os fatos da linguagem, a linguística.

assim, o uso dessa técnica. Por essa óptica, consideramos que a interpretação é o indício do provável. “A Análise do conteúdo é uma técnica de pesquisa que trabalha com a palavra, permitindo, de forma prática e objetiva, produzir inferências do conteúdo da comunicação de um texto replicáveis ao seu contexto social”. (CAREGNATO; MUTTI, 2006, s./p.).

A exploração qualitativa, na análise de mensagens e informações contidas nos documentos, trata-se dos argumentos que nos propiciam compreender o modo como o conteúdo dos documentos selecionados e emitidos pelos diferentes grupos que estavam envolvidos, direta e/ou indiretamente, no projeto Banco da Terra se concretizaram nas relações, para a efetivação desse projeto. Moraes (1999) nos explica que

A análise de conteúdo constitui uma metodologia de pesquisa usada para descrever e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos e textos. Essa análise, conduzindo a descrições sistemáticas, qualitativas ou quantitativas, ajuda a reinterpretar as mensagens e a atingir uma compreensão de seus significados num nível que vai além de uma leitura comum. (MORAES, 1999, p. 2).

De todo modo, a análise de conteúdo é uma exposição particular por parte do pesquisador, com relação ao entendimento que tem sobre o material analisado. Não existe a possibilidade de se realizar uma leitura baseada na neutralidade. Toda leitura, por mais simples que possa ser, resulta numa explicação pessoal.

Assim, o uso da técnica de análise de conteúdo permitiu-nos interpretar, de maneira coerente, os fundamentos dos discursos presentes nos documentos. “Toda análise de conteúdo que se faz de um “texto” está fundamentada em princípios filosóficos e teóricos, que permeiam a estrutura de pensar do pesquisador”. (OLIVEIRA et. al., 2003, p. 4).

A abordagem de análise de conteúdo tem por finalidade, a partir de um conjunto de técnicas [...], explicar e sistematizar o conteúdo da mensagem e o significado desse conteúdo, por meio de deduções lógicas e justificadas, tendo como referência sua origem (quem emitiu) e o contexto da mensagem ou os efeitos dessa mensagem. (OLIVEIRA et. al., 2003, p. 3 - 4).

Nesse sentido, faz-se necessário dividirmos as diferentes fontes e origens dos documentos analisados. Organizamos o material que buscamos interpretar em três grupos: a) os relatórios anuais emitidos pelo Banco Mundial; b) os jornais de circulação local/regional que noticiaram a política do Banco da Terra (Jornal do Pontal); c) os ofícios e circulares emitidos pela AMVAP para a articulação do projeto em nível regional. O

critério de escolha se deve à relevância que esses documentos representam no tratamento dado às políticas da RAM e ao projeto Banco da Terra, respectivamente.

Nos documentos do Banco Mundial, foram elencados cinco relatórios de autoria dessa instituição, tendo como principal objetivo de sua divulgação o estabelecimento de diretrizes para os países em desenvolvimento como é o caso do Brasil. Nessas publicações é que foram estabelecidas as formas de ação que o BM realiza no território nacional. Dentro os relatórios, destacam-se: 1) Reformas econômicas e trabalhistas na América Latina e Caribe (1995); 2) O Estado num mundo em transformação (1997); 3) Combate à Pobreza Rural no Brasil: uma estratégia integrada. (2001); 4) Brasil: avaliação da assistência do Banco Mundial ao país (2003); 5) Desenvolvimento e Redução da Pobreza: reflexão e perspectiva (2004).

Como podemos observar pela data de publicação dos relatórios, foi nesse período que os programas e as políticas da RAM, principalmente o PCT e o BT, começaram a ser implantados no Brasil. Nossa análise pautou-se em explorar elementos que direcionavam as políticas do BM, evidenciando, de maneira objetiva, o discurso territorial emitido por essa instituição. Pelos títulos dos relatórios, já podemos observar a intencionalidade dessa ação, pois já indicavam a necessidade de mudanças e o seu principal objetivo, que era o de combater e reduzir a pobreza no país.

Algumas reportagens divulgadas pelo Jornal do Pontal sediado em Ituiutaba também foram objeto de análise. O jornal impresso, como meio de comunicação de circulação local e regional, tornou-se um instrumento significativo para os grupos de políticos, bem como de fazendeiros interessados na implantação do BT na região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. Apontamos para o contexto em que são articuladas as ideias sobre o BT e a intencionalidade do discurso inerente à mensagem. A finalidade de emitir a informação jornalística teve como objetivo divulgar a existência desse novo instrumento de acesso à terra na região. O discurso, evidentemente, induz à efetivação de uma prática, o que nos permite interpretar que a construção desses territórios se dá, primeiramente, dessa forma.

As circulares de número 061/2000, 072/2000, 008/2001 (anexos 1, 2 e 3, respectivamente) e o ofício 392/2001 (anexo 4) foram analisadas como instrumentos que direcionaram as ações dos prefeitos em aderir a implantação do projeto. É interessante indicarmos que nesses documentos se apresentam todos os procedimentos e as etapas que os líderes do poder executivo municipal, camponeses e a AMVAP trabalharam para que se estruturasse o projeto BT na região.

Avaliamos que o conteúdo presente nos documentos da AMVAP nos indica o controle territorial exercido por essa entidade em nível regional/local. As informações expostas nos permitiram reconstruirmos o discurso emitido pela entidade responsável pelo projeto na região.

O emprego da técnica de análise do discurso se fez necessário, uma vez que a reconstituição do sentido da fala do(a)s entrevistado(a)s nos fornece vestígios para compreendermos a formação desses territórios, ao exteriorizar, por meio da fala, algumas indicações dadas para uma nova leitura geográfica sobre o contexto que estamos estudando. Para Caregnato e Mutti (2006),

A Análise do Discurso trabalha com o sentido [...] que não é traduzido, mas produzido; pode se afirmar que o *corpus* da Análise do Discurso é constituído pela seguinte formulação: ideologia + história + linguagem. A ideologia é entendida como o posicionamento do sujeito quando se filia a um discurso, sendo o processo de constituição do imaginário que está no inconsciente, ou seja, o sistema de idéias que constitui a representação; a história representa o contexto sócio histórico e a linguagem é a materialidade do texto gerando "pistas" do sentido que o sujeito pretende dar. (CAREGNATO; MUTTI, 2006, s./p., grifo das autoras).

É possível realizar uma análise do discurso somente a partir desses sujeitos dentro de um contexto que, de certo modo, projeta o sujeito discursivo, e aquilo que se fala representa a posição que ele ocupa nessas relações de poder estabelecidas. Ao analisarmos as transcrições que obtivemos dos diversos sujeitos entrevistados, faz-se necessário entendermos o sentido de sujeito aqui empregado. Estamos de acordo com Fernandes (2005), quando destaca que

Na Análise do Discurso, para compreendermos a noção de sujeito, devemos considerar, logo de início, que não se trata de indivíduos compreendidos como seres que têm uma existência particular no mundo; isto é, sujeito na perspectiva em discussão, não é um ser humano individualizado. Se não se trata do indivíduo, da pessoa, como uma instância plena de individualidades, como um ser empírico que tem existência particular, mas não se nega também a existência real dos sujeitos em sociedade. Com isso, afirmamos que o sujeito, mais especificamente o sujeito discursivo, deve ser considerado sempre como um ser social, apreendido em um espaço coletivo; portanto, trata-se de um sujeito não fundamentado em uma individualidade, em um "eu" individualizado, e sim um sujeito que tem existência em um espaço social e ideológico, em um dado momento da história e não em outro. A voz desse sujeito revela o lugar social. Logo, expressa um conjunto de outras vozes integrantes de dada realidade social; de sua voz ecoam as vozes constitutivas e/ou integrantes desse lugar sócio-histórico. (FERNANDES, 2005, p. 34).

Assim, é possível percebemos, por meio das falas, que os sujeitos, ao se posicionarem por meio dos discursos, indicam-nos uma complexa relação que se

estabelece na constituição desse território. Não existe um discurso isolado, individual.

Para Fernandes (2005), o

[...] sujeito não é homogêneo, seu discurso constitui-se do entrecruzamento de diferentes discursos, de discursos de oposição, que se negam e se contradizem. Ao considerarmos um sujeito discursivo acerca de um mesmo tema, encontramos em sua voz diferentes vozes, oriunda de diferentes discursos. (FERNANDES, 2005, p. 35).

Ao nos empenharmos na perspectiva de reconstituirmos a história dos sujeitos discursivos é fundamental identificarmos nas diversas falas, quais são os sujeitos que estão presentes nos discursos. Isso nos permite aproximarmos da ideia de que o território existe por conta das relações de poder presente na apropriação de determinada área e a disputa dos diferentes grupos sobre ela.

Vale ressaltar que o período escolhido para a realização desta análise foi de 2001 a 2015. Esse recorte se justifica pelo fato de que foi nesse período que vigorou a implantação dos projetos BT na mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba.

Neste trabalho, o uso da fotografia foi adotado como uma técnica de pesquisa importante. Não cumpre aqui uma função apenas de ilustração sobre os trabalhos de campo realizados. Consideramos que a fotografia nos fornece elementos visuais valorosos para interpretarmos as disputas territoriais presentes na região estudada.

O olhar do pesquisador, que assume o papel de fotografar aquilo que mais lhe interessa, é um componente essencialmente subjetivo, pois a intencionalidade sobre a paisagem, objeto ou pessoas que deseja retratar já indica a abordagem de que irá tratar. “Mesmo no intencional caráter documental da fotografia na sociedade atual, o que o fotógrafo documenta é o que não se esconde nos bastidores. O fotógrafo é também o protagonista da fotografia”. (MARTINS, 2013, p. 51).

Ao trazer a fotografia como um interessante instrumento visual de pesquisa, busca-se, com isso, chamar a atenção para determinados aspectos que possibilitem interpretar com maior propriedade aquilo que se representa na foto. Esses elementos que, para muitos, são aparentemente “invisíveis”, em uma leitura rápida, para o pesquisador, revelam-se como fonte de informações de fundamental valor, uma vez que é a partir dessas leituras que se avança nas interpretações sobre a realidade pesquisada⁴. “No

⁴ Na construção do território imaterial, discursos diversos foram utilizados, esses elementos foram tratados nos itens 3.3 e 3.4 deste trabalho.

detalhe completamente secundário e quase invisível, a fotografia revela uma rede de relações sociais com sentido". (MARTINS, 2013, p. 39).

Esse detalhe que se consegue ler nas fotografias exige do pesquisador um prévio conhecimento sobre o objeto que irá pesquisar. Isso contribuiu para a realização de uma leitura coerente, no caso de nós, geógrafos, e especialmente deste trabalho, procurar desvelar a natureza dos conflitos. "Posso dizer o que vejo, mas certamente o que vejo não é tudo o que sei e que estas fotos expressam. Fato que, aliás, é bem típico das fotografias – quanto mais sabemos sobre o contexto em que foram captadas, mais elas podem expressar". (NOVAES, 2008, p. 113).

O investigar é o estímulo que faz com que a inquietude possa ceder espaço na busca permanente sobre interpretações.

[...] é o detalhe que desconstrói a fotografia e produz a incógnita e a indagação. É a ele que se pede que se vá além da fotografia. A foto faz imaginar, mas esse imaginário se dá referido a parâmetros, a um elenco de pressupostos que vão se explicitando à medida que as indagações avançam. (MARTINS, 2013, p. 42).

Ao consideramos que no conjunto de empreendimentos do BT existem elementos materiais e imateriais presentes nesses territórios, e que por meio desses detalhes, elaboramos nossa interpretação a partir de uma perspectiva geográfica. Assim, é preciso romper com o limite de observar a fotografia apenas com uma visão simples de uma imagem estática. Estamos de acordo com Tessinari (2008), ao se referir à rapidez do ato de fotografar que esclarece que

Ocorre, assim, uma instantaneidade na fotografia que não é idêntica aos centésimos de segundo em que foi tirada. O olhar humano não vê com essa rapidez. Ampliada a fotografia, o olhar pode ganhar, no máximo, a rapidez que é sua, não a da câmera fotográfica. E essa rapidez é a da passagem rápida entre os momentos similares com a qual a fotografia impregna o olhar. O instante, numa fotografia [...] não é o instante em que o filme ficou exposto à luz, mas a fixação de momentos independentes e similares rapidamente relacionáveis. (TESSINARI, 2008, p. 13).

Nesse contexto, o uso dessa técnica de pesquisa propiciou-nos aproximarmos daqueles elementos de que queríamos fazer essas leituras. É essencial pensar o objeto fotografia a partir do objetivo seu uso. De modo concomitante, o posicionamento, ou seja, o modo de ver do pesquisador estará inerente ao processo de fotografar.

A técnica do trabalho de campo foi utilizada como forma de inserirmos na realidade a ser pesquisada. Avaliamos que esse momento é, sem dúvida, de uma

importância significativa, pois permite criar a possibilidade de aproximação entre o pesquisador e os sujeitos pesquisados. “Devemos lembrar que a realização de trabalhos de campo é uma tradição na ciência geográfica”. (MARAFON, 2009, p. 390).

Para Gobbi e Pessôa (2009),

O trabalho de campo, numa pesquisa em geografia, não pode se concentrar apenas na coleta de dados que sejam expressos por meio percentuais, tabelas e gráficos. É preciso ir além, é necessário extrair dos envolvidos, num determinado processo ocorrente, elementos relacionados às suas visões de mundo, seus hábitos, tabus, vivencias e temores. (GOBBI; PESSÔA, 2009, p. 486 - 487).

É preciso criarmos, com os sujeitos pesquisados, um ambiente de confiança durante a realização do trabalho de campo. Isso, em certa medida, só é possível por meio da abordagem que o pesquisador realiza com as pessoas que irão participar da entrevista. Mostrar a seriedade com que está se conduzindo a pesquisa e seus objetivos pode facilitar essa proximidade nas relações. Estamos de acordo com Marafon (2009), ao afirmar que,

[...] além de observar, devemos descrever os elementos identificados em campo [...] para, posteriormente, podermos explicar os fenômenos observados e, para essa explicação, é primordial uma fundamentação teórico-metodológica que nos auxilie a responder aos questionamentos que balizam a investigação. (MARAFON, 2009, p. 390).

A validade do trabalho somente ocorre quando este está articulado com uma leitura previa sobre os conceitos e temas que envolvem o objeto que se deseja analisar. Caso contrário, corre-se o risco dos resultados ficarem comprometidos, limitando, desse modo, as possibilidades de interpretar e aprofundar o diálogo entre a teoria e a realidade.

Uma das funções mais importantes dos trabalhos de campo é transformar as palavras, os conceitos em experiências, em acontecimentos reais para a concretização dos conteúdos. Dessa forma, por meio da observação e realização de entrevistas, questionários, os pesquisadores e estudantes irão apreendendo a realidade. (MARAFON, 2009, p. 388).

Por meio da inserção do pesquisador, é possível entender e perceber os caminhos que a pesquisa pode apontar. Nesse sentido, mediante o trabalho de campo, aliado com um embasamento teórico-metodológico, é provável avançar no conhecimento a partir de uma nova leitura geográfica sobre a realidade pesquisada.

Foram realizados 11 trabalhos de campo, contando com encontros individuais e também coletivos. Não ficamos presos à aplicação das entrevistas nos trabalhos de campo, de um modo padrão, pois a realidade é intensamente dinâmica e requer, por parte do pesquisador, uma flexibilidade no que tange a sua ação na coleta de informações.

Os critérios de para a escolha dos dados e das informações, é considerado como uma das etapas mais importantes pelo fato de que é, por meio deles, que será possível analisar e aproximar da realidade. Nossa recorte territorial foi a mesorregião geográfica do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, por ser essa a região do surgimento do MARAM. Esse movimento se configura em um instrumento principal na defesa dos mutuários do BT sendo, provavelmente, o único que articulou espaços de diálogos com os gestores do programa tanto em nível federal como estadual construindo, assim, o território imaterial no confronto com a ordem territorial vigente. Naturalmente, não seria possível realizar os trabalhos de campo em todos os empreendimentos do BT implementados na região.

Nessa perspectiva, a escolha das visitas se deu por meio da seleção de lideranças do MARAM presentes nas associações. Foram realizados sete trabalhos de campo contando aqueles realizados com as lideranças do MARAM (visitas que realizamos nos empreendimentos), CPT e AFES no período de janeiro a março de 2014.

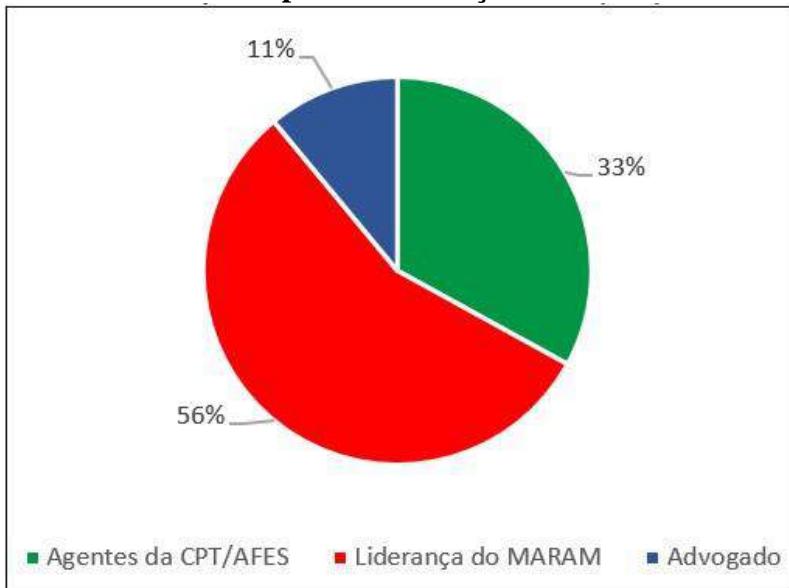
Julgamos ser conveniente delinearmos os diferentes grupos que nos ofereceram informações sobre a luta do MARAM. Partimos do pressuposto de que seria preciso reconstruir a história do movimento considerando as lideranças de entidades como a CPT e a AFES.

Visitamos os empreendimentos dos seguintes municípios: Associação dos Trabalhadores Rurais de Campo Florido – Tavares (entrevistamos oito mutuários⁵); Associação Campo Brasil em Uberlândia (entrevistamos quatorze mutuários⁶); Associação dos Pequenos Produtores de Canápolis (entrevistamos seis mutuários) e Associação dos Pequenos Agricultores Vale do Sol II (entrevistamos dois mutuários) em Monte Alegre de Minas; Associação dos Agricultores Familiares do Pontal I (entrevistamos cinco mutuários) e Associação dos Produtores Rurais do Córrego dos Pilões(entrevistamos dois mutuários), ambos em Ituiutaba; e a Associação Nova Esperança em Araguari(entrevistamos dois mutuários).

⁵ De todos os empreendimentos visitados, exclui-se desse número as lideranças, contabilizadas anteriormente.

⁶ Considera-se entrevista coletiva, pois os mutuários estavam reunidos em assembleia na associação.

Gráfico 1 – Grupos de lideranças entrevistadas



Org.: FREITAS, R. L. de. (2014).

Nos dados, incluem-se as lideranças e advogados ligados ao MARAM, CPT/AFES.

Assim, o número total foi de 10 entrevistados.

O diário de campo nos oportunizou expressar de maneira mais livre as impressões que tivemos durante o trabalho de campo. Essa técnica é ainda pouco utilizada nos trabalhos de geógrafos como um recurso técnico. Conforme Venâncio e Pessôa (2009), “construir um diário de campo vai além de um instrumento pessoal de coleta de dados”. (VENÂNCIO; PESSÔA, 2009, p. 318).

Esse instrumento nos permitiu expressar de maneira pessoal e particular as percepções admirações, e até mesmo as preocupações na condição de pesquisador. Nesse contexto, o diário de campo possibilita-nos materializar por meio da escrita, as emoções breves, contribuindo, dessa maneira, para reconstruir a história vivenciada tanto pelos sujeitos como pelo pesquisador.

Por mais que os gravadores, as câmaras fotográficas, os questionários e os roteiros de entrevistas sejam técnicas indispensáveis, não conseguem registrar as emoções momentâneas, tanto por parte do pesquisador quanto por parte dos entrevistados, nem tampouco conseguem registrar a nossa percepção da paisagem e a organização dos espaços de vivência dos moradores. É, pois, essa importância de o pesquisador ter sempre em mãos um diário para fazer esses registros. (VENÂNCIO; PESSÔA, 2009, p. 318 – 319).

Nesse conjunto, optamos por apresentar os trabalhos de campo realizados nos empreendimentos utilizando o diário de campo. Dividimos em duas partes a descrição, trazendo na primeira parte os desafios enfrentados pelo pesquisador em busca de conhecer melhor o objeto pesquisado; já na segunda refere-se às impressões sobre a realidade atual

em cada empreendimento. Esse exercício de elaborar o diário de campo requer, por parte do pesquisador, maior atenção sobre o ambiente em que ele está inserido.

Não há uma receita de como confeccionar um diário de campo. Cada pesquisador possui uma metodologia própria para elaborar o seu. Alguns registram de forma imediata, outros optam por anotar o essencial para um registro posterior; há os que desenham, fazem poesias. Em todos, há uma descrição por trás da reflexão, o que permite uma reflexão por trás da descrição. (MONTEIRO; PESSÔA, 2013, p. 26).

Todos os registros foram realizados à noite, ao final de cada entrevista. A intenção de registrar de maneira rápida nossas notas foi no intuito de não perder a riqueza de detalhes no momento posterior ao trabalho de campo. Essa técnica, por vezes, pode se tornar de complexa interpretação pela leitura de outro pesquisador, que não aquele que o produziu, pois é de uma ação muito pessoal, mas rica de informações, conforme destacam Venâncio e Pessôa (2009). Na sequência, apresentamos fragmentos do diário de campo da pesquisa nos empreendimentos.

Pedra que muito rola, não junta lodo⁷: o diário de campo como recurso investigativo⁸

Associação dos Trabalhadores Rurais de Campo Florido – Tavares

Saí de Uberlândia às 07:00, na manhã do dia 27 de fevereiro, numa quinta-feira⁹. Havia chovido durante toda a madrugada. Meu querido pai¹⁰ me emprestou o carro para que pudesse realizar o trabalho de campo. Conseguir fazer a viagem de Uberlândia a Campo Florido em 2h30min, passando pelo município de Uberaba, totalizando uma distância de 180km. Já em Campo Florido, o dia estava ensolarado e fazia calor. Ao chegar à cidade, fui logo ao encontro de R., liderança do MARAM, que já estava me aguardando. Ele trabalha na cidade em seu próprio bar, em que também funciona uma soveteria. Foi neste local que ele me concedeu a entrevista.

No início, estava meio receoso em concordar com a entrevista e deixar gravá-la, no entanto, quando falei que já havia entrevistado as lideranças da CPT, ele ficou mais à vontade. Após explicar o objetivo da pesquisa e a sua contribuição para sociedade, prontamente resolveu me ajudar no que fosse preciso. O que mais me chamou atenção foi

⁷ Dito popular comentado pelo entrevistado nº 17.

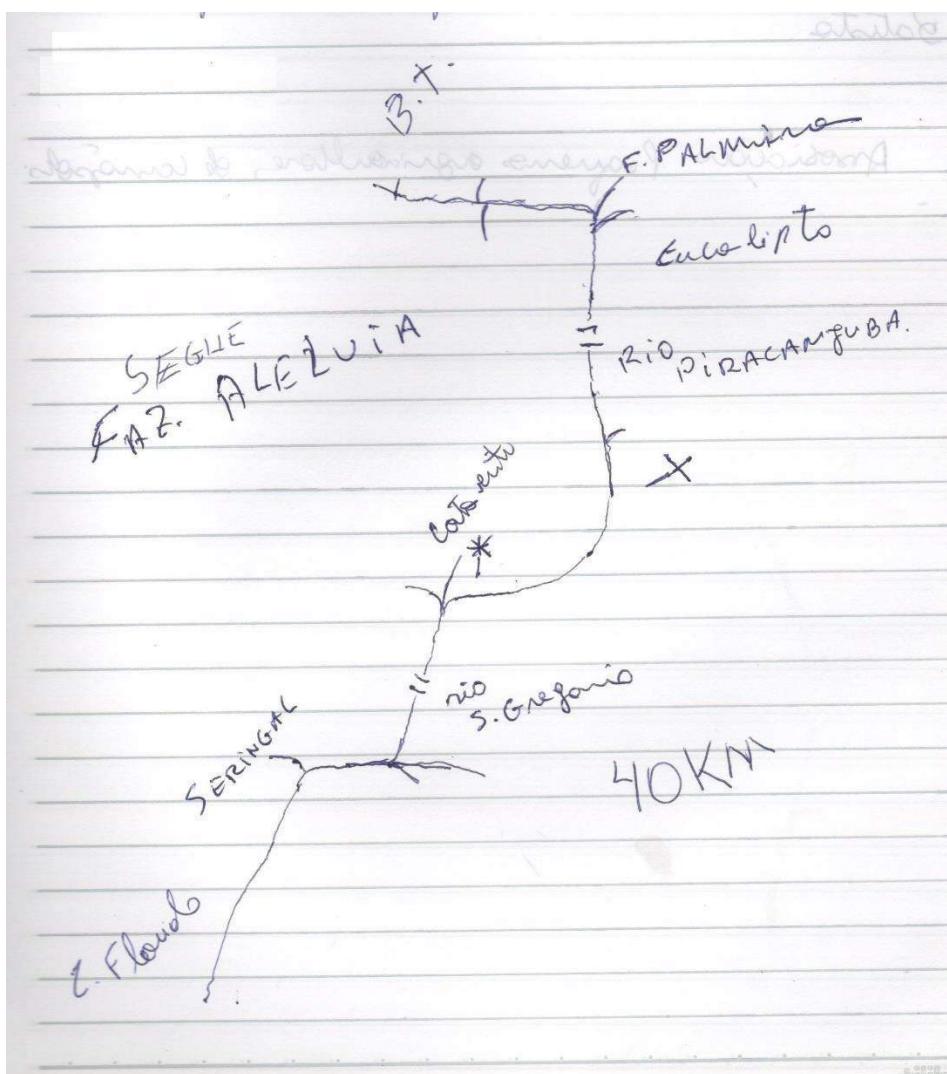
⁸ Utilizamos o diário de campo em todas as visitas realizadas, no entanto serão apresentadas apenas as visitas ocorridas nos empreendimentos.

⁹ No diário de campo, utilizou-se da linguagem coloquial, pois o intuito era a transcrição, na íntegra, dos relatos.

¹⁰ Os trabalhos de campo foram realizados com o uso desse carro.

a angústia dele em querer resolver o problema da dívida da terra. *Estamos totalmente perdidos. Não sabemos a quem recorrer. O MARAM tem que retomar essa discussão.*

Ao final da 1^a entrevista, liguei para a Sra. M., que me aguardava no empreendimento. Para minha surpresa, nesse momento, ela me informou que o empreendimento ficava a 40km de onde estávamos, sendo uma das áreas mais distantes da sede do município. Não me atentei em perguntar sobre isso. Imaginei que seria próximo. Ele, percebendo minha surpresa, disse-me: *você me parece muito corajoso, além de estar sozinho e nunca ter dirigido em estrada de chão, vai andar 40 km agora, o caminho é muito difícil, pois tem muitas bifurcações, caso erre qualquer entrada ficará perdido.* Ele desenhou, em uma folha de papel do caderno, o caminho que iria percorrer.



Fonte: Croqui desenhado por R., Campo Florido – MG

Sinceramente, fiquei um pouco inseguro e imaginei aquela situação como uma oportunidade desafiadora. A estrada estava um pouco encharcada devido à ocorrência de

chuva na madrugada. Embora ainda permanecessem várias poças de água no caminho, a estrada estava em boas condições. Muitos disseram que é em razão dos investimentos da prefeitura que está constantemente fazendo reparos. Assim, observei as diversas lavouras que existiam ao longo percurso, principalmente cana-de-açúcar, e por onde escoava a produção de leite. Segui exatamente como ele havia dito e cheguei em uma hora de viagem ao Empreendimento do Banco da Terra – Tavares.

O empreendimento abrange um território de 1.170ha. e possui 74 lotes cada um com, aproximadamente, 12ha. tive que perguntar. O lote da Sra. M. está localizado no centro da fazenda, por conta disso, demorei cerca de 30 minutos para encontrá-lo. O Sr. Z. também estava a caminho e iria justamente para entrarmos em contato. Eles foram bastante acolhedores, oferecendo-me almoço e me auxiliando na pesquisa. Dialogamos durante o almoço sobre diversos assuntos e, depois, apresentei o roteiro de entrevista.

A primeira entrevista foi muito produtiva, após almoçar, conversamos na varanda da casa da Sra. M., seu esposo Sr. A. e outro mutuário, o Sr. Z. Eles responderam prontamente às minhas indagações. Conversamos sobre as dificuldades dos camponeses, sobre a situação em que se encontravam e o desejo que eles tinham em resolver a questão da dívida do projeto. *Ninguém aqui quer nada de graça! Tenho fé em Deus que um dia vamos sair dessa!* Os Srs. A. e Z. tiveram que sair para realizar a segunda ordenha do dia. A Sra. M. se prontificou a me acompanhar nas visitas em todos os lotes que achasse necessário. Fomos ao lote da Sra. D., Sra. M. L., Sr. J., Sr. C., Sr. A., Sr. G., Sra. M. A. Sr. A., Sra. M. A. A maioria dos camponeses não conhecem o MARAM.

Na minha avaliação é de que existe um descaso do Estado para com essas pessoas. Elas não sabem quanto devem, não existe um local para receber a dívida, não têm orientação nenhuma.

Em várias falas, ficou claro o desejo que eles têm em pagar a dívida, “*Se pudesse entregar a terra e me livrar da dívida.*”, “*Queremos pagar, mas onde?*”, “*Vamos pagar essa dívida!*”. A forma da organização do empreendimento Tavares teve forte influência dos assentados no PA Nova Santo Inácio Ranchinho, localizado em Campo Florido, tanto na construção das casas, no interior de cada lote, e o tamanho destinado para cada família. Outra coisa importante é que, conforme eles me falaram, a totalidade daqueles que ingressaram inicialmente no projeto eram camponeses em geral, constituídos por arrendatários, parceiros ou trabalhadores das fazendas da região. afirmaram que melhoraram de vida desde a chegada no empreendimento Tavares, graças à produção de diversos gêneros no lote. Pelo fato de estar sendo acompanhado pela Sra. M., as pessoas

ficavam mais seguras em participar da pesquisa e em responde-la de modo mais livre. Das 74 famílias pioneiras, apenas 12 ainda permanecem 16% do total. Muitos foram comprando os lotes dos desistentes ou arrendando para a formação de pasto, já que a produção principal do empreendimento é a bovinocultura de leite.

Fiquei impressionado com a produtividade de leite que tem esse empreendimento. Eles produzem cerca de 6.000 litros por dia. E vendem, em média, no valor de R\$ 0,96/litro.

Foram excelentes todos os cafezinhos, água gelada e a receptividade pela qual fui recebido. O dia foi muito produtivo, já tinha anoitecido e me dei conta de que teria que enfrentar novamente o caminho que havia feito. Já a caminho de deixar a Sra. M. mais próximo de sua casa, quando a deixei, tive que anotar o CPF de um participante da pesquisa que ficou faltando. Por minha boa sorte, surgiu o jovem M., que é tratorista da prefeitura e que, naqueles dias, estava trabalhando no empreendimento Tavares na reforma das estradas e estava aguardando o ônibus para retornar para Campo Florido. Ele aceitou a carona e chegamos tranquilamente à cidade. Valeram a pena os 495km percorridos.

Associação dos Pequenos Produtores de Canápolis – Monte Alegre de Minas

Na sexta-feira do dia 7 de março de 2014 saí de minha casa às 06:30 para o trabalho de campo. O céu estava nublado e, assim que entrei na rodovia BR 365, começou a chover. Fiquei meio inseguro, mas tinha a consciência de que deveria prosseguir. Cheguei à cidade de Monte Alegre de Minas, não sabia a direção da saída para o empreendimento. Perguntei para algumas pessoas o caminho para a Associação do Banco da Terra e eles foram me indicando. Contudo, havia tentado fazer os contatos prévios com o mutuário Sr. L. há duas semanas antes da visita, telefonando diariamente mas sem sucesso. Conseguí finalmente falar com ele apenas dois dias antes da entrevista, no dia 5 à noite. A única informação que havia me passado sobre como chegar lá era de que o empreendimento ficava na Estrada dos Garcias, a ligação caiu e não foi possível conversar novamente até o dia da saída. Sinceramente, não sabia se a distância até lá seria 10 ou 50km.

A estrada estava em boas condições, toda cascalhada, mas, em alguns trechos, formavam-se os bolsões de água e isso me afligia. O último informante, um senhor que parei na rua, me disse que era para seguir e que, na primeira bifurcação, era para entrar à esquerda, não sabia se estava no caminho certo. Não havia movimento algum de

automóveis na estrada, o que me preocupava, pois não sabia se já havia passado do ponto de entrada. Caía uma chuva fraca e fina. Avistei uma venda na beira da estrada. Nossa que alívio!! Já havia percorrido 17 km na estrada. Perguntei sobre o empreendimento do BT e alguns meninos que aguardavam a van escolar, me informaram que já estava no interior da associação. Indicaram-me o caminho para chegar à casa do Sr. L. e logo fui ao seu encontro.

Quando lá cheguei, o Sr. L. apareceu na varanda, cumprimentamo-nos, e ele me disse: *Você é um caboco pontual, chegou no horário que nós combinamos.* Eram, exatamente 08:30hs. Sentamos para conversar num dos bancos que estava na varanda, ele me trouxe uma mesa para que eu pudesse me apoiar para poder escrever. Logo trouxe também um delicioso café e bolo de fubá. Disse que iria me acompanhar, pois, por conta da chuva, não poderia trabalhar. Conversamos em torno de uma hora. Era uma pessoa bem esclarecida sobre a realidade do BT. *É fácil resolver o problema do banco da terra, basta ter vontade política.*

Em seguida, fomos ao presidente da Associação dos Pequenos Produtores Vale do Sol II, o Sr. P. Assim que entramos no carro, começou a chover muito forte, não dava para enxergar por onde estava passando. O carro deslizava sobre o barro e tinha que realizar movimentos muito rápidos no volante, pois, caso contrário, poderia bater nas estacas da cerca ou entrar dentro das lavouras no caminho, tais como abacaxi, mandioca e verduras.

Como o Sr. L. já havia ligado para o Sr. P., este já nos aguardava, tive a impressão de que a chuva iria destruir a varanda da casa. Conversamos sobre os desafios dessa associação, já que ela está localizada na outra metade da fazenda adquirida pelo BT. Ainda na associação Vale do Sol II, fomos à casa do jovem F. e depois retornamos para a Associação Canápolis. Fizemos mais três visitas na casa da Sra. A., Sr. J., Sr. S. e retornamos para a casa do Sr. L., 12:40hs. A chuva ainda persistia durante todo o período. Tomei muita chuva nos momentos de entrar nas residências dos mutuários e o tênis também ficou todo encharcado. Almocei na casa do Sr. L. e depois continuei as visitas sozinho, pois ele já tinha marcado outros compromissos no período da tarde. Fui à casa do Sr. R., Sr. C., Sr. F., jovem L. e a Sra. M.

A constatação da situação de desamparo e o desrespeito com esses camponeses pelo Estado se repetiu nas outras entrevistas. Eles pareciam desesperançoso, quanto às ações do governo federal. Apenas a liderança sabe sobre a luta do MARAM. Como dito anteriormente, os mutuários desconhecem as ações do MARAM. Há vários anos que não

recebem assistência técnica. Estão abandonados. Com tudo isso, são pessoas de muita fibra pois seguem a marcha, trabalhando e vivendo do que conseguem produzir. Acabei quando já estava anoitecendo. As conversas que tive nesse dia ficarão marcadas em minha memória. Fiquei contente por percorrer esses 248km.

Associação dos Agricultores Familiares do Pontal I município de Ituiutaba

Realizei a pesquisa na Associação dos Agricultores Familiares do Pontal I na terça-feira, 11 de março de 2014. Confirmei inicialmente com a Sra. L. no dia 6 de março. Saí de Uberlândia às 06:20hs, cheguei à Ituiutaba às 08:25hs. Como combinado, encontraria a Sra. L. na casa de seu pai, que mora na cidade, no entanto, como havia chovido muito no dia anterior, ela não conseguiu vir. Liguei para a Sra. L. e fui informado de que o Sr. E. da Associação dos Pequenos Produtores Córrego dos Pilões iria para lá, já que também fazia parte da liderança do MARAM.

O calor estava muito intenso. Esperei cerca de uma hora na porta da casa do pai da Sra. L. até o Sr. E. chegar. Ele apareceu e seguimos para o empreendimento pela BR 365, sentido Santa Vitória. Chegamos ao empreendimento e logo fomos direto para a casa de farinha onde a Sra. L. estava trabalhando. De maneira espontânea ela parou o seu trabalho e resolveu me acompanhar nas visitas durante todo o dia. Nossa, que alegria (e alívio)!! Senti-me mais seguro.

Seguimos para a casa de sua irmã, a Sra. M., local em que conversamos por mais de 02:30min e, posteriormente, foi servido um ótimo almoço. Eles me contaram todo o histórico do MARAM. *Precisamos retomar a luta! Na época que o Maram funcionava era muito bom, porque a gente estava por dentro do que acontecia nos banco da terra na região.* Após o almoço, troquei algumas ideias com a Sra. M., em seguida, começamos a realizar as visitas.

A primeira foi na casa do Sr. R. e da Sra. P. Logo após, fomos para a suinocultura que pertence à associação, sendo que tinham sumido 70 suínos. Esse galpão foi construído com ajuda da empresa Sadia¹¹.

Depois, seguimos para a casa do Sr. D., Sra. A. Nesta última visita, ganhei três potes de doces feitos pela mutuária. Ela não consegue vender sua produção por falta de condução para levar até a cidade. Já era por volta das 17:00hs, começou a chover muito

¹¹ Atualmente Brasil Foods S/A.

forte, a estrada de 8km percorrida no empreendimento, até a BR 365, estava em péssimas condições. O MARAM surgiu por iniciativa de algumas mutuárias dessa associação.

O empenho é constante na tentativa de encontrar caminhos para resolver os conflitos no empreendimento. O maior desafio que eles enfrentam é a falta de assistência técnica, por esse motivo, amargaram muitos prejuízos de investimentos realizados.

O Sr. E. também se dispôs a me receber em seu empreendimento Córrego dos Pilões. Disse a ele que na manhã seguinte estaria lá às 08:30hs.

Associação dos Produtores Rurais do Córrego dos Pilões município de Ituiutaba

Na quarta-feira, 12 de março de 2014 pernoitei em Ituiutaba para prosseguir os trabalhos de campo. Desde as 08:00 da manhã chovia muito forte. O Sr. E. me ensinou o caminho de como chegar no empreendimento pela BR 365, sentido Monte Alegre de Minas. Quando saí da rodovia e entrei na estrada que dava acesso ao empreendimento, fiquei surpreso com as péssimas condições. O fato é que havia percorrido durante outros trabalhos de campo estradas ruins, no entanto essa, até o momento, foi a pior de todas.

O solo da região em que o empreendimento fora adquirido é muito argiloso. O carro não conseguia ser conduzido em linha reta, deslizava sobre o solo e a estrada, como era muito estreita e tinha cerca dos dois lados, tornava o percurso mais perigoso, pois a chuva não cessava. O carro atolou duas vezes, mas, realizando manobras, consegui retirá-lo. Esse percurso assustador foi de 800m da rodovia BR 365 até a agrovila do empreendimento. Ao descer do carro, percebi o motivo da dificuldade de dirigir. Ao andar, o barro se acumulava no solado do tênis. Por diversas vezes me inclinei escorregando e quase cai no chão.

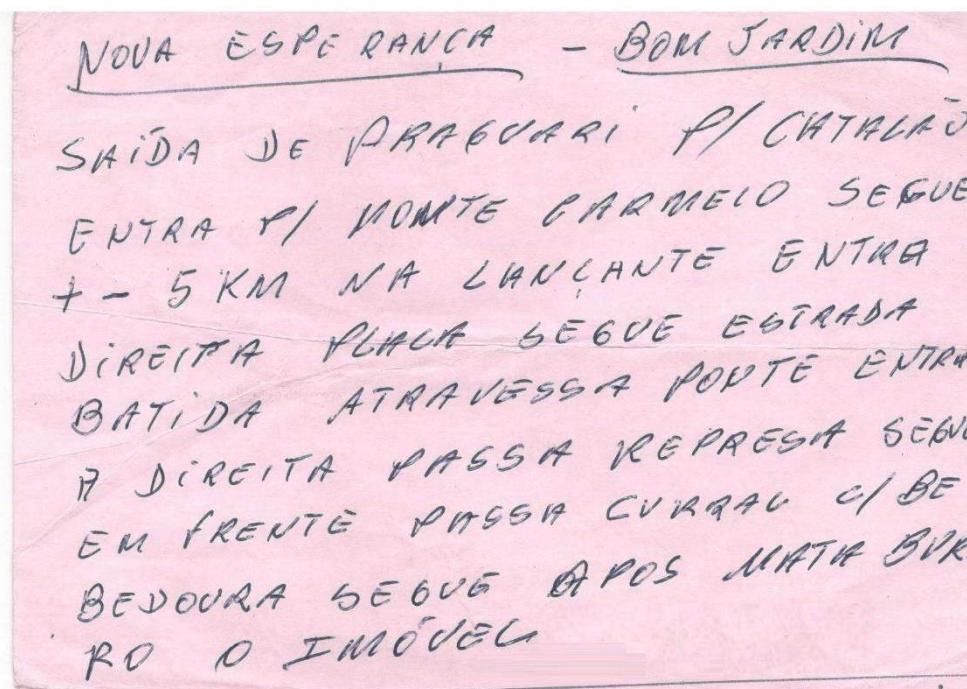
Fui até o barracão em que o Sr. E. estava realizando a ordenha do dia. Pedi para que ficasse à vontade para conversar com as pessoas e tirar fotografias enquanto ele terminava o trabalho. Comecei a dialogar com o pessoal que estava trabalhando na horticultura, estavam plantando couve, alface e coentro. Depois, fui realizar a visita na casa da Sra. O., que me recebeu de modo muito acolhedor, conversamos cerca de 35min. Nesta associação moravam apenas cinco famílias, três estavam residindo fora. A maior dificuldade que pude observar se refere à impossibilidade de gerar renda para pagar a dívida da terra. *Se o banco quiser negociar hoje comigo, não consigo pagar! Tem que rever as contas porque o que eles quer é muito fora da nossa realidade.* Eles comentaram que não têm para onde ir, e, caso o banco execute a dívida e tome a propriedade, ficarão sem moradia e trabalho. *Se o banco vim tomar, estou na rua.*

Pude realizar duas visitas. Uma com o Sr. e outra com a Sra. O. *Quanto ao Maram? Acho que ele precisa voltar.* Na volta, tive que enfrentar novamente o caminho que me permitiu chegar ao empreendimento. Esses dois dias em Ituiutaba e os 355km percorridos foram valiosos. Minha eterna gratidão a todos que me receberam.

Associação de Agricultores Familiares Nova Esperança município de Araguari

Na quinta-feira do dia 13 de março de 2014 saí de Uberlândia às 07:00 e cheguei ao escritório da Emater em Araguari às 07:50hs, o único contato que tinha para conhecer a Associação.... Fazia muito calor, tempo quente e abafado. Cada visita a um novo empreendimento parece ser um desafio a ser enfrentado. Isso tem me motivado a envolver cada vez mais com os problemas que a minha pesquisa propõe entender.

Essa visita foi completamente diferente das outras. Liguei algumas vezes ao escritório da Emater de Araguari e consegui contanto de apenas um mutuário. Liguei várias vezes em diferentes horários. O técnico da Emater disse que lá não tinha sinal de telefone e, caso tivesse interesse em conversar com eles, teria que ir até lá. Dispus-me a esse desafio. Fui primeiro na Emater, pois teria que aprender como chegar lá. Teria que percorrer mais 35km, sentido Monte Carmelo, até chegar no empreendimento. O Sr. P. técnico da Emater me explicou escrevendo em um papel.



Fonte: Descrição feita pelo técnico da Emater de Araguaria.

Confesso que não entendi muito bem. Segui a instrução dada por ele. Fiz o percurso bastante atento e consegui chegar ao empreendimento. Conversei primeiramente com a Sra. C., que foi interessante. No entanto o fato de não ter conseguido informar antes sobre a minha visita, o entrosamento ficou um pouco distante.

Depois, fui dialogar com a Sra. R. e o Jovem F, respectivamente esposa e filho do Sr. C., liderança da associação. Informaram que o Sr. C. estava trabalhando na Ceasa/Uberlândia. É um empreendimento implantado, inicialmente, com 18 famílias. No entanto, apenas quatro ainda permanecem. A produção de verdura é levada pelo Sr. C. e o Sr. J., todas as segundas e quintas-feiras, para a Ceasa. Conversei algum tempo com eles, realizei alguns registros fotográficos com a permissão deles e retornei o mais rápido possível para Uberlândia e fui direto para o Ceasa. Liguei para o Sr. C. que disse que iria me aguardar.

Fui ao encontro dele, papeamos um pouco e solicitei que, se tivesse como me disponibilizar o mapa do empreendimento, que pegaria posteriormente criando uma nova oportunidade para dialogarmos. Ninguém tem conhecimento sobre o MARAM. A situação em que esse empreendimento se apresenta é lamentável, apenas quatro famílias moram e produzem. Muitos mutuários desistiram e mudaram do local, na possibilidade de se querer renegociar a dívida, a situação ficaria impossível de encontrá-los. Ninguém soube dizer ao certo sobre a funcionalidade do projeto BT, nenhuma pessoa conseguiu pagar nada. Assim aconteceu. Percorri 180km fiquei satisfeito com o desfecho desse trabalho de campo.

Associação Campo Brasil –Uberlândia

No sábado, dia 15 de março de 2014, saí de casa as 14:00hs à tarde estava bem quente para realizar a pesquisa no empreendimento Campo Brasil. Na quinta-feira anterior, conversando com o Sr. C. e o Sr. Z., fui informado que o pessoal do Empreendimento Campo Brasil estava na Ceasa e na Cooperativa dos Agricultores Familiar de Uberlândia e Região – Cooperaf, era presidida por um mutuário do Associação Campo Brasil. Fui até a sede da cooperativa e dialoguei com a Sra. J. filha do Sr. E., que me informou o número de seu telefone de contato. Liguei, imediatamente, e, ao ser esclarecido sobre o objetivo da pesquisa, fui convidado para participar da Assembleia Geral que iria ocorrer no sábado 15-03 às 14:00hs na sede da associação.

O empreendimento fica localizado no quilômetro 35, sentido Uberlândia-Prata. Fui para assembleia e foi concedido 20min. para que eu pudesse conversar com os mutuários. A maioria dos presentes desconhece o MARAM. Após minha exposição, entreguei lhes o termo de pesquisa e o roteiro de entrevista que realizei nas demais visitas. Foi muito produtivo, pois a maioria dos mutuários estavam presentes, visto que nessa reunião seriam definidas as ações para a renegociação da dívida, mesmo depois da publicação MP 432.

Após isso, visitei três lotes e realizei alguns registros fotográficos. A maioria das pessoas que estava na assembleia não mora no empreendimento, em sua maioria os mutuários estão presentes no lote apenas nos finais de semana, sendo este os segundos ou terceiros donos. A desinformação quanto à questão burocrática é total. Percorri 90km para encontrar com todas essas pessoas, foi muito agradável.

Em suma, as técnicas de pesquisa utilizadas, foram os instrumentos que nos permitiram aprofundar um pouco mais a nossa compreensão sobre a situações em que esses camponeses mutuários estão inseridos. Portanto, esses instrumentos empregados na pesquisa, foram fundamentais para a construção desse trabalho.

CAPÍTULO 1



1 – O BANCO MUNDIAL E SUAS AÇÕES NA AMÉRICA LATINA

Neste capítulo, desenvolveremos uma análise sobre o contexto de criação das políticas para o mercado de terras instituídas pelo Banco Mundial. Compreendemos que tais ações geraram vários conflitos nos países em que foram implantadas. Acrescenta-se, também, o conteúdo presente nas publicações do Banco Mundial.

Destacamos, ainda neste item, a forma como organizamos a análise do território. Privilegiaram-se os aspectos relacionados às transformações exercidas pelo capitalismo e como os diferentes sujeitos que habitam o território, ou que disputam seu domínio, estabelecem estratégias de luta no âmbito de conflitos. Embora o intuito tenha sido abranger os principais autores que abordam a categoria território a partir dos conflitos e seus desdobramentos no campo brasileiro, alguns foram apresentados mais detidamente pela importante contribuição dentro do contexto estudado. Não é nosso objetivo fazer uma geografia dos autores ou um quadro teórico explicativo do conjunto de suas proposições, mas nos situarmos no interior desse debate.

Entre os autores brasileiros selecionados para contribuir com a presente discussão, assinalamos Santos (2000) com uma abordagem materialista, tendo como referência a produção do território a partir do espaço geográfico. Haesbaert (2004) baseando-se em elementos culturais e políticos, centrando-se em suas processualidades entre as dimensões materiais e culturais do território. Saquet (2007) constrói sua abordagem ressaltando os fatores políticos/econômicos, também considerando a (i)materialidade do território na relação matéria ideia, interpretando-a com uma unidade.

Oliveira (2004, 2012) contribui no sentido de caracterizar as ações que os capitalistas efetivaram na apropriação do território, que ele identifica como dois processos, o de territorialização do capital monopolista e a monopolização do território pelo capital. Fernandes (1999, 2009) apresenta suas reflexões com base nas disputas territoriais entre dois modelos de desenvolvimento, a agricultura empresarial e a agricultura camponesa, sendo que a centralidade de suas análises recai sobre as ações que os camponeses ligados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST desencadeiam no território.

1.1 O território como categoria analítica para compreensão das transformações no campo

Na Geografia, a categoria de análise território, possibilita compreender as inúmeras nuances que contribuem para a constituição das diversas áreas onde se concentram os conflitos, como também as disputas pelo seu domínio. Isso só ocorrerá se houver elementos intrínsecos de sua própria formação. O conflito, a disputa pelo poder, a dominação, o controle, a identidade, o espaço de vida, a apropriação, a reprodução capitalista ou camponesa, enfim, uma infinidade de conceitos e denominações que perpassam, especialmente, pela relação que se estabelece entre os diferentes grupos sociais que formam esse(s) território(s).

Compreendemos que o território, historicamente, foi considerado como uma área delimitada e que os diferentes grupos nele inseridos exercem um determinado tipo de ação ou recebem a ordem da atuação de quem os domina e controla. A identificação das diferentes relações que se estabelecem no território não é possível apenas por um único aspecto. É necessário incluirmos em nossa concepção uma visão de totalidade entre os diferentes elementos que o compõem, sejam eles econômicos, políticos, culturais e naturais.

Por essa óptica, é possível dizer que a apropriação que a sociedade faz sobre a natureza é a construção do território. Embora a natureza seja um componente material concreto, fazem-se presentes os aspectos subjetivos e imateriais que contribuem para sua constituição.

É importante sinalizarmos que o território é um produto de contradições sociais e de conflitos. Pode-se considerar que isso seja uma parcela do resultado do desenvolvimento que o modo capitalista de produção efetiva sobre a natureza, visto que o capital se reproduz no conflito e na disputa entre os desiguais.

As desigualdades dos diferentes grupos sociais que compõem o território se revelam no poder de domínio e de controle que infundem nessa relação. Ponderamos que o poder não se efetiva sob o nada, não é uma influência que se impõe de modo externo aos sujeitos, mas que é exercido no interior de determinadas relações de uma dada estrutura.

Isso significa dizer que a legitimidade do poder imposto pelo Banco Mundial é referendada pelas inúmeras escalas do território, seja em nível regional, como na América Latina, nacional, no Brasil, estadual, em Minas Gerais e local em cada município e/ou empreendimento em que foram implantados as políticas e os programas dessa instituição.

O poder é inerente às relações sociais, que substantivam o *campo do poder*. O poder está presente nas ações do Estado, das instituições, das empresas..., em relações sociais que se efetivam na vida cotidiana, visando ao controle a à dominação sobre os homens e as *coisas*. (SAQUET, 2007, p.33, grifos do autor).

Nesse contexto, na expansão do capitalismo e seus inúmeros elementos são envolvidos grupos e agentes sociais nessas tramas de relações. O território está em um dinamismo permanente graças às relações sociais que ali se estabelecem, criando-as e recriando-as de modo permanente e constante.

A noção de limite apresentada por Raffestin (1993) é um elemento fundante para nossas análises, pois encontram-se, nesse ponto, elementos que nos permitem identificar o processo de diferenciação territorial. Cada território possui singularidades, isso significa dizer que as diferentes escalas territoriais apresentam características que somente podem ser compreendidas no interior de cada uma dessas unidades.

Como exemplo, podemos citar o Programa Nacional de Crédito Fundiário – PNCF, que, embora tenha uma abrangência nacional, atendendo a centenas de municípios em diversos estados, ao analisarmos a geografia de implantação desses programas e projetos, é possível observar a sua concentração em algumas regiões do país.

A aglomeração dos empreendimentos justifica-se pelas características territoriais que atraem esses investimentos, e que proporcionam, entre outros benefícios, a reprodução desse capital. Não se pode considerar o acaso ou escolha aleatória, pois não seria difícil explicar a concentração nos territórios das regiões Nordeste e Sul do Brasil, que abrigam a maior parte dos projetos e linhas de financiamentos do PNCF. Existem elementos estruturais e conjunturais colocados para que isso ocorra.

Por isso, defendemos que o território não pode ser considerado como uma área inativa, imóvel e sem dinamismo. Para Saquet (2007),

Na relação entre soberania e território, há pessoas e atividades. Por isso, o conceito de território não pode ser classificado como *físico* ou fenômeno *inanimado*, mas uma área onde há um elemento de centralidade, que pode ser uma autoridade exercendo soberania sobre as pessoas ou sobre o uso de um lugar. Direito, política e jurisdição são atributos específicos dos homens e estão presentes na constituição do território que significa, sucintamente, *expressão geográfica* da dominação social em uma certa área. (SAQUET, 2007, p. 68, grifos do autor).

Assim, o território pode ser entendido somente por meio das ações que os homens estabelecem em sociedade. Ao agir, eles demarcam, organizam e constroem em suas múltiplas dimensões, sejam elas econômica, política e/ou cultural.

A apropriação e o uso que os agentes do capital fazem do território também são aspectos importantes a serem considerados. “[...] são as forças produtivas e as relações de produção, na expansão do capitalismo, que configuram o território” (SAQUET, 2007, p. 70). A relação capital/trabalho que se estabelece é marcada pela conflitualidade. Dessa forma, essa mediação e intervenção do poder político/econômico na tentativa de neutralizar os conflitos, oriundos desse processo, por meio do arranjo das relações de poder, articulam ações para a reprodução e a reorganização do capital.

No que se refere à dinamicidade presente na composição do território, suas derivações também precisam ser avaliadas. Podemos interpretar a territorialidade como um conjunto de ações realizadas por agentes sociais, seja o Estado, a empresa, o movimento socioterritorial, o indivíduo etc. Suas manifestações materializam-se na formação do território, elementos materiais e imateriais que garantam sua apropriação e controle, assim como a alteração de determinada correlação de força ou sua permanência. Desse modo, a territorialidade está permanentemente em movimento.

Para Santos (2000), o conceito de território ganha uma nova roupagem nas últimas décadas. Os grupos hegemônicos do capital, representados por Estados, instituições financeiras multilaterais e empresas dos diversos ramos produtivos, apropriam-se do território como base local para extrair todos os benefícios que ele pode oferecer para ampliar sua riqueza. “Com a globalização todo e qualquer pedaço da superfície da Terra se torna funcional às necessidades, usos e apetites de Estados e empresas nessa fase da história.” (SANTOS, 2000, p.40).

Esse autor amplia e aprofunda o entendimento sobre as relações de poder que se estabelecem nessa nova ordem mundial, ou seja, há um ordenamento emanado do capital. Trabalhando com o conceito de território usado, apresenta o controle social exercido pelos grupos hegemônicos. Para ele, esse controle social praticado no território se deve a dois fatores importantes, a rapidez e a fluidez com que os sistemas técnico-informacionais circulam em nível global. Contudo apenas alguns poucos agentes recorrem a esses instrumentos para alcançar seus objetivos, sejam eles instituições públicas, empresas privadas com abrangência nacional ou internacional. Sua utilização se dá pelo poder que o capital confere a esses agentes.

Desse modo,

O território não é apenas o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de sistemas de coisas criadas pelo homem. O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o

sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influí. Quando se fala em território deve-se, pois, de logo, entender que se está falando em território usado, utilizado por uma dada população. Um faz o outro, à maneira da célebre frase de Churchill: primeiro fazemos nossas casas, depois elas nos fazem... A idéia de tribo, povo, nação e, depois, de Estado nacional decorre dessa relação tornada profunda. [...] Paralelamente, o território se apresenta como uma arena de movimentos cada vez mais numerosos, fundados sobre uma lei do valor que tanto deve ao caráter da produção presente em cada lugar como às possibilidades e realidades da circulação. O dinheiro é, cada vez mais, um dado essencial para o uso do território. (SANTOS, 2000, p. 47-48).

Com essa abordagem econômica e material, o dinheiro, como uma das faces do capital, torna-se imprescindível para o uso do território. Estamos nos referindo ao dinheiro especialmente no nível macroeconômico em sua circulação mundial.

No território, a finança global instala-se como a regra das regras, um conjunto de normas que escorre, imperioso, sobre a totalidade do edifício social, ignorando as estruturas vigentes, para melhor poder contrariá-las, impondo outras estruturas. No lugar, a finança global se exerce pela existência das pessoas, das empresas, das instituições, criando perplexidades e sugerindo interpretações, que podem conduzir à ampliação da consciência. (SANTOS, 2000, p. 49).

O uso do território, conforme a interpretação de Santos (2000), se caracteriza pela ação que os agentes hegemônicos impõem sobre o território, sendo a base material e de recurso da reprodução do capital. Por outro lado, os agentes que não participam do circuito de atuação dos grupos hegemônicos utilizam o território como abrigo. Pode-se então considerar que o poder e a influência exercidos pelos diferentes agentes determinam o uso do território.

Santos (2000) ainda apresenta argumentos, indicando que o território não é passivo perante a territorialização da globalização da economia, pois ocorre resistência do território ante esse processo. As resistências e os conflitos gerados pela territorialização das instituições financeiras globais serão apresentados no item 1.4 deste capítulo.

Outro autor importante no que se refere à contribuição no debate ao conceito de território é Haesbaert (2004), o qual baseia sua análise no processo de desterritorialização. Este autor expõe suas reflexões a partir da migração gaúcha pelo interior do Brasil, tendo como estímulo o movimento de expansão da cultura da soja. Nesse contexto, ele considera que a ação de destruir o território é consequência do processo de desterritorialização. Conforme seus argumentos, essa dinâmica só pode ser entendida a partir de uma

perspectiva dialética, pois, quando ocorre o processo de destruição de um dado território, ele se reorganiza em outras bases, mesmo que seja um território precário.

Para Haesbaert (2004),

[...] o território compõe de forma indissociável a reprodução dos grupos sociais são espacial ou geograficamente mediadas, e de que a territorialidade ou a “contextualização territorial” é inerente a condição humana. Embora muito variável em suas manifestações, o território está presente em todo processo histórico. Trata-se da noção mais ampla de território, e que muitas vezes se confunde com a própria noção de espaço geográfico. O território de qualquer forma, define-se antes de tudo com referência às relações sociais (ou culturais, em sentido amplo) e ao contexto histórico em que está inserido. (HAESBAERT, 2004, p. 78).

Por essa óptica, compreendemos que o território é composto de sua base material, que se evidencia em sua funcionalidade, como também de elementos simbólicos e culturais que se expressam e respondem por aquelas transformações ocorridas. Deste modo, para Haesbaert (2004), o território precisa ser entendido como um processo permanente, que caracteriza sua dinamicidade e movimento.

Em consequência, a reprodução que o capital põe em prática sobre os diversos territórios resulta em alguns efeitos. A aceleração do processo produtivo e as mudanças ocorridas nas bases técnicas contribuíram para o aumento da acumulação capitalista. Por outro lado, a reboque desse processo, de modo concomitante, essa dinâmica faz com que contingentes de pessoas sejam excluídos dos supostos benefícios da globalização. Isso promove uma mobilidade permanente e gera uma busca constante pela sobrevivência.

Temos, desse modo, duas visões do que muitos autores denominam de desterritorialização: uma na perspectiva dos grupos hegemônicos, que ditam a velocidade e a intensidade do processo globalizante, e outro dos grupos que são incluídos de maneira precária ao circuito globalizador.

Segundo Haesbaert (2004), o processo de desterritorialização

[...] é o mito dos que imaginam que o homem pode viver sem território, que a sociedade pode existir sem territorialidade, como se o movimento de destruição de territórios não fosse sempre, de algum modo, sua reconstrução em novas bases. Território, visto por muitos numa perspectiva política ou mesmo cultural, é enfocado aqui numa perspectiva geográfica, intrinsecamente integradora, que vê a territorialização como processo de domínio (político-econômico) e/ou de apropriação (simbólico-cultural) do espaço pelos grupos humanos. (HAESBAERT, 2004, p. 16).

Como apresentado, não há desterritorialização, o que ele propõe é a existência de uma territorialização precária. O empenho permanente dos capitalistas em se

territorializar nos diferentes pontos do globo se baseia no princípio de que, para ocorrer a apropriação do território pelo capital, é necessário alterar sua configuração partindo de um novo ordenamento.

[...] Por isso, sem ignorar a força de fatores de ordem cultural, enfatizamos aqui a dimensão socioeconômica das dinâmicas de exclusão, pelo simples fato de que é ela quem responde melhor, hoje, pela formação daquilo que estamos denominando “aglomerados” e processos de “territorialização precária”. (HAESBAERT, 2004, p. 319).

Outro ponto significativo de sua contribuição é a abrangência da forma como, anteriormente, era denominado o território, caracterizado por uma zona ou área, sendo estes conceitos característicos de visões clássicas. Na atual conjuntura, é pertinente compreendermos o território articulado em rede, pois a integração dos circuitos da globalização torna-se cada vez mais relevantes, como, por exemplo, um determinado ponto pode exercer influência em outro território, que pode estar próximo como também do outro lado do mundo.

Por outro lado, não se trata simplesmente de priorizar o expressivo sobre o funcional, mas de reconhecer sua permanente imbricação. Se o território hoje, mais do que nunca, é também movimento, ritmo, fluxo, rede, não se trata de um movimento qualquer, ou de um movimento de feições meramente funcionais: ele é também um movimento dotado de significado, de expressividade, isto é, que tem um significado determinado para quem o constrói e/ou para quem dele usufrui. (HAESBAERT, 2004, p. 281).

Nesse aspecto, interpretamos que o território, inserido em redes, não seja necessariamente desterritorialização, e sim o processo de novas territorialidades. Como exemplo, podemos citar as ações do Banco Mundial, cuja eficácia do poder, verificado em diversos pontos da superfície do globo, se deve à capacidade e agilidade com que velocidade atua nas diferentes escalas e nos diversos tipos de território articulados em rede, utilizando-se do desenvolvimento dos sistemas de comunicação, beneficiando-se assim, das vantagens que cada um deles oferece.

Outro autor importante é Oliveira (2004), que contribui com o debate acerca do processo que ele denomina de ação do capital monopolista, praticado sobre o território. O que, anteriormente, era dividido e delimitado nos ramos da agricultura e da indústria, no período recente, acompanhamos a sua permanente união, tornando-se apenas um ramo produtivo a serviço do capital. Para este autor, o território é compreendido mediante as contradições que o desenvolvimento desigual do capitalismo promove no espaço, seja ele rural e/ou urbano.

Esse desenvolvimento, ao mesmo tempo em que altera a estrutura produtiva existente no campo, de modo simultâneo, altera profundamente as relações no mundo do trabalho. As relações capitalistas de produção se tornam elementos necessários na composição da reprodução desse modelo.

Nesse conjunto,

Parto, portanto, da concepção de que o território deve ser apreendido como síntese contraditória, como totalidade concreta do processo/modo de produção/distribuição/circulação/consumo e suas articulações e mediações supra estruturais (políticas, ideológicas, simbólicas, etc) onde o Estado desempenha a função de regulação. O território é assim, produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção de sua existência. Sociedade capitalista que está assentada em três classes sociais fundamentais: proletariado, burguesia e proprietários de terra. Dessa forma, são as relações sociais de produção e o processo contínuo/contraditório de desenvolvimento das forças produtivas que dão a configuração histórica específica ao território. [...] O processo de construção do território é, pois, simultaneamente, construção / destruição / manutenção / transformação. É em síntese a unidade dialética, portanto contraditória, da espacialidade que a sociedade tem e desenvolve. Logo, a construção do território é contraditoriamente o desenvolvimento desigual, simultâneo e combinado, o que quer dizer: valorização, produção e reprodução. (OLIVEIRA, 2004, p. 13).

Oliveira (2012) propõe, a partir de duas dinâmicas, o avanço do capitalismo na apropriação do território. A primeira se refere à territorialização do capital e a segunda, à monopolização do território.

Diversos exemplos desse processo são arrolados, no entanto vamos nos ater a dois. O primeiro, territorialização do capital monopolista na agricultura, ocorre por meio do controle exercido pelos agentes capitalistas no território. Oliveira (2012) exemplifica essa dinâmica por meio das transformações observadas no setor sucroenergético e no setor de celulose e madeira plantada. Isso se dá pela união da indústria e da agricultura, tornando-se parte de um único processo. Nesse momento histórico, o capitalista da indústria, proprietário de terra e capitalista da agricultura é representado por uma única pessoa ou empresa.

A territorialização dos monopólios atua simultaneamente, no controle da propriedade privada da terra, do processo produtivo no campo e do processamento industrial da produção agropecuária. Esse processo deriva da especificidade de dois setores: o sucroenergético e o de celulose e madeira plantada. Deriva também, da relação entre o capital nacional e estrangeiro que, há muito tempo, apresentam-se entrelaçados. O processo de mundialização soldou em um outro patamar econômico e político esta relação. Veja-se por exemplo, as fusões e associações que estão ocorrendo no agronegócio no Brasil, tornando inclusive, empresas nacionais nas maiores empresas mundiais de seus respectivos setores. (OLIVEIRA, 2012, p. 8).

Assim, esse processo de territorialização dos monopólios capitalistas se dá pelo fortalecimento das empresas que atuam de maneira predatória no território. A união dos

diferentes seguimentos capitalistas promove ainda mais a concentração do poder e da propriedade sobre os territórios onde esses ramos produtivos do agronegócio estão territorializados.

Já a monopolização do território pelo capital se dá por meio do controle imposto pelo capitalista sobre a produção gerada pelos camponeses. Estes aplicam suas terras e a força de trabalho no processo produtivo, enquanto que o capitalista controla as fases produtivas do processamento industrial e a comercialização. Nesse sentido,

A monopolização do território é desenvolvida pelas empresas de comercialização e/ou processamento industrial da produção agropecuária, que sem produzir no campo, controlam através de mecanismos de subordinação, camponeses e capitalistas produtores do campo. As empresas monopolistas atuam como *players* no mercado futuro das bolsas de mercadorias do mundo, e, às vezes controlam a produção dos agrotóxicos e fertilizantes. (OLIVEIRA, 2012, p. 10).

A monopolização do território também pode ser acompanhada nos setores de grãos, leite, suco e concentrado (especialmente, no caso da laranja), carnes etc. Para exemplificar esse processo, podemos citar os produtores de fumo no Brasil, que entregam sua produção às multinacionais de cigarro. Observa-se que a empresa é representada por uma pessoa ou grupo empresarial/industrial, enquanto que, na aplicação desse capital, se apropria da propriedade da terra contando com o uso da força de trabalho do camponês.

Temos, também, a situação em que o camponês arrenda terra para plantar. Nesse caso, temos “o capitalista industrial, o proprietário da terra – rentista (que vive da renda em dinheiro recebida pelo aluguel da terra) e o camponês rendeiro, que com a família trabalha a terra”. (OLIVEIRA, 2004, p.14).

Em suma, para Oliveira (2012), a territorialização do capital monopolista e monopolização do território pelo capital representam a face da reprodução do modo capitalista de produção na agricultura brasileira, no momento presente.

Portanto, essas ações visam, fundamentalmente, ao controle por um pequeno grupo social, na apropriação dos recursos que o território proporciona. Vale lembrar que não é uma relação harmoniosa, pelo contrário, os que estão sendo dominados são de maneira simultânea desterritorializados, daí, surgem os vários conflitos.

Outro autor influente que nos apresenta elementos sobre as dinâmicas da agricultura brasileira, conforme os modelos de desenvolvimento estabelecidos no território, é Fernandes (1999). O território é marcado por dois modelos de desenvolvimento da agricultura presentes no campo brasileiro. Um diz respeito ao modelo de agricultura hegemônico, que baseia sua produção em grande escala, e na produção de

commodities. Este modelo é o que promove uma série de resultados negativos para a sociedade brasileira, dentre os quais, destacamos a elevada concentração da propriedade fundiária, a apropriação do agronegócio no território, e seus efeitos impactantes no mundo do trabalho e no meio ambiente.

O outro modelo de desenvolvimento presente no Brasil é representado pela agricultura camponesa. É este modelo que abastece o mercado interno e que garante a soberania alimentar do país, uma realidade que, ao longo do processo histórico, foi sendo, permanentemente, negligenciado pelas políticas de governo. Neste contexto, é que os camponeses lutam contra esse modelo desigual de desenvolvimento.

[...] Esta produção ocorre de modo desigual e conflitante, gerando disputas territoriais permanentes. As disputas territoriais não se limitam à dimensão econômica. Pelo fato do território ser uma totalidade, e multidimensional, as disputas territoriais se desdobram em todas as dimensões, portanto, as disputas ocorrem também no âmbito político, teórico e ideológico, o que nos possibilita compreender os territórios materiais e imateriais. As políticas de dominação e de resistência utilizam o conceito de territórios para delimitar tanto os espaços geográficos disputados, quanto de demarcar os pleiteados. (FERNANDES, 2009, p. 5).

A conflitualidade é o processo de enfrentamento permanente nas interpretações que objetivam as permanências e/ou as superações das classes sociais, grupos sociais, instituições, espaços e territórios (FERNANDES, 2009).

As contradições produzidas pelas relações sociais criam espaços e territórios heterogêneos, gerando conflitualidades. As classes sociais, suas instituições e o Estado produzem trajetórias divergentes e diferentes estratégias de reprodução socioterritorial. A conflitualidade é, portanto, um processo em que o conflito é apenas um componente. Esse processo é formado por diversos componentes polarizados como uno-diverso; consenso-crítica; regra conflito; padronização-variedade; centralização-centralidades; território-territórios. O âmago da conflitualidade é a disputa pelos modelos de desenvolvimento em que os territórios são marcados pela exclusão das políticas neoliberais, produtora de desigualdades, ameaçando a consolidação da democracia. (FERNANDES, 2009, p. 7).

Esse autor fundamenta seus estudos na disputa territorial que ressurge com a formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. A ocupação de terra será o elemento principal para a construção do território camponês. Esse movimento socioterritorial rural nasceu das ocupações, e, mediante uma leitura geográfica, o referido autor mostra que o movimento consegue se reproduzir nos processos de espacialização e territorialização.

A ocupação é um processo socioespacial e político complexo que precisa ser entendido como forma de luta popular de resistência do campesinato, para sua recriação e criação. A ocupação desenvolve-se nos processos de espacialização

e territorialização, quando são criadas e recriadas as experiências de resistência dos sem-terra. (FERNANDES, 1999, p. 270)

Dessa maneira, o campesinato, por meio da ocupação de terra, territorializa suas ações e institui, com isso, um conflito político. Ao ampliarem sua estrutura organizativa criam-se novas condições para transformar suas realidades. Neste conjunto, por meio das experiências adquiridas com o processo de luta desenvolvido, é que eles espacializam suas memórias.

Assim,

Das conquistas surgem novas necessidades, aumenta o número de pessoas envolvidas na organização do Movimento e assim começa a construção da estrutura básica. Realizam encontros estaduais, definem os setores prioritários, escolhem seus representantes e criam uma secretaria. Com essas ações principiam a consolidação do MST no estado. Os desdobramentos desses atos - de conquista de espaços e frações do território – são processos de espacialização e territorialização da luta pela terra que o MST desenvolveu em quase todo o Brasil. (FERNANDES, 1999, p. 86).

O Movimento é estruturado em setores, dentre os quais, Fernandes (1999) aponta que o Setor de Frente de Massa é o início da organização. É a partir desse ponto que se começam as trajetórias e a participação na construção do MST. “Os sem-terra que trabalham nessa atividade, desenvolvem o processo de espacialização do Movimento.” (FERNANDES, 1999, p. 163).

Toda essa atuação do movimento em diversos municípios, estados e regiões do Brasil, faz com que novas famílias sejam inseridas no grupo pelo trabalho de base. Novos espaços de socialização são construídos, bem como novas ocupações são efetuadas, dessa maneira ocorre o processo de territorialização.

Como exposto anteriormente, os autores selecionados para contribuir com o nosso debate sobre a categoria território, trabalham na perspectiva de que suas reflexões buscam entender as transformações que o capital realiza no território e a resposta dos que ali habitam ou habitavam perante esse contexto. Isso desencadeia uma infinidade de processos que geram novos fatos políticos e, com isso, a redefinição das relações de poder.

É oportuno registrar que o desenvolvimento de novas forças sociais tem contribuído para o aumento de diversos conflitos ocorridos em todo Brasil. Em outras palavras, o capital não consegue, em seu movimento de expansão, destruir os territórios já existentes e/ou homogeneizá-los, pelo contrário, os grupos sociais que estão inseridos nessas disputas respondem e lutam pela permanência ou a construção de novas

territorialidades. O conflito é um elemento que exemplifica a dinamicidade que o território possui.

As diversas derivações que partem do processo de desenvolvimento do capital, tais como território usado (SANTOS, 2000); desterritorialização, territorialização precária (HAESBAERT, 2004); monopolização do território e territorialização do capital (OLIVEIRA, 2012); espacialização, territorialização, disputa territorial, conflitualidade (FERNANDES, 1999, 2009); são conceitos que apresentam as processualidades às quais estão submetidos os territórios, bem como o permanente ato de criação e recriação dos grupos sociais que nele disputam.

É necessário destacarmos o papel do Estado na atual fase do processo de globalização, entendendo-o como o avanço do capitalismo nos vários territórios e quais são as suas consequências. Para Santos (2000),

Hoje, com a globalização, pode-se dizer que a totalidade da superfície da Terra é compartimentada, não apenas pela ação direta do homem, mas também pela sua presença política. Nenhuma fração do planeta escapa a essa influência. Desse modo, a velha noção de ecumeno perde a antiga definição e ganha uma nova dimensão; tanto se pode dizer que toda a superfície da Terra se tornou ecumeno quanto se pode afirmar que essa palavra já não se aplica apenas ao planeta efetivamente habitado. (SANTOS, 2000, p. 39 – 40)

Nesse sentido, compreendemos o território com sendo uma área de sucessivos conflitos em que diferentes forças entram em embate em defesa de seus projetos de desenvolvimento, seja para uma nova criação ou para sua recriação em novas bases. Faces explícitas do conflito podem ser compreendidas como a violência, a instabilidade política e/ou econômica, a pobreza, a desigualdade, a divisão de um latifúndio etc. É necessário apontar que esses fatores contribuem para a destruição/recriação do território, o que gera insegurança, e o enfrentamento é um dos elementos que compõem a disputa. Conforme nossa interpretação, isso é apenas uma das diversas expressões da contestação da ordem territorial vigente. Tais elementos são resultados de várias articulações que, às vezes, são oriundas do território local; são ações que vêm de cima para baixo e que têm como portavozes governos ou grupos empresariais, o que impacta diretamente no local.

Nessa mesma linha de raciocínio, apresentamos, no próximo item, as ações que o Banco Mundial tem realizado na América Latina a partir da década de 1980, e que tiveram como ápice a adoção do modelo neoliberal.

1.2 A produção e manutenção da pobreza como forma de controle territorial pelo Banco Mundial

A pobreza e a desigualdade são dois fenômenos que caminham de maneira indissociável, resultados de um processo que se desenvolve a partir de determinadas estruturas e de grupos que os materializam no território. O contexto histórico e geográfico nos revela a diversidade desses fenômenos sociais, ao observarmos a história da América Latina, isso nos possibilita compreender algumas rupturas desse processo.

Historicamente, a América Latina, em seu conjunto apresenta alguns traços semelhantes, como, por exemplo, altíssimos índices de pobreza e desigualdades que, a datar dos anos 1980, têm-se acentuado de maneira vertiginosa. Dentre esses elementos em comum, os diversos Estados da América Latina apresentam como principal elemento a concentração, seja da propriedade privada e dos recursos, como também do capital, que estão reunidos nas mãos de uma minoria social, forçando a existência de uma estrutura territorial desigual, controlada por este seleto grupo, que, além de ter o controle econômico, exerce o domínio sobre o poder político.

A pobreza não pode ser assimilada utilizando-se de critérios tais como a falta de acesso aos recursos, tais como alimentação, emprego, saúde etc. Embora consideremos que a complexidade que envolve esse conceito esteja condicionada à vida política, econômica e cultural. A desigualdade que gera a pobreza é resultado da concentração dos recursos produtivos. Para Cimadomore (2007),

[...] Estratégias e políticas de redução da pobreza são implementadas com mais ou menos êxito em diversas partes do mundo, mas os níveis de pobreza continuam sendo alarmantes, e existem sérias dúvidas sobre se alcançarem os modestos objetivos do Milênio, pelo menos na América Latina. (CIMADOMORE, 2007, p. 15).

Para entendermos quando surgiram essas estratégias e políticas para a redução da pobreza, é preciso retomar as primeiras ações para as quais o Banco Mundial voltou sua atenção para algumas regiões do mundo, dentre as quais, destacam-se a África, Ásia Oriental e Meridional e América Latina e Caribe. Em 1997, foi publicado, pelo Banco Mundial, o “Relatório Sobre o Desenvolvimento Mundial: o Estado em um Mundo em Transformação”. Este relatório é o vigésimo de uma série anual que aborda a efetividade do Estado e o quê ele deve, e como deve fazer num mundo que está se transformando rapidamente. Para o então presidente do Banco Mundial, naquele momento, James D. Wolfensohn comenta que

Não será fácil criar um Estado mais efetivo para apoiar o **desenvolvimento sustentável** e a **redução da pobreza**. Em qualquer situação, muitas pessoas terão interesse em manter o Estado tal como é, mesmo que isso traga mais resultados para o bem-estar de todo o país. Para **superar essa oposição** será preciso tempo e **esforço político**. Mas o Relatório mostra que é possível abrir oportunidades para a reforma, com a ajuda de uma sequência cuidadosamente ordenada de **reformas e mecanismos** para compensar aqueles que saem perdendo. Mesmo nas piores situações, passos ainda que muito pequenos rumo a um **Estado mais efetivo** podem ter um grande impacto no bem-estar econômico e social. Ao nos aproximarmos do século XXI, o desafio para o Estado consiste não em **encolher-se** até se tornar **insignificante**, nem em dominar os mercados, **mas em dar esses pequenos passos**. (WOLFRNSOHN, 1997, p. 4, grifos nossos).

Conforme exposto pelo presidente, o desafio naquele momento, era ajustar as orientações do Estado para o desenvolvimento econômico e assim, garantir a redução da pobreza. Nota-se que o Banco já indicava a existência de uma oposição e de não aceitação das propostas em curso, e isso se devia aos equívocos das mudanças sugeridas por essa instituição. É válido afirmar que as ações do Banco Mundial começam com mais intensidade a partir do início dos anos 1980. Algumas experiências não foram bem sucedidas, mesmo assim, insistiam no intento de colocar os Estados nos padrões de desenvolvimento do liberalismo, ou seja, à disposição do mercado.

Embora o desenvolvimento econômico seja a base para a atuação e aplicação das medidas do Banco Mundial, é, inicialmente, no âmbito do poder político que foram propostas suas reformas. Era necessário criar instrumentos legais que garantissem o amplo e seguro desenvolvimento desses investimentos, por meio das reformas e mecanismos de ajustes, no aparato jurídico-legal de cada Estado.

A diminuição do papel do Estado se dava principalmente no âmbito social, já que, uma parcela considerável dos recursos era destinada ao pagamento da dívida. A criação de um Estado efetivo centralizava-se na atenção dada, especialmente, para sua economia na diminuição dos custos.

Essa nova investida do BM para diversas regiões do mundo se dava pela necessidade de ampliação do desenvolvimento capitalista. O próprio banco reconhece a melhoria no período anterior.

Os últimos 50 anos mostraram de maneira clara tanto **os benefícios** quanto as **limitações** das ações do Estado, especialmente na promoção do desenvolvimento. Os governos ajudaram a realizar **substanciais melhorias na educação e saúde**, assim como **reduções na desigualdade social**. Mas as ações dos governos também deram **resultados nefastos**. E mesmo nos casos em que os governos tiveram uma boa atuação, existe um receio de que não sejam **capazes de se adaptar** às demandas da **economia mundial globalizada**. (BANCO MUNDIAL, 1997, p. 1, grifos nossos).

O banco destaca em seu discurso a histórica melhoria conduzida pelo Estado considerando que houve “benefícios” e “limitações”. O “benefício” diz respeito ao avanço na melhoria de demandas básicas de sua população, educação, saúde, como também na redução das desigualdades sociais. O progresso, na prestação do serviço do Estado nessas áreas, é um elemento concreto para o Banco Mundial.

Já as “limitações” e os “resultados nefastos” recaem sobre a economia, considerando que o Estado não poderia ser mais o responsável em promover o desenvolvimento social. A partir daquele momento, todo o esforço seria centrado na criação de uma economia que pudesse atender à necessidade de um movimento global de inclusão de todos os Estados no circuito da economia mundial. “A nova mensagem é um pouco diferente: o Estado é essencial para o desenvolvimento econômico e social, não como promotor direto do crescimento, mas como parceiro, catalisador e facilitador” (BANCO MUNDIAL, 1997, p.1). Murillo (2007) defende que

[...] Para o órgão [Banco Mundial], o crescimento sem precedentes dos países em desenvolvimento apresentava, no entanto, dois problemas: por um lado, sua população crescia de maneira inusitada, devido às melhorias nos sistemas de saúde e de emprego; por outro lado, os empréstimos obtidos dos países industrializados estavam sendo usados para desenvolver o próprio complexo industrial, à margem dos países centrais. (MURILLO, 2007, p. 52).

Nos diversos documentos analisados, em momento algum, o banco se compromete a acabar com a pobreza, mas apenas em reduzir ou aliviar tal situação. Isso nos possibilita lembrar que a pobreza é uma condição necessária para programas de desenvolvimento rural, tendo como base a reprodução do capital.

O acesso aos direitos sociais não encerrava o problema, pelo contrário, agravava-o. As resistências, em muitos casos, provinham de trabalhadores organizados e jovens estudantes que haviam tido acesso a níveis de educação precisamente a partir do modelo imposto após a Segunda Guerra. (MURILLO, 2007, p. 53).

O Banco Mundial, a partir de 1997, no que tange à questão da pobreza, lançou dois conceitos que seriam utilizados como lema para abordar o problema. Tratava-se de “interdependência mundial” e, ao mesmo tempo, dar apoio a um “ambiente internacional liberal”. Margaret Thatcher, nos anos de 1980, declarou: “a sociedade não existe” (MURILLO, 2007, p. 53). Assiste-se, então, ao descortinar de uma nova fase de desenvolvimento do capitalismo, considerando que o mais importante seria o desenvolvimento econômico e não a melhoria das condições de vida dos diferentes povos presentes nos territórios. Thatcher ao afirmar a inexistência da sociedade indica a superioridade do poder econômico sobre todo o conjunto social.

Encontramos assim o primeiro descompasso das instituições financeiras multilaterais sobre a construção do desenvolvimento e a redução da pobreza. Se os países dependentes das economias desenvolvidas estavam se equiparando em termos de desenvolvimento econômico, industrial, educacional e social graças aos empréstimos concedidos, então, certamente, a caminhada nesse sentido iria tornar alguns países competitivos tanto quanto os países desenvolvidos. Era necessário que o Banco Mundial, em conjunto com o Fundo Monetário Internacional – FMI, tomasse ações que redirecionassem o caminho do desenvolvimento.

A abertura à economia mundial envolve um **compromisso** para com a transparência e a **clareza das normas**, como as que **proíbem** práticas comerciais discriminatórias. No entanto, abertura sem diversidade pode resultar no retrocesso de países que desejam contar com maior liberdade para divergir e numa fragmentação consequentemente maior da economia mundial. [...] Outra maneira de encarar o problema, orientada mais para o processo, promove a observância dos compromissos em **caráter contínuo**. A meta não é condenar o erro, e sim **manter o cumprimento de suas obrigações por parte dos Estados e evitar violações**. Essa abordagem baseia-se muito mais na comunicação, na consulta, na monitoração, no intercâmbio de informação e na assistência técnica e financeira. (BANCO MUNDIAL, 1997, p. 139-140, grifos nossos).

Como apresentado, o BM estabeleceu, por meio das reformas, os ajustes e medidas que pudessem garantir abertura comercial por meio de normas que permitissem a livre circulação de capitais, e qualquer medida que impedissey tal objetivo deveria ser corrigida. Essa correção se daria com inspeções permanentes realizadas pelo BM nos países que acessaram os empréstimos.

Outro aspecto importante refere-se às ações tomadas pelo BM para os países que violassem os acordos estabelecidos. “Os seus componentes tais como redes permanentes de comunicação, relatórios periódicos sobre implementações, revisão periódica de disposições jurídicas e reuniões ordinárias de dirigentes e de funcionários”. (Banco Mundial, 1997, p.140). Destaca-se a proximidade com que o BM acompanha o desenvolvimento de suas ações no país, isso porque o principal desafio é garantir o cumprimento dos acordos estabelecidos. Para o BM, o Estado deveria garantir a criação de um ambiente ideal para o desenvolvimento econômico. Em um relatório¹² de 2004, apesenta-se que

A iniciativa privada operando por meio do mercado é o principal motor do crescimento econômico sustentado. Mas manter esse motor funcionando e

¹² BANCO MUNDIAL. **Desenvolvimento e Redução da Pobreza:** reflexão e perspectiva. Reuniões Anuais de 2004 do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, 2004. 48p. Relatório.

garantir que ele impulsionne a **redução da pobreza** exigem um **Estado ativo** em duas áreas-chave. Primeiramente, o governo precisa garantir que o **clima de investimento** seja princípio ao crescimento. Os mercados só podem explorar as energias produtivas do setor privado onde o Estado oferece um **ambiente adequado**. Isso **implica a garantia de direitos de propriedade e de contratos, a manutenção da estabilidade política e macroeconômica, o fornecimento de bens públicos** e o uso (eficiente) de regulamentação e serviços públicos para cobrir os hiatos deixados pelos mercados e tratar de fatores externos. Sem esse ambiente, a **iniciativa privada** pode fragilizar-se ou desviar-se para a captação de rendas ou outras **atividades socialmente improdutivas**. Segundo, o governo precisa investir nas pessoas e empoderá-las, especialmente as de baixa renda que de outra forma poderiam ser excluídas por meio da educação, saúde, proteção social e mecanismos de incentivo à voz e participação. **Sem participação ampla**, sem mais capital humano e capital social, é improvável que o desenvolvimento seja rápido e sustentável – pois a exclusão de grandes segmentos da sociedade desperdiça recursos potencialmente produtivos e gera o conflito social. Em suma, a **comunidade do desenvolvimento** reconheceu que o desenvolvimento exige Estados eficazes e competentes, não para possuir e operar fábricas, mas para **ajudar os mercados a funcionarem de forma eficiente** e cobrirem os hiatos deixados por eles. (BANCO MUNDIAL, 2004, p. 5, grifos nossos).

O BM propõe que, para a redução da pobreza, o Estado deve ser o principal protagonista a promover o desenvolvimento econômico. Para ele, o crescimento da economia significaria a melhoria das condições de vida da sociedade em seu conjunto. É apropriado ponderar que essa visão é, em certa medida, equivocada, pois o fato de a justiça social, como é o caso da redução da pobreza, ser conduzida pelas forças do mercado em nada altera a estrutura social existente, pelo contrário, o aprofundamento das dificuldades da parcela mais empobrecida da sociedade se agrava ainda mais.

A meta foi criar instrumentos para que o Estado garantisse a estabilidade e a segurança dos investimentos do capital. Esse volume de capital investido encontrou, nesses territórios, condições estratégicas para sua reprodução e ampliação; a exigência de que o Estado deveria contribuir para que mercado pudesse funcionar de maneira eficiente exemplifica essa situação.

Nesse novo cenário, a pobreza se torna necessária, como também “inevitável” aos olhos dos economistas do BM. No tocante ao significado de pobreza, os organismos internacionais não limitam sua definição levando em consideração apenas a renda, mas algumas dimensões serão contempladas para ressignificar e legitimar esse conceito. Conforme indica Murillo (2007),

As múltiplas dimensões que nas quais a pobreza é definida referem-se, em primeiro lugar, à carência de liberdades fundamentais de ação ou de decisão para se influir em assuntos que afetem os pobres. Em segundo lugar, essas dimensões dizem respeito ao déficit de moradia, alimentos, serviços de educação e saúde. Em terceiro lugar, a pobreza alude a vulnerabilidade, a doenças, reveses econômicos e desastres naturais. Em quarto lugar, a pobreza implica tratamento vexatório por parte do Estado, minado pela corrupção. Em

quinto lugar, refere-se ao tratamento arbitrário por parte de setores da sociedade. Nesse sentido, considera-se que, com frequência, influem na pobreza normas e valores, assim como costumes que, no seio da família, da comunidade ou dos mercados, provocam exclusão de mulheres, grupos étnicos ou de todos aqueles que sofram discriminação. Em sexto lugar, a vivência de “sofrimento” costuma ser muito intensa entre os pobres. Em sétimo lugar, a percepção de que a situação não pode ser modificada é algo que caracteriza os pobres, a resignação a um destino inevitável. Finalmente, o significante pobre não só é ligado a indivíduos ou grupos, como também a países que, a partir disso, adquirem um estatuto geopolítico diferenciado (MURILLO, 2007, p. 53).

Definindo a multidimensionalidade da pobreza, ao mesmo tempo, esses elementos são incorporados nos programas e projetos do BM. Embora, em suas publicações, o discurso apresentado afirme que houve melhoria nas condições de vida dos atendidos pelos seus programas, a situação de pobreza ainda persiste. O BM defende a tese de que o crescimento econômico é o elemento que aliviaria a pobreza. “O crescimento quase sempre reduz a pobreza, como demonstraram Brasil, Colômbia, Costa Rica e México durante os anos de 1970. [...] o crescimento econômico sustentado reduz a pobreza por meio de diversos canais [...]. (BANCO MUNDIAL, 1995, p. 2).

O conceito de pobreza serviu, assim, ao BM e ao FMI como uma estratégia para que pudesse ser elaborada a recomendação aos países em desenvolvimento, contribuindo, assim, para que se realizasse uma mudança política, o que resultou na aplicação do receituário do Consenso de Washington¹³. Começa-se então a primeira fase de mudanças políticas a partir de 1980 e 1990, especialmente, no que tange à desregulamentação e liberalização da economia principalmente nos países da América Latina.

Por que países soberanos acabaram ficando sob a tutela das instituições financeiras internacionais? Porque estavam endividados, que deu às instituições de Bretton Woods o poder de obrigar-los, por meio das chamadas “condicionalidades” anexas aos acordos de empréstimo, a redirecionar “apropriadamente” suas políticas macroeconômicas de acordo com os interesses dos credores oficiais e comerciais (CHOSSUDOVSKY, 1999, p. 37).

No início da década de 1980, o montante da dívida dos países em desenvolvimento passaria a crescer com certa regularidade, com os credores, em vários momentos, criando-se esquemas e estratégias impedindo e dificultando o pagamento e a quitação de seus débitos. “De fato esses procedimentos, quando combinados com os empréstimos do FMI-BM condicionado ao programa de ajuste estrutural, levaram ao aumento da dívida

¹³ O Consenso de Washington foi um encontro que ocorreu em 1989, na capital dos Estados Unidos, Washington. Nesse encontro, realizou-se uma série de recomendações visando a implantação e à ampliação do neoliberalismo nos países da América Latina.

pendente, ao mesmo tempo em que asseguraram o pronto reembolso dos pagamentos dos juros". (CHOSSUDOVSKY 1999, p. 37).

A condição de dependência, historicamente arraigada na relação América Latina e grupos hegemônicos internacionais, ressurge com uma nova face. O controle, desde os tempos coloniais, deu-se pelo aspecto econômico, no entanto, no período contemporâneo, sua característica é a participação no circuito da economia global.

Ainda é preciso lembrar que, após a moratória mexicana em 1982, o BM e o FMI seriam as únicas instituições com a responsabilidade de negociar as dívidas com os credores privados. Estes "fecharam as portas" para os países endividados e forçaram ainda mais a relação de dependência.

A década de 1980 e início da década de 1990 foram marcados por uma explosão de programas de ajuste estrutural. Esses programas eram voltados principalmente para a melhoria das condições macroeconômicas de um país por meio de amplas medidas de liberalização e políticas apropriadas geralmente implementadas por meio de condições ao empréstimo. A ênfase na macro estabilidade e em intervenções drásticas foi a resposta ao estado deplorável de muitas economias, que assumiram altas e continuaram a gastar da mesma forma que faziam durante a elevação repentina de produtos básicos da década de 1970. (BANCO MUNDIAL, 1997, p. 11).

Os novos empréstimos concedidos tinham como pré-condição a adoção dos ajustes estruturais com metas bastante rígidas a serem seguidas, sobretudo, no caráter macroeconômico e setorial. Para Pereira (2004), esses programas concentram-se em seis eixos principais.

No que diz respeito à abertura comercial, o que se verificou foi o desmonte do ambiente necessário para que diversas empresas pudessem se manter no mercado. "De modo geral não foi precedida por uma política industrial que resolvesse restrições estruturais à competitividade das empresas nacionais" (PEREIRA, 2004, p. 15).

A liberalização do setor financeiro beneficiou apenas um pequeno grupo de agentes privados, "cujos os ativos se concentram ainda mais reforçando além disso, as disparidades inter-regionais. Longe de engendrar a estabilização macroeconômica desses países, aumentou as debilidades estruturais e suas economias". (PEREIRA, 2004, p. 25).

No âmbito da liberalização do mercado de trabalho, ficou claro o ataque aos direitos dos trabalhadores. O ajuste estrutural promoveu a degradação do nível de remuneração, queda significativa na taxa de emprego e redução dos custos trabalhistas. Para o Banco Mundial (2001), dentre

[...] as mudanças mais importantes para melhorar o funcionamento dos mercados de trabalho para mão-de-obra – ou seja, que favoreçam a maior oferta de emprego e salários mais altos para os pobres das áreas rurais, são: **Redução** do valor e do número de impostos que os empregadores têm de pagar como contribuições sociais ao contratar mão-de-obra temporária; **Redução** dos depósitos do FGTS e isenção do empregador de pagar a multa de 40% por cancelamento de contrato sem justa causa, no caso de emprego temporário; Estímulo à organização de condomínios de empregadores, estendendo todos os direitos trabalhistas aos empregados temporários, o que **impediria** os futuros litígios trabalhistas; **Redução** da tendência de favorecimento da mão-de-obra na resolução de conflitos através da **eliminação do poder legal dos Tribunais do Trabalho** e ao mesmo tempo mantendo sua participação voluntária na arbitragem de conflitos econômicos coletivos, quando solicitada pelas partes envolvidas. (BANCO MUNDIAL, 2001, p. 23, grifos nossos).

Nota-se que essas medidas foram propostas para os camponeses trabalhadores. A precarização das condições de trabalho inicia-se na eliminação de algumas conquistas obtidas por meio da luta dessa classe social. Ao reduzir o cumprimento dos direitos trabalhistas, objetivava-se, com essa estratégia, o descompromisso do empregador e do Estado para com o trabalhador, já que o aparato legal que o protegia estava sendo substancialmente alterado.

E mesmo o crescimento experimentado por alguns seguimentos exportadores, provocado pelo uso de novas tecnologias e pela exploração de mão-de-obra barata, tem se limitado a regiões e grupos específicos, sendo incapaz de gerar efeitos de encadeamento suficientes para compensar a precarização das condições de trabalho e emprego e a degradação da qualidade de vida. (PEREIRA, 2004, p. 15).

É evidente como o BM manipula os direitos dos trabalhadores em virtude de preservar o direito dos capitalistas empregadores. Evidenciamos que a ação principal dessa instituição financeira sempre se fez pelas vias institucionais, promovendo, assim, o controle real do instrumento do poder legal.

Quanto à privatização, esta não contribuiu para a eficiência econômica, conforme defendiam seus propositores. Os resultados indicam que não houve uma melhoria significativa na prestação de serviços, pelo contrário, agravou-se em alguns casos. “A privatização de empresas estatais de setores estratégicos da economia (por exemplo, petróleo e telecomunicações) também exigia uma revisão constitucional.” (CHOSSUDOVSKY, 1999, p. 174).

Com a privatização dos serviços básicos, o acesso dos mais pobres foi seriamente comprometido, considerando que os custos desses serviços aumentaram e os salários diminuíram. “Por outro lado, a privatização das empresas que prestam serviços básicos piorou o acesso e diminuiu o consumo desses serviços pelos seguimentos mais

empobrecidos, uma vez que as tarifas aumentaram muito mais do que os salários”. (PEREIRA, 2005 p.16). Tais resultados comprometeram seriamente o compromisso do Estado para com os segmentos mais empobrecidos, e além disso, as privatizações ocorreram sem transparência e sem a participação e controle da sociedade.

No que se refere ao ajuste fiscal, o seu resultado afetou, especialmente, os setores da educação e saúde. Os recursos dessa meta, assim como das demais eram utilizados para o pagamento da dívida em detrimento da diminuição dos gastos públicos com esses setores.

A privatização de ambos segmentos (indústria e serviços básicos) foi acompanhada do aumento da jornada e da precarização das condições de trabalho, elevando o nível de insegurança do emprego. Aprofundou-se a desigualdade social, uma vez que a renda piorou devido a grandes contingentes de trabalhadores demitidos, especialmente os menos especializados. (PEREIRA, 2004, p.16).

Por fim, no setor agropecuário, acompanhou-se uma diminuição considerável no crédito agrícola, como também no subsídio a insumos. Para as atividades de assistência técnica e extensão rural, foram reduzidos os recursos, dificultando ainda mais a produção especialmente de parte expressiva dos camponeses. “Tais resultados validam o argumento de que as proclamadas “reformas” estruturais, na verdade, devem ser encaradas como verdadeiras contrarreformas, na medida em que geraram sociedades muito mais injustas e desiguais” (PEREIRA, 2004 p.17).

Conforme exposto, essas reformas liberalizantes contribuíram para aprofundar ainda mais a pobreza e a desigualdade, já que o Estado se distanciava do compromisso de governar com base na justiça social atendendo à demanda existente na sociedade. O agravamento das dificuldades das condições de vida contribuiu sobremaneira para as investidas do Banco Mundial com seus programas, sob a bandeira de alívio à pobreza rural.

Para as Instituições Financeiras Internacionais – IFI, o BM tinha como principal estratégia a diminuição da pobreza no Brasil, e defendia a necessidade de um rápido crescimento da economia e que somente por essa via seria possível minimizar os problemas relacionados a essa questão.

O debate se polarizava sobre a redução da pobreza rural, conforme o BM advogava sobre a precisão em adotar algumas estratégias para a redução dos gastos do Estado com sua população, garantindo, com isso, uma economia dos recursos para aplicá-la em setores mais produtivos e economicamente rentáveis. Para o BM,

As principais conclusões que emergem deste novo e mais detalhado perfil da pobreza rural revelam um padrão geral de marcante heterogeneidade nos indicadores de bem-estar social e de fontes de renda da população rural no Brasil. Por conseguinte, a estratégia proposta para redução da pobreza rural foi concebida em termos de um conjunto integrado de políticas que oferece vários caminhos para escapar à pobreza, moldado de acordo com os grupos heterogêneos transversais de famílias pobres das zonas rurais. O que se pretende é uma abordagem na forma de caminhos de escape em seis vias: (a) intensificação do setor de pequenas propriedades agrícolas, para aumentar os rendimentos provenientes da agricultura; (b) dinamização do setor de agricultura comercial, para que ofereça crescentes oportunidades de emprego agrícola; (c) **mercados de terras rurais**; (d) estímulo ao crescimento do setor rural não-agrícola (RNA); (e) migração de jovens, especialmente aqueles que vivem em áreas rurais distantes, esparsamente habitadas e com baixa produtividade; e (f) fornecimento de uma rede de segurança para as pessoas “presas” à pobreza. (BANCO MUNDIAL, 2001 p. 8, grifo nosso).

Baseados nessas análises, podemos traçar um perfil dos resultados após a implantação desses ajustes estruturais em diversos países da América Latina, principalmente na Bolívia, Paraguai, México, Chile, Argentina e Peru. Esses países não conseguiram o crescimento econômico desejado, pelo contrário, houve um retrocesso em suas economias; foram incapazes de alterar a consolidada estrutura de concentração da riqueza, não conseguiram aliviar e nem reduzir a pobreza e a desigualdade. O inverso ocorreu, os mais pobres foram os que mais sentiram os efeitos dessas reformas, empobrecendo-se ainda mais.

Houve um verdadeiro desmonte e o enfraquecimento das instituições do Estado. Nessa orientação, é válido assegurar que o neoliberalismo se consolidou tanto ideológica quanto concretamente na América Latina. “Onde os planejadores viam fracasso do mercado, os neoliberais viam forte fracasso dos governos e sua resposta foi mudar as economias em desenvolvimento para mercados não-regulamentados”. (BANCO MUNDIAL, 2004, p. 5).

Como consequência da gradual crise e o aumento de inúmeros conflitos e de resistência às ações dessas instituições, foram propostas as reformas de segunda geração. Enquanto a primeira foi considerada uma reforma em nível macroeconômico, a reforma de segunda geração iria ocorrer em escala microeconômica, tendo como metas resguardar as condições para a manutenção do controle inflacionário e o alívio à pobreza, principalmente na área rural, tornar os países competitivos no mercado internacional e acelerar o crescimento.

Dentre as principais áreas estratégicas para o desenvolvimento das reformas de segunda geração, apresentamos as oito mais importantes. A primeira se refere ao enxugamento das ações do Estado. Como afirma Chossudovsky (1999),

O Banco Mundial está presente em muitos ministérios: as reformas na saúde educação, indústria, agricultura, transporte, meio ambiente, etc. estão sob sua jurisdição. Além disso, desde o final dos anos 80, ele supervisiona a privatização de empresas estatais, a estrutura do investimento público e a composição dos gastos públicos através de chamada “Revisão dos Gastos Públicos” (RGP). (CHOSSUDOVSKY, 1999, p. 37).

A reestruturação institucional teve como premissa uma diminuição dos gastos públicos, especialmente em relação ao funcionalismo público. No caso do Brasil, a proposta foi descentralizar as funções do governo federal para os estados, com o discurso de melhorar a eficiência e ter um bom atendimento para essas demandas. Por exemplo, assuntos relativos à questão da propriedade da terra passariam para a responsabilidade dos estados e municípios, e a União teria o compromisso de resolver, especificamente, os conflitos. Outra questão versa sobre o fato de que

A comunidade mundial deve reconhecer o fracasso do sistema neoliberal dominante. À medida que a crise vai se aprofundando, há cada vez menos vias políticas disponíveis. Além disso, sem reformas econômicas e sociais fundamentais, a ruína financeira mundial não pode ser contida. É de crucial importância a articulação de novas regras para governar o comércio mundial, bem como o desenvolvimento de uma agenda política macroeconômica expansionista (pelo “lado da demanda”) voltada para a diminuição da pobreza e para a geração de empregos e o aumento do poder de compra do mundo inteiro (CHOSSUDOVSKY, 1999, p. 22).

A reforma na legislação trabalhista seria a segunda estratégia, com o objetivo de retirar direitos, promovendo o aumento da exploração do trabalho, como apresentado anteriormente. A terceira, o aumento da arrecadação fiscal por meio de cortes em gastos públicos, tendo como meta a reforma na previdência social. O objetivo era criar um ritmo de poupança do setor público e o acúmulo de capital para o setor privado. A quarta, a reforma no sistema de ensino, tendo como meta atender e investir na educação básica ao mesmo tempo em que ocorria a privatização do ensino superior. A sujeição da educação aos ditames do mercado era propagandeada pelo discurso da criação e da qualidade do capital humano. A quinta se caracterizava pela continuidade das privatizações de empresas estatais. As que mais atraíam nessa nova fase eram aquelas consideradas mais competitivas no mercado, como, por exemplo, energia e telecomunicação. A sexta estratégia foi fortalecer o setor financeiro, criando um ambiente de concorrência bancária e blindando este setor das pressões políticas que viessem a ocorrer. A sétima era estimular a composição de um mercado financeiro rural. Nesse setor estratégico a finalidade era diminuir os gastos públicos com o meio rural. E, por fim, a oitava preconizava dinamizar

o mercado de terras, já que a estrutura rígida de compra e venda era um obstáculo ao desenvolvimento desse processo.

Já as atuais reformas de segunda geração têm, em geral, baixa visibilidade pública – salvo nos casos da reforma da previdência e da legislação trabalhista e em certas privatizações –, seu impacto é percebido no médio e longo prazo e são mais complexas, uma vez que o insulamento do Executivo deve dar lugar a uma gestão mais compartilhada. (PEREIRA, 2004 p.23).

É exatamente no interior das reformas de segunda geração que são inseridos os programas da política de reforma agrária, conduzida pelo mercado em diversos países da América Latina. Embora as ações para implantação desse novo instrumento de acesso à terra tenham proposto a melhoria, a eficiência e o aumento da produtividade do campo, não foi essa a realidade encontrada nos diversos territórios em que foram implantadas as novas estratégias propostas pelo BM.

1.3 As políticas para o mercado de terras do Banco Mundial

Uma característica importante presente na RAM é o total descompromisso do Estado em ser responsável pela condução da reforma. Isso porque a comunidade seria a principal articuladora das ações para implantação e descentralização, sendo responsabilidade dos estados e municípios.

A **abordagem comunitária** da reforma agrária, recentemente planejada e implementada, é uma concepção de **programa flexível** que pode ser **ajustado** de modo a considerar estas sinergias: os grupos de beneficiários negociam diretamente com os potenciais vendedores de propriedades adequadas e, então, obtêm o financiamento para a compra da terra e os subprojetos complementares, além do recebimento de assistência técnica. Dois projetos piloto (Programa de Combate à Fome no Ceará e Cédula da Terra) desenvolvidos nesses moldes **foram avaliados como bem-sucedidos** em termos **de rapidez**, custo por família, participação dos beneficiários e impacto previsto (World Bank, 2000). Ambos os projetos redistribuíram no total cerca de 640.000 hectares, beneficiando 23.700 famílias – ou seja, em torno de 100.000 pessoas e cada propriedade agrícola com tamanho médio de 27 hectares – a um custo médio estimado de R\$ 10.000 por família (World Bank, 2000). Este é um empreendimento significativo e parece haver espaço para mais iniciativas nessa mesma linha. No entanto, no contexto mais amplo que abrange os 9,8 milhões de pobres das áreas rurais do NE e SE do Brasil, esses programas piloto de reforma agrária comunitária atingiram até o momento apenas 1% desse grupo. Por essa razão, a **reforma agrária comunitária** não deve ser considerada uma panaceia para a redução da pobreza rural, mas como um componente relevante que faz parte de um conjunto mais amplo de políticas integradas. (BANCO MUNDIAL, 2001, p. 19, grifos nossos).

A reforma agrária comunitária, como também é chamada a RAM, tinha como objetivo o envolvimento da sociedade nessa nova proposta, isso porque a reforma agrária via desapropriação era permanentemente desqualificada e diminuída perante essa nova

proposta. Há uma oposição sistemática do governo federal e do próprio BM em relação à reforma agrária conduzida pelo Estado, já que esta implicava uma morosidade muito superior à RAM devido à elevada burocratização.

Por outro lado, segundo o banco a RAM era flexível e ajustada às necessidades da comunidade. Nesse ponto, há uma divergência, pois o discurso referente à flexibilização tinha como centro do debate o mercado e não as reais necessidades dos camponeses pobres, bem como da sociedade. Isso significava, na prática, a eliminação de quaisquer empecilhos legais e jurídicos para o bom desenvolvimento do mercado de terras.

Outra ferramenta utilizada pelo BM e pelo governo federal brasileiro foi a publicação, por meio dos relatórios, de boletins e comunicados, concernentes às avaliações de seus programas, consideramos que esses são elementos da subjetividade e da representação, ou seja, o confronto no território imaterial. Os discursos presentes sobre os resultados dos programas sempre são bem avaliado, é isso um dos elementos que garante que novas propostas venham a ser implantadas. Dessa maneira, atinge dois objetivos, o primeiro é a possibilidade de novas linhas de financiamento serem criadas e atualizadas, e a segunda constrói-se no imaginário popular, a validade de tais programas como sendo viáveis, garantindo, assim, a participação e a adesão dos camponeses nessas políticas.

A limitação dos direitos sobre a terra, [...] explica em larga medida a falta de melhoria no campo e a baixa demanda de mão-de-obra agrícola em vários países latino-americanos. Esforços recentes para mudar essas restrições **enfrentam enorme oposição e exigem uma boa dose de vontade política**. [...] As possibilidades limitadas para que os pobres cultivem a terra estão debilitando a possibilidade de uma lavoura sustentável para todos e **incitam a violência no campo**. (BANCO MUNDIAL, 1995, p. 14, grifos nossos).

Este argumento do BM, de que todo o aparato legal é um impedimento ao bom andamento dos programas, também é recorrente em suas publicações. A crítica recai, de maneira especial, na proteção que os Estados Nacionais garantem sobre seu território e justificam os problemas enfrentados no campo, considerando apenas esse aspecto, quando, na realidade, a complexidade da questão vai muito além da garantia legal sobre o direito de propriedade.

Nesse sentido, apontamos que a postura do BM em avaliar de modo positivo o sucesso de seus programas se configura em uma dimensão da construção do território, especialmente o imaterial. “O conhecimento, a produção das ideias e o pensamento, elementos que fazem parte da imaterialidade, estão intimamente conectados à realidade material contida nos modelos de desenvolvimento para o campo”. (VINHA, 2013, p. 27).

O BM, ao divulgar os benefícios de suas políticas, está na prática, apropriando-se de modo concreto desse território, pois irá, inevitavelmente, conquistar o apoio além daqueles grupos tradicionalmente ancorados em suas propostas, como também grande parte da população que não tem a clareza das intenções que essa instituição pretende para o país.

O grande desafio para os economistas do BM, como também dos governos, era o de propiciar o bom desenvolvimento do mercado de terras. Para o Banco Mundial (2001),

O problema está basicamente no cultivo feito em um ambiente que é coletivamente restrito demais quanto **ao tamanho, na falta de capital de giro, na distância até os mercados, na falta de acesso a crédito e extensão rural, e nos altos riscos resultantes da produção e dos preços**. Essas questões surgem no contexto de uma economia nacional muito mais aberta do que era tradicionalmente no passado e o mesmo continua a ocorrer na atualidade [...] Essencialmente, **a pobreza rural não pode mais ser explicada somente de acordo com o modelo de propriedade da terra**. A redução da parcela da terra no valor da produção também reflete esse problema. Por exemplo, [...] acentuadas reduções na proporção dos índices de produção agrícola em relação aos valores de venda e de aluguel do correspondente estoque de terreno. Essas tendências são manifestações da orientação geral, especialmente do **setor agrícola comercial**, em direção à maior utilização de métodos de produção que exijam **níveis mais altos de tecnologia, capital renovável e compra de insumos**. (BANCO MUNDIAL, 2001, p. 18-19, grifos nossos).

Os equívocos cometidos pelas propostas da RAM, no Brasil e na América Latina, são visíveis, pois não se consideram as peculiaridades desses territórios. Suas ações são inseridas de maneira verticalizada, desconsiderando as particularidades pelas quais vive a população atendida por tais políticas. Como apresentado, todas as limitações enfrentadas pelos camponeses, tais como o tamanho da propriedade, falta de recursos, falta de assistência técnica e a distância dos mercados, deveriam ser resolvidas pelas ações do mercado, conforme orientação do BM.

Todos os problemas presentes na estrutura agrária dos países seriam minimizados por investimentos na reforma do mercado de terras, criando um ambiente em que os compradores e vendedores pudessem ter mais facilidades para realizar as transações. Segundo o BM, falta investimento no setor agrícola comercial, e, uma vez que isso fosse feito, aumentaria o nível tecnológico, somaria o maior uso de insumos, gerando, assim, um maior fluxo de capital.

Certamente, as forças do mercado não garantem essas mudanças. É imprescindível que o Estado fomente as transformações, assim como o acompanhamento sistemático dessas ações. A título de exemplo, quando este agente se retira nas eventuais dificuldades

encontradas pelos camponeses, a impossibilidade de recorrer ao mercado, para resolver os problemas, torna a questão ainda mais complexa e difícil de ser solucionada.

Existem problemas sérios com a **operação dos mercados de terra e água** técnica de administração trabalhistas e um sistema fiscal que continua a subsidiar certos setores. [...] Uma **resposta eficiente da agricultura** às novas oportunidades criada pelas reformas comerciais apoia-se num **mercado de terra que funcione bem**. (BANCO MUNDIAL, 1995, p. 13, grifos nossos).

Vale a pena fazermos outra ressalva no que tange à funcionalidade de um bom mercado de terras. Quem articularia esses acordos comerciais? De imediato, esclarecemos que não são os camponeses, pois o poder de decisão está sob o domínio de quem vende, como também dos corretores fundiários, representados por políticos e proprietários de terras que articulam e controlam o mercado de terras, no que se refere à aplicação das políticas da RAM. Tanto que, para a negociação é necessário que se organizem os camponeses em uma associação, sendo que, a partir dessa estrutura organizativa, deram início aos trâmites.

Nota-se que o mercado de terras visa, principalmente, ao aumento da eficiência e da produtividade da agricultura. Não são contemplados aspectos fundamentais, como a diminuição da desigualdade, o fomento da justiça social no campo por meio do acesso à terra, a viabilidade da agricultura camponesa na garantia da segurança e soberania alimentar, etc. Esses elementos não são abordados nos documentos do BM, pelo contrário, a orientação de suas políticas incide sobre a óptica do agronegócio, em tornar esses empreendimentos altamente produtivos a serviço do grande capital.

No caso do Brasil, o BM também defende a reestruturação do mercado de terras a partir do arrendamento.

De modo geral, é surpreendente que um país com o nível de desenvolvimento do Brasil esteja tão **defasado** em termos da **modernização do seu mercado de terras rurais**. O País se caracteriza por um número substancial de arrendatários e parceiros desprotegidos. Isso resulta essencialmente das **disposições atuais do Estatuto da Terra**, sob o qual os parceiros (mesmo no caso dos contratos informais de parceria) podem reclamar seus direitos sobre a terra (em alguns casos até mesmo obter a expropriação do estabelecimento agrícola), se determinadas condições forem atendidas, especialmente quando as plantações perenes são cultivadas ou tiverem sido feitos investimentos. Por conseguinte, os proprietários de terras normalmente aceitam alugar ou estabelecer qualquer outro contrato em **bases muito precárias**, contanto que as colheitas anuais sejam plantadas, e que não haja nenhuma proteção legal para os arrendatários. O atual **Estatuto da Terra** restringe assim o setor agrícola – sobretudo os agricultores pobres sem-terra – **porque inibe os contratos de arrendamento mais flexíveis e seguros**. Essa questão necessita de atenção especial. A agricultura no Brasil, da mesma forma que na maioria dos países de renda média, está se **tornando mais dependente dos investimentos de capital e mais exposta aos mercados estrangeiros; daí**

resulta o papel crucial dos contratos de arrendamento flexíveis que facilitam a reestruturação da agricultura, bem como o ingresso e a saída de produtores agrícolas. (BANCO MUNDIAL, 2001, p. 20, grifos nossos).

No contexto do Brasil, é indispensável recordar que, no início dos anos de 1980, observamos o surgimento de vários conflitos, dentre os quais, podemos destacar: dificuldades de acesso à terra e a expulsão de inúmeros camponeses – meeiros, arrendatários e parceiros, pela incorporação de novas áreas à agricultura empresarial; falta de oportunidade de emprego no campo promovida pela introdução da máquina no processo produtivo; problemas relativos às questões trabalhistas, no que concerne ao valor pago pela colheita, assim como o descumprimento das garantias trabalhistas presentes no Estatuto do Trabalhador Rural.

Segundo Neto e Gomes (2004), a condição do camponês em relação às terras pode influenciar de forma concreta no momento da incorporação de novas tecnologias. Um aspecto a ser considerado é o fato de o camponês, na condição de parceiro, arrendatário e ocupante, contar com pouco estímulo para adoção de processos tecnológicos mais eficientes, levando-se em conta a ocupação temporária e a precariedade do acesso aos recursos.

Um dos motivos que se destaca é desestímulo do camponês nessas condições, mencionadas pelos autores, é não ter a posse definitiva. Os resultados econômicos conquistados ficam comprometidos pelo fato de terem de pagar renda ao proprietário, reduzindo, assim, o seu ganho.

A finalidade de criar contratos de arrendamento mais flexíveis e seguros se justificaria pela facilidade do capital estrangeiro em possibilitar investimentos nesse território. Ao mesmo tempo em que novos produtores, especialmente o estrangeiro, iriam se apropriar dessa terra, os que fossem “ineficientes e pouco produtivos” seriam expulsos do processo produtivo, garantindo o espaço apenas para aqueles que obtivessem elevados índices de produtividade.

O BM defende que,

Por si só esse programa não resolverá inevitavelmente a questão do acesso à terra **para uma grande fração dos potenciais beneficiários**. Há necessidade de oferecer mais **oportunidades por meio do mercado de terras** para exploração agrícola de pequeno e médio porte que utiliza **mão-de-obra intensiva**. O enfoque [...] recomendado [...] poderia ser apresentado na forma de **direitos de propriedade consolidados, mediante revisão da legislação fundiária**, de modo a assegurar maiores prazos para os contratos de arrendamento e a resolução de disputas quanto à interpretação e cumprimento dos contratos de aluguel de terras. Além disso, o impacto desse programa seria altamente potencializado **pelos ajustes simultâneos da legislação trabalhista**

e do sistema de tributação territorial. (BANCO MUNDIAL, 2001, p. 21, grifos nossos).

A revisão da legislação agrária foi uma das principais ações empreendidas pelo BM na América Latina, tema que será discutido no próximo subitem. Os economistas do BM deixam claro que esses programas não resolverão a questão de acesso à terra, ponto importante para uma política que se dispõe a realizar uma reforma agrária orientada pelo mercado. Há o reconhecimento, pela instituição, de que, perante a complexidade que envolve a questão agrária no Brasil, a incapacidade de resolvê-la é aparente.

1.4 As ações do Banco Mundial na América Latina e os conflitos gerados nesse território

A América Latina, ao longo de sua história, desde os tempos coloniais até o período contemporâneo, tem sido objeto de exploração do grande capital. Cada fase representa as marcas deixadas em seus territórios. A apropriação privada dos recursos latino-americanos sempre se sobrepôs aos interesses das populações que aqui habitam, e isso ocorre devido a relações de subalternidade, nas quais os governos se inserem no circuito do capitalismo global. Para Galeano (1978),

É a América Latina, a região das veias abertas. Desde o descobrimento até nossos dias, tudo se transformou em capital europeu ou, mais tarde, norte-americano, e como tal tem-se acumulado e se acumula até hoje nos distantes centros do poder. Tudo: a terra, seus frutos e suas profundezas, ricas em minerais, os homens e sua capacidade de trabalho e de consumo, os recursos naturais e os recursos humanos. O modo de produção e a estrutura de classes de cada lugar têm sido sucessivamente determinados, de fora, por sua incorporação à engrenagem universal do capitalismo. (GALEANO, 1978, p. 14).

Essa condição de exploração vivida pela América Latina permite-nos afirmar que o BM tem acentuado o grau de utilitarismo dessa região em favor da acumulação capitalista. É uma realidade que essa instituição financeira atualizou suas estratégias de monopólio sobre os recursos dessa região, sendo, agora, em nossa leitura, uma das faces mais cruéis, pois as garantias e proteções constitucionais estão sendo modificadas, beneficiando, assim, o grande capital. Para o Banco Mundial (1997),

Na maioria dos países latino-americanos, os sistemas judiciais padecem de grandes deficiências, corrupção generalizada e injunções políticas. Para que as novas estruturas legislativas e institucionais operem com eficiência, é necessário que o sistema judicial atue com proficiência e justiça. As necessárias reformas, já em andamento em vários países [...], incluem formação jurídica, aperfeiçoamento da administração dos tribunais e da tramitação de casos, e reforma processual, abrangendo o desenvolvimento de sistemas alternativos para a solução extrajudicial de litígios. Os

governos também estão partindo para a criação de **administrações mais abertas**, refletindo o surgimento de uma sociedade civil mais decidida. (BANCO MUNDIAL, 1997, p.176, grifos nossos).

Como pode ser observado, o banco argumenta que o sistema jurídico-legal é um empecilho para o desenvolvimento do capital, para tanto, é necessário alterá-lo para que, assim, possam prosseguir livremente pelo território sem nenhum impedimento. Em outras palavras, as reformas impostas, bem como suas condicionalidades aos acordos de empréstimos, obrigaram os governos a modificar diversas leis nas constituições latino-americanas, gerando, assim, inúmeros conflitos nesses territórios. Na sequência, apresentamos alguns episódios que ilustram a situação de conflitualidade gerada pelo BM e as populações latino-americanas. Entendemos que essa investida é o elemento do embate no território imaterial, já que, o confronto se dá no âmbito político dos estados.

1.4.1 A Guerra da Água na Bolívia

A guerra da água ocorrida na Bolívia é um exemplo da não aceitação ao domínio da instituição. Esse conflito representa um dos primeiros na virada do século XX para o XXI, questionando o ordenamento territorial imposto por essa instituição financeira.

O conflito inicia-se no momento em que o Estado boliviano havia se esforçado fielmente na introdução do modelo neoliberal de desenvolvimento. Sua aplicação se justifica pela necessidade de controlar a inflação; os custos com os trabalhadores que preveem o enxugamento da máquina pública, dispensando os funcionários públicos; cortes na previdência e de conquistas de lutas sociais e a privatização das empresas estatais e de recursos naturais como a terra e a água.

Fueron quince años de aplicación casi ininterrumpida del modelo neoliberal en Bolivia. Todas las empresas estatales fueron privatizadas a través de la llamada “capitalización” y las concesiones a privados. Los hidrocarburos, los ferrocarriles, las telecomunicaciones, el transporte aéreo, los fondos de pensiones, la electricidad, las empresas mineras, los bosques, casi todo fue privatizado. (SOLON, 2003, p. 17 – 18).

Com o processo de privatização em curso, o BM encontrou, na Bolívia, os elementos necessários para a realização de investimentos no controle da água. O governo do general Hugo Banzer Suárez (1997 - 2001), por meio de uma concessão, transferiu o serviço de água potável municipal da cidade de Cochabamba a uma transnacional, Águas Tuinari, filial do grupo norte-americano Bechtel. A multinacional da água teria cerca de

nove operações na Ásia, Europa Central, Austrália, Reino Unido, Equador, Estônia, teriam sido nove se não fosse a Guerra da Água em Cochabamba.

Abrir, ordenar y sostener este mercado para empresas como la de Mr. Bechtel es también obra de las instituciones financieras internacionales (IFIs), en particular el Banco Mundial (BM) y el Banco Interamericano de Desarrollo (BID). Sus condicionamientos son cruciales para determinar o acelerar los procesos de privatización de servicios, y su programa de “apoyo al desarrollo del sector privado” –en particular su rol en el diseño y implementación de marcos legislativos y regulatorios– son instrumentales en crear mercados de agua. (KRUSE, 2005, p. 130).

A pressão que o BM fez para a privatização da água foi um elemento que proporcionou a aprovação em um tempo recorde, de 48 horas, da lei que diz: “sólo de agua potable y alcantilado, pero que en su último artículo le otorgaba a Superintendencia de Saneamiento Básico todas las atribuciones de una Superintendencia de agua para todos los usos del recurso hídrico”. (SOLÓN, 2003, p. 19).

Conforme a aplicação de suas condicionalidades, o BM determina a liberação de empréstimos. Para novas aprovações, era imprescindível a privatização na prestação de serviços sobre o uso da água, caso contrário, não haveria liberação dessa nova transição.

De esta manera, en el agua —como en otros sectores— el BM y el BID dieron el impulso al proceso de privatización, dotando al Estado boliviano de las políticas, agencias y estructuras para llevarlo a cabo, ya que financiaron el diseño de las reglas del juego dentro de las cuales operarían las empresas privatizadas. (KRUSE, 2005, p. 132).

É indispensável compreender que as articulações do BM, impondo suas condicionalidades, privatizando a água e criando condições propícias para a participação das transnacionais, sejam o elemento central a ser observado. Desse modo, os bolivarianos passaram a comprar água, já que este recurso natural não era mais um bem do povo e sim dos capitalistas que cobravam pelo seu uso.

[...] en diciembre de 1999, los cochabambinos compraban agua de una empresa económicamente controlada por capitales estadounidenses, administrativamente manejada por gerentes ingleses en consorcio con ingenieros españoles e italianos, con una participación minoritaria de empresarios bolivianos (KRUSE, 2005, p. 142).

A mobilização de recursos gerada pelo capital se resumia em vender água a um preço elevado para uma população que se encontrava em crescente empobrecimento. As atividades desenvolvidas pelos investimentos do BM são realizadas com clareza, conforme as regras do jogo. Nesse aspecto, foi aprovada rapidamente, a “Ley 2029 de Água Potable y Alcantillado”, que ampliava e legalizava efetivamente os negócios de

Bechtel em Cochabamba. Esta lei privilegiava a criação de áreas onde as grandes concessionárias privadas pudessem se instalar com uma certa facilidade e a garantia constitucional por 40 anos de exploração desse recurso natural. O contrato de concessão entre a multinacional da água e o governo boliviano e a lei 2029 firmou-se em setembro e novembro de 1991, respectivamente.

Em janeiro do ano seguinte, começaram as primeiras manifestações contra o acordo de concessão e a Lei 2029. Uma série de situações convergiram para que a ação pudesse ter tido o êxito apresentado. Foram diferentes forças sociais que compunham um conjunto de segmentos sociais denominado de La Coordenadora, dentre os quais, os “regantes” foram um dos principais grupos que protagonizaram ações históricas, surgindo, no ano de 1997, a Federação dos Regantes – FEDECOR. A luta dos “regantes” se explica por dedicarem-se com clareza a um tema de interesse fundamental para suas bases. Uma ação que luta para criar instrumentos políticos que atendam as suas necessidades, dentre elas, o acesso à água; um grupo formado, essencialmente, de campesinos e indígenas.

O comitê de defesa da água foi outro grupo importante na composição da La Coordenadora. Sua origem é datada do ano de 1999, fundado por um grupo de ambientalistas preocupados com o parque Nacional de Cochabamba e com a água.

Temían que la “flexibilización” de los términos de referencia en la negociación del contrato de privatización de SEMAPA resultara en una versión disminuida del proyecto, con menos agua, menos generación eléctrica, y fases futuras inciertas. En segundo lugar, hubo preocupación por la forma irracional y destructiva con la que proliferaba la perforación de pozos; desde años antes, estos profesionales habían cuestionado los planes de perforación de SEMAPA. En tercer lugar, hubo una aguda preocupación por el contrato de concesión y sus impactos en la población, todo negociado de manera oscura y a puertas cerradas. (KRUSE, 2005, p. 152).

Os grupos, individualmente, pareciam fracos e incapazes de atingir os objetivos da luta. Com a proposta de formar alianças, em 12 de outubro de 1999, várias entidades se reuniram, mais de 40 organizações sociais. De origens diversas do campo, da cidade, trabalhadores de fábricas, cocaleiros, juntas escolares, ambientalistas etc.

Con las negociaciones estancadas, la Coordinadora llamó a una “toma pacífica” de la ciudad para el día viernes 4 de febrero. Debía ser una marcha pacífica a la plaza de armas -centro simbólico del poder en la ciudad- seguida por unos discursos. Ese día la ciudad amaneció cercada. Con un refuerzo de tropas trasladadas desde La Paz, el gobierno reprimió violentamente a los manifestantes, declarando que no los dejarían ingresar en la plaza. La violencia estatal sólo animaba la tenacidad de los manifestantes, que no descansarían hasta realizar la “toma” unas 30 horas después. Durante los días 4 y 5 de

febrero el gobierno “defendió” férreamente un área simbólica de cuatro cuadras alrededor de la plaza, mientras el pueblo controlaba el resto de la ciudad y la región. El cerco era insostenible: la gente tomó la plaza a las once y media de la noche del sábado. (KRUSE, 2005, p. 147).

O sucesso das ações de La Coordenadoria se deve ao fato de se converter em portadora de uma mensagem simples e potente. Tudo o que se discutia nas mesas de negociações era transmitido e analisado pelos diversos pontos espalhados em Cochabamba e em seu entorno.

No debe olvidarse que un sustento central de la legitimidad de la Coordinadora en la Guerra del Agua era precisamente su rechazo de cualquier participación en el sistema político. Y al mismo tiempo, en los espacios de encuentro, deliberación, traducción y construcción que constituía el movimiento contra la privatización del agua, no sólo se logró revertir un proyecto de lucro y una ley, sino ensayar escenarios de aprendizaje y construcción de nuevos espacios públicos. (KRUSE, 2005, p. 159).

Assim, a Guerra da Água na Bolívia, contra as transnacionais e o BM, FMI e BID, representa uma disputa pelo território. O resultado foi a vitória da população boliviana que habitava aquele território, conquistando a revogação de Lei 2029 e o cancelamento do contrato de concessão estabelecido entre as multinacionais da água e o governo da Bolívia.

1.4.2 Conflitos envolvendo a posse de terra no Paraguai

O Paraguai também é outro exemplo de como as articulações das instituições financeiras globais atuaram de maneira sorrateira e sutil na mudança do aparato jurídico legal da propriedade privada da terra. Sem chamar muita atenção, paulatinamente, foram agindo no sentido de garantir o controle do território. No entanto os resultados dessas mudanças trouxeram efeitos danosos à vida dos campesinos.

Esse país viveu décadas sob o comando do General Alfredo Stroessner Matiauda (1954-1986); já no final do regime ditatorial, em 1986, a sociedade paraguaia passava por uma situação de enorme pobreza, e isso fez com que inúmeras manifestações em resposta a essa situação começassem a surgir, entre elas, as ocupações de terra. No final do ano de 1986, chega ao fim a ditadura com um golpe militar, iniciando uma nova fase da política econômica e social do país.

A década de 1990 viveu sob os efeitos do neoliberalismo. O Paraguai é, um país predominantemente, rural e com dimensões pequenas, 406.752 km² - comparado no conjunto dos países da América Latina -; a propriedade se destaca entre uma das mais

concentradas do mundo e a agricultura para exportação continua sendo o principal componente do Produto Interno Bruto – PIB. A maioria da população camponesa, até meados do século XX, não tinha a posse da terra, e vivia em um raio de 100km em torno da capital Assunção. Durante cerca de 40 anos, o Instituto Nacional de Desarrollo Rural y de la Tierra - INDERT¹⁴ criou colônias ao longo da região oriental, com objetivo de implantar, nesse território, comunidades prósperas para os camponeses.

A existência desses assentamentos campesinos garantiria dois objetivos, a prosperidade da grande massa campesina pobre, que, por meio do acesso à terra, preservaria a construção de uma vida digna; e a defesa do território contra o avanço dos latifundiários brasileiros sobre a fronteira. Entre os anos de 1963 e 1985, foram criadas 661 comunidades por meio dessa reforma, que compreendia 130 mil lotes em 8,8 milhões de hectares. A partir de 2002, começam-se as ações do BM no sentido de alterar a lei de terras do Paraguai.

El Estatuto Agrario no fue revisado sino hasta el año 2002, luego de una década de presiones del Banco Mundial, la USAID¹⁵, el bid y los intereses comerciales dentro del Partido Colorado. Aun así sólo se enmendaron algunos detalles, acercándolo ligeramente a lo que se había convertido en un estándar liberal de legislación de la tierra a lo largo del continente. Cuando este estudio se inició en 2004, los campesinos en el departamento de Caaguazú todavía concebían la propiedad de la tierra estrechamente ligada a la experiencia de la reforma agraria. Esto era particularmente visible en las colonias establecidas a partir de la reforma, donde los líderes campesinos tenían memorizados los artículos del Estatuto Agrario y las organizaciones se esforzaban por tener relaciones con el indert. (HETHERINGTON, 2014, p. 180).

Inicia-se, assim, uma contrarreforma agrária, pois a alteração proposta pelo BM e demais instituições no Estatuto da Lei Agrária fez com que o INDERT liberasse apenas a titulação da propriedade, tornando totalmente insegura sua posse.

É importante considerar que, nesse momento, o avanço da soja sobre o território paraguaio estava em um acelerado processo de expansão. Não demorou muito para que os primeiros conflitos começassem a emergir, pois o país tinha como principal atividade a criação de gado. Esses pecuaristas migraram de ramo produtivo, incorporando as áreas de pastagens ao complexo da soja. A expansão também se deu sobre o território que,

¹⁴ Em 2002, quando a Lei Agrária foi alterada, a instituição que, até então, tinha regulado o Instituto de Bienestar Rural (IBR), trocou o nome para Instituto Nacional de Desarrollo Rural y de la Tierra (INDERT).

¹⁵ USAID é uma agência do Governo dos EUA que trabalha com o intuito de diminuir a pobreza. O presidente John. F. Kennedy criou a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional por ordem executiva em 1961. A USAID trabalha em mais de 100 países. Disponível em: <www.usaid.gov>. Acesso em out. de 2014.

tradicionalmente, concentrava centenas de campões. As mudanças ocorreram da seguinte forma:

En Paraguay, esta visión de la economía rural no se implantó de una sola vez y nunca tuvo suficiente apoyo legislativo para que se convierta en ley, pero sí se aceptó una serie de proyectos de nuevos sistemas administrativos e intervenciones jurídicas que sutilmente cambiaron el sistema de administración de la tierra. El primero era un proyecto catastral de la USAID de 1985, seguido por el del Banco Mundial de 1992, y del BID de 2002. Al llegar este último proyecto, la filosofía administrativa ya había cambiado por completo [...]. (HETHERINGTON, 2014, p. 183).

Isso gerou uma oportunidade para que os investidores, especialmente, o estrangeiro, pudessem se instalar graças à alteração da lei que garantiu maior facilidade na compra de terras. No ano de 2005, um conflito territorial foi emblemático na imprensa e para a sociedade paraguaia, uma disputa violenta sobre o modelo de domínio da propriedade que ocorreu na comunidade de Takejoja, historicamente, habitada por campesinos assentados em suas colônias.

A oeste ficavam os campesinos que viviam, com sua cultura diversificada, em torno do cultivo de algodão, com propriedades variando de 3 a 20 ha. A leste, uma área que, anteriormente, havia sido semelhante à comunidade de Takejoja, agora, sendo ocupada por brasileiros oriundos da região de Toledo, Santa Clara, com lotes variando de 50 a 10.000ha e produzindo soja. Entre o ano de 2002 a 2006, cerca de 100 produtores de soja entraram em conflito com os campesinos de Takejoja, pois eles atravessaram o rio que separava a área para comprar terras na colônia. “Lo que estaba en riesgo era bastante evidente: ambos grupos intentaban controlar aproximadamente 200 hectáreas de tierras arables, repartidas en 10 lotes separados a lo largo del asentamiento”. (HETHERINGTON, 2014, p. 192). Desse modo, os brasileiros sojicultores realizaram um despejo ilegal e violento contra os campesinos paraguaios.

Oviedo, de llevar a cabo un tercer desalojo de los campesinos. Dos camionadas de “cascos azules” (policías antimotines) se hicieron presentes a las cinco de la mañana y sacaron a los pobladores de sus camas. Cargaron los camiones con más de un centenar de campesinos, incluidos a Joel y su esposa (que en ese momento estaba en su octavo mes de embarazo), y los llevaron a la cárcel local, mientras la pandilla de Opperman tomó por asalto la comunidad, avanzando con tractores, destruyendo casas y prendiéndoles fuego. Después, cuando Opperman se alejaba de la comunidad por uno de los caminos principales, encontró un grupo de unos cincuenta campesinos, algunos de ellos se habían escondido durante el desalojo junto a otros que estaban reunidos en solidaridad para discutir como reaccionar. Cuando Opperman y su séquito pasaron al lado del grupo, abrieron fuego contra los campesinos; murieron dos hombres e hirieron gravemente a un tercero. (HETHERINGTON, 2014, p. 194).

As transferências de terras eram comuns, no entanto, ilegais. O que se observou de diferente nessa situação foi que um grupo de campesinos sem-terrás de colônias vizinhas se opuseram à venda. Eles já haviam acompanhado os efeitos danosos da monocultura da soja em outras regiões, e um grupo de 150 campesinos foi convidado por um fazendeiro local para impedir a transação. Os camponeses reivindicaram terras destinadas à produção de cultivos diversos adquiridas por brasileiros, destinando a área a campesinos sem-terra. O INDERT emitiu parecer de que a ocupação dos produtores de soja era ilegal, revogando, assim, as licenças autorizadas.

En Tekojoja, la privatización en realidad se refería a la aparición de una clase totalmente nueva de compradores de tierra. De acuerdo con la versión de los campesinos, el conflicto se inició cuando un grupo de 10 brasileños, dirigidos por un hombre llamado Opperman, comenzó a comprar tierra en la colonia en el año 2002. Los brasileños ya poseían tierras al otro lado del río, en Santa Clara, y buscaban expandir sus cultivos de soya después de la benévolas cosecha de 2001. [...] Luego solicitaron y obtuvieron permisos de ocupación del INDERT y comenzaron a pagar los lotes lo antes posible a fin de convertirlos en títulos. [...] Su temor no era la convivencia con los brasileños, sino que la producción sojera adquiriera toda la comunidad, incluidos los minifundios, tal como había ocurrido en otras comunidades más al este como Parirí, Yvypyta y San Roque. En cada uno de estos lugares, los productores de soya habían ofrecido precios de mercado por las tierras, lo que superaba hasta 30 veces lo que los campesinos podían esperar recibir si las vendían a otros campesinos. (HETHERINGTON, 2014, p. 193).

O conflito por conta do despejo ilegal tomou proporções nacionais, pois o desfecho do conflito conquistou espaço na imprensa e, consequentemente, o apoio da sociedade paraguaia pela luta daqueles campesinos.

Después de una revisión interna, el INDERT finalmente concedió que la ocupación por parte de los productores sojeros era ilegal y, tras revocar sus permisos, autorizó nuevas derecheras a los campesinos. Durante los siguientes tres años –mientras el caso llegaba a la Corte Suprema de Justicia, los brasileños lograron, en tres ocasiones, convencer a la policía de desalojar a los campesinos del lugar, quemar sus casas y destruir sus cultivos. En cada una de esas ocasiones, los desalojos fueron considerados ilegales y un número cada vez menor de campesinos retornaba al lugar para reconstruirlo. Inspirados por la lucha, se sumaron unos cuantos campesinos más, incluido Joel. (HETHERINGTON, 2014, p. 194).

Um aspecto importante desse conflito territorial foi o registro fotográfico, utilizado pela imprensa, mostrando o ataque armado dos produtores de soja contra os campesinos, que estavam sem nenhum tipo de objeto para se defender, apenas de mãos vazias. Isso fez com que a opinião pública se posicionasse contra os produtores de soja, e contribuiu, também, para que o Supremo Tribunal Federal, no seu processo de resolução, se posicionasse a favor das reivindicações campesinas.

No Paraguai, o BM atuou no sentido de garantir as multinacionais ligadas ao agronegócio da soja, sua completa apropriação legal do território. O fato de ter criado condições de titulação das terras do país, por meio de suas condicionalidades, jogou ao infortúnio milhares de campesinos, pois a garantia de se ter a posse da terra tornou-se uma insegurança.

1.4.3 As transformações nos *Ejidos mexicanos*

No México, a questão agrária foi, historicamente, marcada pela luta dos movimentos sociais camponeses por reforma agrária. A revolução de 1910 teve, entre seus principais objetivos, a expropriação de terras, florestas e recursos hídricos das mãos dos grupos que tinham o domínio sobre esse território, os latifundiários. A meta era que esses recursos fossem repassados aos camponeses para a construção dos *ejidos*.

Os *ejidos* são formas de organização produtiva e representação de camponeses. Eram diversas propriedades comunais e inalienáveis, até o momento em que o BM passava a pressionar o governo de Carlos Salinas (1988 - 1994) para alterar a Lei Federal de Reforma Agrária.

Em 1991, o presidente Carlos Salinas anunciou sua proposta de emenda do artigo 27 da Constituição de 1917, que resultara da Revolução Mexicana. O artigo tratava da reforma agrária: garantia o direito à terra para todos os camponeses, a expropriação dos latifúndios e a alocação de terras, não de forma individual, mas para os *ejidos*. Sua modificação implicou a possibilidade de dividir o *ejido*, propriedade comunal e inalienável, em pequenas propriedades privadas, assim como o fim da distribuição de terras. (TANANKA, 2004, p.121).

De acordo com Tananka (2004, p.123), “apesar de quase a metade das terras mexicanas terem sido distribuídas aos camponeses, somente 21% delas eram apropriadas para a agricultura. Em alguns casos, eram doadas terras sem valor econômico ou que nem existiam”.

A organização dos *ejidos* foi estabelecida pela Lei Federal de Reforma Agrária, promulgada em 1971. A lei determinava a criação de três órgãos internos nos *ejidos*: uma assembleia geral, composta pelos ejidatarios; uma diretoria executiva e um conselho fiscal com autonomia para realizar os controles. A assembleia geral era a autoridade máxima do *ejido*, as decisões tomadas se davam pelo voto e o interesse da maioria era protegido.

Em 1992, a emenda ao artigo 27 foi aprovada por 388 votos a favor e 45 contra. Os objetivos da nova lei eram diminuir o crescimento do minifúndio,

promovendo investimentos para aumentar a produção, com a promessa do presidente Salinas de gerar mais emprego e criar organizações para os trabalhadores agrícolas. (TANANKA, 2004, p.125).

Como resultado, essa emenda permitiu a venda individual de terras que, anteriormente, eram coletivamente controladas, eliminando, dessa maneira, o *status jurídico* do *ejido*. Esses novos processos desencadeados pela emenda, criaram uma conflitualidade no interior do território dos *ejidos*, pois novas pressões sobre os camponeses surgiram, dentre as quais, a de produzir individualmente.

Dessa maneira, o governo mexicano tem intensificado a dependência da importação de grãos cultivados nos Estados Unidos. Contudo o objetivo do BM foi o de tornar uma conquista legítima da sociedade camponesa em estabelecimentos produtivos a serviço do grande capital, dos interesses privados da exportação. “Na nova legislação, os *ejidos* estão livres para formar associações produtivas com corporações privadas, incluindo firmas estrangeiras que têm pouco ou nenhum incentivo para adotar práticas ambientais”. (TANANKA, 2004, p.133).

Como consequência, a alteração da emenda gerou o aquecimento do mercado de terras nos *ejidos*.

[...] a emenda do artigo 27 não faz nada para remover a vantagem econômica da negociação ilegal de terras (...). No entorno, [...] os ejidos estão competindo para vender terras, por acreditarem que agora isso é uma transação legal, e por sentirem-se inseguros de que a reforma seja o começo de uma maior ofensiva do Estado sobre o ejido. Para liberar a terra, os ejidatários têm vendido grandes quantidades para coyotes (atravessadores). (TANANKA, 2004, p.135).

Em síntese, a realidade apresentada pelo México reflete, uma vez mais, a apropriação do BM em torno dos interesses privados. A mudança da produção dentro do *ejido* e o fomento do mercado de terra têm sido os principais impactos. Sem considerar o empobrecimento dos camponeses, a retirada de investimentos do setor público para a produção agrícola camponesa, e os danos ambientais.

1.4.4 Os conflitos nas florestas do Chile

O Chile também foi inserido na economia global mediante a abertura comercial e a liberalização dos mercados. Essa propaganda do modelo neoliberal gerou, como em outros países da América Latina, uma série de efeitos desastrosos, principalmente, para a população que habitava, há várias gerações, esse território. A visão do BM de que, a partir

do crescimento econômico, as mazelas da sociedade - pobreza, conflitos, danos ambientais - poderiam ser resolvidas, falhou também no Chile.

Chile fue el primer país en América Latina que liberalizó sus mercados a la economía internacional, implementando medidas de privatización y desregulación de actividades productivas del sector público mucho antes de que la oleada de préstamos condicionados del Fondo Monetario Internacional y el Banco Mundial indujeran a las economías latinoamericanas a adoptar la doctrina neoliberal en la década de 1980. Se lideró una modalidad de crecimiento económico por el gobierno militar basado en las exportaciones primarias e intensivas de recursos naturales, en un marco de desregulación de los mercados y rápida incorporación a la economía global. (ROMERO, 2005, p. 197)

Dessa maneira, o Chile teve como principal atividade a exportação de gêneros primários, o que possuía um baixo valor agregado e não gerava o crescimento econômico desejado. “Pero aún hoy, casi 9 de cada 10 dólares exportados corresponden a extracción y/o leve procesamiento de recursos naturales, lo que se verifica en cuatro sectores productivos primarios: minero, forestal, agrícola y pesquero” (ROMERO, 2005 p. 198).

Esse panorama fez com que o Chile se tornasse palco de investimentos de grandes grupos da indústria florestal. É preciso considerar que parte considerável da receita desse ramo produtivo tem baseado seu crescimento econômico, sendo a segunda atividade mais importante do Chile, perdendo apenas para a indústria da mineração.

Nas florestas chilenas, é onde habitam diversos grupos campesinos, indígenas, pequenos proprietários, entre outros.

Los bosques de Chile cubren una superficie de 15.637.233 hectáreas, lo que representa el 20,7% de la superficie del territorio nacional, que es de 75.662.561 hectáreas. De dicha cifra, 13.430.603 hectáreas (85,9%) corresponden a bosque nativo, esto es un 18,4% del territorio chileno, aproximadamente, mientras que un 3,1%, es decir 2,7 millones de hectáreas, corresponden a plantaciones forestales. (YÁÑEZ; SÁNCHEZ, 2008, p. 7).

É justamente sobre a expansão das plantações florestais, que, hoje, se concentra o maior divergência envolvendo a posse da terra e a apropriação da água, em que residem os principais conflitos agrários do país. A centralidade da questão está entre as empresas de silvicultura com as comunidades Mapuche, que disputam esse território tendo como pauta o controle da propriedade da terra, a apropriação sobre os recursos naturais existentes e a luta pela sustentabilidade dos grupos indígenas.

Para compreendermos e situarmos o conflito no momento histórico, é necessário apresentar o contexto em que surgem as principais contradições desse processo. Como apresentado em outros países da América Latina, o BM tem atuado no sentido de, por

meio das condicionalidades impostas pelos “ajustes estruturais”, alterar na Constituição o direito de posse da propriedade, seja a terra e/ou a água. No Chile, a prática se repete, no entanto, tendo como foco a mudança das leis que protegem as florestas naturais. De acordo com Yáñez e Sánchez (2008),

La primera Ley Forestal promulgada en Chile es el DS N° 4.363 de 1931, conocida como Ley de Bosques. Dicha ley define los terrenos de aptitud preferentemente forestal, y establece normas para la protección de especies forestales y para evitar la degradación de los suelos, particularmente de aptitud forestal, prohibiendo la corta o destrucción de determinados árboles y arbustos que cumplen funciones de preservación del ecosistema. (YÁÑEZ; SÁNCHEZ, 2008, p. 11)

Até aquele momento é essa mesma lei que regula a exploração da madeira em terras públicas, bem como a proibição do desmatamento a uma distância dos cursos de água e o uso do fogo, sendo este o primeiro regulamento do setor florestal, posteriormente, regulamentado pelo Decreto 701.

En efecto, el DL 701 fue modificado por la Ley N° 19.561 en 1998 y, posteriormente, por la Ley 20.326 de 29 de enero del 2009, las que extendieron el sistema de bonificación que instaura la legislación forestal a los pequeños y medianos propietarios y a fines específicos de recuperación de suelos degradados, en circunstancias de que previo a estas modificación los incentivos estaban reservados exclusivamente para la industria forestal. (YÁÑEZ; SÁNCHEZ, 2008, p. 11).

Dessa maneira, a alteração da lei dos bosques fez com que o BM fizesse mudanças com o aval e apoio do Estado chileno, que incentivou a expansão da plantação de espécies exóticas, especialmente pinus e eucalipto. Outro ponto importante é a bonificação que o Estado oferece em plantio para recuperação de terras degradadas

La participación ciudadana en las políticas ambientales, clave a la hora de resolver los conflictos, ha sido promovida por el Banco Mundial y se las entiende como “un proceso a través del cual los *stakeholders* influyen y comparten el control sobre las iniciativas del desarrollo y las decisiones y recursos que los afectan” (Crespo, 1999). Así también este tipo de política está incorporada a las políticas estatales de seguridad, como parte de esta capacidad de poder protector y de guía que asume el gobierno para proteger a la población. Dichas políticas tienen su raíz en las propuestas estadounidenses diseñadas por la Agencia de Protección Ambiental (EPA) como los lineamientos del Banco Mundial más arriba mencionados. Pero esto no se condice con la realidad de países como los nuestros, anclados en la idea que el crecimiento económico basado en la disciplina del mercado sería la garantía para alcanzar la sustentabilidad del desarrollo. (ROMERO, 2005, p. 199).

Podemos destacar, nesse ponto, uma contradição no processo em curso, pois a garantia da sustentabilidade ambiental, assegurada pela expansão econômica dos grandes silvicultores, na prática, não se efetiva. É impossível imaginar essa harmoniosa relação

como vem sendo imposto pelo BM. O progresso econômico, historicamente, realiza-se sobre a exploração desmedida dos recursos naturais, deixando no território apenas os resultados negativos desse modelo predatório de desenvolvimento.

Posteriormente, novas modificações foram inseridas, e, como resultado dos incentivos aos silvicultores, temos uma pressão gerada pelo avanço da plantação exótica (pinus e eucalipto) sobre a floresta natural, bem como nas populações que ali habitam. A seguir, Yáñez e Sánchez (2008) descrevem o avanço da área plantada.

Región del Biobío: Para el período 1998- 2008 indica que la superficie de plantaciones forestales aumentó en 269.090 hectáreas (28,1%), mientras que la superficie de bosque nativo en el mismo período disminuyó en 7.883 hectáreas (-1%). Región de La Araucanía: La disminución en la superficie de bosque nativo es de 46.968 hectáreas, de las cuales un 63% han sido sustituidas por plantaciones forestales de especies exóticas. Región de Los Ríos: La disminución de la superficie de bosque nativo es de 22.991 hectáreas, y la sustitución de bosque nativo por plantaciones representa un 90%. Región de Los Lagos norte: La disminución de la superficie de bosque nativo corresponde a 8.368 hectáreas, un 57% debido a habilitación de terrenos agropecuarios y el resto a sustitución por plantaciones. (YÁÑEZ; SÁNCHEZ, 2008, p. 11 - 12).

Isso quer dizer que a indústria da silvicultura cresce sob os incentivos oferecidos pelo estado chileno. As grandes multinacionais da indústria de papel e celulose atuam livremente, sem regulamentos ambientais que permitam minimizar os impactos desse ramo produtivo. É justamente no processo de incorporação de novas áreas ao processo produtivo que residem os principais conflitos.

A maior parte do avanço das plantações ocorre sobre o território dos ancestrais Mapuche, e eles reagem em defesa de seu território, que, para eles, representa o significado da existência de seu povo.

El conflicto global que deriva de esta situación en relación a la propiedad de la tierra, es precisamente que la expansión forestal hace inviable la demanda indígena destinada a aumentar la cabida territorial de sus predios, los que tras la radicación por medio del otorgamiento de títulos de merced (1984–1989) y posterior división de sus tierras en parcelas individuales (1930–1989), constituyen minifundios que ni siquiera permiten el desarrollo de una economía de subsistencia. (YÁÑEZ; SÁNCHEZ, 2008, p. 14).

Nesse sentido, os grupos Mapuche têm realizado ações para reivindicar o território de seu grupo étnico, e, dentre elas, destaca-se a ocupação de propriedades das empresas. Nesse processo, o estado chileno e os grupos empresariais ligados ao ramo da silvicultura têm utilizado de certos instrumentos legais para criminalizar as ações realizadas pelos Mapuche, acusando-os por práticas tais como incêndios nas áreas de floresta plantada, ameaças e roubos de gado. “Además, se han utilizado leyes de excepción, como es el caso

de la ley antiterrorista o la ley de seguridad interior del Estado, lo que habilita a la judicatura para agravar las penas asignadas a los delitos comunes y suprimir garantías procesales". (YÁÑEZ; SÁNCHEZ, 2008, p. 15).

O aumento do conflito vivido pelos povos indígenas acontece por duas vias: pelo avanço das empresas florestais sobre suas terras e pela criminalização de suas ações em defesa de seus territórios. Dentre os principais conflitos entre as empresas e os índios Mapuche, destacamos

Uno de los casos más emblemáticos de criminalización de la protesta social indígena es el de los predios Poluco y Pidenco en disputa con Forestal Mininco, donde fue aplicada la ley antiterrorista en contra de cinco dirigentes mapuche y se les sentenció a cumplir una condena de 10 años y un día [...]. Otro caso emblemático, del que también es parte la misma empresa forestal, es el seguido contra los lonkos Aniceto Norin y Pascual Pichun, ambos autoridades tradicionales mapuche, [...] por un incendio ocurrido en el predio forestal Nancahue y San Gregorio, que concluyó con la imputación de amenazas de incendio de tipo terrorista al no probarse su participación en los hechos. Esta figura, sin embargo, permitió aplicarles la pena de privación de libertad de 5 años y un día. También es digno de mencionar el caso del joven-niño Juan Luis Llanca, procesado por incendio terrorista en el predio El Ulmo, también de Forestal Mininco, formalizado el día 15 de enero de 2003 cuando tenía 17 años y, por tanto, ni siquiera alcanzaba la mayoría de edad. Sin lugar a dudas el caso más dramático es el del también joven-niño Alex Lemun (17 años), baleado en el fundo Santa Alicia de Forestal Mininco, cuando junto a su comunidad (Montuitui Mapu) efectuaban una ocupación simbólica de las tierras. El joven Lemun fue muerto con un impacto de bala disparado a muy corta distancia por el teniente de Carabineros Marcos Treuer, quien aún permanece en servicio activo en la institución). (YÁÑEZ; SÁNCHEZ, 2008, p. 19).

Como observado, não existe uma proteção dos direitos indígenas perante as empresas. A articulação elaborada pelo BM da alteração da lei Nº 4.363 é resultado da territorialização sorrateira do capital nesse país. Percebe-se que, ao alterar a lei, que é tida como o único instrumento de garantia do cumprimento das normas, o território fica à mercê dos ditames do capital.

Quem é envolvido e recebe o efeito dessas transformações é a população local, que responde e se manifesta em defesa de seus territórios. Nessa disputa, há vitórias, bem como algumas derrotas, o que, de fato, faz com que eles continuem lutando.

Assinalam-se casos em que a luta dos Mapuches reverteu situações de territorialização da empresa, sendo devolvida a área para os campesinos. "Uno caso emblemático de restitución de tierras en conflicto es Santa Rosa de Colpi y predios aledaños, que acaba de ser entregado por el Estado a las comunidades de Temulemu, El Pantano y Didaico". (YÁÑEZ; SÁNCHEZ, 2008, p. 19).

Em suma, a realidade do Chile reflete o panorama apresentado pelos diversos países da América Latina. Os investimentos do BM direcionados para o território chileno são o grande desafio enfrentado pelas populações locais, pois o desenvolvimento do capitalismo transforma as variadas estruturas territoriais em mercadoria.

1.4.5 As ações dos produtores de soja na Argentina

A Argentina, ao longo de mais de quatro décadas, vem sofrendo influência dos sucessivos governos no que tange à liberalização econômica. Isso, de certo modo, tem interferido drasticamente em sua vida política e econômica, tornando-se, assim, centro de diversos processos de investimentos financeiros.

Nesse contexto, deve-se notar que a ditadura militar argentina, no seu início, em 1976, criou as bases para o processo de industrialização mediante substituição de importação, além de estabelecer uma nova forma de acumulação por meio da abertura financeira. Temos, então, o domínio, ao longo dos anos, do capital financeiro sobre o capital produtivo, isso acompanhado pela diminuição do poder do Estado ante a liberalização generalizada dos mercados, por meio da abertura econômica e das privatizações de empresas estatais.

Nesse país, não se difere o modelo de desenvolvimento adotado pelo governo, que tem no agronegócio a aplicação de investimentos para seu desenvolvimento. O desafio que se coloca hoje para a Argentina, pela nossa interpretação, é o avanço do agronegócio da soja.

Em relação à distribuição e acesso à terra, em meados do século XX, o sistema de posse de terra que prevaleceu, em sua maioria, foi o contrato de arrendamento. Isso teve outros resultados por conta do modelo neoliberal de desenvolvimento.

Durante el gobierno militar del autodenominado Proceso de Reorganización Nacional (1976-1983), comenzó la flexibilización de las leyes de arrendamiento que habían sido reguladas fuertemente a fin de proteger a medianos y pequeños productores agropecuarios durante el primer gobierno peronista (1946-1955). Comenzó la difusión masiva de los contratos por una cosecha, coadyuvando de este modo a la expansión del modelo sojero. Se fue modificando el tradicional esquema de diferenciación entre la ganadería y la agricultura, esta última impulsada notablemente por el sector chacarero de la región pampeana. La posibilidad de que se hicieran contratos accidentales por una cosecha, les permitió a los grandes propietarios obtener el concurso de contratistas para sembrar soya, otros cereales y oleaginosas, y, por consiguiente, lograr determinadas rentas que de otro modo no hubieran podido lograr. Se trataba de sectores que vieron la posibilidad de acrecentar sus rentas

mediante el arrendamiento de tierras para la implantacion de la soya que comenzaba a ser una actividad altamente rentable. (HOCSMAN, 2014, p. 39).

Dessa maneira surgem os grandes produtores de soja, sendo que inúmeras empresas transnacionais ligadas ao setor de grãos começaram a se instalar no país. Por outro lado, os pequenos e médios produtores não tinham condições de competir com a incorporação de novas áreas, bem como pelo aumento da escala de produção. Neste contexto, eles começaram a sair de suas atividades em decorrência da pressão exercida pelo avanço do plantio de soja. Disso,

La zona comenzó a sufrir el desplazamiento de la población campesina mediante la combinación de coacciones económicas y extraeconómicas entre las que se destaca la compra fraudulenta de campos por parte de empresarios (falsas escrituras, títulos "grillados", etcétera) con la participación –por acción u omisión– de distintos estamentos del Estado provincial, como peritos judiciales, jueces y policías. Las condiciones estructurales basadas en las políticas gubernamentales de las últimas décadas han posibilitado el avance de la soya en tierra argentina. El Estado nacional y sus variantes provinciales durante años han fomentado los agronegocios, y no existen políticas efectivas destinadas a salvaguardar los derechos de los productores campesinos y comunidades indígenas, ni de aquellos productores pampeanos pequeños o medianos que querían optar por otra alternativa productiva sin poner en riesgo la continuidad de su explotación. (HOCSMAN, 2014, p. 35).

Isso só foi possível graças à alteração da Lei Agrária imposta pelo BM. É preciso considerar que o conjunto de transformações e mudanças nas leis agrárias dos diversos países da América Latina reflete a intencionalidade do controle territorial exercido por este organismo. Assim,

La política madre que posibilitó un cambio institucional importante en la política agraria, la cual era la base de sustentación de estas transformaciones, fue el Decreto de Desregulación de 1991. A partir de esa medida fueron eliminados los organismos que existían desde la década de 1930 hasta la actualidad: la Junta Nacional de Granos, la Junta Nacional de Carne, la Dirección Nacional del Azúcar, etcétera, organismos que tenían por finalidad regular la actividad agraria (por ejemplo, manteniendo precios sostenidos para la producción de cereales en apoyo a los agricultores). Desde entonces el sector agrario argentino se transformó en uno de los menos regulados del mundo, sujeto a los vaivenes de la economía mundial. (HOCSMAN, 2014, p. 40).

O decreto de desregulamentação de 1991 é um ataque direto às instituições que apresentavam os interesses dos camponeses. Como resposta a estas transformações e as crises oriundas desse processo, a conflitualidade se faz entre os diferentes modelos de desenvolvimento presentes no território.

En todo el país, el incremento de la conflictividad rural fue sostenido y se materializó en diversas formas de protesta activa, mediante un renovado repertorio de acciones en distintos niveles, como paros agrarios, cortes de ruta, marchas protagonizadas por productores, con algún grado de capitalización, de distintas regiones del país: fruticultores del Valle de Río Negro, caneros de Tucumán, yerbateros de Misiones, tambores de la cuenca lechera de Córdoba, entre los principales. De las acciones políticas de mayor repercusión destacan la marcha agraria a Plaza de Mayo (Buenos Aires) de 1993 y el paro agrario de 1994. Uno de los actores emergentes fue, en 1995, el Movimiento de Mujeres Agropecuarias en Lucha en la región pampeana, teniendo como representación gremial a la Federación Agraria Argentina (FAA), y otras organizaciones con cobertura zonal. Estas acciones se enlazaron parcialmente con una serie de “puebladas” en capitales de provincia, poblados asociados a producciones regionales o enclaves industriales, como manifestación de la movilización social en resistencia a cargo de los sectores desfavorecidos por el modelo económico. (HOCSMAN, 2014, p. 48-49).

À medida que o agronegócio da soja avança pela demarcação de áreas tradicionais e incorpora novas com abertura concedida pela lei, e verifica-se a fraqueza do Estado como principal regulador dos conflitos, vê-se também o aumento do número de problemas envolvendo a posse da terra devido ao modelo produtivo adotado pelo governo argentino.

O avanço da soja na Argentina gera, como nos demais países da América Latina, onde esse ramo do agronegócio está se consolidando, resultados semelhantes, tais como destruição ao meio ambiente; problemas consequentes do avanço de área plantada sobre áreas campesinas; concentração da propriedade fundiária etc.

1.4.6 A contrarreforma agrária no Peru

O Peru foi um dos poucos países da América Latina que efetivou a realização de uma reforma agrária, conquistada por meio da luta travada entre os campesinos indígenas com os latifundiários, que, durante séculos, expropriaram e exploraram os recursos desse país. Ao considerarmos o período de 1969 a 2013, segundo Eguren (2014), é possível identificar o processo de modernização em três momentos distintos. O primeiro, antes da reforma agrária; o segundo, a reforma agrária e os anos imediatos; e o terceiro, que foi a reconcentração da propriedade fundiária com influência das ações do Banco Mundial.

No ano de 1968, o Peru começou uma das mais radicais reformas agrárias no subcontinente americano, contribuindo para a tendência de modernização da economia e da sociedade peruana. Assim, alterou, substancialmente, as relações de trabalho estabelecidas ao longo do processo histórico, democratizando o acesso desapropriando terras de todo o país, acabando, dessa maneira, com os grupos latifundistas.

Nesse contexto,

El inicio de la reforma agraria del gobierno del general Velasco, en 1969, relanzó el movimiento campesino que había caído en letargo desde 1964. El nuevo movimiento tuvo como objetivo radicalizar la reforma agraria: acelerarla, ampliarla, impedir la descapitalización de las empresas durante el periodo de la expropiación, y tomar las tierras en los lugares donde el proceso no avanzaba a velocidad suficiente [...]. Las federaciones de trabajadores agrícolas asalariados de los valles de la costa y las federaciones de comunidades campesinas en la sierra se reactivaron y lograron articularse, en 1973, en la Confederación Campesina del Perú (CCP), una organización nacional fundada en la década de 1940 que estaba muy venida a menos. [...] Como en tantos otros países de la región latinoamericana que tuvieron una importante población nativa, el principal motor del movimiento campesino en Perú fue la recuperación de las tierras de las que fueron despojados en tiempos de la Colonia y luego de la República; sin embargo, en la región andina la lucha por la recuperación de las tierras por los movimientos a los que hemos hecho alusión no sólo obedecía a la reivindicación de un derecho violentado en el pasado, sino también – y, acaso, principalmente – a resquebrajar los límites que el régimen de hacienda imponía a una economía rural ya muy penetrada por relaciones de mercado. (EGUREN, 2014, p. 167 - 168).

Ao nos referirmos à luta dos movimentos campesinos na região andina, é importante sinalizar que outros países da América Latina também tiveram uma presença significativa da população nativa, tais como, a Bolívia, o Paraguai, o Peru e o Equador.

É seguro afirmar que o principal agente representado pelo movimento camponês no Peru foi o responsável pela realização da reforma agrária. A luta pela retomada das terras, que foram saqueadas nos tempos coloniais, e que, posteriormente, teve sua continuidade na República, somada à situação de penúria e miséria em que viviam essa população, foi o estopim para o embate contra a estrutura social vigente.

No pós reforma agrária, o governo militar considerou importante manter as grandes unidades de produção, para não perder as economias de escala que existiam nas fazendas mais modernas. Para não dividir os bens, os camponeses foram organizados nessa estrutura de propriedade de maneira coletiva. A Cooperativa Agrícola de Produção – CAP e as Sociedades Agrícolas de Interesse Social – SAIS se tornaram uma forma de organização envolvendo as comunidades rurais, embora tenham tido um curto período de existência.

De este modo, fueron creadas cerca de seiscientas cooperativas, a las que se adjudicaron más de dos millones de hectáreas y 60 SAIS, con 2.8 millones de hectáreas. Otras modalidades de adjudicación fueron los grupos campesinos y las empresas de propiedad social, todas ellas variantes de empresas asociativas. (EGUREN, 2014, p. 166).

A reforma agrária foi além dos aspectos redistributivos; o Estado também passou a exercer uma forte intervenção no financiamento de atividades agropecuárias e na

comercialização. O principal problema enfrentado pelos campesinos, agora, organizados em cooperativas, se concentrou na manutenção da gestão desse novo aparato produtivo. Os campesinos eram, em sua maioria, assalariados do campo, lutavam dentro das cooperativas pelo aumento dos salários e por investimento internos.

Essa situação levou ao aumento da tensão, gerando como resultado o fim da CAP. Não tinham como pagar salários, já que a forma de disposição de produção não permitia essa lógica. Dessa maneira, eles decidiram dividir as terras, o fim de quase 600 cooperativas teve como efeito o surgimento de milhares de unidades de produção com o tamanho variando de 3 a 5 ha.

Essa conjuntura foi bruscamente alterada, no momento em que o Peru passou a atender às exigências referentes às condicionalidades impostas pelo BM. O objetivo central do banco era alterar a legislação agrária, a fim de promover, por meio do mercado de terras, a “melhoria e a eficiência da propriedade rural”.

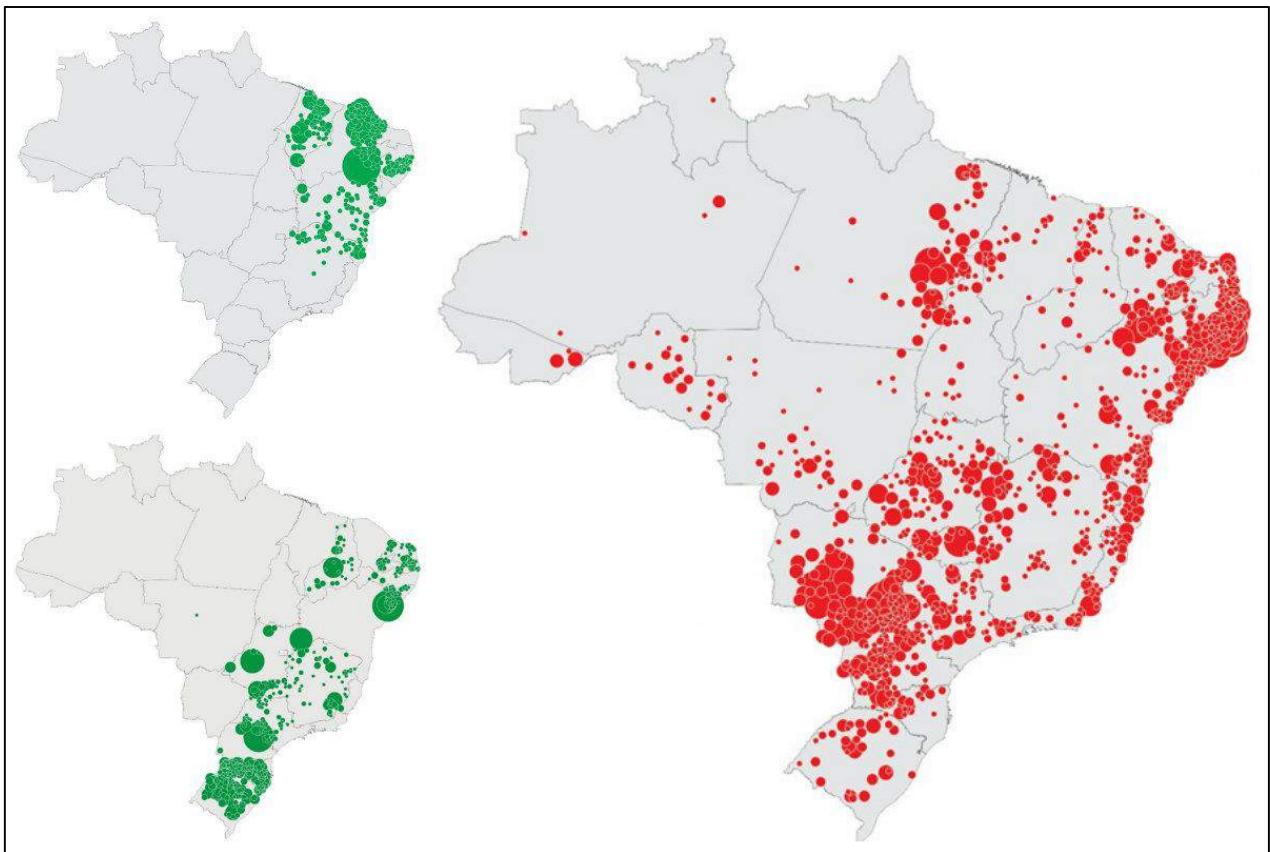
As mudanças, bem como os benefícios desse processo, seriam oriundos das transações do mercado de compra e venda de terras. Nesse contexto, esse novo quadro jurídico tem contribuído para a segurança e a garantia da expansão de novas propriedades. A fragilidade da lei criada pela pressão do BM, e o avanço de grandes empresas é onde se concentram os principais conflitos na atualidade. Os campesinos peruanos têm enfrentado dificuldades, já que a nova legislação, ao liberar o mercado de terra eliminando o limite do tamanho das propriedades, cria, com isso, a possibilidade de transferir as terras às diversas empresas como também para proprietários de terra.

Como observamos o BM atuou incisivamente no sentido de exercer o domínio nos diversos território da América Latina, visto que, sua ação de deu pelos caminhos das imaterialidades presentes no aparato jurídico-legal de cada nação. Interpretamos que as leis sejam um aspecto importante quanto às disputas existentes nos territórios, uma vez que, ela materializa a organização da sociedade, impedindo ou autorizando determinado tipo de comportamento. Neste caso, é possível identificar que as ações do BM ao garantir a exploração privada da terra, água e floresta, permite dessa maneira a apropriação de um conjunto de grupos econômicos nesses territórios. As leis também se configuraram como um instrumento de poder, promovendo, deste modo, o exercício do controle por grupos particulares.

Em síntese, todas ações e estratégias que o BM colocou em exercício geraram efeitos nos diversos territórios em que foram implementadas suas políticas e programas. O discurso presente nas publicações dessa instituição visou direcionar o que eles

entendiam em relação ao conceito de desenvolvimento, bem como se definia um novo padrão para os camponeses latino-americanos.

CAPÍTULO 2



2 – A REFORMA AGRÁRIA DE MERCADO NO BRASIL

Apresentamos, neste capítulo, o contexto em que surgiram as políticas do mercado de terras implantadas pelo Banco Mundial no Brasil. O panorama de conflitos, em algumas regiões do território nacional, principalmente, a realização de ocupações de terras pelos movimentos socioterritoriais foi a ação predominante no conjunto das disputas territoriais presentes no país.

No que se refere à questão agrária do Brasil, verifica-se que uma das estratégias utilizadas pelos sucessivos governos, sobre as lutas pela reforma agrária, assume posturas violentas e agressivas, aumentando, gradativamente, o número de assassinatos, torturas e ameaças. Isso é reflexo de uma estrutura social altamente desigual, o que contribui para que demandas sensíveis aos camponeses sejam tratadas com o uso da força policial.

O governo federal brasileiro, em parceria com o Banco Mundial, a partir do ano de 1996, dá início as políticas de Reforma Agrária de Mercado – RAM, que é o programa de acesso à terra para população pobre por meio do financiamento. No caso brasileiro, no período 1996-2003, tivemos dois instrumentos, resultado dessa articulação: o Programa Cédula da Terra (1998-2000) e o Projeto Banco da Terra (2000-2003).

2.1 A luta pela terra dos movimentos socioterritoriais no Brasil

Os anos de 1990 foram representativos no Brasil para a implantação das políticas propostas pela Reforma Agrária de Mercado - RAM. Isso em virtude das ações tomadas para minimizar os conflitos no campo, pelo então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, ligado ao Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB, no período de 1995 a 2002. Registraram-se acontecimentos significativos no campo brasileiro, relacionados ao aumento da violência contra os camponeses, gerando, assim, diversos fatos políticos que tiveram como ápice ações em defesa da propriedade privada da terra pelas oligarquias agrárias, dois massacres de camponeses e um avanço significativo das ocupações de terras.

No que concerne aos aspectos sociais, a luta pela terra começou a ganhar mais força em meados da década de 1995. Podemos destacar como principais fatores: a) a intensa exclusão social à qual estavam submetidos os camponeses e assalariados do campo e a marginalização de uma ampla parcela da sociedade, o que aumentava as desigualdades por conta da crise inflacionária; b) o surgimento de diversos movimentos e entidades que se constituíram como os principais agentes na condução das negociações

e nas mobilizações, pressionando o poder público para que atendessem a essas demandas, especialmente, do meio rural; c) a intensa perseguição às lideranças dos movimentos de luta pela terra em todo país; e d) somando-se a esse ambiente de conflitualidade temos também a retomada das ocupações de terras, não apenas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, com também de outras entidades que surgiram de dissidência, deste e de outros movimentos sociais rurais. Os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais – STRs e Federações incluíram, em suas pautas de reivindicações, a luta pela terra e a realização de ocupações com o apoio da Comissão Pastoral da Terra – CPT.

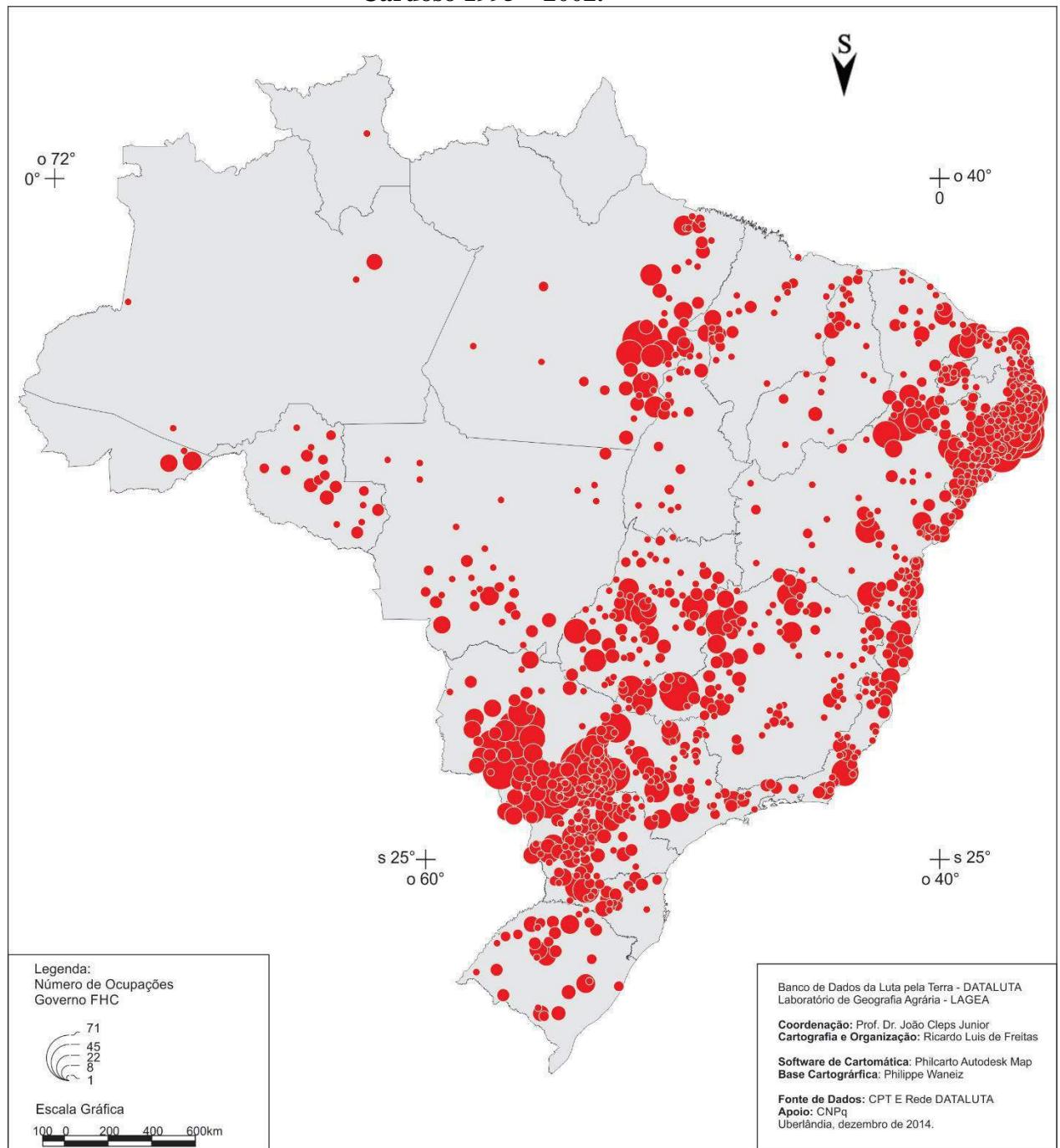
A opção adotada pelo governo, naquele momento, foi a de investir capital no desenvolvimento do agronegócio. Dessa forma, assistimos à Nação tornar-se subordinada ao capitalismo internacional, contando, para isso, com a abertura do mercado para produtos estrangeiros e a economia entregue ao controle do capital financeiro. Assim, intensificaram-se as inquietações no campo brasileiro. Se, por um lado, o governo FHC estava preocupado com sua imagem, sobretudo, em ganhar prestígio na sociedade, já que o país vivia uma crise inflacionária altíssima, com isso criou o Plano Real (1995), que, de fato, controlou a inflação, por outra direção, os movimentos sociais começaram com uma atuação de ocupações de maneira muito expressiva, sendo o maior número de ocupações registradas após a redemocratização política no país.

As ocupações intensificaram-se em um momento de crise tanto na política quanto na economia. A luta pela terra se transformou na luta pela reforma agrária, que significava a esperança na construção de um país melhor. A ocupação de terra se tornou, então, a principal estratégia de luta dos movimentos sociais rurais e entidades de apoio à reforma agrária nesse momento. Pelo mapa 1, a seguir apresentamos as ocupações de terras realizadas no país durante o governo FHC.

Como apresentado no mapa, temos a concentração das ocupações de terras, especialmente, nos diversos estados da região Nordeste, que, posteriormente, foi onde se concentraram os empreendimentos do Programa Cédula da Terra – PCT. Não podemos deixar de observar que a região Sudeste é a que mais teve ocupações, principalmente, no Oeste do estado de São Paulo, sobretudo, no Pontal do Paranapanema, e, em Minas Gerais, nas mesorregiões geográficas do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, Noroeste e Norte de Minas. A região Sul também é palco de vários conflitos envolvendo a posse da terra, registrando-se ocupações em todos os estados dessa região. A região Centro-Oeste, sobretudo os estados de Goiás e Mato Grosso do Sul, conhecidos como “berço do

agronegócio”, também apresentaram várias ocupações. A região Norte foi a que registrou um menor número de ocupações, no entanto ocorreram os dois principais massacres contra os camponeses, após o período de redemocratização: no Pará, região que concentra as ocupações, tem sido o território onde a disputa pela posse da terra é mais intensa o Massacre de Eldorado dos Carajás (1996), e o estado de Rondônia onde ocorreu o Massacre de Corumbiara (1995).

Mapa 1: Brasil - Número de Ocupações de terras no Governo Fernando Henrique Cardoso 1995 – 2002.



Fonte: CPT/DATALUTA, 2013.

Org.: FREITAS, R. L. de, 2014.

Ao realizarem uma ocupação, os camponeses tornam o conflito público, criando, assim, um fato político, e chamando a atenção de diversos seguimentos da sociedade. Dentro os principais, destacamos o poder judiciário, o legislativo e o executivo, com suas instituições responsáveis por intermediar o conflito, além da sociedade civil, que passa a ter conhecimento das diversas situações pelas informações veiculadas pela imprensa. Desse modo, a ocupação se apresenta como a garantia de ter acesso à terra, ela representa uma necessidade de sobrevivência.

Para Fernandes (2000),

Primeiro, é preciso dizer que a ocupação é uma ação decorrente de necessidades e expectativas, que inaugura questões, cria fatos e descontina situações. Evidente que esse conjunto de elementos modifica a realidade, aumentando o fluxo das relações sociais. São os trabalhadores desafiando o Estado, que sempre representou os interesses da burguesia agrária e dos capitalistas em geral. [...] A ocupação é, então, parte de um movimento de resistência a esses processos, na defesa dos interesses dos trabalhadores, que é a desapropriação do latifúndio, o assentamento das famílias, a produção e reprodução do trabalho familiar, a cooperação, a criação de políticas agrícolas voltadas para o desenvolvimento da agricultura camponesa, a geração de políticas públicas destinadas aos direitos básicos da cidadania. (FERNANDES 2000, p. 281-282).

A ocupação é a primeira estratégia no processo de espacialização e territorialização da luta dos camponeses sem-terra. No ato da ocupação, já começa a organização do acampamento, território este que poderá permanecer por alguns anos, sendo constante os atos de ameaças, de intimidações e de despejos sem ordem judicial, e, como violência extrema, o assassinato de suas lideranças.

O termo ocupação nos remete à utilização de algum espaço que não é ocupado ou utilizado. Nessa perspectiva, essa ação nada mais é do que a pressão ante o poder público, criando-se, com isso, um ponto de conflito em áreas em que o atual modelo de desenvolvimento, financiado pelos sucessivos governos, não possibilita a produção de alimentos para sua população, pelo contrário, existe ali a produção de gêneros para exportação, expropriando extensas áreas, prejudicando, assim, o acesso à terra, intensificando a precarização das condições de trabalho e os efeitos irreversíveis ao meio ambiente.

Há que se considerar que a territorialização efetiva do campesinato só ocorrerá na etapa posterior à ocupação, na criação do assentamento rural. É nesse território que as relações tornam-se mais seguras e efetivas, no sentido de que eles não correm o risco de serem despejados ou expulsos desse espaço conquistado. “Os camponeses não estão em

conflito direto com a instituição da propriedade. Na realidade, o que mais pesa aos camponeses é o capitalista porque este subordina na circulação da produção o que leva à expropriação e diferenciação social". (FABRINI, 2002, p.78).

O desafio que se coloca pelos camponeses envolvidos nas ocupações é chamar a atenção de que o Estado precisa enfrentar a questão agrária de modo a atender às demandas não apenas desse grupo, mas da sociedade em seu conjunto. São os camponeses que defendem um modelo de desenvolvimento de agricultura que possa garantir, ao mesmo tempo, a segurança e a soberania alimentar.

Para Fabrini (2003), a ocupação é um pré-requisito para a territorialização camponesa, porque, a partir da terra conquistada, se desdobram novas lutas num processo que se realiza no enfrentamento entre a territorialização das relações capitalistas e/ou campesinato. A ocupação em si não define a territorialização, mas marca o início desse processo.

É preciso considerar que a ocupação é um fato dinâmico e que o seu sucesso vai depender da correlação de forças políticas locais, regionais, estaduais e nacionais. Os grupos contrários à luta dos camponeses sem-terra são articulados, e tentam, de todas as formas, desestruturar e desestabilizar os acampamentos e enfraquecer a luta.

Segundo Stédile e Fernandes (2005),

[...] Se do nosso lado conseguirmos fazer uma grande ocupação, com milhares de pessoas, isso se constitui numa força suficiente e importante. Se o latifúndio for influente, for político, tiver muita força, aumentam as dificuldades. Mas as ocupações de terra continuam a ser a principal forma de pressão de massas que os camponeses têm para, de forma prática, fazer a reforma agrária avançar e terem acesso direto à terra para trabalhar. Trabalho, escola para seus filhos e a oportunidade de produzir. (STÉDILE; FERNANDES, 2005, p. 117).

Antes da ocupação efetiva de uma propriedade, há um planejamento detalhado por parte dos movimentos do campo, assim como a definição das famílias que irão participar da ocupação. Neste planejamento, está a escolha da propriedade, levando em conta se está dentro dos pré-requisitos para a realização da reforma agrária, como, por exemplo, se cumpre a função social e se está dentro dos índices de produtividade estabelecidos legalmente. Após tais averiguações, iniciam-se as reuniões promovidas pelos movimentos para decidir sobre o número de famílias participantes, considerando, o tamanho da propriedade.

Uma estratégia utilizada por todos os movimentos de luta pela terra e as entidades de apoio à reforma agrária é a presença da família nas ocupações. Ao levar mulheres,

crianças e idosos para o acampamento, há uma demanda por escolas e cuidados médicos, embora, nem sempre, sejam atendidos. Isso simboliza não só o homem à frente da luta pela conquista do assentamento rural, mas também uma vitória da sociedade; caso fosse diferente, a luta poderia, certamente, não ter o êxito, como se tem com a união do grupo familiar. Essa estratégia foi desenvolvida principalmente dentro do MST empregada, posteriormente, por todos os movimentos de luta pela terra.

Dessa maneira, as famílias dão origem ao acampamento, que se torna um espaço de resistência e de sobrevivência. A partir daí, forma-se o território do acampamento, estabelecendo, também, um poder que determina as leis e normas internas deste novo espaço criado, e isso é respeitado por todos que ali habitam e frequentam. Este pequeno território se torna mais articulado, pois agora passa a existir um determinado número de pessoas e famílias que carregam consigo a esperança de uma vida melhor nesse novo território. Moreira e Targino (2007), nos ajuda a compreender essa fase como sendo

[...] o “Território de Esperança” é aquele conquistado e construído: pela luta de resistência camponesa para permanecer na terra; pela luta de ocupação de terra, promovida pelos trabalhadores sem terra; pela luta de consolidação das diferentes formas de agricultura camponesa. Essas diferentes estratégias simbolizam formas de “ruptura” com o sistema hegemônico, isto é, com a organização social, econômica e política pré-existente no agro brasileiro. Na verdade, trata-se de um território novo, construído com base na utopia e na esperança, “Território de Esperança”, “Território de Solidariedade” [...] “Território de Desejo”, carregado de contradições, mas também de sinalizações de uma forma experienciada de organização social diferente daquela marcada pela subordinação, pela dominação, pela bestialidade da exploração. Desse modo, “Território de Esperança” representa a superação do “Território de Exploração” [...] que tinha como marcas maiores a concentração fundiária, a subordinação do trabalho, a dependência cultural e política dos trabalhadores e pequenos produtores [...] (MOREIRA; TARGINO, 2007, p. 77).

As ocupações representam a atuação dos diversos movimentos presentes no país, inaugurando uma nova realidade para os camponeses. Um ponto que temos de considerar são os “rachas¹⁶” que ocorrem nessas organizações por disputas e divergências entre as próprias lideranças. Geralmente, essas divisões dentro dos movimentos estão ligadas às questões de conflitos de poder e às diferenças quanto à metodologia de luta. Isso representa um elemento relevante, como uma maior espacialização da luta pela terra. Tendo entidades distintas lutando em um país onde a concentração de terra é um fato alarmante, multiplicam-se os conflitos pela posse da terra.

¹⁶ Sobre as divisões e o surgimento de novos movimentos ver em Mitidier Junior (2002).

Há de se considerar que as atuais lideranças dos movimentos sociais rurais precisam ser pessoas que se “profissionalizam¹⁷” na luta pela terra. A profissionalização de lideranças é uma condição para que o movimento sobreviva, em outras palavras, os movimentos vão além da espontaneidade da formação de um grupo popular, exigem disciplina, ênfase na formação de novas lideranças, existência de uma hierarquia e estratégia de ação.

O governo FHC atuou em três vertentes significativas em relação à realização da reforma agrária. De certo modo, essas ações elaboradas e praticadas iriam se refletir especialmente na política de criação de assentamentos rurais. São elas:

[...] A primeira, é estimular o mercado de terras, em que as próprias forças capitalistas atuam no assentamento. A chamada reforma agrária de mercado na verdade é apenas uma verbalização, não tem nada de conceito. A forma como o governo obtém as terras teria que ser da forma mais capitalista possível. Qual é esta forma? A compra e venda. [...] A segunda ferramenta básica que o governo está usando é a propaganda. Ele parte de uma falsa interpretação de que o apoio social que o MST [assim como outros movimentos e entidades de apoio a reforma agrária] e a reforma agrária têm na sociedade não é porque temos uma causa justa, porque somos lutadores ou porque somos um movimento social, mas sim porque teríamos habilidade em fazer propaganda, como se a ocupação fosse um ato de *marketing* político. Partindo dessa visão, o governo interpreta que, se também fizer propaganda, rebate a nossa. [...] Finalmente, há um terceiro componente na atual conjuntura da reforma agrária: a política específica de FHC com relação ao MST. [...] Ele desmereceu a reforma agrária ao fazer uma análise equivocada de que não havia mais problema agrário e, portanto, de que não havia necessidade de reforma agrária. Bastaria no máximo fazer assentamentos. Para ele, o movimento social não existia ou não tinha importância. Teve que ir mudando de tática, porque não conhecia a dimensão do problema. [criminalização e o uso da violência] [...] (STÉDILE; FERNANDES, 2005, p. 141-142).

Foi no governo de FHC que tivemos fatos de violências repercutidos nacional e internacionalmente, pela brutalidade e crueldade praticadas pelos jagunços e pela Polícia Militar. O primeiro teve início no dia 14 de julho de 1995, quando centenas de famílias ocuparam uma pequena parte da fazenda Santa Elina, de 20.000ha, no município de Corumbiara¹⁸, estado de Rondônia. O massacre

[...] aconteceu em agosto de 1995, na Fazenda Santa Elina, no município de Corumbiara, Rondônia. Naquele dia, os camponeses que estavam no acampamento da fazenda Santa Elina desde o dia 14/07/1995, foram emboscados de **madrugada** com bombas de gás lacrimogêneo. 355 trabalhadores foram **presos e torturados**, mulheres foram usadas como escudo por **policiais e jagunços**, **oito trabalhadores foram executados sumariamente** e o acampamento foi incendiado com todos os pertences dos posseiros. Até hoje ninguém foi punido. (MESQUITA, 2003, p. 34, grifos nossos).

¹⁷ Idem.

¹⁸ Para maiores detalhes ver Mesquita (2001).

Esse acontecimento teve repercussão no país e no exterior, pois evidenciou um ponto delicado e de fragilidade que envolve a maneira de tratar os conflitos fundiários. O nível de violência praticada e a precariedade dos instrumentos na resolução desse conflito demonstrou a necessidade de rediscutir tal questão.

A ação ocorreu de madrugada, o que por lei é ilegal. Revela-se, nesse ponto, a real intencionalidade de uma ação deliberada que tinha clareza sobre o que iria acontecer por aqueles que realizaram o despejo. Os oito assassinatos cometidos pela polícia, bem como o uso da tortura e o incêndio de todo o acampamento, emergem como estratégias de brutalidades para intimidar e fazer com que, por meio do poder violento, a luta pudesse cessar ou até mesmo parar. “Na madrugada [...] 194 policiais, inclusive 46 da Companhia de Operações Especiais (COE) e outro tanto de jagunços e *guachebas* fortemente armados, cercaram o acampamento por todos os lados e começou o massacre de Corumbiara[...]” (MESQUITA, 2003, p. 34)

Este foi um dos 455 conflitos¹⁹ envolvendo a posse da terra no ano de 1995, e um dos 15 somente no estado de Rondônia. A subserviência do poder público (Executivo, Legislativo e Judiciário), em apurar os fatos e punir os responsáveis pelo massacre, é algo que pode ser considerado inexistente. Não temos um aparato institucional que busque atender de maneira imparcial, e, assim, inibir crimes contra os camponeses.

O uso da violência no meio rural, como forma de resolver os conflitos por parte dos grandes proprietários de terras, representa a incapacidade do Estado em tratar os conflitos envolvendo a posse da terra. Por outro lado, parece-nos, principalmente, que isso significa a legitimação de um poder paralelo, que retira do campo jurídico a resolução dos conflitos agrários, e trata de resolver essas questões no campo da ilegalidade, tendo como elo de comunicação o uso da truculência, estupidez e crueldade.

O segundo caso que teve repercussão nacional foi o de Eldorado dos Carajás, um dos muitos que demonstra o quanto conflituosa é essa disputa. Em 17 de abril de 1996, o massacre foi o resultado de reivindicações de desapropriação da fazenda Macaxeiras²⁰, pertencente a um grileiro do estado do Pará, resultando em uma das maiores carnificinas contra os camponeses.

¹⁹ Conforme dados da CPT.

²⁰ Complexo Macaxeira é uma área de 42. 558 hectares, situada entre os municípios de Eldorado dos Carajás e Curianópolis, localizada no lado esquerdo da rodovia estadual PA-275. Este complexo está dividido em 13 diferentes imóveis rurais improdutivos”. (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 1999:12).

Em setembro de 1995, cerca de 3.500 famílias de trabalhadores rurais, organizadas pelo MST, formaram um acampamento à margem da estrada, próximo à Fazenda Macaxeira, reivindicando a desapropriação dessa área. [...] Em um contexto de negociação, o presidente do Instituto de Terras do Estado do Pará colocou-se como mediador [...]. Ficou combinado entre as partes que seriam enviadas 12 toneladas de alimentos e 70 caixas de remédios para o acampamento. Nenhuma dessas promessas foi cumprida e, no dia 10 de abril, aproximadamente 1.500 famílias iniciaram uma caminhada para Belém, capital do Estado, a 800 km de distância. Esta **marcha tinha como objetivo protestar junto ao governo do Estado pelas promessas não cumpridas, e, principalmente, pela demora no processo de desapropriação da Fazenda Macaxeira**. No dia 16 de abril, os trabalhadores resolvem bloquear a estrada PA-150 no km 95, próximo à cidade de Eldorado dos Carajás, exigindo comida e ônibus para continuarem a caminhada. Foram abertas novas negociações, tendo como mediador o comandante da 10^a CIPM/1^a Cipoma, que prometeu alimento e ônibus. No dia 17 de abril pela manhã, foi dada uma informação de que as negociações estavam canceladas [...]. Os trabalhadores voltaram a bloquear a estrada, na altura da denominada curva do S, no Município de Eldorado dos Carajás. Por volta das 16 horas do dia 17 de abril, **os trabalhadores rurais foram literalmente cercados**: a oeste por **policiais do quartel de Parauapebas** e a leste por **policiais do batalhão de Marabá**. Há controvérsias sobre quem atacou primeiro: os trabalhadores jogaram paus e pedras e os PMs chegaram lançando bombas de gás lacrimogêneo. O resultado, entretanto, foi bem preciso: **morreram 19 trabalhadores rurais**, com 37 perfurações de bala, e 56 ficaram feridos. (BARREIRA, 1999, p. 137-138, grifos nossos).

O MST da região cobrava a ação dos órgãos públicos e, com a lentidão do processo, a iniciativa dos milhares de sem-terra foi marchar até a capital para possíveis negociações entre movimento e governo estadual. Os contornos definidos nas ações dos movimentos socioterritoriais rurais são preenchidos pelo conteúdo político de suas manifestações, que representam o poder de pressão perante o Estado.

O tratamento dado às manifestações camponesas contribui, sistematicamente, para o processo de criminalização das ações. São estratégias legítimas e que, de certa forma, envolvem uma contribuição fundamental para dar maior visibilidade à luta, haja vista a repercussão que teve do Massacre de Corumbiara, como também em Eldorado dos Carajás. Esses acontecimentos não só trazem à tona a necessidade de retomar as discussões sobre a reforma agrária, revelando a atualidade da questão, como também nos apresenta a participação de novos grupos sociais nessa disputa.

Esses dois acontecimentos apontavam para um dado relativamente novo: tradicionalmente, na história brasileira, a violência contra os trabalhadores do campo ocorria em especial pela ação das milícias privadas dos grandes proprietários. Na década de 1990 cresceu o número de eventos em que a ação foi policial, os seja, legitimada pelo Estado, mostrando que nas áreas rurais a questão social ainda é tratada como caso de polícia. (MEDEIROS, 2003, p. 48)

A violência praticada pelo aparato repressor estatal, a polícia, no tratamento da questão agrária, demonstra a fragilidade do Estado em resolver o problema que

acreditamos estar centrado na realização de uma reforma agrária concreta. Os grupos que dominam e controlam o campo têm como base o uso de práticas violentas na resolução dos conflitos. Isso foge do campo da legalidade das negociações, o que é legitimado pelo uso da força policial.

2.2 A União Democrática Ruralista como porta-voz dos interesses do capital

Há de se considerar a organização de algumas entidades de defesa da propriedade privada da terra, formadas no interior do Sindicato Rural - SR, dentre elas, a União Democrática Ruralista – UDR. Segundo seus preceitos, é uma entidade de classe, que se destina a reunir ruralistas e os grandes produtores, e que tem como princípio fundamental a preservação do direito de propriedade e a manutenção da ordem e “respeito às leis” do país. Contudo é preciso esclarecer que o respeito às leis defendido pelos ruralistas está relacionado à defesa dos direitos privados da propriedade fundiária. O domínio e controle territorial exercido sobre a propriedade particular da terra é o que desestabiliza o exercício do poder, visto que a apropriação de parcela desse território pelos camponeses representa o risco eminente de perder o poder, já que, no Brasil, terra representa poder.

No que diz respeito à UDR,

A entidade teve sua primeira sede regional fundada em 1985, na cidade de Presidente Prudente - SP, e posteriormente no ano 1986, na cidade de Goiânia - GO, em seguida foi fundada a primeira UDR - Nacional, com sede em Brasília - DF. Os proprietários rurais sentiram a necessidade de se mobilizarem para conscientizar o Congresso Nacional a criar uma Legislação que assegurasse os direitos de propriedade. Na época, uma ala política de esquerda radical queria acabar com esse direito com objetivo explícito de se implantar um sistema comunista no Brasil. A reação dos ruralistas foi imediata, decidiram então fundar a União Democrática Ruralista - UDR. Foi a maior mobilização do setor já visto neste país. Com isso, conseguiu-se colocar na Constituição de 1988 a Lei que preserva os direitos de propriedade rural em terras produtivas. (UDR, 2013, s/p).

Desde a sua criação, a UDR tem atuado, sobretudo, no sentido de coagir e intimidar os camponeses nas ocupações de terras. A UDR tem incentivado e promovido a violência no campo, garantindo, assim, a permanência da concentração da propriedade fundiária no país.

Com o fim do regime militar, decorridos, aproximadamente, 30 anos de luta pela terra, vários camponeses foram assassinados, outros sofrendo tentativas de homicídio, ameaças e torturas. Essas ações foram promovidas, essencialmente, pelo comando de lideranças das oligarquias rurais locais e regionais da UDR, segundo relatórios da CPT. Ao longo de sua história, é a UDR que tem mantido e financiado milícias armadas e de

jagunços particulares, a fim de evitar a realização de ocupações dos camponeses em suas propriedades.

Outra frente importante em que a UDR ampliou a sua atuação foi na bancada ruralista, presente no Congresso Nacional e no Senado Federal, criando instrumentos legais para criminalizar e dificultar o acesso à terra aos camponeses. A bancada ruralista teve e tem forte influência sobre os sucessivos governos do Brasil, contribuindo, decisivamente, para a não realização da reforma agrária. Conforme Ribeiro (2009),

[...] o contexto de presença e atuação da bancada ruralista ao longo de sua trajetória no cenário político, historicamente o grupo se coloca como porta-voz das entidades do patronato rural brasileiro, como a União Democrática Ruralista (UDR), a Sociedade Rural Brasileira (SRB), Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e a Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA). Logo, a articulação entre essas organizações civis e os parlamentares integrantes da bancada ruralista configura como um dos elementos centrais de defesa e ampliação dos interesses dos segmentos da agricultura capitalista (proprietários, produtores, agentes da cadeia produtiva, entidades de representação) nos espaços de tomada de decisões do Estado. Tal vínculo se estreita mais quando se verifica que vários líderes de entidades patronais disputam o pleito eleitoral e se elegem deputados federais ou senadores, o que lhes permite compor e organizar a bancada ruralista. No espaço político do Congresso, atuam efetivamente como representação de sua base social, em especial das entidades patronais. Essa situação é marcante na trajetória do referido segmento parlamentar. (RIBEIRO, 2009, p. 71).

Não ao acaso que um conjunto de ações foram articuladas pela bancada ruralista, a fim de impedir os avanços das desapropriações, visando inibir as ações dos movimentos socioterritoriais rurais e, assim, diminuir o número de ocupações de terras. O objetivo desses instrumentos legais incidia diretamente nas ações realizadas pelos movimentos sociais rurais e entidades de apoio à reforma agrária.

Dentre os principais instrumentos criados, destacam-se,

[...] - **proibição** da realização de vistorias em áreas ocupadas, inviabilizando, portanto, sua desapropriação; - **suspensão** de negociações em casos de ocupações de órgãos públicos. Os **funcionários do INCRA** que negociassem com os ocupantes poderiam ser **punitidos**; - permissão para que as **entidades estaduais** representativas de trabalhadores rurais indicassem áreas a serem desapropriadas [apenas as federações de trabalhadores da agricultura ligadas a Contag excluindo a participação de movimentos, principalmente o MST]; - **impossibilidade de acesso a recursos públicos**, em qualquer esferas de governo, por entidades que, de alguma forma, fossem consideradas suspeitas de ser participantes, coparticipantes ou incentivadoras de **ocupações** de imóveis rurais ou bens públicos [essa medida atingiu principalmente o MST já que o recurso que viabilizava a criação de suas cooperativas e programas educacionais tinham origem desse recurso]. (MEDEIROS, 2003, p. 52-53, grifos nossos).

Observa-se o claro ataque dos ruralistas às ações dos movimentos sociais rurais, pois, como apresentado anteriormente, o elevado número de ocupações, a partir do

segundo mandato do governo FHC, e casos de brutal violência contra os camponeses fizeram parte do cenário político nacional. Todo o esforço do empresariado rural, em conjunto com a bancada ruralista, para invisibilizar a demanda explícita por terras, se fez presente, ao mesmo tempo em que se colocavam na clandestinidade as ações dos camponeses.

A postura truculenta e autoritária presente no campo, haja vista o contexto de conflitos, refletia também o caráter e as intencionalidades que visavam desarticular os movimentos sociais rurais por parte dos parlamentares que se colocavam como portavozes em defesa do cumprimento dos interesses privados.

Além disso, é válido afirmar que a UDR atuava aliada com a mídia, que altera os fatos e expõe a luta pela terra como uma ação criminosa à sociedade civil, contando com o trabalho articulado e tendencioso de seus integrantes. Conforme declarações dos representantes, eles tentam “conscientizar” os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, para o cumprimento da lei e da ordem.

Portanto, a década de 1990 é significativa devido às transformações ocorridas no país, elemento que motivou um novo impulso para os movimentos camponeses, revigorando suas forças e lançando novos desafios para a RA. A luta pela terra, protagonizada pelos camponeses, é marcada por diversas conquistas, assim como por momentos de retrocesso, sendo presente nesse contexto a intensa violência e o descaso do poder público.

Nesse contexto, foi a partir das atuações e contribuições desse grupo, que, com o apoio e a ação conjunta do governo federal, deu-se início à incorporação dos programas de Reforma Agrária de Mercado – RAM. De maneira geral, os ruralistas apoiaram a RAM, pois em seus programas, garantiam a continuidade permanente ao direito absoluto da propriedade privada de ser intocável. As regras desse novo instrumento de distribuição de terra, que seria conduzido pelas forças do mercado, eliminava os conflitos e as disputas fundiárias.

2.3 A ofensiva contra os camponeses: o Banco Mundial e o Governo FHC

Na crise das relações existente no campo brasileiro, em meados da década de 1990, o governo FHC adotou novas medidas no tratamento da questão agrária. Para recuperar a imagem do presidente da República, desgastada por muitos conflitos que surgiram e pela incapacidade em resolvê-los ou, pelo menos, minimizá-los, é que, nesse

contexto, foi introduzido um novo instrumento de reforma agrária, no entanto com certa resistência dos movimentos socioterritoriais rurais e entidades de apoio à esta causa.

O programa que deu início à série de ações, denominada Reforma Agrária de Mercado – RAM, começou no estado do Ceará, com propostas de combate à pobreza rural por meio da criação de linhas de financiamentos para os camponeses sem-terra e pobres.

A experiência brasileira se iniciou com dois projetos-pilotos. O primeiro foi o projeto São José, também chamado de “Reforma Agrária Solidária” de dimensões bastante reduzidas. O segundo foi o projeto Reforma Agrária e Alívio a Pobreza [...], denominado Cédula da Terra. Ambos tiveram como base de implantação os Programas de Combate à Pobreza Rural – PCPR. (PEREIRA, 2004, p. 161).

No intento de combater os crescentes movimentos de luta pela terra, no ano de 1996, foi anunciada, oficialmente, a criação do Projeto-piloto Cédula da Terra, que foi uma inspiração do Projeto São José, esta, por sua vez, uma experiência estadual criada em caráter experimental com o apoio do Banco Mundial. O codinome de Reforma Agrária Solidária já se apresentava como uma nova alternativa discursiva de acesso à terra. Essa foi uma das características apresentadas pelo Novo Mundo Rural Brasileiro de FHC.

A solidariedade apresentada para a realização da reforma agrária do Banco Mundial se baseou no discurso de conduzir a distribuição e criação de instrumentos de acesso à terra por vias pacíficas, considerando, segundo seus propositores, o livre interesse dos fazendeiros em disporem de suas terras, pois o espírito solidário teria que ser um componente nesse novo programa. Evidentemente, que isso não passou de um discurso falso, já que, na prática, a condição de subordinação dos camponeses permaneceria inalterada.

O novo instrumento utilizado pelo governo foi desconsiderar todos os problemas enfrentados pelos camponeses, atendendo, agora, uma nova fase da agricultura familiar, tratando não mais como homem do campo e sim como o novo agricultor familiar. Isso ocorre devido à continuidade das pressões exercidas pelos movimentos sociais rurais. No que se refere a esse novo conjunto de ações tomadas pelo governo FHC, cabe destacar que

O “Novo Mundo rural” é uma expressão utilizada para designar tanto as transformações em curso na realidade agrária brasileira quanto um paradigma a ser perseguido. As mudanças teriam como fundamento a introdução de tecnologia, a emergência de novas atividades no meio rural e o surgimento de novas configurações sociais. O progresso técnico, acarretando ganhos de produtividade na agricultura haveria ensejado a formação de um “excedente de

trabalho”. Assim, as famílias de produtores estariam empregando o tempo disponível em atividades não-agrícolas, com o objetivo de complementar a renda. (DOMINGOS NETO, 2004, p. 28)

A política do novo mundo rural, executada pelo governo FHC, foi desenvolvida como estratégia de uma nova institucionalidade do território agrário. O programa, criado no ano 1999, “Agricultura familiar, reforma agrária e desenvolvimento local para um novo mundo rural”, visava à expansão do agricultor familiar, tendo como meta o desenvolvimento rural, inserindo-o na lógica do mercado.

Inúmeras foram as mudanças ocorridas, dentre as quais, destaca-se a política de acesso à terra, tendo a RAM, por meio de seus programas como principal instrumento; o fortalecimento do agronegócio com a aplicação de recursos para seus diversos ramos produtivos, bem como nos mais variados setores; e tratamento dos conflitos agrários, utilizando-se de uma nova institucionalidade.

Avaliamos que, nesse conjunto de propostas do governo FHC, a real intenção era colocar a reforma agrária como uma questão superada. Porém, o que de fato verificou-se foi o estímulo dos camponeses ao exercício de atividades não-agrícolas, provocando, então, a crença de que o trabalho agrícola estava perdendo sua importância.

Outro aspecto interessante nesse processo foi que, com a introdução da tecnologia, os camponeses não foram contemplados em suas demandas básicas. O progresso técnico que ocorreu foi centralizado, especialmente, nos grandes empreendimentos, promovendo, no espaço agrário, o aprofundamento das desigualdades existentes entre a agricultura moderna e a pequena agricultura.

A política de crédito agrícola destinada à pequena agricultura foi, também, um elemento importante nesse conjunto, denominado de Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, criado no ano de 1996. Várias dificuldades foram encontradas pelos camponeses assentados, “principalmente quanto ao posicionamento da maioria dos próprios bancos oficiais na execução dos programas que, além de descumprirem muitas de suas regras, só financiavam os produtores integrados a empresas agroindustriais, ou as cooperativas por elas controladas”. (GOMES; CLEPS JUNIOR, 2006, p. 136).

Essa linha de crédito agrícola era destinada para aqueles tidos como os mais eficientes, e que teriam condições para sobreviver nessa nova fase da agricultura crescente, dedicada à competição mercadológica. Por essa óptica, “o pequeno empreendimento deveria dedicar-se à chamada “agricultura de grife”. Nesse domínio, a

competitividade dos pequenos produtores dependeria de sua capacidade de absorver tecnologias produtivas e organizacionais". (DOMINGOS NETO, 2004, p. 30-31)

Embora o PRONAF tenha orientando e incentivado o estímulo à produção, ele desconsiderou os graves problemas pelos quais passava o campo brasileiro no que se refere, de maneira especial, ao processo de comercialização. Com os custos de produção crescente e os da comercialização em ação invertida, o programa contribuiu para que um grande contingente de famílias abandonasse o campo por conta das dívidas de financiamentos. Com enfoque semelhante o PCT, foi uma política pública que

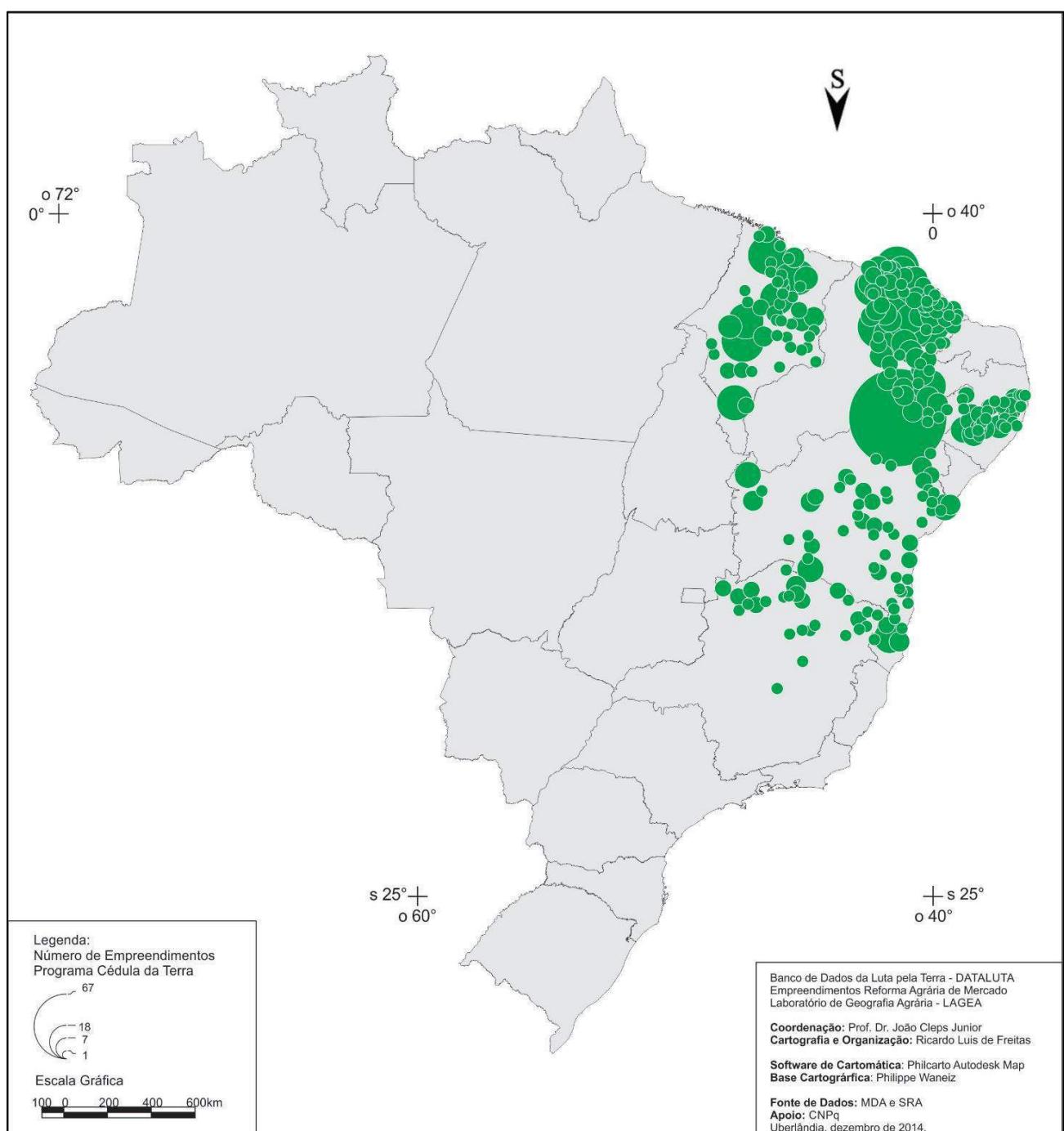
Consiste basicamente na criação de uma linha de crédito para a compra de terras por trabalhadores sem-terra ou minifundistas. Os trabalhadores se reuniam em associações, legalmente constituídas, as quais seriam responsáveis para negociar diretamente a compra com os proprietários. As associações deveriam indicar a terra que seria então adquirida mediante financiamento disponibilizado pelo banco, o qual, após aprovado o projeto pela unidade técnica estadual, pagava diretamente ao proprietário. (SAUER, 2003, p.87).

O PCT foi concebido na perspectiva de transferir para os estados a responsabilidade das políticas de distribuição de terra. Essa descentralização retirava da cena política a União como a principal promotora pela realização da reforma agrária, gerando vários argumentos a seu favor, já que a política de assentamentos rurais, conduzida pelo INCRA se caracterizava como sendo burocrática, demorada, violenta e acarretando prejuízos para os proprietários de terra. No Mapa 2, estão exibidos os empreendimentos do PCT no período de 1998 à 2000, no Brasil.

[...] o Cédula da Terra é um programa descentralizado. É um programa que se funda na ideia de auto-seleção dos beneficiários; A participação no Programa é associativa e não individual, pois apenas associações de produtores podem receber créditos; ativo não é "distribuído", mas vendido através de uma operação de crédito fundiário (complementado por outras linhas de crédito) contratada pela associação beneficiária e o agente financeiro do Programa. (BUIANAIN et. al. 2001, p. 18).

A nova alternativa apresentada pelo governo FHC foi amplamente propagandeada nos principais meios de comunicação, sendo que, em nível local e regional, essa articulação se dava de maneira muito rápida. Aquelas atividades, que eram de responsabilidade do governo federal e do INCRA, ficariam agora sob o domínio dos estados, municípios e empresas que prestavam serviços de assistência técnica e extensão rural. No PCT, foram estabelecidos os limites a serem financiados e os mutuários ficariam com a possibilidade de escolher e negociar a aquisição do imóvel.

**Mapa 2: Brasil - Número de Empreendimentos do Programa Cédula da Terra
1998 – 2000.**



Fonte: MDA/SRA, 2014.
 Org.: FREITAS, R. L. de, 2014.

Na prática, o programa não executou o instrumento de autosseleção, o que existiu, na realidade, foi apenas a definição de algumas características básicas gerais sobre os possíveis beneficiários e o estabelecimento de alguns critérios de acesso. A partir desse

contexto, os próprios camponeses buscaram se enquadrar nas normas estabelecidas, sendo contemplados pela ordem de inscrição.

Quem tinha a autorização de realizar o cadastro dos camponeses eram apenas o Sindicato dos Trabalhadores Rurais –STRs. Isso impediria a participação direta dos movimentos no acesso a essa política pública. Nesse ponto, revela-se um dos primeiros efeitos da descentralização, pois quem tinha influência no interior dos sindicatos eram os políticos e os fazendeiros, sendo este último quem empregava parte considerável dos filiados.

As associações foram outro componente nas exigências para a liberação do financiamento. Vale ressaltar que quem tratava dessa organização eram, via de regra, pessoas ligadas aos STRs, prefeitos, técnicos da empresa de assistência técnica e até mesmo os proprietários de terra. Os desdobramentos dessa dívida coletiva constituíram, em sua maioria, um fracasso, considerando, sobretudo, a fragilidade em que elas foram articuladas.

As condições do pagamento do empréstimo foram determinadas para o pagamento anual, sob a pena de perda da terra. No discurso, a obrigação do pagamento da terra criava incentivos à produção e reduzia o custo de monitoramento por parte dos órgãos financiadores.

Inúmeros foram os conflitos oriundos do não pagamento da dívida. Nenhum camponês perdeu sua terra pela falta do pagamento da dívida, por outro lado, não há registro de associações que tenham quitado seus débitos, conforme informação de algumas lideranças na mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. No entanto o fato de terem os nomes inseridos no cadastro de inadimplentes gerou certo desconforto, sendo impedidos de acessarem novos créditos.

Há de se avaliar que a evasão também foi um empecilho ao desenvolvimento do empreendimento, somada à rotatividade de novos integrantes, as divergências sobre o que se deveria produzir e o abandono do poder público com esse programa, acarretando o seu comprometimento.

Nenhuma pesquisa chegou a traçar o perfil socioeconômico dos **vendedores**, mas os dados indicam que os imóveis rurais adquiridos através do Cédula da Terra, na maioria dos casos, estavam subutilizados ou abandonados, em razão da seca e da crise da pecuária e das culturas tradicionais (algodão, cacau e cana-de-açúcar) [...] Entre mal utilizadas e abandonadas foram consideradas [...] 91,7% em Minas Gerais. (BUIANAIN et. al., 1999, p. 118). Portanto, tudo indica que esses estabelecimentos estavam falidos. [...] o perfil dos compradores foi objeto de avaliação preliminar. De modo geral, trata-se de um segmento de baixíssimo grau de escolarização [...] e muito pobre, tanto que a renda monetária anual total antes de entrar no Cédula da Terra foi estimada em

R\$ 2.057,00 para uma família cujo tamanho médio era de 5,2 membros (algo em torno de R\$32,90 por pessoa por mês, inferior a 1/3 do salário mínimo. (BUIANAIN et. al., 1999, p. 273). Estimou-se que a imensa maioria era formada de assalariados rurais e agricultores não-proprietários (parceiros, arrendatários), em geral com ocupações complementares. (PEREIRA, 2004, p. 172).

Nessa circunstância, o PCT visava mesmo atender, também os proprietários de terra, embora isso não tenha sido apresentado nos documentos oficiais, uma vez que, como demonstrado nas pesquisas de Buianain (1999), as condições em que as propriedades foram adquiridas constituíram aspectos relevantes no que tange ao bom desempenho do programa.

Em muitos casos, os verdadeiros beneficiários foram os donos de terra, pois, ao receberem a transação financeira em dinheiro pela venda do imóvel, eles reinvestiam-na em novas áreas, permanecendo inalterado o domínio do latifundiário sobre a terra e ampliando, assim, a concentração da propriedade. O investimento do poder público na compra de propriedades impróprias, para o desenvolvimento de atividades agropecuárias, também foi uma realidade.

Restava, para os camponeses, o ônus de terem que produzir de maneira coletiva, considerando a diversidade de posicionamentos, os recursos escassos e, além disso, o compromisso de pagar a dívida da terra. A falta de acompanhamento das entidades responsáveis pela execução do programa nos revela o descompromisso do Estado com esses camponeses mutuários.

A condição de extrema pobreza em que os camponeses viviam influenciou fortemente a adesão de centenas de pessoas nessa nova política de acesso à terra. O PCT surgia, então, como uma opção emergencial oferecida pelos estados e prefeituras, e, por outro lado, conforme o discurso, seria a chance dos camponeses conquistarem uma parcela de terra.

Consideramos, também, que o fato de estarem em uma condição anterior instável, fosse por conta do trabalho e/ou da moradia, sendo que, em sua maioria, eram posseiros, trabalhadores temporários ou arrendatários, contribuiu sobremaneira para a territorialização do PCT nesses cinco estados, Sauer e Victor (2002).

Nesse panorama, compreendemos que a situação de pobreza pressionou no sentido da maior aceitação do PCT. O ponto fundamental reside no fato de que os camponeses mutuários aceitaram os preços mais elevados da compra da terra, e, consequentemente, enfrentaram altos níveis de endividamento.

Em relação à avaliação que o Banco Mundial realizou sobre a implantação desse projeto, o resultado foi considerado ótimo, já que as condições de pobreza estavam sendo minimizadas graças ao acesso à terra. Para Pereira (2004),

De todo modo, além das informações fornecidas pelo Banco Mundial serem claramente insuficientes – na medida em que apresentavam os dados agregados e com baixa transparência social –, o resultado não diz muito, haja vista que ao final de 2003 constavam 609 associações, mais do que o dobro das associações consideradas em dívida pelo Banco. Em outras palavras, mesmo tendo sido concluído em dezembro de 2002 e de ser alardeado mundialmente como projeto bem sucedido, pouco se sabe sobre o andamento real do pagamento da dívida contraída com a compra dos imóveis rurais pelo Cédula da Terra. Portanto, falta transparência na divulgação de informações que deveriam ser de domínio público. (PEREIRA 2004, p. 192).

Em síntese, ao término do programa, não houve uma avaliação clara sobre os resultados obtidos por parte do Banco Mundial, governos federal e estadual. É um aspecto, no mínimo, instigante, pois, mesmo não sendo apresentados para a sociedade, os avanços do PCT na política de acesso à terra e na melhoria de vida dos camponeses atendidos, deu-se continuidade, nos mesmos moldes, a uma nova linha de financiamento, o Banco da Terra. Para Sauer (2003),

Assim, a gerência do BIRD resolveu que o programa piloto era um sucesso, e estava preparando sua expansão antes de terminar o primeiro período de carência dos empréstimos. O programa ficou definido como um sucesso porque o governo introduziu pessoas extremamente pobres, recebendo apenas um salário de subsistência, a se cadastrar, tomar empréstimos e adquirir terras em regiões de altíssimos índices de desemprego e seca aguda. (SAUER, 2003, p. 36)

A boa avaliação que o banco fez sobre seu programa piloto, PCT, garantiu, junto aos setores que apoiavam as políticas da RAM, a implantação do Banco da Terra, nos estados em que já existia o Cédula e a expansão para mais 9 estados da federação. Esse era um elemento necessário para que o BM pudesse dar continuidade em suas políticas no mundo, visto que a boa avaliação sinalizou para o prosseguimento de suas ações por meios dos programas.

Em Minas Gerais, o PCT se concentrou nas mesorregiões Norte de Minas e Vale do Jequitinhonha, regiões onde, historicamente, é elevada a concentração da propriedade fundiária. Acrescentamos que, nessas regiões onde se iniciou o programa da RAM, foram gerados desdobramentos diversos, dentre os quais, destacamos que não houve o alívio da pobreza, como proposto. “O Programa Cédula da Terra foi introduzido [...] quando Minas Gerais e o Brasil eram governados, respectivamente, por Eduardo Azeredo e Fernando

Henrique Cardoso, correligionários e fundadores do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB)”. (RAMOS FILHO, 2013, p. 111).

Esse território atraiu os interesses das elites agrárias locais e regionais, já que, naquele momento, existiam inúmeros pontos de conflitos envolvendo a posse da terra, como também devido ao processo de modernização do campo. Era uma realidade que o objetivo de desenvolver o PCT nas regiões mais pobres do estado mineiro trazia consigo o interesse de manter a ordem no campo, garantindo, assim, o livre fluxo dos investimentos dos capitalistas.

Era explícita a disparidade entre o discurso oficial e a prática efetuada pela implantação do PCT. Segundo o então Ministro de Política Fundiária e da Agricultura Familiar, Raul Jungmann (1999), a experiência do PCT foi uma inovação quanto ao formato de realização da reforma agrária.

Em parceria com o Banco Mundial, o governo desenvolveu, nos últimos dois anos, o Cédula da Terra – o projeto piloto do Banco da Terra. Em áreas do Ceará, o Estado pioneiro, Bahia, Pernambuco, Maranhão e do norte de Minas Gerais 8 mil famílias tornaram-se proprietárias de terras produtivas, escolhidas por ela. [...] o Cédula da Terra permitiu que os trabalhadores rurais conquistassem a terra pela porta da frente, sem demora, sem conflito. Exclusivamente pela via da cidadania. É esse o modo de acesso às propriedades, não passíveis, portanto, de desapropriação, que está sendo colocado à disposição dos agricultores de todo Brasil. (JUNGMANN, 1999, p. 4-5, grifos nossos).

Verificou-se, oportunamente, que o discurso do próprio ministro é um pouco distorcido sobre o verdadeiro desenrolar do programa, conforme declarações dos próprios mutuários. Não há, por parte do governo, um documento oficial que comprove a afirmação de que as propriedades adquiridas eram produtivas. Pelo contrário, as pesquisas conjuntas desenvolvidas pelos movimentos de luta pela terra e intelectuais, principalmente de centros de pesquisas e de universidade públicas, comprovam o inverso.

O principal questionamento que os camponeses mostraram nas pesquisas realizadas foi justamente a limitação produtiva nas áreas do PCT.

[...] em Minas Gerais, a Superintendência de Desenvolvimento do Norte de Minas Gerais (SUDENOR), vinculada à Secretaria de Planejamento, foi o órgão responsável pela coordenação do projeto, e houve uma forte articulação formal com os municípios, não registrada nos demais estados. (PEREIRA, 2004, p. 167).

Conforme exposto, a Superintendência de Desenvolvimento do Norte de Minas Gerais - SUDENOR foi o principal órgão responsável por conduzir as negociações do PCT no estado de Minas Gerais. A situação de intensa pobreza em que estavam inseridas

as famílias camponesas do Norte de Minas e a falta de uma formação política por parte dessa população inviabilizavam o poder de decisão e de escolha da propriedade.

Mais uma vez, o discurso oficial divulgado pelo ministro era falso quando, na verdade, a escolha se deu pela demanda imposta pelos proprietários de terra e políticos locais com o auxílio da SUDENOR. O patronato rural norte mineiro se posicionou bastante articulado, como nas demais regiões brasileiras, no entanto, com uma diferença que garantiu o elevado número de empreendimentos. Relembremos que, naquele momento, aquela região vivia sob intenso processo de disputa pela posse da terra, sendo realizadas diversas ocupações.

Jungmann (1999), ao afirmar que o PCT era uma conquista da terra pela “porta da frente”, em outras palavras, estava, claramente, se referindo à realização das ocupações de terras. Em oposição à lógica desenvolvida pelos movimentos de luta pela terra, o PCT representava o acesso à terra de maneira “harmoniosa”. Interpretamos que o termo “porta da frente”, além de representar o caminho institucional, configurava-se como a falsa autonomia conferida aos camponeses nesse instrumento, em que, supostamente, eles decidiam sobre os encaminhamentos do processo de desenvolvimento do programa.

Pelo exposto, pode-se compreender nesse ponto a intencionalidade do território imaterial articulado pelo governo federal. “O território imaterial não se limita apenas ao campo da ciência, mas pertence ao campo da política. E pode ser utilizado para viabilizar ou inviabilizar políticas públicas”. (FERNANDES, 2009, 212). Entendemos que o território material seja resultado das disputas políticas travadas no âmbito político local, no campo do território imaterial, no embate permanente entre forças antagônicas ao projeto que está em curso.

Creamos que a implantação dos assentamentos rurais via desapropriação, em sua maioria, surgia como uma resposta aos conflitos agrários; depois de uma ocupação de terra, são anos de espera até que o assentamento seja criado, e essa demora é, muitas vezes, o fator utilizado como um elemento de convencimento para a adesão dos camponeses. “No Estado de Minas Gerais, o [...] programa conta com 41 projetos envolvendo em torno de 1.424 famílias que se distribuem em projetos localizados no norte, nordeste e noroeste [...] sendo que a região norte é onde se concentra a maior parte das ações do programa”. (SAUER; VICTOR, 2002, p. 34).

O processo de luta pela terra para a criação do assentamento é moroso e muito burocrático, as dificuldades são encontradas, principalmente no que tange às necessidades básicas de moradia, alimentação e higiene. São construídos barracos com lona e madeira,

nos quais se torna impossível residir em alguns momentos do dia em razão de fatores, como, por exemplo, a alta temperatura, gerando situações de extrema dificuldade. Essa desconstrução da luta pela terra, interpretamos, como uma contrarreforma agrária, que foi exaustivamente propagandeada, isso, de certo modo, contribuiu para a adesão dos camponeses nos programas da RAM.

No relatório de pesquisa intitulado *Estudo sobre a política do Banco Mundial para o setor agrário brasileiro com base no Projeto Cédula da Terra*, Sauer e Victor (2002) demonstram quais as condições em que se encontravam alguns empreendimentos do PCT em Minas Gerais.

Um dos projetos situados no Município de Jaíba, Projeto Califórnia I [...] Um grande número de famílias já abandonou suas terras, principalmente pela falta de crédito e pela qualidade ruim do solo, comprometendo a auto sustentação das famílias. [...] Em Joáima, no Baixo Jequitinhonha, no Projeto Amaralina [...] grande parte das mulheres trabalham na cidade para ajudar no sustento das famílias.[...] O Projeto Chácara/Terra Branca, localizado em Bocaiúva, [...] elaborado para 30 famílias [...] até o momento (dois anos após a compra da terra), nenhum recurso para infraestrutura ou projetos produtivos foi liberado e somente 8 famílias cultivam hortas e roças no local, sem nenhuma assistência técnica e em pequenos lotes demarcados por elas mesmas. [...] O Projeto Fazenda Acary projeto localizado no município de Pintópolis [...] é um projeto apontado pela SUDENOR como modelo em Minas Gerais. A primeira prestação dessas famílias deveria ser paga em agosto de 2001 e nenhuma família pagou por falta de recursos e inúmeras dificuldades do projeto, comprometendo a auto sustentação dessas famílias. Em relação as pessoas entrevistadas, a maioria era de homens chefes de famílias, sendo que mais da metade tinha idade entre 41 e 50 anos. Alguns eram analfabetos. (SAUER; VICTOR, 2002, p. 34).

Deve-se considerar que a situação de dificuldades enfrentadas pelos mutuários é irrefutável. O fato de terem investido na compra de terras com limitações produtivas fez com que vários abandonassem o projeto, e a falta de crédito também foi outro aspecto que se somou às fragilidades do programa.

Como apresentado, o fato de ter acesso à terra, e não serem dadas as condições mínimas para a produção, inviabiliza qualquer política pública destinada à reforma agrária. Isso impede as pessoas de conseguirem retirar o sustento da terra, sendo necessário o trabalho fora dos empreendimentos.

Isso resultou na impossibilidade do pagamento da primeira parcela da dívida do financiamento. Notem que os perfis dos camponeses do PCT de Minas Gerais apresentam características incomuns em relação aos demais em nível nacional. São de idade já um pouco avançada, o que é um fator agravante, levando em conta que a atividade laboral do campo exige muito dos camponeses.

Outro ponto importante identificado na pesquisa de Sauer e Victor (2002) foi o fato de alguns camponeses terem entrado no programa e ainda permanecerem. Para eles,

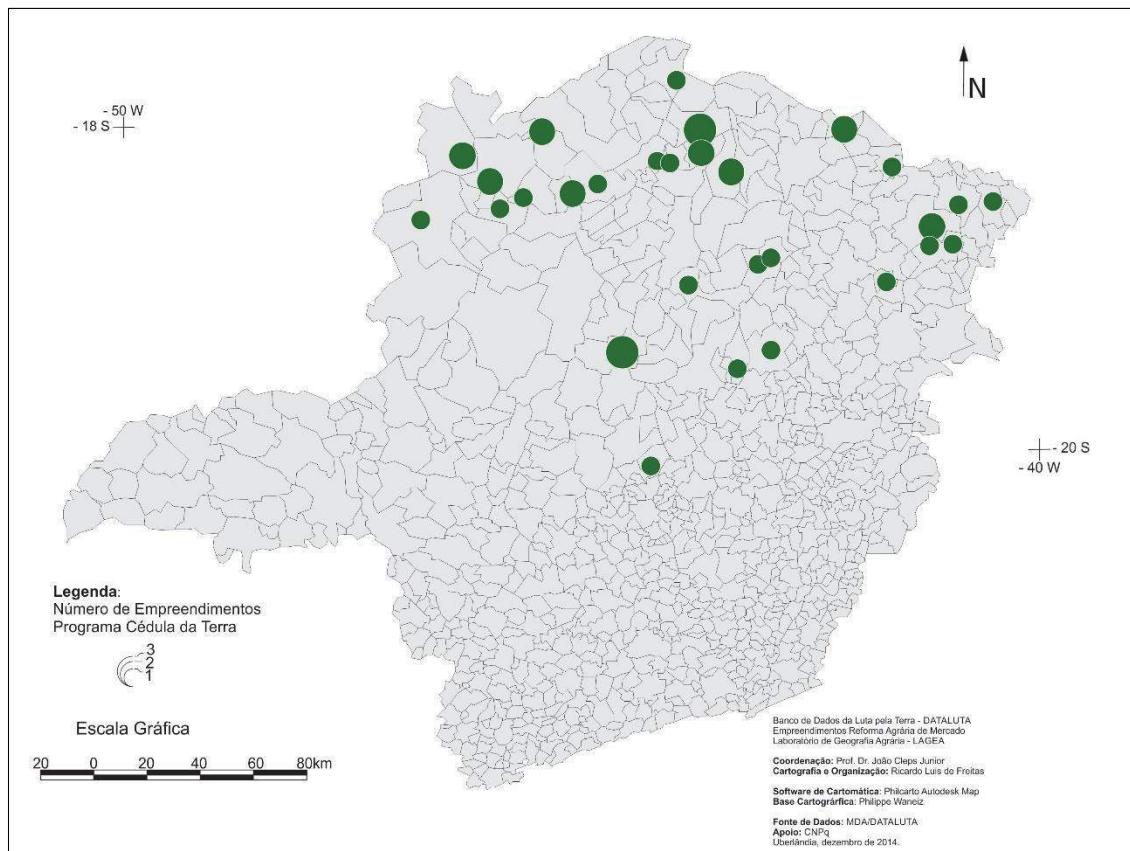
A oportunidade de ter moradia foi, em alguns projetos pesquisados o principal motivo que impulsionou as pessoas a se associarem ao Cédula da Terra. Muitas famílias apesar das extremas dificuldades que encontram nos projetos (relatos no Estado de Minas Gerais, por exemplo), ainda permanecem por causa de suas moradias. [...] As lideranças das associações avaliam que muitas famílias só continuam no projeto em razão da moradia fornecida, especialmente porque a maioria não possuía casa própria e uma eventual saída significaria a instabilidade da errância em busca de sobrevivência (SAUER; VICTOR, 2002, p. 52-53).

Isso demonstra o quanto problemática é a questão do acesso à moradia no meio rural e naqueles projetos implantados pelo PCT.

A situação é ainda mais difícil em projetos como, por exemplo, a Fazenda Chácara, em Minas Gerais. De acordo com os depoimentos, a SUDENOR – além de não ter liberado o recurso para a construção das casas – está propondo a construção de um alojamento comunitário. Diferente da proposta inicial, a SUDENOR está propondo a construção de um galpão com dois banheiros, para alojar todas as famílias do projeto, economizando recursos. Este tipo de proposta rompe qualquer lógica cultural da agricultura familiar, provocando muitas reações e resistências por parte das famílias. (SAUER; VICTOR, 2002, p. 54).

Um programa concebido como aquele que garantiria as condições de vida digna aos camponeses e, por conta do processo de descentralização, alguns órgãos envolvidos impediam sua realização de maneira integral. Há vários relatos de casos de corrupção envolvendo administrações municipais, políticos e sindicatos, que teriam sido favorecidos nas transações de compra e venda de terras. No Mapa 3, são expostos os empreendimentos referentes ao PCT em Minas Gerais.

Mapa 3: Minas Gerais - Número de Empreendimentos do Programa Cédula da Terra 1998 - 2000



Fonte: MDA/SRA/DATALUTA, 2014.

Org.: FREITAS, R. L. de, 2014.

O PCT implantado nas mesorregiões de Minas Gerais gerou vários problemas, considerando que adquiriram 41 propriedades e não foram dadas as mínimas condições para que os camponeses pudessem sobreviver e desenvolver atividades produtivas, assegurando, assim, sua (re)produção. Portanto, o programa existente em Minas Gerais foi apenas o início para a implantação do Banco da Terra, que já estava sendo territorializado em diversas regiões do estado.

2.4 A reação dos Movimentos sociais contra o Projeto Banco da Terra

Uma importante articulação foi o Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo, criado em 1995 e congregando entidades de natureza bastante diversificadas. Essa organização tem instituído espaços de debates, no que diz respeito à questão agrária brasileira, e conduzido campanhas de caráter nacional às diversas dificuldades enfrentadas pelo campesinato brasileiro. Em relação à questão do Banco da Terra, estas foram essenciais para colocar na pauta as limitações do projeto, sendo que uma das

prioridades do Fórum girava em torno da luta contra o Programa Cédula da Terra e de seu desdobramento, o Banco da Terra.

Dentre as principais entidades que compuseram o Fórum, destacam-se a Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA; Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadores Rurais – ANMTER; Conselho Indigenista Missionário – CIMI; Confederação Nacional das Associações dos Servidores do Incra – Cnasi; Cáritas Brasileira; a Comissão Pastoral da Terra – CPT; a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG; a Central Única dos Trabalhadores – CUT; Movimento de Mulheres Camponesas – MMC; o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra MST; o Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA e demais entidades ligadas à Via Campesina; Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais. Notem que a presença diversificada dos segmentos populares, fossem eles sindicais ou movimentos sociais, se fez presente na formação do Fórum.

Para Medeiros (2002),

Em pouco tempo por intermédio do Fórum, promoveram-se articulações internacionais para debate e reação a proposta, através da Via Campesina e da Fian (Food First Information and Action Network, Rede de Informação e Ação em Prol do Direito Humano de se Alimentar), reforçando a resistência interna ao programa e dando-lhe maior projeção. (MEDEIROS, 2002, p. 81).

A constituição de uma rede de debate sobre os programas do Banco Mundial contribuiu para que colocassem na pauta os diversos desafios encontrados pelos camponeses atendidos pelos seus programas. Há de se considerar que o Fórum colaborou para o amadurecimento e esclarecimento sobre as reais intenções do Banco Mundial, e o princípio de um movimento contrário às aspirações do governo federal em dar continuidade às políticas de crédito fundiário.

Uma das prioridades do Fórum foi a luta contra o Programa Cédula da Terra e seu desdobramento, o Banco da Terra, através de solicitações de inspeção ao Painel de Inspeção do Banco Mundial. [...] O Painel foi criado em 1993, em função das críticas de ambientalistas e ativistas ligados à defesa de direitos humanos. Através dele, cidadãos dos países afetados pelas ações do Banco podem fazer reclamações referentes a custos sociais e ambientais dos projetos desenvolvidos. Sua função é investigar acusações de que a política oficial do Banco não está sendo seguida na elaboração e implementação do projeto. (MEDEIROS, 2002, p. 95).

O posicionamento do Fórum, claramente contrário ao PCT, concorreu para que algumas medidas pudessem ser efetivadas em relação às ações do Banco Mundial no Brasil. O instrumento de instalação do Painel de Inspeção do Banco Mundial, para averiguar a situação dos programas desenvolvidos no país, ocorreu devido à pressão e

articulações que o Fórum realizou, unido as entidades populares especialmente ligadas as lutas do campo, como também junto ao Congresso Nacional. Conforme Ramos Filho (2008),

Fórum Nacional pela Reforma Agrária e pela Justiça no Campo, Organizações Não-Governamentais, Governos Estaduais, Parlamentares e Controladoria Geral da União denunciavam problemas como: o desvio de recursos, o superfaturamento do valor das áreas adquiridas, o atendimento de pessoas sem o perfil determinado nas normas do programa, o que resultou em abertura de processos administrativos, inquéritos policiais, comissões de sindicância, além de outros instrumentos de apuração de responsabilidade administrativa, civil e criminal, bem como, na desestruturação de muitos projetos; por outro, o governo seguia construindo um território imaterial institucional, cujo objetivo era legitimar e projetar a RAM ao forjar um imaginário social de apoio ao projeto. (RAMOS FILHO, 2008, p.10)

Todas as denúncias exibidas pelo Fórum foram debatidas por diferentes segmentos da sociedade civil, apontando as limitações do PCT em sua efetivação. No entanto isso não foi suficiente para o governo FHC se convencer do erro em investir numa política pública que somava muito mais aspectos negativos do que positivos, em favor do interesse de uma minoria social, que controlava o poder político em nível nacional como também local, mais precisamente, os políticos ligados ao patronato rural.

A imagem que o governo criou sobre o PCT, como apresentado, foi de um programa que funcionou de modo satisfatório, garantindo, assim, sua continuidade pelo Banco da Terra.

O Banco Mundial acabou aceitando a solicitação e, em abril de 1999, três representantes do Painel vieram ao Brasil para visitar as áreas do Programa Cédula da Terra e dialogar com as partes envolvidas. Foram visitadas algumas áreas na Bahia e em Pernambuco, tendo o Banco concluído pela não realização da investigação solicitada, ao mesmo tempo que confirmou um empréstimo no valor de um bilhão de dólares para os quatro anos de execução da nova experiência. [...] Para a recusa ao Painel, o Banco alegou que os argumentos da petição tinham caráter filosófico e os demandantes não eram representantes dos beneficiários. Para o governo, a recusa à instalação do Painel passou a ser alardeada como uma comprovação, avalizada pelo Banco Mundial, da excelência do projeto e constituiu-se numa importante vitória política, na medida em que uma das justificativas para a não realização da inspeção era a de que as entidades do Fórum não eram representativas dos beneficiários. (MEDEIROS, 2002, p. 101).

Embora, no primeiro momento, o Fórum tenha saído vitorioso com a instalação do Painel de Inspeção para averiguar as denúncias, as ações do governo federal e do Banco Mundial conseguiram desviar a realidade dos fatos, obtendo tempo suficiente para desconsiderar a situação exposta pelas entidades que compunham o Fórum. Lembramos

que a única entidade considerada responsável legal representante dos camponeses eram os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, ou seja, aqueles ligados à Contag.

No Fórum, havia a participação de diversos deputados federais que tinham proximidade com o Partido dos Trabalhadores – PT, grupo este que fazia oposição sistemática ao governo. Entretanto o governo e o Banco Mundial passaram a desqualificar todas as demandas apresentadas, baseando-se no discurso de que as críticas advindas do Fórum estavam relacionadas a uma disputa partidária e não a uma avaliação sobre os resultados do programa. Essa estratégia colaborou para que o governo pudesse legitimar a continuidade das ações do Banco, silenciando os principais agentes de oposição que, em verdade, se representava pelos segmentos sociais e não pelos legisladores, embora sua contribuição tenha sido essencial, como no discurso construído. Ao se desconstruir as ações empreendidas pelo Fórum, estava-se, com isso, garantindo o livre acesso aos interessados nesses programas para o prosseguimento de suas ações.

Para Medeiros (2002), a aceitação da Contag foi fundamental para a implantação do Banco da Terra, no Brasil, uma vez que essa foi a única entidade a assumir tal posição.

É parte constitutivas das políticas de alívio da pobreza do Banco Mundial a participação de atores da sociedade civil na sua implementação. Desde os primeiros momentos de negociação do Programa Banco da Terra, ficou claro o interesse do Banco Mundial em conseguir apoio da Contag. [...] a grande quantidade de críticas recebidas pelo Programa Cédula da Terra levou a que o Banco Mundial procurasse novamente a Contag, para que ela expusesse suas objeções ao projeto. Em resultado, o Banco apresentou uma contraproposta que foi discutida em um evento realizado pela Contag no ano de 2000 na cidade de Natal, com a presença de delegações de diversos estados, governadores dos estados, Nead e Incra. Mais tarde [...] se fechou um acordo em torno de um Programa de Crédito Fundiário, garantindo a exclusão de áreas que poderiam ser desapropriadas. (MEDEIROS, 2002, p. 109-110).

Ao lado dessa ação do Banco Mundial, em buscar parceria com a Contag, criou-se, no interior do Fórum, um espaço de disputa política entre os próprios movimentos sociais rurais e entidades envolvidas no debate, em especial, entre a Contag, que se retirava do debate, legitimando, por meio de seu apoio, as ações dos programas de reforma agrária de mercado, e do lado contrário, numa postura mais combativa, estavam a CPT e o MST. Ao mesmo tempo, o Fórum, que representava a principal organização de oposição às políticas do Banco em conjunto com o governo FHC, começava a se esfacelar, demonstrando sinais de fraqueza ante a discussão do PCT e BT, uma vez que um de seus principais componentes havia declarado apoio aos programas de crédito fundiário em curso.

Com as mudanças propostas pela Contag, analisadas e aceitas pelo Banco Mundial, quanto à limitação das propriedades que seriam compradas pelo BT, retirando aquelas poderiam ser desapropriadas e, incluída a isso, a diminuição dos juros, fez com que o governo conseguisse apoio político dessa entidade sindical. Esse panorama, serviu como argumento para que as ações do Banco Mundial pudessem continuar em execução.

Enquanto que, em diversos países do mundo onde havia atuação do Banco Mundial, iam sendo de modo gradativo canceladas ou revistas, a fim de determinar sua interrupção, o Brasil era um dos pouquíssimos países em que tivemos a continuidade de suas políticas. Considerando que o apoio da Contag reforçava o *marketing* político sobre a validade de seus programas, tornando-se a representação da sociedade civil brasileira.

2.5 O Banco da Terra e a nova ofensiva no mercado de terras no Brasil

O Banco da Terra – BT foi uma nova linha de financiamento criada em meados do segundo mandato do governo FHC, mais precisamente, em fevereiro de 1998. O chamado Fundo de Terras e Reforma Agrária – Banco da Terra foi instituído pela Lei Complementar nº 93, em 4 de fevereiro de 1998. Dentre as mudanças divulgadas em relação ao PCT, agora, poderia financiar associações como também individualmente, chegando a um limite de no máximo R\$40.000,00.

Conforme as regulamentações do BT, seriam financiados apenas dois itens, a compra dos imóveis rurais e a implantação de infraestrutura básica. A expansão do BT se deu com o uso, especialmente, da propaganda como elemento importante no convencimento dos camponeses a participar dessa nova alternativa de acesso à terra.

Permanecia a continuidade da política de compra e venda como uma opção ao modelo desenvolvido pelo INCRA.

Em 4/2/1998 foi instituído, por meio da Lei Complementar nº 93, o programa Fundo de Terras e Reforma Agrária/Banco da Terra, criado como fundo especial de natureza contábil e com o objetivo de financiar programas de reordenação fundiária e de assentamento rural, para servir como instrumento complementar ao Programa de Reforma Agrária. A citada lei complementar foi regulamentada pelo Decreto nº 3.475, de 19/5/2000, que criou o Conselho Curador do Banco da Terra, como órgão gestor do programa. (MDA, 2011, p. 5).

Notem que o BT foi tido como um modelo complementar, conforme o conteúdo das publicações dos órgãos oficiais, quando, na realidade, o que se acompanhou foi um ataque centrado na desconstrução da luta pela terra e na criminalização dos movimentos socioterritoriais rurais. O que, no âmbito institucional, era concebido como uma nova

escolha de acesso à terra, na prática, se configurava como uma verdadeira ação de substituição da principal política de reforma agrária, a desapropriação.

Esse novo instrumento da reforma agrária gerou diversos embates e conflitos, como a desarticulação dos movimentos de luta pela terra, já que o acesso era pouco burocrático e rápido, como também trouxe como consequência a criação de uma dívida que deveria ser paga pelos camponeses que optaram por essa forma de acesso à terra. De início, as terras eram compradas por meio do financiamento do Banco Mundial e do Banco do Brasil e pagas pelos camponeses no prazo de vinte anos, com carência de três anos.

Essa política, desenvolvida entre o governo brasileiro e o Banco Mundial, nos remete novamente à questão da distribuição desigual da terra, o que representa um grande obstáculo ao desenvolvimento do meio rural e, como resultado, impede a diminuição das desigualdades. Nesse sentido, Ramos Filho (2010), analisando o contexto socioeconômico e político brasileiro do final dos anos 1990, aponta qual foi a responsabilidade do Estado por intermédio da política de reforma agrária

Diante do acirramento da tensão social e da intensificação da oposição ao modelo neoliberal nos países que implementaram os ajustes estruturais, o Banco Mundial viu-se na necessidade de controlar as pressões e os movimentos sociais, para ter caminho livre ao aprofundamento da implementação do modelo neoliberal. A forma definida para este programa foi a condução, a partir dos anos 90, de uma segunda onda de ajustes, cujos fundamentos residem no aprofundamento da redução do papel do Estado com vistas à promoção do crescimento econômico [...]. (RAMOS FILHO, 2010, p. 14).

Notem que essa foi uma das primeiras estratégias para controlar os conflitos e a pressão envolvendo a posse da terra. Lembremos que, nos anos de 1995 e 1996, quando ocorreram os dois principais massacres na gestão do governo FHC, a estratégia utilizada para resolver os conflitos foi o uso da força policial, acarretando o aumento da violência e culminando em vários assassinatos.

O controle praticado nesse momento pelo governo, no que se refere à luta pela terra, dava-se de forma muito mais sorrateira e silenciosa, uma vez que o controle se realizava em nível local. É importante esclarecer que, onde se expandiu essa nova linha de crédito BT, em muitos lugares, era onde se concentravam pontos de conflitos e, consequentemente, havia a presença dos movimentos socioterritoriais rurais.

Mais um exemplo dessa situação foram os valores estabelecidos para os novos financiamentos, sendo que

[...] foi a resolução nº 2.935 de 28 de fevereiro de 2002, de acordo com a qual as taxas de juros deviam variar em função do montante financiado: até R\$ 15.000,00, juros de 6% ao ano; entre R\$ 15.000,00 e R\$ 30.000,00, juros de 8% ao ano; entre R\$ 30.000,00 e R\$ 40.000,00 juros de 10% ao ano. [...] Note-se que o teto de financiamento era bastante superior ao dos programas anteriores, sinalizando a intenção de atrair também segmentos pouco mais capitalizados que os anteriores alcançados. (PEREIRA, 2004, p. 194).

Apenas para ilustrar a realidade na qual os camponeses estavam sendo inseridos, no que concerne aos valores dos juros praticados, Camargo (2003) fez uma simulação da situação, comparando o mesmo valor que os camponeses deveriam pagar pelo Banco da Terra e por aquele que foi obtido via desapropriação, isso sendo avaliado no estado de Santa Catarina.

Mas, independente de quanto o agricultor beneficiado estará ganhando, ao se fazer uma simulação do total que um agricultor deverá pagar ao Banco da Terra, percebe-se que ele poderá encontrar dificuldades em efetivar o pagamento da dívida, mesmo que ele venha a possuir uma renda mensal de três salários mínimos. [...] [A] simulação na qual um agricultor é beneficiado, pelo Banco da Terra, com um empréstimo no valor de 30 mil reais. Supondo que o pagamento das prestações seja realizado em dia, pois os rebates só são conferidos respeitando a essa condição, este agricultor pagaria o total de R\$ 55.514, 83 ao final dos 20 anos. Para se ter uma ideia de quanto representa esse valor, em relação a outros programas de pagamento de terras rurais, pega-se o exemplo do Fundo de Terras e dos projetos de assentamento do INCRA. [Este mesmo valor de R\$ 30.000,00 um assentado do INCRA] pagaria R\$ 37.434,00 o tempo de pagamento também é de 20 anos com três anos de carência. (CAMARGO, 2003, p. 71-73).

Esse mesmo quadro de dificuldades foi sendo, repetidamente, encontrado nos diferentes empreendimentos implantados no Brasil, levando em conta que um dos problemas centrais está na estrutura do programa, e não na conjuntura política, que, embora possa contribuir, não foi, em nossa interpretação, o definidor do insucesso.

Há de se considerar que o fato de os camponeses mutuários do BT pagarem quase o dobro do preço da terra se reflete, fundamentalmente, na força de trabalho em que estes deveriam empenhar-se para o pagamento da dívida. Muitos foram os casos dos camponeses que, pelos problemas anteriormente evidenciados no PCT, adquiriram terras impróprias para o desenvolvimento de atividades agrícolas, fato que se repetiu no BT e somaram-se às dificuldades enfrentadas por não conseguirem produzir, gerando o endividamento.

O segundo elemento avaliado como estratégia de substituição ao modelo de reforma agrária desapropriacionista é o ataque aos movimentos camponeses, que recai sobre a ampliação do montante a ser financiado, sendo possível, agora, financiar

propriedades que poderiam ser desapropriadas. É possível observar a sutileza dessa estratégia, quando considerar-se que, ao contrário do PCT em não financiar áreas passíveis reforma agrária, o BT procura não apenas ampliar o crédito, mas ainda inovar com o aumento das áreas que poderiam ser adquiridas pelo programa. Assim, muitas áreas que deveriam ser desapropriadas e utilizadas para fins de reforma agrária foram adquiridas pelo BT.

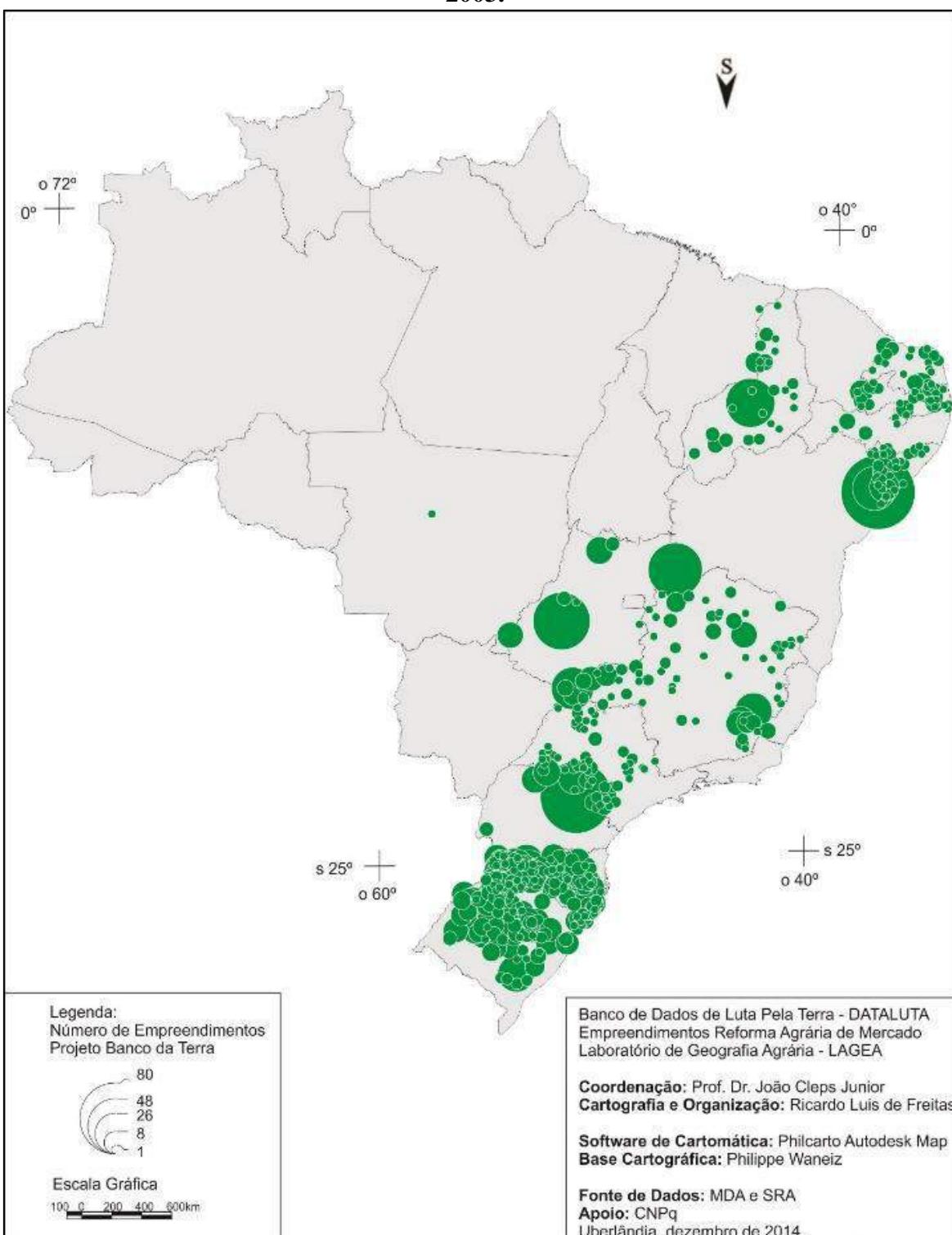
Um outro componente que nos possibilita afirmar tal intenção do governo federal foi a mudança do eixo geográfico do BT, pois, enquanto o PCT se concentrou, notadamente, em quatro estados da região Nordeste (CE, BA, PE e MA) e no norte de Minas Gerais, esse novo programa dirigiu-se, especialmente, para a região Sul, nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

A investida do governo federal em alterar a região de implantação por meio do BT, tendo como parâmetro a sua lógica expansionista, se deu, nomeadamente, na região que é, reconhecida e identificada como o berço do MST. Não ao acaso que foi no Rio Grande do Sul onde se concentrou a maior parte dos recursos desse novo programa em nível nacional. Para visualizarmos a situação, apresentamos o Mapa 4 referente ao projeto BT no período de 2000-2003 no Brasil.

Chamamos atenção para a elevada concentração de empreendimentos do Banco da Terra na mesorregião geográfica do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. Principia nessa região a organização do movimento MARAM que representaria as demandas dos camponeses atendidos por essa política pública.

Podemos acrescentar, também, que na região Sul, historicamente, existiu o embate explícito contra o MST, sobretudo, por conta do patronato rural que se mostra bem organizado. Outro ponto importante e decisivo foi o protagonismo das federações e sindicatos patronais e de trabalhadores rurais da região, que nunca tiveram a luta pela terra como sua bandeira de ação, no entanto era claro o interesse em querer implantar o BT, já que sua base de representação tinha interesse no acesso à terra.

Mapa 4: Brasil - Número de Empreendimentos do Projeto Banco da Terra – 2000 – 2003.



Fonte: MDA/SRA, 2013.

Org.: FREITAS, R. L. de, 2014.

Ainda, há de se levar em conta outro fator que contribuiu para a implantação do elevado número de empreendimentos no RS, que diz respeito à dificuldade de se realizar desapropriações de terra, uma vez que, naquele estado, se concentra o alto grau de

modernização da agricultura, dificultando, assim, a realização de assentamentos rurais, sendo que os índices de produtividade podem-se apresentar superiores ao que é na realidade. Para que o BT pudesse ser implantado nas unidades federativas, era necessário que os governadores assinassem o convênio firmado entre o governo FHC e os estados em que seriam liberados os financiamentos para implantação dos empreendimentos. No entanto alguns estados não concordaram, pois

A implantação do Banco da Terra dependia da adesão prévia de entes federativos, os quais poderiam ser estados e/ou associações de municípios. A possibilidade do Banco da Terra ser implantado por associações de municípios/prefeituras permitia que esse processo passasse por cima da posição assumida pelos governos estaduais. Assim aconteceu nos estados do Rio Grande do Sul, de São Paulo e do Paraná, cujos os governos não assinaram o termo de cooperação com o Banco da Terra, mas as associações de municípios sim [...]. Nesses três estados, portanto, houve uma relação bilateral entre o governo federal e prefeituras por cima dos governos estaduais, o que, sem dúvida, influenciava em maior ou menor grau na reconfiguração das forças políticas em disputa no cenário estadual. (PEREIRA, 2004, p. 196).

As articulações para a implantação dos convênios se deram, fundamentalmente, por meio de associações de municípios. Isso, de certa maneira, conferiu ao patronato rural um maior controle desse programa, por sua vez, os camponeses continuavam sob a tutela da elite agrária local/regional. Foi criado o Conselho Curador do Banco da Terra, composto por sete Ministérios²¹, órgão instituído como o representante do governo federal, que articulava os convênios com as prefeituras e se responsabilizava pela indicação de áreas prioritárias de ação; como agente financeiro, o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, e o presidente do INCRA; e por dois representantes dos potenciais beneficiários. “E mediante orientação da Secretaria Executiva do Conselho Curador estimulavam uma Agência Estadual/Regional do Banco da Terra e Núcleos Municipais”. (PEREIRA, 2004, p.196).

Camargo (2003) acrescenta que as vagas destinadas para os beneficiários do programa não eram ocupadas por eles.

Em 2002 estas vagas eram ocupadas pelo presidente da Confederação Nacional da Agricultura, Antônio Ernesto de Salvo e pelo presidente da Força Sindical, Paulo Pereira da Silva [...]. Chama a atenção que estas vagas, ao invés de terem sido preenchidas por entidades que pudessem, de fato, representar os possíveis beneficiários, como por exemplo a CONTAG, tenham sido, “coincidentemente”, disponibilizadas a entidades que apresentavam afinidade

²¹ O Ministro do Desenvolvimento Agrário, que o preside, e pelos demais Ministérios: da Agricultura e do Abastecimento; do Planejamento, do Orçamento e Gestão; do Desenvolvimento, da Indústria e Comércio Exterior; da Fazenda; do Meio Ambiente; do Esporte e Turismo.

com o governo e nenhuma representatividade junto aos trabalhadores rurais. (CAMARGO, 2003, p. 39).

Verifica-se, que desde o início, os camponeses, que seriam os principais interessados no processo de desenvolvimento do programa, foram excluídos do direito de participação. Tal característica, dos mutuários continuamente ficarem à margem no desenrolar das políticas elaboradas pela RAM, foi uma postura recorrente.

A intencionalidade sempre esteve clara, de manter o controle absoluto sobre o programa de acesso à terra, garantindo, assim, a permanência da estrutura concentradora da propriedade fundiária. Para Carvalho Filho (1999), a continuação da estrutura de concentração sempre esteve presente no programa do BT, basta atentarmos para a lógica de execução do programa, distribuição via mercado.

Considerando a realidade agrária brasileira, alguém já ouviu falar em algum caso de sucesso de reforma via mercado? Pois é, o governo a propôs! Para ele, um simples programa de crédito fundiário que, no máximo pode ser complementar às formas de obtenção de terras para fins de reforma agrária, tem a capacidade de alterar a segunda maior concentração de terras do planeta. Salta aos olhos a inconsistência existente entre o instrumento principal e o objetivo de implantar um modelo de desenvolvimento rural com quebra da tendência concentradora. [...] A concentração da terra continuou impávida. (CARVALHO FILHO, 1999, p. 70).

A organização que se estabelecia entre o Conselho Curador do BT e as associações de municípios ocorria por meio da premissa de desenvolver Programas de Reordenação Fundiária - PRFs. No plano institucional, acompanhou-se essa diretriz, todavia, na base real, o que aconteceu não foi bem isso. Não havia uma meta clara sobre quais poderiam ser as áreas que eram prioritárias, não houve um efetivo acompanhamento do Conselho Curador nos territórios em que foram investidos esses recursos.

Os PRFs tinham como premissa a intervenção em conjunto com estados e/ou associações de municípios sobre a expansão do programa. O que de fato ocorreu foi uma incoerência tanto em nível nacional quanto local, pois é contraditória a ideia de planejamento estatal, já que, por sua vez, o controle sobre a distribuição de terras, segundo as premissas do programa, dar-se-ia via mercado. Há uma confusão em relação ao planejamento do estado, enquanto que, na prática, o que se observou foi o aquecimento do mercado imobiliário da propriedade fundiária.

Algumas considerações podem ser apresentadas com relação à estrutura do programa BT no Brasil. Dentre os principais questionamentos dos movimentos socioterritoriais rurais sobre o programa, recaem as críticas de que sua implantação serviu

apenas como uma política social compensatória, o que, de certa maneira, não alterou a condição de pobreza das famílias beneficiadas. Os poucos recursos disponibilizados, a falta de assistência técnica, áreas muito pequenas para produção, conflitos internos pela exigência da constituição de uma associação para criar o empreendimento etc, somam-se aos elementos que contribuíram para o fracasso dos programas RAM.

Quanto às áreas adquiridas, muitas de má qualidade, não ofereceram condições de permitir a geração de renda suficiente para o pagamento da dívida. A inviabilidade econômica em que se encontrou o programa e a impossibilidade de quitar os empréstimos promoveram entre outros problemas um elevado número de mutuários a abandonar os empreendimentos.

A transferência da responsabilidade de criar empreendimentos para os estados e municípios também foi outra limitação encontrada. A União, ao se ausentar dessa responsabilidade, promovia diretamente o processo de clientelismo político, tendo como fator unificador o mercado de terras.

A substituição da principal política de distribuição de terra (a desapropriação) foi transferida para as forças do mercado. É evidente que o programa em nada contribuiu para diminuir a concentração da propriedade fundiária. Ressalta-se que não havia qualquer menção dessa questão dentre os objetivos do BM. Portanto, a ordem “de mudar para não mudar” foi praticada fielmente, tendo como preceito a intocabilidade da propriedade fundiária.

Outro problema encontrado foi o aquecimento do mercado de terras, o que gerou a premiação de imóveis improdutivos, enquanto que estes deveriam ter sido desapropriados já que estavam aptos para o programa de reforma agrária. Ao mesmo tempo, o fato de haver grande montante de recursos disponíveis inflacionou o mercado de terra.

2.6 O Banco da Terra em Minas Gerais: a nova ofensiva dos ruralistas

No estado de Minas Gerais, acompanhou-se, como em outros estados da federação, a recusa do governador em assinar o convênio entre o governo federal e as instituições envolvidas no projeto BT. Nesse estado, a rejeição em participar dessa nova investida do governo federal e das elites agrárias, em permitir a participação do estado, resultou do fracasso dos PCT já implantados nas mesorregiões Norte de Minas e Vale do Jequitinhonha.

Ramos Filho (2013) descreve o contexto em que se deu o início das articulações para a implantação desse programa. Em Minas Gerais,

O Banco da Terra, lançado pelo governo federal em 1999, foi introduzido naquele estado em 2000. Na época, o governo estadual estava sobre o comando de Itamar Franco, integrante do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). A postura política do governador era de oposição ao então presidente Fernando Henrique Cardoso, motivada por um conjunto de fatores como disputas político-eleitorais, discordância com as medidas neoliberais em curso, dentre os quais se destaca o programa de privatizações de empresas estatais. [...] Em 27 de setembro de 2000, o governador Itamar Franco assinou o Decreto n. 41.270, que institui o Conselho Gestor para implantação do Fundo de Terras e da Reforma Agrária em Minas Gerais. Porém, na época, o geógrafo e ativista Marcelo Resende ocupava o cargo de presidente do Instituto de Terras do Estado de Minas Gerais. Este gestor possui uma longa trajetória de luta na Pastoral da Terra na mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, cuja inserção política junto aos movimentos camponeses, como o MST, confere-lhe uma visão e condição de tratamento das questões fundiárias que prima pela promoção da justiça social e oposição aos interesses ruralistas. (RAMOS FILHO, 2013, p. 111).

O fato de ter, na presidência do ITER/MG, uma liderança cujo histórico da vida profissional estava ligado à militância e ao envolvimento das lutas sociais no campo, concorreu para uma melhor clareza sobre as reais intenções do governo federal. O governador de Minas Gerais não assinou o convênio, gerando, assim, novos rearranjos políticos para que o BT pudesse ser implantado no estado. Dentre os principais grupos sociais envolvidos estavam os ruralistas, que tinham como objetivo diminuir o avanço da reforma agrária, uma vez que parte considerável dos conflitos envolvendo a posse da terra concentrava-se nas mesorregiões Norte de Minas e Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. No Norte de Minas, o PCT provocou uma diminuição quanto ao ingresso de novos camponeses nos movimentos camponeses, principalmente no MST.

Dentre as principais limitações encontradas para a continuidade dos programas da RAM no estado, Resende e Mendonça (2004) identificam seis fatores que comprometeriam a validade do programa.

De acordo com pesquisas realizadas por acadêmicos e organizações sociais, esses programas apresentam os seguintes problemas: 1. Aumento do valor da terra e pagamento à vista, como forma de premiar o latifúndio (a existência de um Fundo de Terras inflacionou o mercado). 2. Inviabilidade econômica, impossibilidade do pagamento dos empréstimos e endividamento dos trabalhadores rurais. As áreas adquiridas, muitas de má qualidade [...]. 3. Aquisição de terras sem registro e improdutivas, portanto aptas ao programa de reforma agrária. 4. Compra de terra feita por associações de trabalhadores, sem autonomia na escolha da área. Essas associações muitas vezes, são organizadas pelos próprios latifundiários e políticos locais. 5. Condições precárias de sobrevivência e abandono das áreas. Ao invés de aliviar a pobreza, o programa fez agravar-se a situação financeira dos participantes. 6. Denúncias

de corrupção envolvendo administrações municipais, políticos e sindicatos. (RESENDE; MENDONÇA, 2004, 75-76).

A influência praticada pelo presidente do ITER/MG e pelos movimentos socioterritoriais camponeses, naquele momento, contribuiu para que o governador Itamar Franco não assinasse o convênio. Isso levou

[...] a promulgação do Decreto n. 41.344 de 26 de outubro de 2000 (apenas um mês após à publicação do decreto de criação do conselho Gestor do Banco da Terra) [...] que revoga o decreto anterior, o que na prática representa a interdição da operação do Programa Banco da Terra pelo governo estadual. (RAMOS FILHO, 2013, 111).

Todas as limitações encontradas pelos estudos realizados por vários pesquisadores, bem como nos empreendimentos em que fizemos os trabalhos de campo, os mutuários do projeto indicavam que a inviabilidade de se efetivar a reforma agrária e a promoção da justiça social eram inerentes à estrutura do projeto. O aquecimento do mercado de terras não assegurou a diminuição da pobreza e da miséria no campo mineiro, já que quem estimulou o surgimento desse processo foram os prefeitos e fazendeiros locais, drenando parte dos recursos destinados à realização do projeto a outros fins.

Em sua maioria, as associações foram criadas unicamente para participar do projeto BT. Revela-se, nesse ponto, que tal ação serviu apenas para o cumprimento de uma exigência burocrática. A forma de organização dos camponeses, sem o acúmulo de experiências relacionadas à luta pela terra, como também a falta de oportunidade no processo da construção de um projeto organizativo, foram alguns dos obstáculos à validade do projeto, bem como um elemento limitante para sua compreensão.

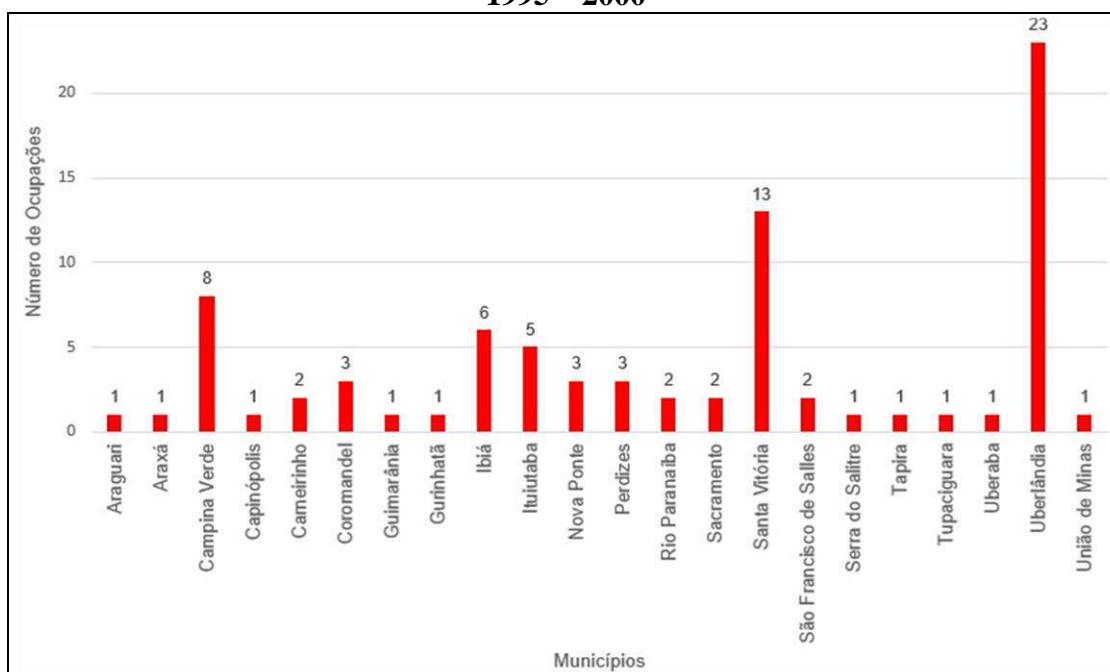
As associações já nascem demonstrando forte tendência ao enfraquecimento, considerando a maneira como elas foram constituídas. A falta de organicidade e de representatividade perante as transações da compra e escolha do imóvel ilustram essa situação, sendo que elas apenas representaram a garantia de acesso à terra de modo imediato.

A escolha das propriedades, em muitos casos, já vinha previamente definida, sendo que a participação de todos os membros da associação ficou limitada apenas aos presidentes e às entidades responsáveis pelo projeto, no caso de Minas Gerais, Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, a Associação dos Municípios da Microrregião do Vale do

Paranaíba – AMVAP²² e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais – EMATER – MG.

É necessário relembrar que, no estado de Minas Gerais e na mesorregião do Triângulo Mineiro /Alto Paranaíba, havia muitos embates entre o ano de 1995 e 2000, momento que corresponde ao início dos principais conflitos envolvendo a posse da terra, e o início da implantação do BT no estado. Na sequência, expomos o gráfico 2 sobre as ocupações ocorridas no período.

Gráfico 2 - Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba – Número de Ocupações de Terras – 1995 – 2000



Fonte: Banco de Dados de Luta pela Terra – DATALUTA.
Org.: FREITAS, R. L., 2014

No ano de 1997, foi realizada a primeira Marcha Nacional dos Trabalhadores sem-terra, liderada pelo MST, mas em conjunto com diversos movimentos, e teve por objetivo cobrar justiça aos massacres ocorridos e agilidade no processo de reforma agrária. Milhares de pessoas, oriundas de todas as regiões do país caminharam cerca de três meses até Brasília. Naquele momento, o presidente FHC aceitou negociar com os sem-terra, mas não prometeu fazer a reforma agrária.

Em abril de 1998, mês considerado significativo para o MST, já que faz referência ao segundo ano do massacre de Eldorado dos Carajás, os camponeses surpreendem o

²² Os municípios que compõem a AMVAP são: Abadia dos Dourados, Araguari, Araporã, Cachoeira Dourada, Campina Verde, Canápolis, Capinópolis, Cascalho Rico, Centralina, Douradoquara, Estrela do Sul, Grupiara, Gurinhatã, Indianópolis, Ipiá, Iraí de Minas, Ituiutaba, Monte Alegre de Minas, Prata, Romaria, Santa Vitória, Tupaciguara e Uberlândia.

governo FHC, oferecendo a mobilização de cerca de 25.000 famílias e ocupando 308 fazendas em dezoito estados. Ponderamos que a maior parte dos assentamentos originados são resultados de ocupações de terras, e, assim, foram criados 102 via desapropriação de terra naquele período.

Em Minas Gerais, foram realizadas dezoito ocupações, sendo uma delas tomada como um marco na história da luta pela terra no estado e, especialmente, na região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. Esse acontecimento tem um significado importante, pois, ao mesmo tempo em que dois massacres haviam ocorrido no país em anos anteriores, não haviam prendido e punido nenhuma pessoa pelos assassinatos. Essa impunidade contribuiu, também, para o aumento do número de assassinatos de lideranças envolvidas em conflitos pela posse da terra.

O que aconteceu no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba foi a tentativa de assassinato e abuso psicológico contra Frei Rodrigo de Castro Ameddé Péret²³, coordenador da CPT regional Triângulo Mineiro e aos integrantes do MST e da CUT. Naquele momento, Frei Rodrigo trabalhava em conjunto com o MST, em defesa da implantação de um assentamento no município de Santa Vitória.

Na sequência, trazemos um trecho da descrição dos acontecimentos, extraído do Relatório dos Direitos Humanos do Brasil Rural.

Na manhã do dia 21 de setembro de 1998, oitenta famílias do MST ocuparam a fazenda Perobas, em Santa Vitória. Proprietários de terras ligados à União de Defesa das Propriedades Rurais (UDPR) organizaram uma milícia fortemente armada e foram para a área onde estavam os trabalhadores. [...] Por volta das 14:00 horas, perto de cem proprietários de terras armados chegaram, alguns vestindo capuzes. [...] Enquanto isso, frei Péret e Marcelo Resende, outro representante da Pastoral, estavam em Santa Vitória, tentando contatar autoridades civis e militares do estado de Minas Gerais. Enquanto estavam lá, eles souberam que os proprietários de terras tinham chegado a um acordo com o MST e deixado a área. Ao saber a notícia, eles, juntamente com membros de outros sindicatos de trabalhadores, dirigiram-se para a fazenda Perobas em dois carros. Um carro, um Elba amarelo, levava membros da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e integrantes do MST. O outro carro, um Gol, levava frei Péret, Marcelo Resende e outro representante da CUT na região do Triângulo Mineiro. A dez quilômetros de Santa Vitória, duas caminhonetes levando fazendeiros de terras armados apareceram e forçaram os dois carros a parar. O Gol permaneceu entre as duas caminhonetes, enquanto o Elba estava à frente da primeira perua. Dois passageiros do Elba, o ativista do MST e o membro da CUT, sofreram ferimentos físicos, mas conseguiram escapar sob os tiros dos proprietários de terras. Os passageiros do Gol foram forçados pelos fazendeiros a deixar o veículo. Um dos fazendeiros disse: "Vamos dar um passeio com eles". Outro replicou: "Agora não dá para fazer o que combinamos, porque você deixou o outro fugir". Nesse momento, um fazendeiro atingiu frei Péret no rosto, fazendo-o cair no chão. Os outros

²³ Frei Rodrigo Peret pertence à Ordem dos Frades Menores do Triângulo Mineiro e é membro da Comissão Pastoral da Terra – CPT regional Triângulo Mineiro.

fazendeiros então começaram a chutar seu corpo e atacar os outros dois passageiros. Frei Péret recebeu dois chutes na cabeça, que causaram uma convulsão na qual ele mordeu a língua violentamente. Depois da primeira convulsão de frei Péret, alguns dos agressores permitiram que seus colegas o colocassem no carro. Então, um dos fazendeiros apontou sua arma em direção à cabeça de frei Péret e atirou. A bala atingiu a parte de trás do banco no qual frei Péret estava sentado. Se a bala tivesse atravessado o banco do carro, teria atingido as suas costas. Pouco tempo depois a polícia chegou, e os fazendeiros fugiram. [...] Até o momento de finalização deste relatório, o Centro de Justiça Global não havia recebido nenhuma resposta a este ofício. (RELATÓRIO DOS DIREITOS HUMANOS NO BRASIL RURAL, s/a, [2--]).

Como apresentado, uma das estratégias utilizadas pelo governo FHC foi o de dialogar sobre a reforma agrária de modo mais violento e agressivo; como não havia punição aos crimes, a intensidade da violência foi se multiplicando. Isso foi a marca de uma estrutura social altamente desigual, o que colaborava para tornar caso de polícia questões sensíveis à população camponesa e, consequentemente, à não solução da questão agrária.

O município de Santa Vitória foi o segundo município cujos movimentos socioterritoriais rurais mais realizaram ocupações, chegando, no total, de 13 ações no período de 1995 a 2000. A tentativa de assassinato de uma das principais lideranças da luta pela terra no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba repercutiu, de maneira muito rápida e clara, entre os diversos movimentos camponeses presentes na região. Isso contribuiu para que fosse dado um novo impulso na prática das ocupações de terras, desdobrando-se em novas ações e formas de luta.

Também, nesse momento, outra ocupação foi emblemática e marcou a luta pela terra na região, sendo realizada pelo Movimento de Libertação dos Sem Terra – MLST²⁴ e Movimento Terra Trabalho e Liberdade - MTL. De 1997 até o ano 2000, foi o MLST que realizou o maior número de ocupações no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba.

É indispensável destacar que a ocupação da Fazenda Tangará se tornou um marco significativo quanto ao histórico de ocupações na região, pois os conflitos com os sem-terrás ocorreram, frequentemente, em áreas de pecuária e pessoas físicas, agora

²⁴ O Movimento de Libertação dos Sem Terra – MLST nasceu da união de diferentes líderes de movimentos regionais dos estados do Maranhão, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Bahia, São Paulo e Minas Gerais, no ano 2000. Em alguns estados, não havia acampamentos organizados, ficando a cargo das lideranças estaduais realizarem a organização das famílias e as ocupações. Esse movimento já nasce nacional, no entanto alguns problemas entre as lideranças vão fazer com que o movimento se divida no seu processo de luta. O MLST Nacional, após o rompimento com o MLST de Luta, atual MTL, se consolidou como um movimento que tem atuado de maneira intensa, realizando inúmeras ocupações em Minas Gerais, concentrando-se, principalmente, na região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. Atualmente, nessa região, juntamente com o MST são os movimentos que têm realizado o maior número de ocupações. Para maiores detalhes, ver em Mitidier Junior (2002).

envolviam uma empresa de exploração de eucalipto. A ocupação da Fazenda Tangará, resultou na criminalização dos principais líderes, conforme relato do Movimento Terra Trabalho e Liberdade a seguir:

No processo julgado em primeira instância pelo mesmo juiz Joemilson Donizetti Lopes, João Batista, Dim Cabral e Marilda Ribeiro, advogada e coordenadora do MTL, foram novamente condenados por extorsão, incitação ao crime e formação de quadrilha. De acordo com a denúncia, os dirigentes do Movimento “se associaram para a prática de crimes, saqueando e invadindo terras particulares, comandando e incitando pessoas à prática de crimes de roubo de gado, veículos, equipamentos agrícolas e objetos pertencentes à Fazenda Tangará. [...] A Fazenda Tangará, uma área de mais de 5000 hectares, localizada no município de Uberlândia, que era de propriedade da CIF – Companhia de Integração Florestal, uma empresa que recebeu vultosos recursos públicos para o cultivo de eucalipto na década de 70, foi considerada improdutiva pelo INCRA. Em torno de 700 famílias coordenadas pelo MTL ocuparam-na, pela primeira vez, em 1999, que após despejo promovido pela polícia montaram acampamento na rodovia por 6 meses, e a reocuparam em março de 2000. A partir daí se estabeleceu um intenso conflito, que envolveu a polícia, juízes e promotores que sempre atuavam para defender os interesses do latifúndio improdutivo e de tudo faziam para derrotar a luta dos trabalhadores sem terra. Hoje a área é um grande assentamento onde vivem mais de 250 famílias. (MTL, 2009, s/p).

A partir desse momento, aumentaram as intensas perseguições às lideranças dos movimentos socioterritoriais rurais, criminalizando a luta pela terra. O dono da fazenda Tangará, juntamente com os representantes da oligarquia agrária local e regional, articulou reuniões e encontros com a elite agrária com o objetivo de construir uma imagem de desordem e delito da luta camponesa.

Ao criminalizarem os líderes dos movimentos socioterritoriais rurais, principalmente por meio da mídia, criou-se, no imaginário popular, a imagem de que essas ações são de fato ilegais, impedindo, assim, o envolvimento de futuros camponeses no engajamento da luta pela terra.

A ocupação da Fazenda Tangará gerou uma grande repercussão social, “tendo, inclusive, sido convocada pelo INCRA, uma audiência pública com vistas a fazer uma ‘consulta’ à sociedade acerca do ‘caso Tangará.’” (GOMES, 2004, p. 174). Dessa forma, é possível notar a importância dessa ocupação para o fortalecimento e reafirmação dos sem terra na região e a demonstração de enfrentamento frente aos grandes proprietários, presentes, historicamente, na região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. [...] A ação alcançou grande visibilidade, até mesmo nos meios de comunicação, uma vez que os sem terra demonstraram persistência e resistência frente às dificuldades enfrentadas na área ocupada. [...] Nesse primeiro momento, a área ficou ocupada por vinte dias, sempre contando com a vigilância de policiais militares, bloqueando a saída e a entrada de novas famílias e de alimentos. (CARDOSO, 2009, p. 46).

Essa foi uma das maiores áreas ocupadas no município de Uberlândia, sendo considerado o maior assentamento de reforma agrária na região, conhecido como PA Nova Tangará. Em Uberlândia, nesse período, foram efetuadas 23 ocupações de terras, em sua maioria, envolvendo a realização de despejos sem ordem judicial, ameaças e, como apresentado anteriormente, tentativas de assassinatos.

Não por acaso, foi uma liderança política importante de Uberlândia que articulou a implantação do BT, o então, naquele momento, Deputado Federal Odelmo Leão Carneiro²⁵, do Partido Progressista – PP, no ano de 1999. Representante dos ruralistas no Congresso Nacional, ele estabeleceu parcerias entre a AMVAP e o Planalto, para que a região pudesse ser uma das contempladas pelo Projeto BT.

O governo federal já se organizava para uma nova investida contra os movimentos camponeses. Estava em curso uma estratégia de contrarreforma agrária, pois aquilo que se apresentava como uma nova alternativa de acesso à terra, na prática, vinha ao encontro dos interesses dos políticos locais e proprietários de terra, garantindo, assim, a diminuição dos conflitos e a proteção da propriedade privada da terra na região.

O então ministro do MDA, Raul Jungmann, emitiu uma Portaria (nº 110 de 10 de abril de 2000), definindo as áreas prioritárias de intervenção do MDA,

[...] Considerando a existência de regiões onde ainda persiste um elevado grau de tensão relacionado à posse e ao uso da terra e considerando a necessidade de intensificar as ações em favor da consolidação dos assentamentos de reforma agrária e do desenvolvimento da agricultura familiar nas regiões de maior concentração de agricultores familiares; resolve:

Art. 1º Ficam definidas como áreas especiais para os fins da ação governamental cometida a este Ministério e ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária as seguintes regiões:

I Sul do Estado do Pará;

II Médio São Francisco, compreendendo os Estados da Bahia e Pernambuco;

III Zona da Mata dos Estados de Pernambuco e Alagoas;

IV Triângulo Mineiro, Estado de Minas Gerais;

V Parte do Estado de São Paulo;

VI Parte do Estado do Paraná;

VII Parte do Estado do Mato Grosso do Sul; e

VIII Distrito Federal e Entorno.

Art. 2º Determinar às Superintendências Regionais do INCRA situadas nas áreas relacionadas acima a instituição de Gerências Especiais com as seguintes finalidades:

²⁵ Odelmo Leão Carneiro Sobrinho é produtor rural e político. Foi presidente do Sindicato Rural de Uberlândia e da Federação da Agricultura de Minas Gerais. Foi vice-presidente da Federação da Agricultura de Minas Gerais, atuando também na presidência. Eleito deputado ocupou a Presidência da Comissão de Agricultura e Política Rural. Nesta mesma época, foi relator do Projeto que regulamentou a Reforma Agrária. Deputado Federal quatro vezes consecutivas (1991 - 2004) e Prefeito do Município de Uberlândia (2005 - 2012) atualmente eleito novamente para Deputado Federal (2015 - 2018).

I _ Elaborar diagnóstico dos problemas que caracterizam as populações rurais das regiões acima relacionadas;

II Formular e implementar Planos de Ação voltados para a superação dos problemas diagnosticados e a promoção do desenvolvimento rural sustentável [...].

Art. 3º As Superintendências Regionais do INCRA deverão convidar, pelo menos, os seguintes órgãos, entidades e instituições para integrar as mencionadas Gerências Especiais, na condição de colaboradores:

I Secretaria Executiva estadual do PRONAF;

II Unidade Técnica estadual do Banco da Terra/Cédula da Terra;

III Órgão Fundiário do governo estadual;

IV Outros órgãos estaduais envolvidos com o desenvolvimento agrário;

V Instituições Oficiais de Créditos que atuam na região respectiva;

VI Federação Estadual de Trabalhadores Rurais na Agricultura;

VII Movimentos Sociais atuantes na promoção do desenvolvimento agrário;

VIII Associações de municípios existentes [...]. (PORTARIA 110 MDA, 2000).

Inicialmente, o governo federal já apontava, claramente, que a nova política não seria direcionada para as regiões pobres rurais, como havia ocorrido, conforme os discursos, com a implantação do PCT, e sim para territórios onde se concentravam conflitos envolvendo a posse da terra. No Mapa 1 (página 64), é possível identificar as áreas acima arroladas pela Portaria 110. da Superintendência Regional do INCRA, em que se deveria instituir uma Gerência Especial para o tratamento dos conflitos agrários, a partir da elaboração de diagnósticos sobre os problemas em cada região, bem como, para a formulação de instrumentos necessários para resolvê-los.

A principal entidade que seria envolvida nesse processo era a Unidade Técnica Estadual do Banco da Terra, que, logo em seguida, seria implantada em todas as regiões descritas. Também se fez menção à presença das federações de camponeses, sendo que sua importância se dava como uma das entidades envolvidas no processo de organização dos camponeses.

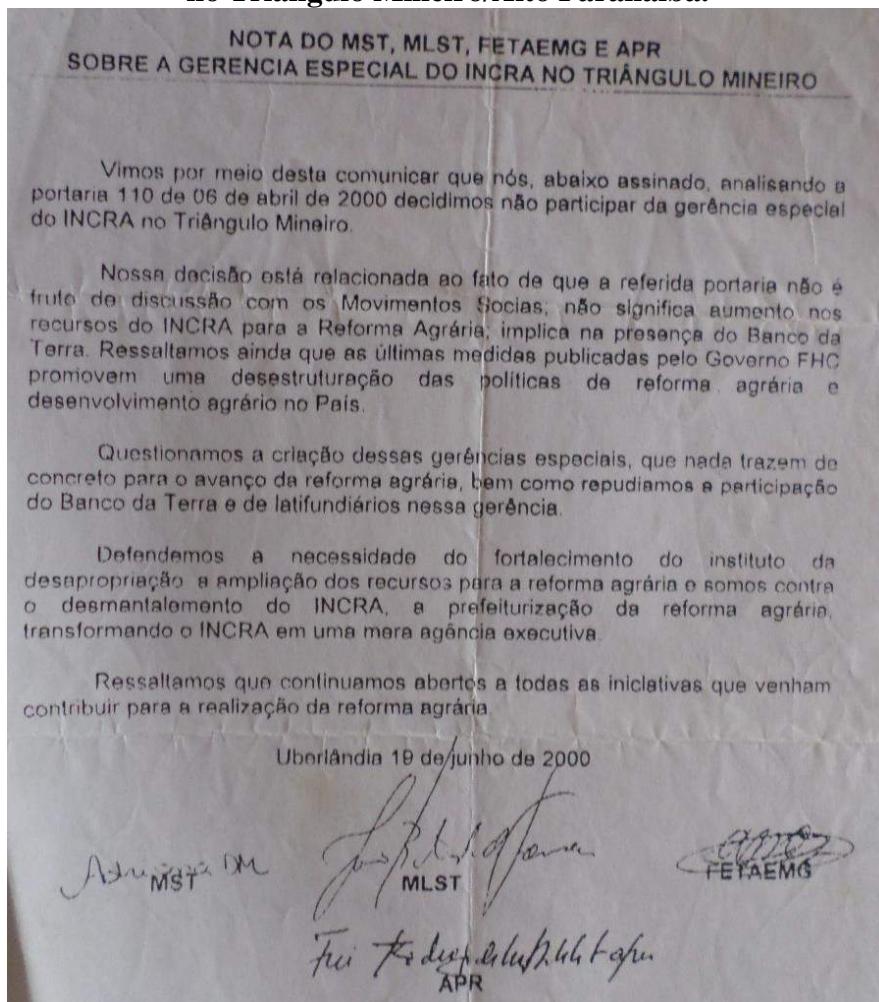
Os movimentos socioterritoriais rurais também foram convidados para compor a Gerência Especial do INCRA em cada região. As organizações camponesas, conforme o governo federal afirmava, eram as principais responsáveis pelo surgimento dos conflitos agrários, haja vista a sistemática desconstrução desses sujeitos nos discursos oficiais.

Em meio a esse contexto, os movimentos sociais rurais e entidades ligadas à luta pela terra manifestaram o descontentamento em relação à implantação da Gerência Especial na região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. A conjuntura da luta pela terra, embora tenha sido afetada, naquele momento, pelas novas articulações desencadeadas com essa novidade do instrumento de acesso à terra, não impediu que eles se manifestassem contrários à efetivação do projeto. Em seguida, expomos a nota emitida

pelos principais movimentos de luta pela terra no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, sobre a recusa em participar da Gerência Especial do INCRA.

Os principais movimentos que atuavam na mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, Movimento de Libertação dos Sem Terra - MLST, Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais - FETAEMG, juntamente com a Animação Pastoral do Meio Rural - APR²⁶, posicionaram-se em defesa da realização de uma reforma agrária que pudesse atender às demandas da sociedade e não apenas dos grupos políticos historicamente dominantes. Na sequência apresentamos na figura 1 a nota dos movimentos socioterritoriais em que rejeitam a criação da Gerencia especial do Incra.

Figura 1 – Nota dos Movimentos contra a criação da Gerência Especial do Incra no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba.



Fonte: Acervo pessoal (entrevistado nº 21).

²⁶ Animação Pastoral Rural – APR, entidade criada pela dissidência dentro da CPT estadual e a regional Triângulo Mineiro. A CPT estadual proibiu a realização de ocupações de terra na região, defendendo que sua postura era organizar os camponeses, e que a CPT regional estava indo além do que era sua responsabilidade, quanto sua postura mais combativa e clara sobre os encaminhamentos da luta pela terra na região.

No documento enviado ao ministro do MDA, as representações sociais e sindicais se mostram, abertamente, contrários à implantação do BT e criticam a postura do governo federal, pois, enquanto deveria promover o fortalecimento das discussões concernentes à questão agrária, apenas impõem propostas que não alteram os problemas enfrentados pelos camponeses.

A recusa em participar da Gerência Especial do INCRA na região foi fruto das discussões entre os movimentos e entidades, compreendendo o verdadeiro sentido dessa proposta. A submissão desses grupos nessa gerência garantiria o controle sobre os principais responsáveis pela realização de ações pela reforma agrária nessa região e no país.

A desestruturação do INCRA e da reforma agrária foi também outra questão importante discutida pelos movimentos e sindicatos. Ao retirar dessa instituição a responsabilidade de conduzir e executar a política agrária, estava-se, em outras palavras, enfraquecendo-a, pois a relevância que ela assumiu no espaço agrário se deve à histórica luta desencadeada pelos camponeses há vários anos.

O repúdio explícito quanto à participação de ruralistas na Gerência Especial foi, ao mesmo tempo, a sinalização da incoerência presente no BT. A leitura precisa realizada pelos movimentos camponeses e a não aceitação dos latifundiários nesse instrumento fizeram com que se levantasse o questionamento sobre até que ponto isso representava um avanço real na reforma agrária. Pelo que tudo indica, esse não era o desejo dos proprietários de terra.

A defesa da desapropriação de terra com principal instrumento de reforma agrária foi reforçada, pois somente dessa maneira seria possível a diminuição da concentração da propriedade fundiária, geradora das desigualdades do campo. Nesse ponto, reside a alegação da existência do INCRA, já que a demanda de desapropriações e o acompanhamento dos assentamentos fortalece o sentido desse instituto.

Aponta-se, ainda, para a falha da municipalização da demanda agrária, pois isso permitiria a maior influência dessa política pública pelos agentes políticos envolvidos. O posicionamento adverso ao domínio local do BT significava um retrocesso na luta pela terra e o aumento dos conflitos locais.

A AMVAP foi a entidade responsável pelo BT na região, e o que se acompanhou foi o processo de descentralização das responsabilidades da União em tratar da demanda

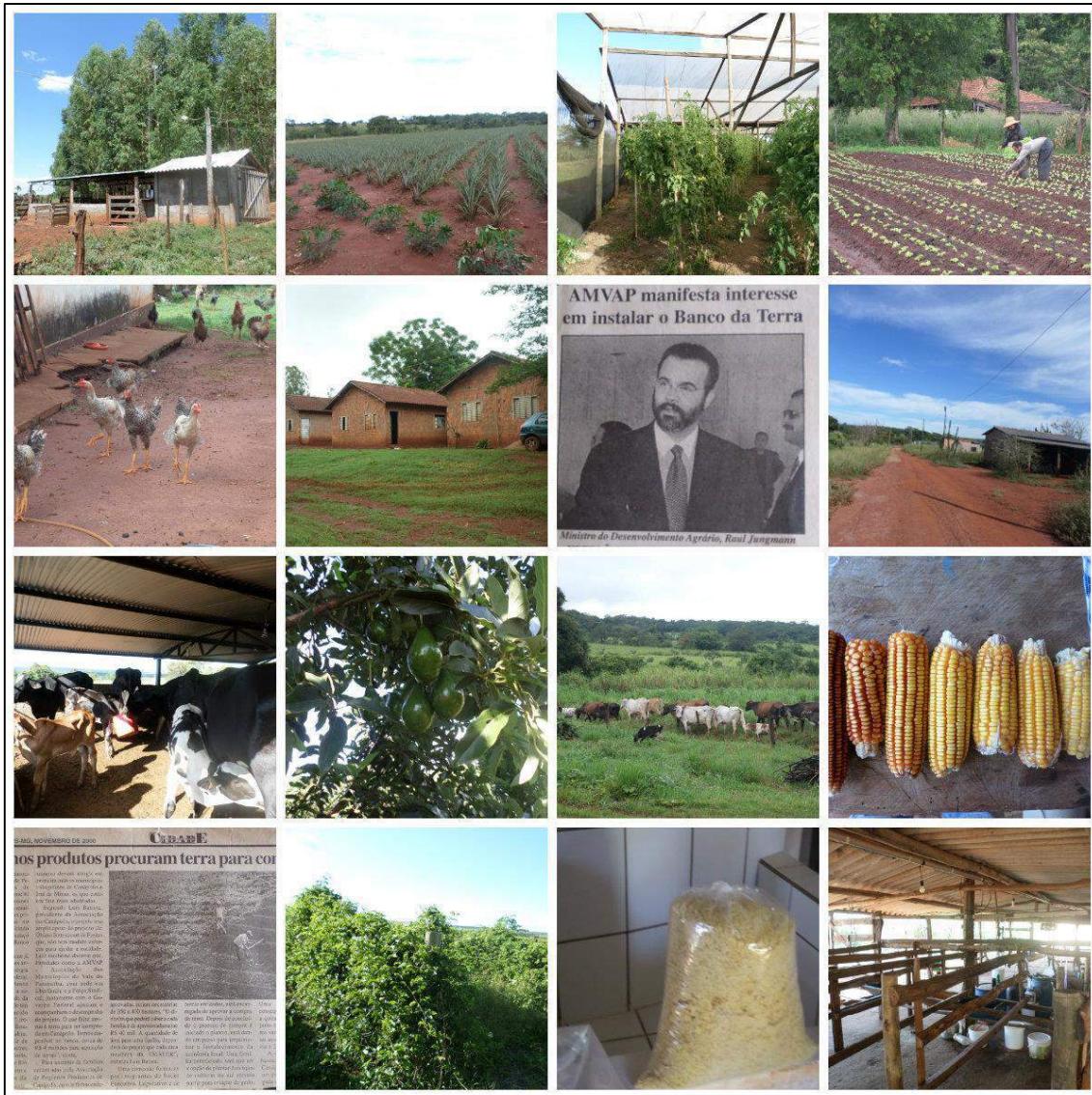
da questão agrária, sendo repassada para os municípios. Conforme documento do MDA de 2000,

A descentralização na execução do programa se dará por meio de assinaturas de parcerias entre Estados e associações de Municípios participantes. Caberá ao Estado a elaboração e a aprovação do Plano Estadual de Implementação do Programa, em que serão definidos os objetivos, as diretrizes, as metas, as regiões prioritárias, o público e a estratégia de ação. Esse plano e a estratégia de ordenamento territorial implementada pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) nos Estados deverão estar articulados. É também na esfera estadual que serão avaliadas e aprovadas as propostas de financiamento dos beneficiários potenciais. (MDA, 2000, p. 4).

Esse processo de descentralizar as ações do projeto BT nos estados e municípios requer, obrigatoriamente, o envolvimento de outras instituições e organismos, o que se revelou como um dos principais desafios, já que, a princípio, a retirada do governo do estado em desenvolver o programa, teoricamente, comprometeria as articulações subsequentes. Esse modelo de gestão descentralizada requer, por parte dos grupos sociais envolvidos, um intenso trabalho de articulações, já que o padrão do BT exige uma frequência constante de encontros e reuniões para o andamento do projeto.

Em síntese, as ações do BM, no Brasil, tiveram diversos desdobramentos, os programas traziam como proposta políticas complementar ao principal caminho de acesso à terra pelos camponeses, a desapropriação. De fato, o que se acompanhou foi o inverso, em que as políticas RAM não acompanharam a RA, apenas contribuíram para desqualificar a luta pela terra e colocar em condições desfavoráveis centenas de camponeses por conta da dívida do financiamento.

CAPÍTULO 3



3 O PROJETO BANCO DA TERRA NO TRIÂNGULO MINEIRO/ALTO PARANAÍBA

Desenvolvemos, no capítulo três, o histórico dos arranjos para a implantação do projeto BT na mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba como uma construção do território imaterial. Para que este pudesse ser efetivado na região, contou-se com a contribuição de políticos com projeção regional e local, deputados federal e estadual, prefeitos e vereadores. A configuração desse panorama se concretizou em razão do processo de descentralização dessa nova política de acesso à terra.

A proposta de descentralização não cumpriu o papel de facilitar e democratizar o acesso à terra aos camponeses beneficiários dessa política, ao contrário, contribuiu para que a elite agrária local e regional se apropriasse e exercesse domínio sobre o direcionamento dos investimentos. Uma possível demonstração disto, tem relação com o número de empreendimentos naqueles municípios em que os presidentes da AMVAP eram também os prefeitos no período analisado.

Para que as articulações pudessem ser estabelecidas e os camponeses aderissem ao projeto, o Estado utilizou como estratégia o uso da propaganda para persuadir e convencer o público. Este instrumento convergiu para dois objetivos, o primeiro refere-se ao propósito de desconstruir a RA, e o segundo recai sobre o envolvimento de centenas de camponeses que, pelo anúncio, se convenceram de que a oportunidade de ter uma parcela de terra havia finalmente chegado.

Neste contexto, é possível indicarmos a propaganda como elemento real da existência do território imaterial, uma vez que é uma estratégia que se utiliza da subjetividade almejando a disseminação de determinada proposta ou projeto para toda a sociedade. Como apresentado em nossas discussões metodológicas, os conteúdos dos textos jornalísticos de que nos valemos, deixa explícito a intenção da concretização no campo material dos projetos da RAM, partindo do poder exercido no âmbito imaterial.

Com o intuito de criar um ambiente em que as diferentes escalas do poder político estavam avançando, conjuntamente nesse novo instrumento, elas se valiam de discursos falsos, tais como o apoio do então governador do estado de Minas Gerais Itamar Franco-PMDB, que se posicionou contrário à proposta, bem como explorando a imagem do então ministro Raul Jungmann, e apresentado o suposto sucesso do BT em outra unidade da federação.

Analisamos os documentos emitidos pela AMVAP, tais como circulares e ofícios, no intuito de compreender o papel dessa instituição na construção desses territórios. É notório que a forte influência exercida pela associação de municípios se efetivou, colaborando, assim, para que o projeto BT pudesse ser implantado amplamente na região.

Procurou-se explorar elementos que identificassem a existência do território do capital por meio de elementos imateriais, utilizando, como ferramenta, a leitura das imagens por nós registradas. Em cada empreendimento do BT, há, na entrada, uma placa indicando que ali existe uma propriedade que foi financiada pelo BT, apresentando o valor, o tamanho, número de famílias beneficiárias e as instituições parceiras no projeto.

De início, afirmamos que reside nesses elementos um discurso territorial, que visa promover uma diferenciação das outras políticas de acesso à terra, uma vez que os próprios camponeses não se reconhecem, anteriormente à entrada no programa, como sem-terra.

Apresentamos os sete empreendimentos do BT nos quais realizamos trabalho de campo, com o objetivo de nos aproximarmos da realidade em que se encontram as associações no momento recente. Procurou-se explorar questões sobre a produção, as condições de moradia, um breve histórico sobre a formação da associação em cada município em que realizamos trabalhos de campo.

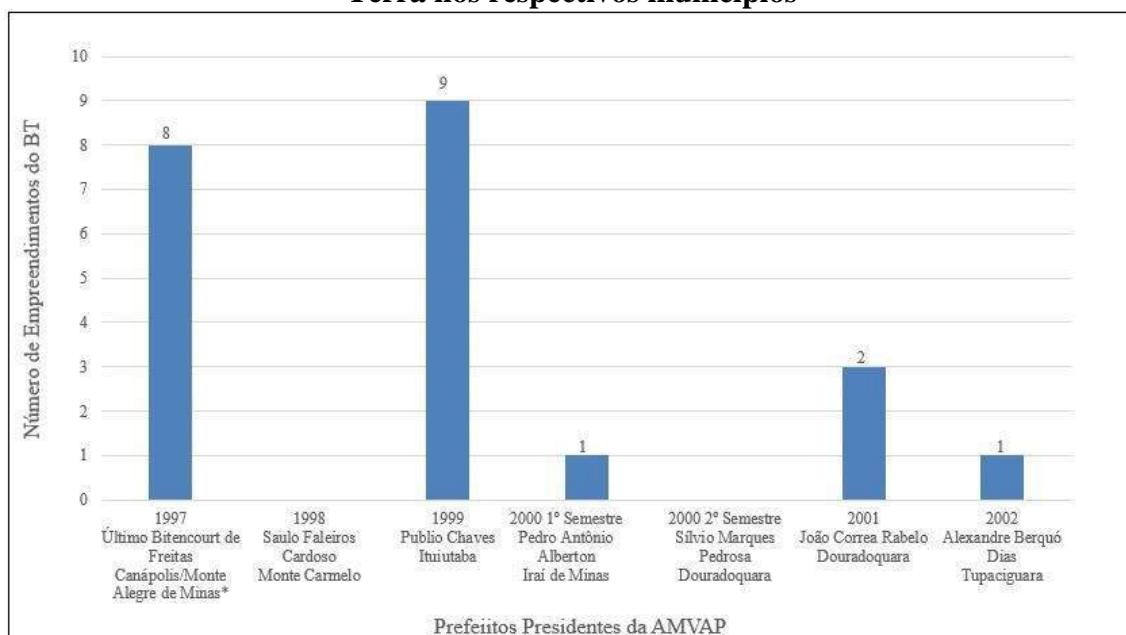
Dentre os principais questionamentos sobre a validade do projeto, o que mais foi exposto pelos entrevistados foram dois elementos fundamentais que limita o desenvolvimento do projeto. Um diz respeito à demora na liberação do crédito para os investimentos em infraestrutura produtiva, o que inviabilizou o progresso dos empreendimentos, e o outro foi o insuficiente ou inexistente serviço de assistência técnica prestado. Portanto, apresentaremos o contexto em que foi inserido o BT na região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e seus desdobramentos até 2014.

3.1 Os arranjos para implantação do Banco da Terra no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba

É importante retomarmos, nesse momento que os arranjos para a implantação do projeto BT se deram, especialmente, pelas ações locais de segmentos ligados ao patronato rural. Ao observarmos os empreendimentos que foram territorializados na região, sobressaem aqueles municípios em que os respectivos prefeitos ocuparam o cargo de presidência da AMVAP. Lembremos que essa entidade era a responsável pelo projeto na região.

É imprescindível notarmos que no município de Monte Alegre de Minas, não havia, naquele momento, registro de ocupações de terras, nem conflitos envolvendo a posse de terra. Isso nos induz a interpretar que a investida da elite agrária local agiu no sentido de antecipar a eventualidade de qualquer ação dos camponeses organizados, em movimentos de luta pela terra. Podemos observar, na sequência no gráfico 3, o quanto que o processo de descentralização promovido pelo BT influenciou na arrecadação de recursos para sua implantação, nos municípios em que os prefeitos foram, naquela ocasião, presidentes da AMVAP.

Gráfico 3: Prefeitos presidentes da AMVAP e a implantação do Projeto Banco da Terra nos respectivos municípios



Fonte: AMVAP/DATALUTA-RAM, 2014.

*Prefeito de Canápolis mandato 2001-2004 e prefeito de Monte Alegre de Minas 2005-2008

Org.: FREITAS, R. L. de. 2014.

Os dados apresentados no gráfico 3 demonstram o quanto os prefeitos tiveram influência na adesão do projeto e o domínio exercido para implantação do BT. O processo de descentralização contribuiu, significativamente, para que os gestores municipais tivessem controle integral sobre o desenrolar do projeto, já que, ao ocuparem a presidência da AMVAP, entidade responsável pelo BT, garantiriam uma certa segurança quanto à implantação do projeto, uma vez que conheciam os trâmites, o que ajudou na captação de recursos para seus respectivos municípios.

Fizemos esse recorte temporal de 1997 – 2002 por considerarmos o momento em que as políticas de créditos fundiários começaram a ser instaladas no país, como também no estado de Minas Gerais. Os dados que nos mais chamam, atenção são em relação ao

prefeito Último Bitencourt de Freitas²⁷, figura influente na política nos municípios de Canápolis e Monte Alegre de Minas. Este ganhou as eleições para presidente da AMVAP nas gestões de 1997, 2005 e 2009, quando pode exercer sua função atraindo os investimentos do BT para os municípios onde governou.

A trajetória política de Último Bitencourt de Freitas, no interior da AMVAP, conferiu uma influência considerável, pois dos 25 empreendimentos em que foi implantada, 8 foram instalados graças aos seus esforços, sendo 1 em Canápolis e 7 em Monte Alegre de Minas.

Embora tenham estabelecido 1 empreendimento do BT em Canápolis, a luta dos camponeses organizados em movimentos socioterritoriais se inicia nesse município com a primeira ocupação de terra no ano de 2004, ou seja, momento posterior à existência e fim do projeto BT, no âmbito institucional. Embora a luta pela terra não fosse presente no campo desse município, a articulação do prefeito se concretizou. Em seguida apresentamos, na figura 2, a reportagem sobre as articulações do BT na região.

Figura 2 – Articulação local para implantação do Banco da Terra



Fonte: Acervo pessoal Entrevistado n. 15, 1999. Jornal do Pontal.

²⁷ Nascido em Monte Alegre de Minas, Último Bitencourt de Freitas exerceu a profissão de Médico na cidade de Canápolis por mais de 25 anos, na Santa Casa de Canápolis; foi eleito prefeito de Canápolis, para o mandato de 1989 a 1992; eleito novamente prefeito de Canápolis para o mandato de 1997 a 2000; reeleito prefeito de Canápolis nas eleições municipais de outubro de 2000, para o mandato de 2001 a 2004. Candidatou-se a prefeito de Monte Alegre de Minas/MG, sendo eleito nas eleições municipais em 2004 pelo Partido Progressista (PP), para o mandato de 2005 a 2008. (Jornal do Pontal, 2012, s/p.). Foi reeleito prefeito de Monte Alegre de Minas para o mandato 2009 a 2012.

Um aspecto considerável que ajudou a consolidar a política de crédito fundiário na região foram as ações do deputado federal Romel Anízio Jorge²⁸ (Romão), do Partido Progressista - PP. Observem que a relação com as quais foram se estabelecendo com os deputados federais (Romão e Odelmo Leão, principalmente), para introduzir o projeto, se deu por conta da representatividade dessas figuras públicas no cenário regional, estimulando sobretudo a adesão do BT nas pequenas cidades.

Utilizando de elementos subjetivos e discursivos para o embate no campo do território imaterial, de maneira deliberada, foi apresentado, pela reportagem, a suposta exigência do estado de Minas Gerais para, então, assinar o convênio. É indispensável esclarecermos que o governador de Minas Gerais, Itamar Franco, não fez nenhuma reivindicação referente aos valores dos juros cobrados, ele simplesmente decidiu não assinar o convênio por considerar inviável tal proposta. Mais uma vez, o hipotético interesse do governo do estado é apresentado do mesmo modo, como uma forma de chamar a atenção pública para as articulações que estavam em curso, sendo que, na realidade, essa ação não existiu.

Percebemos nesse ponto a origem das disputas e embates presentes no território imaterial, que giravam em torno da concretização do projeto na região. As informações contidas na reportagem, são ideias e pensamentos que induzem determinado comportamento sobre as articulações presentes no campo político para a implantação do projeto. Fernandes (2009), afirma que

Determinar uma interpretação ou outra, ou várias, convencer, persuadir, induzir, dirigir faz parte da intencionalidade [...]. Estou me referindo ao mundo das idéias em que forma, limite, referência, convencimento, conteúdo, área, domínio, extensão, dimensão, entre outras diversas, são noções necessárias para compreendermos que o pensamento também é produtor de relações de poder. A produção material não se realiza por si, mas na relação direta com a produção imaterial. Igualmente, a produção imaterial só tem sentido na realização e compreensão da produção imaterial. Essas produções são construídas nas formações socioespaciais e socioterritoriais. Os territórios materiais são produzidos por territórios imateriais. (FERNANDES, 2009, p. 210 – 211).

²⁸ Romel Anízio Jorge, conhecido por Romão, nasceu em Ituiutaba. Em 1971, começou a carreira como vereador, cargo para o qual foi reeleito, sendo o mais jovem presidente da Câmara de Vereadores da história de Ituiutaba. Em 1982, ganha a eleição para prefeito e encerrou o mandato em 31 de dezembro de 1988. Em 1990, Romão é eleito deputado federal pela primeira vez. Romão assumiu mais três mandatos como deputado federal pelo Partido Progressista - PP. Atuou em mais de 20 municípios da região do Triângulo, e recebeu título de Cidadão Honorário em quase todos eles. Jornal do Pontal (2011).

O ambiente de confronto na construção do território imaterial se torna explícito. O conteúdo jornalístico tem o poder de persuasão, elemento da subjetividade, e da própria imaterialidade do território. Tendo esse discurso da viabilidade do BT, naquele momento, como o único divulgado pela mídia, já que os posicionamentos dos movimentos de luta pela terra não tiveram espaços de diálogos no âmbito público, para se apresentarem, fez com que essa ideia dos benefícios do BT se legitimasse, materializando esses empreendimentos no território.

As alianças políticas de Canápolis se fortaleceram mediante o apoio do deputado federal Romão. Isso garantiu maior segurança para que a elite agrária local e regional pudesse atuar de modo mais preciso e permanente. Ainda acrescentamos que, ao utilizarem o termo reforma agrária democrática, subtende-se que a reforma agrária via Estado seria ditatorial, coercitiva e violenta, uma maneira sutil de desconstruir a luta pela terra e os movimentos socioterritoriais camponeses. Os discursos são os produtores das relações de domínio.

Mais um ponto importante na reportagem refere-se ao valor máximo que poderia ser financiado até R\$ 40.000,00 por família. Isso também seria um atrativo para envolver o camponês nessa nova lógica de acesso à terra. O fato de, em sua maioria, não terem moradia, trabalharem como arrendatários ou parceiros, toda essa insegurança e a facilidade de acesso ao crédito de maneira rápida e certa, foi o que colaborou para que centenas de camponeses ingressassem no projeto BT.

Em Monte Alegre de Minas, também não existiam ocupações de terras, e nem havia ações dos movimentos socioterritoriais rurais, mas um mercado de terras que poderia ser explorado devido a essa nova oportunidade. O fato do BT ter adquirido sete propriedades com tais recursos nos revela o poder político local. Não existiam conflitos, especificamente, no município, mas o interesse em fomentar o mercado de terras.

Há denúncias de que o secretário da agricultura, juntamente com os corretores imobiliários promoveu o aquecimento do mercado de terras. Foram adquiridas propriedades com o valor superior ao preço médio de mercado e inviável para o desenvolvimento de atividades agrícolas.

O município de Ituiutaba também merece ser destacado, pois foi primeiro com o maior número de empreendimentos do BT na região, nove. Encontra-se, também, a influência de seu Prefeito Publio Chaves, pois, segundo o gráfico 3, era este prefeito que presidia a AMVAP durante sua implantação na região. Podemos considerar que foi em sua gestão na associação de municípios que se iniciou o debate sobre o BT na região.

A principal instituição que articulou o BT em Ituiutaba foi a EMATER. No início, era apenas uma associação, no entanto as articulações do projeto forçaram para que mais camponeses pudessem ser inseridos no projeto.

É interessante esclarecermos que todos os municípios que compunham a AMVAP foram convidados a participar da reunião em que se iniciaria o processo de implantação do BT na região. Outra entidade responsável foi a Associação dos Municípios da Microrregião do Vale do Rio Grande – AMVALE²⁹. Como a demanda era grande, foi necessária a compra de várias propriedades, e quem acompanhava os trâmites de compra e venda era a EMATER.

Os camponeses dos municípios de Iraí de Minas, Douradoquara e Tupaciguara também conseguiram adquirir propriedades por meio do BT, sendo que seus prefeitos ocuparam a presidência da AMVAP. Também, há diversos empreendimentos intermediados pela Associação dos Municípios do Baixo Vale do Rio Grande – AMVARIG³⁰, Associação dos Municípios do Alto Paranaíba – AMAPAR³¹ e a Associação dos Municípios da Microrregião do Planalto de Araxá – AMPLA³².

Em Minas Gerais, o BT se deu pela municipalização do programa pelo qual o Conselho Curador do Fundo de Terras estabeleceu parcerias com os consórcios de municípios. Odelmo Leão Carneiro articulou ações junto à União, estabelecendo que as Associações de Municípios ficariam responsáveis pela Agencia do BT no estado de Minas Gerais.

Teve uma convocação realizada pela AMVAP, por meio de seu presidente Sílvio Marques Pedrosa, gestão 2000, naquele momento, prefeito de Douradoquara, representou o início da discussão sobre a implantação do BT na região. É necessário elucidarmos que esse comunicado enviado ao prefeito de Canápolis, Último Bitencourt Freitas, foi o mesmo enviado aos 23 municípios que compunham a AMVAP. Este documento, Circular de Nº 061/2000, encontra-se no anexo 1.

A informação orientada para um tema de relevância local contou com o argumento de envolver todos os setores ligados à agricultura do município. O fato de deixar explícita

²⁹ Composta pelos municípios de Água Comprida, Campo Florido, Comendador Gomes, Conceição das Alagoas, Conquista, Delta, Nova Ponte, Pirajuba, Planura, Sacramento, Santa Juliana, Uberaba, Veríssimo.

³⁰ Formado pelos municípios União Minas, Carneirinho, São Francisco de Sales, Frutal, Limeira do Oeste, Fronteira, e Itapagipe.

³¹ Integram essa associação os municípios de Carmo do Paranaíba, Patrocínio, Guimarânia, Patos de Minas, Presidente Olegário, Santa Rosa da Serra, Cruzeiro da Fortaleza e Varjão de Minas.

³² Araxá, Campos Altos, Ibiá, Medeiros, Pedrinópolis, Perdizes, Pratinha, Tapiraí e Tapiraí.

a necessidade de participação do prefeito e de seu Secretário de Agricultura nos revela, desde já, a intencionalidade das ações em curso. Lembremos que, historicamente, a ocupação do cargo nessa secretaria sempre foi dada aos agentes políticos ligados ao Sindicato Rural.

A participação do STRs era uma exigência do projeto, já que isso garantiria o envolvimento dos camponeses nesse novo instrumento de contrarreforma agrária. A participação do sindicato patronal já estaria assegurada pela presença do Secretário de Agricultura.

Outro elemento do vestígio do território imaterial é que essa convocação nos apresenta a relação de controle que os prefeitos e seus secretários mantinham sobre a participação desses encontros na AMVAP. Ao final, havia uma solicitação de que esse convite pudesse ser estendido a outras entidades. Isso, de certo modo, possibilita que o envolvimento de outras entidades se torne uma ação extremamente parcial, pois, em sua maioria, os prefeitos indicavam aquelas que lhes interessasse.

Outro aspecto que destacamos é a invisibilidade e a exclusão dada aos movimentos socioterritoriais rurais, sendo apenas aos sindicatos de trabalhadores permitida a participação como representante dos camponeses. O caráter local desse projeto era, entre outros, um dos principais instrumentos de controle territorial imposto pela elite agraria.

3.2 O discurso da elite e o protagonismo da Associação dos Municípios da Microrregião do Vale do Paranaíba – AMVAP no Projeto Banco da Terra

Para compreendermos o discurso presente nesse novo reordenamento territorial, e a concorrência inerente a formação do território imaterial, é necessário, previamente, entendermos os objetivos pelos quais se deram esses rearranjos. O discurso, quando bem elaborado, contribui para o entendimento do que está acontecendo na comunidade local e para a legitimação da ação em curso, em outras palavras, o território imaterial precede a criação do território material.

É importante considerarmos que os textos jornalísticos, ao mesmo tempo em que tratam os acontecimentos de maneira mais precisa e profunda, traz-nos uma maior riqueza de detalhes desse discurso, além de colaborar para acesso a informação. “A reportagem amplia a cobertura de um fato, assunto ou personalidade, revestindo-os de intensidade” (SODRÉ; FERRARI, 1986, p. 75). Isso concorre para que um maior número de pessoas

tenha acesso a essa notícia, criando, assim, o aumento de sujeitos informados sobre o acontecimento noticiado.

Nesse aspecto, apresentamos duas matérias veiculadas pelo jornal impresso, de grande circulação na região do Pontal do Triângulo Mineiro com o intuito de promover o avanço na comunicação sobre o BT, primeiramente por meio da imaterialidade do discurso. Os dados contidos nos fragmentos, na sequência, fazem com que se crie, a partir da realidade e de acontecimentos, um novo entendimento sobre a possibilidade de se ter acesso à terra. Ao mesmo tempo em que esse encontro foi divulgado nas prefeituras por meio de comunicados internos, emitidos pela AMVAP, a mídia também noticiou a realização de tal evento. Em seguida, exibimos na figura 3, as reportagens de jornais sobre a chegada do BT.

Figura 3 – O interesse da AMVAP sobre a implantação do Banco da Terra na mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba.



Fonte: Acervo pessoal Entrevistado n. 15, 1999. Jornal do Pontal.

Notem que a AMVAP, ao organizar este encontro para a instalação do BT, estendeu o convite a diversas entidades ligadas à agricultura patronal. Outro elemento importante que a reportagem nos apresenta é a postura assumida pelos prefeitos, naquele momento, em implantar o BT em seus municípios. A adesão desses agentes políticos foi fundamental para que tal projeto pudesse ser inserido nessa região.

O envolvimento da EMATER como responsável técnica e pela elaboração do projeto produtivo se fez presente naquele momento. Coube, ainda, a essa empresa a função de realizar as vistorias das propriedades e a emissão do laudo de viabilidade econômica e o contínuo acompanhamento, prestando serviços de assistência técnica nos projetos.

O instrumento da propaganda, como apresentado anteriormente, foi uma estratégia de uso recorrente nesse período. O fato de anuciarem o sucesso do BT no estado do RS, chega a ser um pouco fantasioso, pois, no mesmo momento que se inicia o projeto BT em Minas Gerais também será o momento em que, naquele estado, principiava o programa. Não existem dados que comprovem a validade do BT naquele estado, pois ele ainda não existia, encontrava-se em situação semelhante à dos camponeses no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba de Minas Gerais.

Nessa região, o discurso de que, em outros lugares do Brasil, o BT havia tido êxito foi amplamente divulgado pela mídia como forma de convencimento, bem como de afirmação quanto à legitimidade e viabilidade do projeto. Inúmeros camponeses depositavam suas esperanças de que a implantação do projeto daria certo nessa região, tanto quanto exposto nos discursos dos políticos, proprietários de terras, e reforçado pela mídia.

A presença do governador de Minas Gerais, Itamar Franco, e de seu secretário de agricultura, Raul Belém, também foi noticiada, embora eles não comparecessem naquele evento. Os bastidores sobre a recusa do governador em aceitar tal política eram desconhecidos pela ampla maioria das pessoas envolvidas e interessadas em participar do projeto. Mas o fato de noticiar a suposta presença de Itamar Franco motivou, ainda mais, a participação dos camponeses, uma vez que a notícia que circulava era de uma parceria entre o governo Federal, estadual e prefeituras, quando, na realidade, a verdade era outra. Atentemos para a questão do poder na constituição do território imaterial. Para Felício (2010),

[...] no território imaterial desenvolve a luta pela disputa de espaço político criando suas próprias representações e significados. [...] os territórios imateriais se movimentam através da luta pelo poder de dizer criando suas próprias representações e significados das coisas num confronto discursivo característico das sociedades capitalista através da luta de classes pelo controle e domínio do território. (FELÍCIO, 2010, p. 20).

O que se observa nessa aproximação do discurso apresentado pelas reportagens é a dominação exercida pelos grupos defensores do projeto BT, por meio do discurso apresentado no jornal. Nessa trama de relações que se estabeleceram sobre o BT na

região, ao apresentar o debate no campo especialmente das ideias, uma vez que a intenção era de sobrepor o domínio dos grupos dominantes, primeiramente, pelo discurso e, posteriormente, pela implantação do projeto.

Ao elaborarmos uma leitura geográfica a partir da construção do território imaterial pautando-nos no princípio de que existe uma intencionalidade, os grupos que estão representados por políticos, ruralistas, principalmente, buscam competir, como os demais grupos (movimentos socioterritoriais) que propõem modelos de desenvolvimento para o campo diferentes, procuram garantir a soberania sobre seus opositores, utilizando a mídia como alimentadora do debate e, ao mesmo tempo fortalecendo o discurso do grupo dominante.

Desse modo, com a hipotética participação do ministro do MDA, Raul Jungmann, nesse encontro na região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, na sede da AMVAP, consideramos que essa foi uma estratégia de convencimento e de se criar uma imagem inovadora sobre o empenho do governo federal na condução da questão do acesso à terra, sendo tratada de maneira mais próxima, ou seja, em nível local. Não ao acaso que a imagem do ministro veiculada na reportagem e o anúncio de liberação de recursos para a compra de terra e construção de obras de infraestrutura básica para o BT podem ser considerados também como elementos de persuasão.

Outro dado que nos chama atenção é o envolvimento explícito das instituições patronais, o que, em outras palavras, significa dizer que era necessária a presença do sindicato de produtores rurais nesses encontros. Isso demonstra o controle que os ruralistas iriam exercer sobre essa política pública concedido a eles pelas vias institucionais.

Mais um componente importante presente na reportagem é o anúncio da expansão do programa em outras unidades da federação, o que significava, no imaginário popular, que o projeto, realmente, funcionou e que, devido ao bom desempenho, seria garantida sua ampliação. Lembremos a situação em que programa do PCT no Norte de Minas Gerais foi concebido e a realidade em que eles se encontravam.

Após pouco mais um mês da convocação e a realização para o primeiro encontro, em que iriam discutir sobre a implantação do BT, foram feitas outras reuniões para o estabelecimento da Unidade Técnica, que ficaria a cargo da AMVAP, e que cada entidade participante deveria indicar um representante para compor essa entidade responsável pelo projeto na região. Esta circular encontra-se na circular de número 072/2000, no anexo 2.

Essa circular foi assinada pelo Secretário Executivo da AMVAP, Carlos Roberto Valim dos Reis. Ele foi uma das pessoas que contribuíram para a formação da associação

de municípios nessa região, tendo colaborado com esta entidade desde 1981. Já se discutia o planejamento das áreas que seriam financiadas pelo projeto BT, sendo a primeira ação desse novo instrumento na região. Instituiu-se, com isso, um trajeto que o programa deveria seguir para aquisição das propriedades, ou seja, inicia-se a organização do mercado de terras.

Essa circular foi enviada um dia após a reunião com a Força Sindical, para um camponês representante da Associação dos Pequenos Produtores de Canápolis, criada, exclusivamente, para acessar o financiamento do BT. O referido camponês fez parte da Unidade Técnica Estadual representada pela AMVAP desde o início. Conforme Ramos Filho (2013),

O arranjo institucional previa que a AMVAP realizaria os procedimentos de gestão dos contratos de financiamento do Banco da Terra. Coube a Força Sindical do estado de São Paulo o dimensionamento dos espaços de subalternidade, no qual os trabalhadores eram reunidos para a realização da qualificação necessária para organização das associações destinadas à compra das terras, além da emissão das certificações de enquadramento dos trabalhadores no perfil do programa. (RAMOS FILHO, 2013, p. 113).

Isso ocorreu devido ao fato de que, considerando a necessidade de ajustamento das instituições envolvidas no projeto não ter se articulado, foi imperioso recorrer à Força Sindical, para a realização dos treinamentos referentes à formação das associações. De acordo com os relatos de alguns camponeses mutuários do BT, naquele momento, as coisas aconteciam de maneira muito rápida, pois o desejo de se ter acesso à terra e a alta demanda de camponeses sem-terra estimulavam uma ação mais ligeira das entidades envolvidas.

Em janeiro de 2001, uma nova circular, referente ao projeto BT, foi emitida pela AMVAP, informando, agora, a aprovação do projeto nos municípios associados a essa instituição, notícia essa presente na circular número 008/2001 no anexo 3.

Como divulgado pela circular, as informações contidas nesse comunicado referem-se às metas estabelecidas para o projeto Banco da Terra na região de abrangência da AMVAP. Foi estipulado o período de vigência para a implantar o projeto iniciando no ano de 2001 e encerrando em 2002. Desse modo, podemos observar que a exposição das metas para a vigência do projeto BT nessa região, deu-se após ter iniciado sua execução efetiva.

O número de famílias que seriam beneficiadas também foi estipulado, levando em conta a alta demanda por terra na região. O fato de apresentarem os dados referentes ao

planejamento que deveria ser cumprido nos revela a necessidade de se executar o projeto, em uma área de inúmeros conflitos, como exposto anteriormente.

Também, definiu-se o tamanho médio das propriedades que deveriam ser adquiridas. Levando em consideração a aquisição de uma propriedade de até 500ha., sendo uma grande propriedade para o contexto dessa região.

São apresentados os valores destinados para a aquisição das propriedades e construção de infraestrutura. Ao refazermos um cálculo sobre o valor disponível para compra das propriedades, minimamente, chegaremos ao seguinte resultado. Com R\$26.000.000,00 disponíveis, teriam que comprar cerca de 260 propriedades, cada imóvel ficaria em média no valor de R\$ 100.000,00, totalizando o valor pago considerando a propriedade média de 200ha. o valor de um hectare R\$500,00. É relevante esclarecermos que o valor pago pelo hectare, nessa região, ficou bem acima do valor estipulado pela AMVAP.

Em relação aos valores referentes à construção de infraestrutura, tendo que construir casas, cercas, fazer reformas nos equipamentos existentes, para o início da produção, enfim, todos os elementos para que o camponês pudesse residir e produzir na propriedade, dos R\$6.500.000,00 destinados para atender cerca de 1300 famílias, conforme a circular, seriam destinados aproximadamente R\$5.000,00 para cada uma. Valor bem inferior, se comparado à demanda de recursos necessários para o início do projeto.

Ao final, tem-se uma estimativa quanto aos ganhos e produtividade de cada estabelecimento, sendo o ponto central desse projeto de financiamento, o pagamento da dívida. Esses valores nunca foram alcançados pelos mutuários do BT nessa região, entendendo isso como uma questão de problemas dos mais variados grupos envolvidos.

Em julho de 2001, foi emitido o ofício de número 392/2001 convocando aqueles que estavam em processo de negociação, para a compra do imóvel, que comparecessem ao Banco do Brasil para assinatura do contrato de financiamento, anexo 4.

Carlos Roberto Valim do Reis, assumindo como o gerente da Agência do Banco da Terra, comunica a aprovação da carta de financiamento e indica os procedimentos para dar continuidade ao processo. Um dado considerado importante característica desse projeto, e amplamente propagandeado, foram a agilidade e a rapidez com que se davam os trâmites burocráticos. É possível afirmar, como base nos documentos emitidos pela AMVAP que, ao observarmos as datas das circulares e do ofício, em um período de seis meses após a apresentação das metas, foi possível formar uma associação, escolher a

propriedade que deveria ser adquirida e a avaliação das propostas de financiamento pelo Banco.

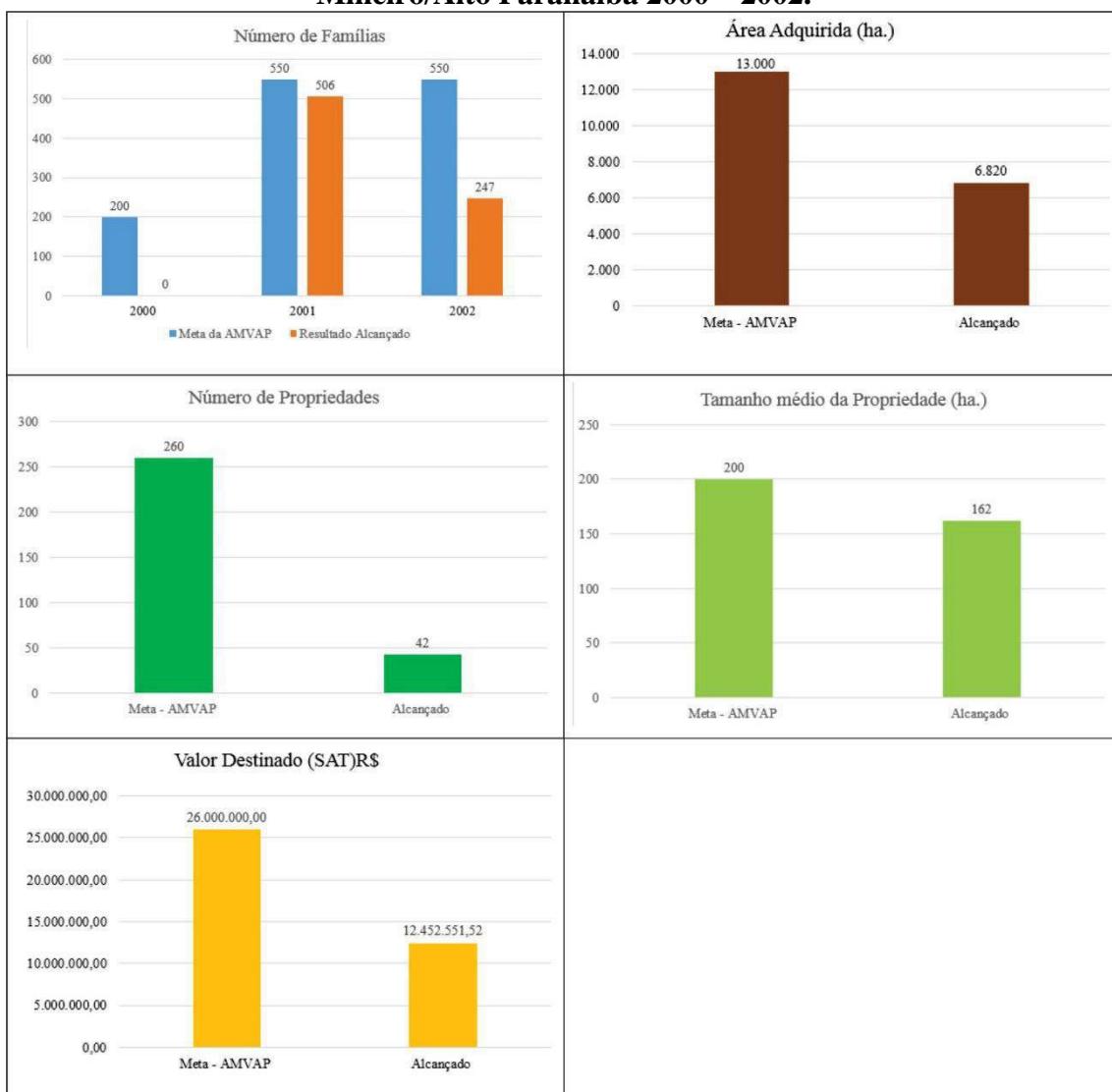
O conjunto de gráficos a seguir demonstra à meta estipulada e o que foi realizado no período de vigência do BT na região em que ficava sobre o domínio da AMVAP.

Os dados divulgados nos indicam que, entre as metas estipuladas pela AMVAP, nenhuma conseguiu ser alcançada. O resultado do número de famílias não foi atingido, conforme o tempo de vigência do BT, sendo que, do total planejado, apenas 57% das famílias camponesas foram atendidas. Como o ano de 2001 foi o início do projeto na região, houve um maior número de famílias beneficiadas, no entanto não alcançando a meta de 550 famílias. Já o ano de 2002, segundo ano de vigência do projeto, começa a diminuir, do que foi planejado, somente 44% foi concretizado.

Um dos dados que nos chamam a atenção são os números referentes à quantidade de propriedades adquiridas pelo projeto em que apenas cerca de 16% da meta foi alcançada, sendo gasto, aproximadamente, cerca de 47% destinados para a compra de terra. Isso significa dizer que foi comprado um número menor de propriedades a um preço superior ao que fora estimado.

Esse dado pode ser comprovado, ao compararmos a área adquirida, de cujo total estimado apenas 52% foi atingido. Dessa maneira, os dados nos indicam que a viabilidade do projeto na região, devido à proposta de descentralização do governo federal, gerou um maior controle dos ruralistas sobre o mercado de terras na região. Por outro lado, houve a falta de um acompanhamento das entidades responsáveis, em determinadas situações apresentadas pelos camponeses, e os técnicos envolvidos não tinham o menor conhecimento sobre a dinâmica do meio rural, no que se refere à produção, comercialização, técnicas agronômicas etc. Esses elementos somaram-se aos péssimos resultados registrados e o que fora proposto não conseguiu ser cumprido.

Gráficos sobre as Metas da AMVAP e os resultados alcançados no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba 2000 – 2002.

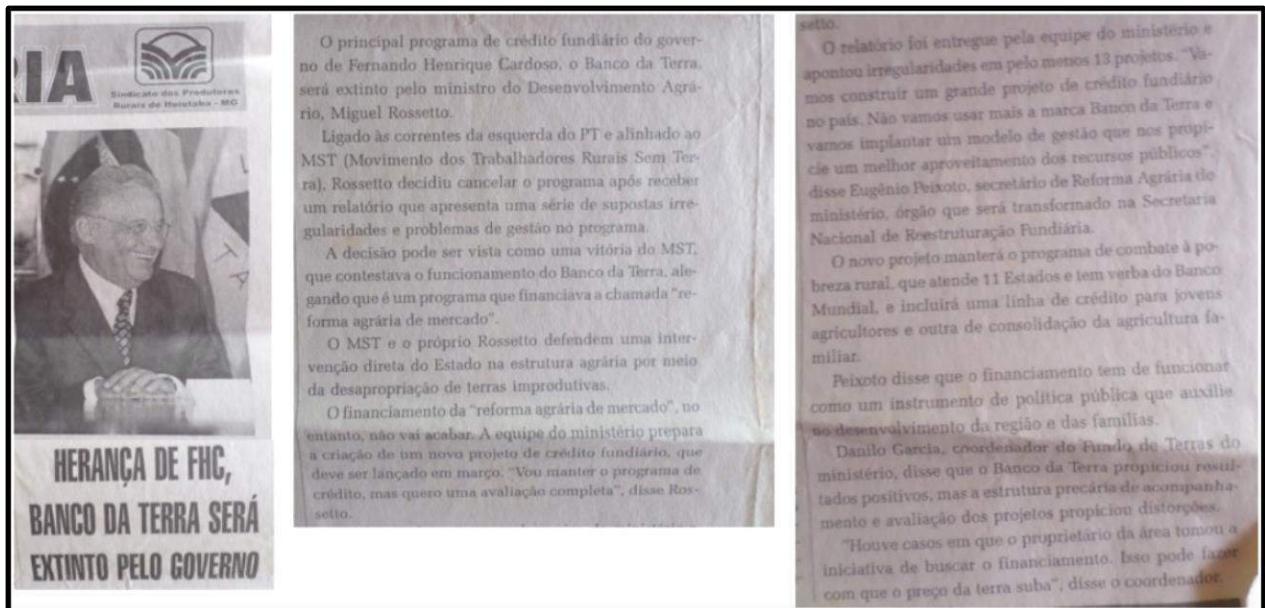


Fonte: AMVAP/DATALUTA-RAM.

Org.: FREITAS, R. L. de. 2014

Após o período de vigência encerrar (2000 - 2002), o BT foi extinto, no âmbito federal, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva do Partido dos Trabalhadores – PT, gerando, dessa maneira, inúmeros problemas para os camponeses mutuários. Isso levou a várias críticas por parte dos movimentos camponeses, intelectuais e estudiosos da questão agrária, referentes ao abandono em que o novo governo adotou no projeto BT. Em seguida, trazemos na figura 4 a reportagem veiculada pelo Jornal do Pontal em Ituiutaba, comunicando a extinção do BT.

Figura 4 – Extinção do Projeto Banco da Terra no Brasil



Fonte: Acervo pessoal Entrevistado n. 15, 2002. Jornal do Pontal.

A extinção do projeto BT não significou a interrupção das políticas de crédito fundiário oferecidas pelo governo federal. Pelo contrário, observa-se uma continuidade das linhas de financiamentos que já existiam, alterando apenas sua nomenclatura e o estabelecimento de novos valores, sendo que uma série de programas foram criados, bem como observa-se a diversificação do público alvo.

Essa reportagem foi colocada na página destinada às questões do campo, no Jornal do Pontal, em Ituiutaba, reservada, exclusivamente, ao Sindicato dos Produtores Rurais. O título já indica a inclinação de que o legado construído por FHC seria desfeito pelo novo governo. A defesa desse programa por parte dos ruralistas foi uma postura constante em todo o processo de desenvolvimento. E sua extinção, realizada pelo presidente Lula, poderia significar a retomada das ocupações de terras e o fortalecimento dos movimentos socioterritoriais rurais.

Herança de um programa em que uma parcela dos sujeitos envolvidos fora a favor, principalmente, os ruralistas e políticos locais e regionais, porque, ao mesmo tempo em que promoveu o aquecimento do mercado de terras, ocasionou a desconstrução da imagem dos movimentos camponeses, gerando, assim, o enfraquecimento desses seguimentos populares do meio rural. Embora o governo FHC tenha deixado o BT como uma marca importante de seu governo como uma política de crédito fundiário, na prática, o principal legado para os camponeses foi criação de uma dívida difícil de ser quitada, o abandono das entidades responsáveis e o descaso do poder público com os mutuários.

Um elemento significativo na reportagem é a relação que se faz do novo ministro do MDA Miguel Rossetto³³, ligado ao MST. Desde o início do PCT, o MST se posicionou contra as políticas de crédito fundiário, por compreender que esses instrumentos não contribuíam de maneira efetiva na realização da reforma agrária. O próprio PT, por meio de seus deputados, estava envolvido em estudos sobre o BT em diversas regiões do país considerando que estes também no governo FHC se posicionaram contrários à política de crédito fundiário. O confronto de ideias emerge, no campo da disputa política e ideológica às propostas RAM, como a imaterialidade do território. Grupos contrários a essas concepções de conceberem políticas públicas para o campo demarcam seu território posicionando-se no interior do debate. Estes também são produtores do território imaterial. Para Saquet (2007),

O movimento é fruto de determinações territoriais, materiais e imateriais, ao mesmo tempo; de contradições sociais; das forças econômicas, políticas e culturais que condicionam os *saltos*. A matéria e a idéia, conjugadas, estão em movimento constante, em que, há superações, articulações territoriais, internas e externas. (SAQUET, 2007, p. 71).

É somente por meio do confronto de posições que é possível construir novas possibilidades no território material, partindo do poder do discurso. Julgamos importante esclarecer que território material e imaterial são indissociáveis, pois a intenção é de que se concretize no real aquilo que os grupos em disputa, almejam.

Diversos relatórios foram elaborados não apenas pelo MST, mas, principalmente, por algumas universidades públicas, revelando as fragilidades do projeto. No entanto, o que a matéria tenta sugerir é que esse movimento levantou supostas denúncias de irregularidades, causando, assim, o fim do programa, quando, na realidade, os resultados apresentados foram um conjunto de instituições compostas de intelectuais, acadêmicos, membros da CPT e do MST entre outros.

Ainda assim, eles procuram insistir em que, ao acabar com o BT, o MST saiu vitorioso, sendo que este era o principal opositor da implantação dessa política. Avaliamos que essa não foi apenas uma vitória do movimento sem-terra, mas uma conquista para toda a sociedade, uma vez que seu objetivo não era o de melhorar as condições de vida dos camponeses, pelo contrário, a condição de subalternidade e de exclusão permanecia inalterada.

³³ Formado em Ciências Políticas, o gaúcho Miguel Rossetto, 53 anos, esteve à frente do MDA entre janeiro de 2003 e março de 2006, período em que o ministério assumiu o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que hoje é uma das políticas de crédito mais importantes do Governo Federal para o crescimento da agricultura. Além disso, participou da criação e coordenação do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel e da elaboração do Selo Combustível Social. (MDA, s./d., s./p.).

Esclarecemos, seguramente, que, ao asseverarem que a reforma agrária de mercado não iria acabar, naquele momento, estava-se dando continuidade às formas de acesso à terra por meio do financiamento. Diversas linhas de crédito foram criadas pelas políticas e programas da Política Nacional de Crédito Fundiário – PNCF, dentre as quais, destacamos: o Crédito Fundiário – CF, que substituiu o Banco da Terra; o Combate à Pobreza Rural – CPR, que visava a oferecer financiamento aos trabalhadores rurais sem-terra, pequenos produtores rurais com acesso precário à terra e proprietários de minifúndios (imóveis cuja área não alcança a dimensão da propriedade familiar); a Consolidação da Agricultura Familiar – CAF, cuja finalidade era a aquisição de imóveis rurais, com as benfeitorias já existentes e investimentos em infraestrutura básica e para o início da produção; Nossa Primeira Terra/Consolidação da Agricultura Familiar – NPT/CAF, criada para atender à demanda de jovens sem-terra ou filhos de agricultores familiares, na faixa etária de 18 a 28 anos, que quisessem permanecer no meio rural e investir em uma propriedade, um programa cujo objetivo era contribuir para a solução dos problemas do ordenamento agrário que agravam o êxodo rural.

É preciso informar que a reforma agrária no governo Lula não avançou, quanto ao número de propriedade desapropriadas e a criação de instrumentos de fortalecimento dos assentamentos rurais. Acompanhamos meramente a consolidação das políticas de crédito fundiário.

Outro elemento importante é o fato de admitirem que, entre as irregularidades, estava o protagonismo do proprietário de terra em buscar o financiamento para vender a terra. Essa característica não se limita apenas aos 13 empreendimentos que a reportagem apontou como irregulares. Como demonstrado ao longo deste trabalho, quem mais dinamizou a realização do BT e o aquecimento do mercado de terras foram os ruralistas.

3.3 A demarcação do Território Imaterial do Capital pelo projeto Banco da Terra

A demarcação do território dos empreendimentos, do Banco da Terra é um aspecto importante a ser considerado no contexto das disputas inerentes à criação desse projeto. A utilização de uma placa para identificar a existência do projeto, em todos eles, vai além de uma exigência do programa, ela representa a delimitação de um território (i)material, que se diferencia dos demais territórios adquiridos por outros programas de acesso à terra. “O território imaterial está presente em todas as ordens de territórios. O território imaterial está relacionado com o controle, o domínio sobre o processo de construção do

conhecimento e suas interpretações". (FERNANDES, 2005, p. 210). Na sequência, publicamos quatro fotografias, cada uma representando um empreendimento.

Fotografias 1, 2, 3 e 4: Placa de identificação dos Empreendimentos



Fotografia 1: Placa do Empreendimento Tavares no Município de Campo Florido.

Autor: FREITAS, R. L., 2014



Fotografia 2: Placa do Empreendimento Pontal 1 no Município de Ituiutaba.

Autor: FREITAS, R. L., 2014



Fotografia 3: Placa do Empreendimento Campo Brasil no Município de Uberlândia.

Autor: FREITAS, R. L., 2014



Fotografia 4: Placa do Empreendimento Córrego dos Pilões no Município de Ituiutaba.

Autor: FREITAS, R. L., 2014

De modo geral, podemos trazer algumas interpretações sobre a existência das placas nesses empreendimentos. Elas representam uma diferença quanto aos assentamentos criados pelo INCRA. O primeiro aspecto que nos é apresentado refere-se à primeira linha das placas, em que diz: "Este empreendimento foi financiado pelo Banco da Terra". Há um discurso embutido nessas imagens.

Existe a tentativa de se mostrar uma diferenciação sobre as diversas maneiras de acesso à terra. O discurso emitido pelo conjunto de grupos envolvidos se baseia na ideia de que essa maneira de se obter uma parcela de terra ocorria pelas vias legais do financiamento, ao contrário da luta pela terra, que se dava pela ocupação. Isso demonstra

que as propriedades adquiridas pelo Banco da Terra precisavam ser pagas e que os camponeses trabalhariam para que, um dia, a terra pudesse ser definitivamente deles por meio de seu pagamento. “A partir desse princípio, é essencial enfatizar que o território imaterial é também um espaço político, abstrato. [...] Sua configuração como território refere-se às dimensões de poder e controle social que lhes são inerentes”. (FERNANDES, 2013, p. 284).

Afirmamos que esses são territórios do capital, e a forma de explicitar esses elementos se representa pela utilização do valor que foi pago pela compra da propriedade. O ato de colocar o valor na placa de entrada dos empreendimentos significa, para muitos camponeses mutuários, que eles não são sem-terra, não estão envolvidos com os movimentos socioterritoriais rurais.

O fato de ter o valor da propriedade explicitado publicamente pela placa é um indicativo, para a sociedade, sobre a necessidade de que os camponeses que ali moram precisam pagar a dívida do financiamento. Por outro lado, na prática, eles não conseguiram pagar nenhuma parcela da dívida. É relevante pontuarmos a habilidade do discurso do território imaterial, criado pelos envolvidos do projeto no campo do confronto direto, e a demarcação de suas posições.

Esses camponeses se identificam como trabalhadores do campo, pequenos agricultores, pequenos produtores rurais, menos sem-terra. A seguir, registramos dois fragmentos discursivos que representam esse posicionamento.

Para conseguir um trem dado, isso aqui não sai. É um trem que não é da gente né. Vai tomar o trem na mão o que é dos outros. Eu perdi muita amizade com umas pessoas querendo abusar da gente, falar que a gente era sem-terra, os outros abusam da gente, abusava no início sabe. Ai você vai explicar, chamava que nos era uns baderneiros. Achava que nós ia invadir as terras deles. É porque os fazendeiros aqui puseram até detetive. Muitos já deles veio me contar. Isso é perigoso. É perigoso. Ai vai a polícia aqui atirando. Lá perto de Canápolis mesmo atiraram, a polícia andou atirando, puseram eles nos outros cantos lá né, teve que arrancar os barracos mesmo, aquilo lá é sofrido demais!!! Só vim por que o trem é legal né, ia pro banco soltar o dinheiro, nós pagou. Agora até hoje, nós quer acertar porque ficou só as terras. (Fragmento discursivo 1, Entrevistado 20, Mutuário, Monte Alegre de Minas, 07/03/2014).

A gente conseguiu a terra com a proposta de pagar a terra com o trabalho da terra. Ocupar nada de ninguém, invadir nada de ninguém, correndo risco de tomar tiro, dar paulada. Um ponto positivo do projeto é a gente não ser sem-terra. (Fragmento discursivo 2, Entrevistado 26, Mutuária, Ituiutaba, 11/03/2014).

De certo modo, há uma aversão da luta pela terra por alguns camponeses mutuários. Em sua maioria, eles não se identificam como sem-terra, ao contrário, afirmam

que não participaram de movimentos socioterritoriais rurais tais como o MST. A condição de serem mutuários do BT estimula-os a dizer que a principal diferença reside no fato de que eles precisam pagar a dívida do financiamento da terra.

Outro elemento importante que é preciso destacar nas placas, são as entidades que apoiam o projeto, tais como o MDA, EMATER-MG, Prefeituras, AMVALE, AMVAP, Banco do Brasil, Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e Governo Federal. Há um apoio explícito em listar todas as entidades responsáveis pela implantação do projeto, isso demonstra a necessidade de ganhar a adesão e o apoio da sociedade para esse novo instrumento de acesso à terra, bem como a manutenção do exercício do poder. Fernandes (2013) aponta que

O território imaterial pertence ao mundo das idéias, das intencionalidades, que coordena e organiza o mundo das coisas e dos objetos: o mundo material. A importância do território imaterial está na compreensão dos diferentes tipos de território material. Nós transformamos as coisas, construímos e produzimos objetos na produção do espaço e do território. Penso o território imaterial a partir da mesma lógica do território material, como a determinação de uma relação de poder. Essa determinação deve ser compreendida como definir, significar, precisar a idéia ou pensamento, de modo a delimitar seu conteúdo e convencer os interlocutores de sua validade. (FERNANDES, 2013, p. 211).

Cada instituição que está sendo representada nas placas tem uma força política que exerce no território material e, se posiciona no interior do conflito delineando o caminho a ser seguido por meio do discurso. Essas instituições, em sua maioria, estão ligadas diretamente ao Governo Federal e, na escala local, por sua vez, contam com a participação das associações de municípios e prefeituras.

A representação dessas placas indica que essas instituições reforçam a subjetividade no imaginário popular de modo preciso, que todas em conjunto se definem como parceiras dos camponeses interessados em ter acesso à terra por vias pacíficas. Nesse aspecto, é no território imaterial, que se efetiva nas relações de poder de modo concreto, pois influencia no comportamento e no discurso dos camponeses, como por exemplo, ao se declararem diferentes dos camponeses que lutam pela terra organizados em movimentos socioterritoriais.

3.4 As Associações do Banco da Terra no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba (2000 - 2002)

Existem, no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, 59 empreendimentos do BT localizados em 20 municípios. No entanto a territorialização do Movimento dos Atingidos pela Reforma Agrária de Mercado – MARAM, se estende para 42 associações e com a

participação de 17 municípios sobre a responsabilidade da AMVAP. O desdobramento das ações do movimento trouxe, ao longo da existência desses empreendimentos, algumas conquistas, no entanto a base de representação do movimento, os mutuários, permanece com um certo desconhecimento sobre as atuações realizadas.

Realizou-se o trabalho de campo em sete empreendimentos: Associação dos Produtores Rurais do Córrego dos Pilões; Associação dos Agricultores Familiares do Pontal I - ambas localizadas no município de Ituiutaba; Associação Campo Brasil – Uberlândia; Associação dos Trabalhadores Rurais de Campo Florido – Tavares; Associação de Agricultores Familiares Nova Esperança - Araguari; Associação dos Pequenos Produtores de Canápolis; Associação dos Pequenos Produtores do Vale do Sol II, ambas implantadas no município de Monte Alegre de Minas.

Como descrito na metodologia, o critério para escolha desses municípios e associações se deu pela presença de lideranças do MARAM. Procuramos visitar aquelas localidades onde as lideranças do movimento eram as mais expressivas quanto à atuação dentro do movimento. Destacamos que todas associações foram criadas no ano de 2001.

3.4.1 - Associação dos Produtores Rurais do Córrego dos Pilões – Ituiutaba³⁴

Essa foi uma das primeiras associações do Banco da Terra criadas no município de Ituiutaba. Ela foi formada por uma família, sendo sete irmãos. Esse empreendimento está localizado a 800m da rodovia BR 365, sentido Monte Alegre de Minas. Uma das características que eles consideram importante diz respeito à proximidade do perímetro urbano de Ituiutaba.

A atividade que, anteriormente, se desenvolvia na propriedade, era ligada à avicultura: engorda de frango e produção de ovos, motivo este que, de certo modo, influenciou a decisão de compra da propriedade. Eles decidiram continuar investindo nesse mesmo ramo produtivo, no entanto como eles não tinham experiência, amargaram um grande prejuízo financeiro o que os fez desistir dessa atividade. O presidente da associação descreve que eles deixaram de aplicar uma vacina que seria obrigatória, por falta de recursos, e isso ocasionou a morte de, praticamente todo o plantel. Eles tiveram

³⁴ Além das associações nas quais realizamos o trabalho de campo, existem mais sete: a Associação dos Agricultores Familiares Ribeirão dos Baús; Associação dos Agricultores Familiares do Pontal II; PCT Associação dos Agricultores Familiares Santa Rita de Cássia; Associação dos Agricultores Familiares Santos Reis; Associação dos Agricultores Familiares Souza e Santos; Associação dos Agricultores Familiares Vale do Esperança; Associação Unidas Santo Antônio.

um prejuízo de cerca de R\$12.000,00 inviabilizando sua continuidade. Na sequência, exibimos uma fotografia aérea sobre a área do empreendimento.

**Fotografia Aérea 1 - Associação dos Produtores Rurais do Córrego dos Pilões
município de Ituiutaba**



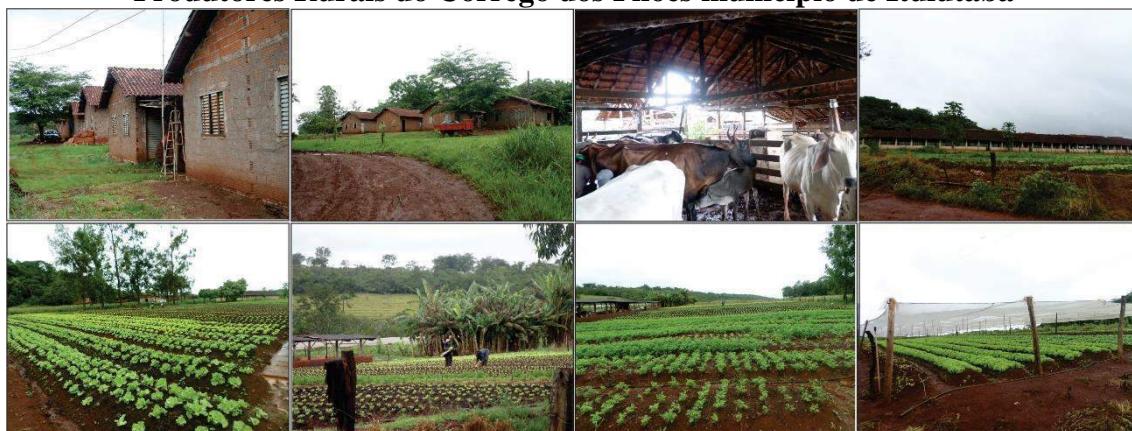
Fonte: Acervo pessoal do mutuário e entrevistado 23.(2008).

Como pode ser observado pela fotografia aérea 1, a estrutura dos barrações para a produção avícola e a contrução de sete casas para os camponeses fazem parte das benfeitorias presentes na propriedade. O desenho de organização da casas seguiu a determinação do projeto BT, formato de agrovila. Essa configuração de construir as habitações foi com a intenção de diminuir os custos da construção. Para os camponeses, a agrovila se tornou um problema, pois a área destinada à produção ficava separada da parcela destinada à morada.

A propriedade adquirida possui uma área de 39ha. sendo financiado um valor total de R\$ 186.410,00. Cada família ficou com uma área de, aproximadamente, 4.8ha, tendo que pagar um valor próximo de R\$ 23.300,00. No processo de renegociação da dívida, um obstáculo se refere ao problema da evasão que é presente, pois apenas três irmãos ainda permanecem trabalhando na propriedade, os outros quatro repassaram a parcela que lhes pertencia para outras famílias ou foram trabalhar em outros empregos na cidade.

Hoje, eles se empenham nas atividades relacionadas à horticultura e produção leite. Um aspecto importante, que contribuiu para permanência deles no empreendimento, foi a possibilidade de conseguir dedicar-se à produção de gêneros básicos para a alimentação do grupo familiar. Esta associação participa do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE³⁵, oferecendo verduras e legumes para as escolas do município. Na sequência, ilustramos com o mosaico de fotografias desse empreendimento.

Mosaico de Fotografias 1 - Empreendimento do Banco da Terra - Associação dos Produtores Rurais do Córrego dos Pilões município de Ituiutaba



Autor: FREITAS, R. L. de – 2014.

As fotografias mostram as casas de alvenaria construídas com os recursos do financiamento e a infraestrutura do barracão desativado para a engorda de frango. Após 14 anos de construção das casas ainda não conseguiram reboca-las pelos recursos insuficientes que foram destinados para tais fins. Essa estrutura, construída para o desenvolvimento de atividades avícolas atualmente não é utilizada, de certo modo, essa realidade nos indica as limitações presentes na elaboração do projeto, quanto a falta de recursos e de assistência técnica é uma questão de relevância, pois eles terão que pagar por essas benfeitorias, no entanto não irão se beneficiar dela.

As atividades produtivas que essa associação desenvolve atualmente, é a horticultura, e a produção de leite como as principais. As fotografias, nos sugere que esses camponeses continuam lutando pela sua sobrevivência, criando novas alternativas de produção e se inserindo nos programas governamentais para produção de alimentos como fonte de geração de renda para os grupos familiares que ali habitam.

³⁵ A iniciativa é do governo federal que, por meio da lei federal nº 11.947, garante que 30% dos recursos para a merenda escolar sejam destinados à compra de gêneros alimentícios produzidos pela agricultura familiar.

3.4.2 Associação dos Agricultores Familiares do Pontal I – Ituiutaba

A Associação dos Agricultores Familiares do Pontal I localiza-se no município de Ituiutaba. Este foi o primeiro empreendimento adquirido pelo financiamento do Projeto Banco da Terra. É uma associação que, inicialmente, foi composta por uma grande diversidade de campões. Existem alguns mutuários que fazem parte da mesma família.

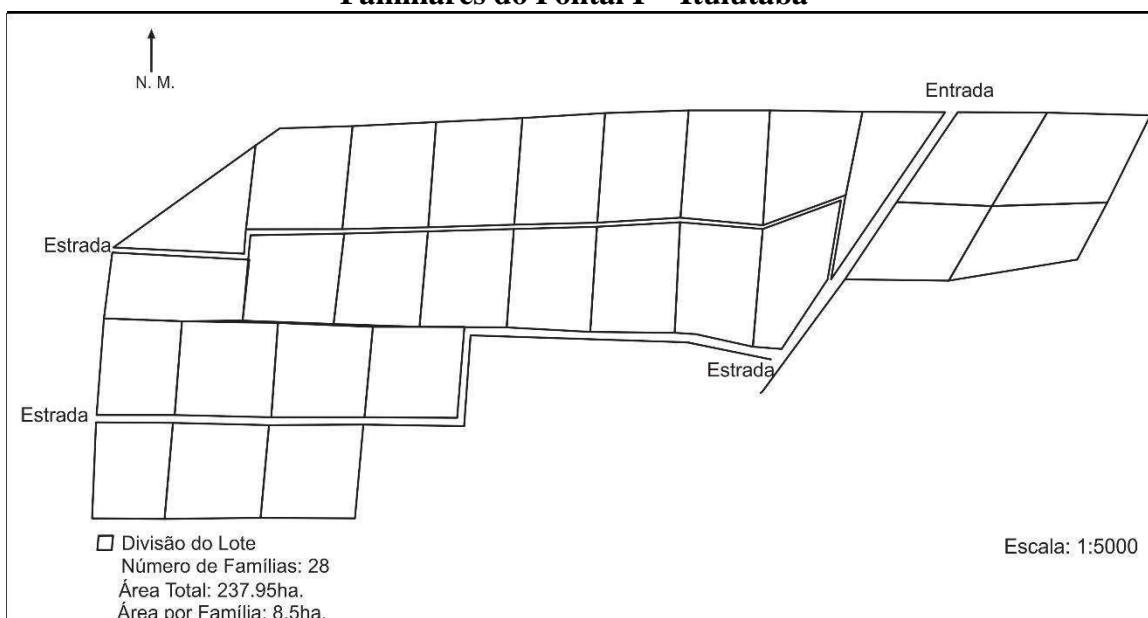
No momento em que foram comprar a propriedade, o tamanho da fazenda, segundo os técnicos da EMATER, era superior para o número de famílias, foi preciso criar outra associação dentro da mesma propriedade para que pudessem comprá-la. A propriedade foi dividida e constitui-se a Associação dos Agricultores Familiares do Pontal II, com 8 famílias e com uma área de 78ha. Interpretamos essa situação foi uma estratégia para aumentar o valor da propriedade, uma vez que mais pessoas iriam dividir o financiamento.

Foi na associação Pontal I que se iniciou o processo de criação de MARAM, graças ao empenho da Presidente da Associação, uma das precursoras em buscar alternativas para resolver os problemas enfrentados pelos campões mutuários de Ituiutaba, assim como de todos aqueles ligados a esse projeto na região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba.

A escolha da propriedade se deu pelo esforço dos responsáveis pela associação, que entraram em contato com corretores imobiliários do município. Essa propriedade localiza-se na BR 365, sentido Santa Vitória, a 25 km de Ituiutaba, sendo 17km na rodovia e 8 na estrada, na região Vertente Comprida.

No início, houve vários conflitos sobre a definição da construção das casas e, mediante diversos debates, decidiu-se construir cada uma dentro do próprio lote, contrariando a decisão do projeto, que era a criação de uma agrovila. A atividade desenvolvida anteriormente era a pecuária, sendo a maior parte da propriedade área destinada à pastagem. Na sequência, esboçamos uma planta do empreendimento Pontal I.

**Planta 1 - Empreendimento do Banco da Terra - Associação dos Agricultores
Familiares do Pontal I - Ituiutaba**



Org.: FREITAS, R. L. de, 2015.

Esse empreendimento do BT tem uma área de 237,95ha. destinados para 28 famílias sendo que cada uma tem uma área aproximadamente de 8,5ha. Atualmente restam como pioneiros apenas 15 famílias. O valor de compra da propriedade foi de R\$ 475.058,32 totalizando para cada R\$ 16.966,36, é preciso considerarmos que esse valor ao longo dos anos foi sendo corrigido pelas taxas de juros do mercado, e que recentemente esse valor é superior ao que fora contratado.

A propriedade conta com boa disponibilidade de água. Atualmente, a produção do empreendimento conta com um barracão de suínos integrados com a BRF³⁶, e as famílias que residem no empreendimento fazem parte. Existe uma fábrica de farinha, de uma mutuária, que vende a produção nas feiras livre da cidade de Ituiutaba. Algumas famílias participam do PNAE, e, pela participação nessa política, eles têm conseguido contar com uma renda mais estável.

Existem, no empreendimento, diversas casas que foram abandonadas por conta da desistência de alguns camponeses de continuarem no projeto. Para a presidente da associação, isso é um problema, pois a possibilidade de reestruturar o quadro de participante seria a oportunidade de transformar essa realidade. Apresentamos, em seguida, o mosaico de fotografias do empreendimento.

³⁶ Brasil Foods S/A

Mosaico de Fotografias 2 - Associação dos Agricultores Familiares do Pontal I Ituiutaba



Autor: FREITAS, R. L. de – 2014.

Ainda no que se refere às moradias, nenhuma casa foi rebocada, por conta dos recursos que foram insuficientes para a conclusão da obra. Também é um elemento que agrava ainda mais o contexto dos problemas enfrentados pelos mutuários, uma vez que o processo de deterioração acontece de maneira muito mais acelerada.

É fundamental pontuarmos que esses camponeses atuam nesse território como sujeitos ativos em busca de novas alternativas por meio de diversas articulações, garantindo, assim, a permanência no empreendimento. Como apresentado nas fotografias, alguns mutuários produzem produtos derivados de leite, tais como queijo e requeijão, além de ovos, frangos e galinhas. Esses produtos são comercializados de porta em porta na cidade, bem como, nas feiras livres.

A imaterialidade do território, que os camponeses habitam, é representada pelo esforço permanente de trabalharem na terra, tirando dela seu sustento e deixando evidente o desejo de um dia conseguirem pagar a dívida e, assim tornarem-se de modo seguro os donos das parcelas das terras adquiridas.

3.4.3 Associação Campo Brasil - Uberlândia

Esta é a única associação existente no município de Uberlândia, que faz limite com o Projeto de Assentamento Nova Tangará (encontra-se na página 131 deste trabalho uma descrição sobre esse assentamento rural). Localiza-se as margens da BR 497, sentido município do Prata.

Incialmente, foi composta por 46 famílias, em sua maioria, residentes do município de Uberlândia. Adquiriram uma área de 491ha. ficando uma média de 8ha. para cada família.

A composição da associação se deu por iniciativa de um camponês que trabalhava como arrendatário e que, com a notícia do novo instrumento de financiamento de terra, resolveu ir em busca de informações sobre o projeto e, assim, foi à EMATER e soube que deveria, primeiro, formar uma associação e, depois, ir em busca do financiamento.

Silva (2013) descreve que,

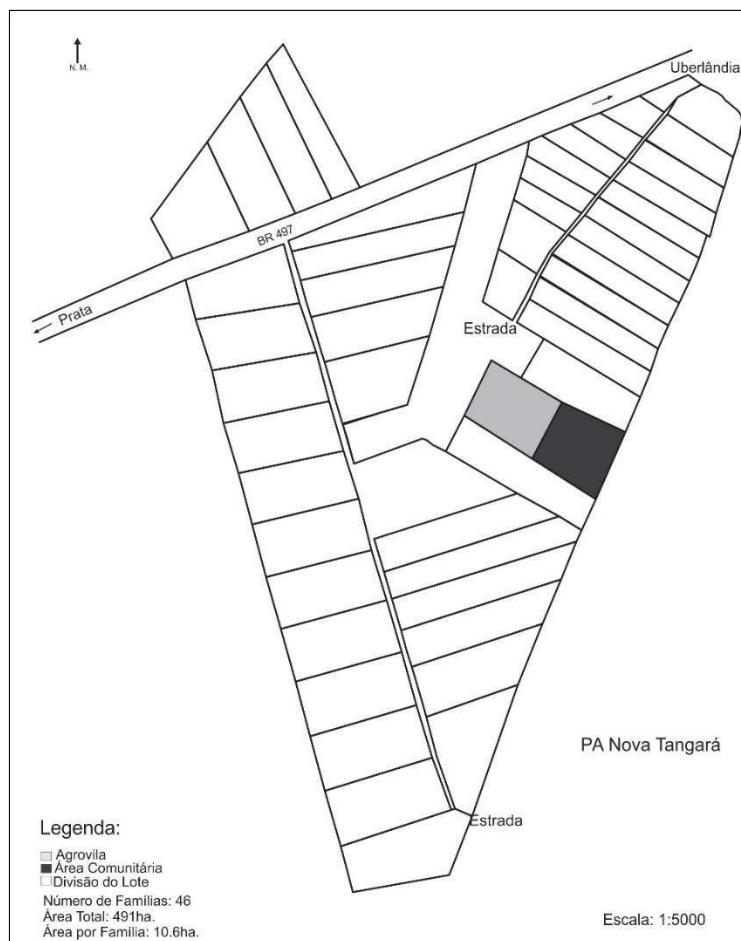
[...] havia a necessidade de reunir outros membros. Então, nos momentos de venda dos produtos da fazenda em que trabalhava na Central de Abastecimento da Secretaria de Agricultura – CEASA em Uberlândia passaram a ser as oportunidades de divulgar o programa e conhecer outras pessoas interessadas. Após dois meses de reuniões informais, no dia 24 de janeiro de 2001, o Sr. V. conseguiu oficializar a associação em questão com quarenta e seis membros. (SILVA, 2011, p. 53).

Os camponeses, em sua maioria arrendatários, tinham como ponto de encontro o CEASA de Uberlândia, onde vendiam os produtos. A associação foi composta por 46 famílias, tendo uma dívida no valor de R\$ 1.886.000,12 e cada família assumindo um valor de R\$ 41.000,00. Embora muitos tenham vendido o lote e todo o empreendimento esteja ocupado, apenas 18 permanecem como os pioneiros.

As habitações foram elaboradas em forma de agrovila, sendo que, com o passar do tempo, vários mutuários resolveram construir a casa dentro de seu próprio lote, embora a agrovila ainda exista. Em seguida, trazemos a planta 2 do empreendimento Campo Brasil.

Um elemento importante que essa associação nos apresenta é a existência da Cooperativa dos Agricultores Familiares de Uberlândia e Região - COOPERAf. Essa cooperativa foi criada na região, com a participação de cinco famílias camponesas. O propósito desta forma de organização foi o desejo de conquistar espaço no mercado institucional para os camponeses de Uberlândia e região. Fazem parte da cooperativa camponeses independentes, camponeses mutuários de outras associações do BT, bem como de assentamentos de reforma agrária.

Planta 2 - Empreendimento do Banco da Terra - Associação Campo Brasil – Uberlândia



Fonte: DATALUTA/INCRA/SRA Org.: FREITAS, R. L. de, 2015.

Em atividade desde 2011, a COOPERAf começou suas atividades com 26 cooperados, contando com apoio, para sua formação, da EMATER, CEASA, Prefeitura de Uberlândia e Associação Regional dos Produtores de Hortigranjeiros. Atualmente, a COOPERAf fornece alimentos para 126 escolas municipais e 50 estaduais de Uberlândia. As entregas acontecem toda segunda, terça e quinta-feira. Os camponeses oferecem às escolas produtos como banana, laranja, abacaxi, mamão, mandioca, batata doce, alface, couve, brócolis e milho verde. Hoje, conta com mais de 130 cooperados de Uberlândia e de diversos municípios da região.

Existem outros camponeses que produzem de maneira independente, tendo sua produção como destino a cidade de Uberlândia e o CEASA. De modo geral, o principal problema que os camponeses apresentaram refere-se ao pagamento da dívida e à restruturação do quadro de participantes da associação. Na sequência, expomos o mosaico de fotografias do empreendimento Campo Brail.

Mosaico de Fotografias 3 - Associação Campo Brasil no município de Uberlândia



Autor: FREITAS, R. L. de – 2014.

As casas seguem o mesmo padrão das outras associações, de que os recursos foram insuficientes para terminar a construção. Existe, na propriedade, a sede da associação local em que são realizadas as reuniões com os camponeses mutuários. Observou-se, também, a produção de alguns gêneros destinados para a COOPERAf, produtos esses que são entregues nas escolas. Apresentamos, também, a entrada da COOPERAf sediada no complexo do CEASA-MG/Uberlândia. Na atualidade, o presidente da cooperativa é mutúario desse empreendimento.

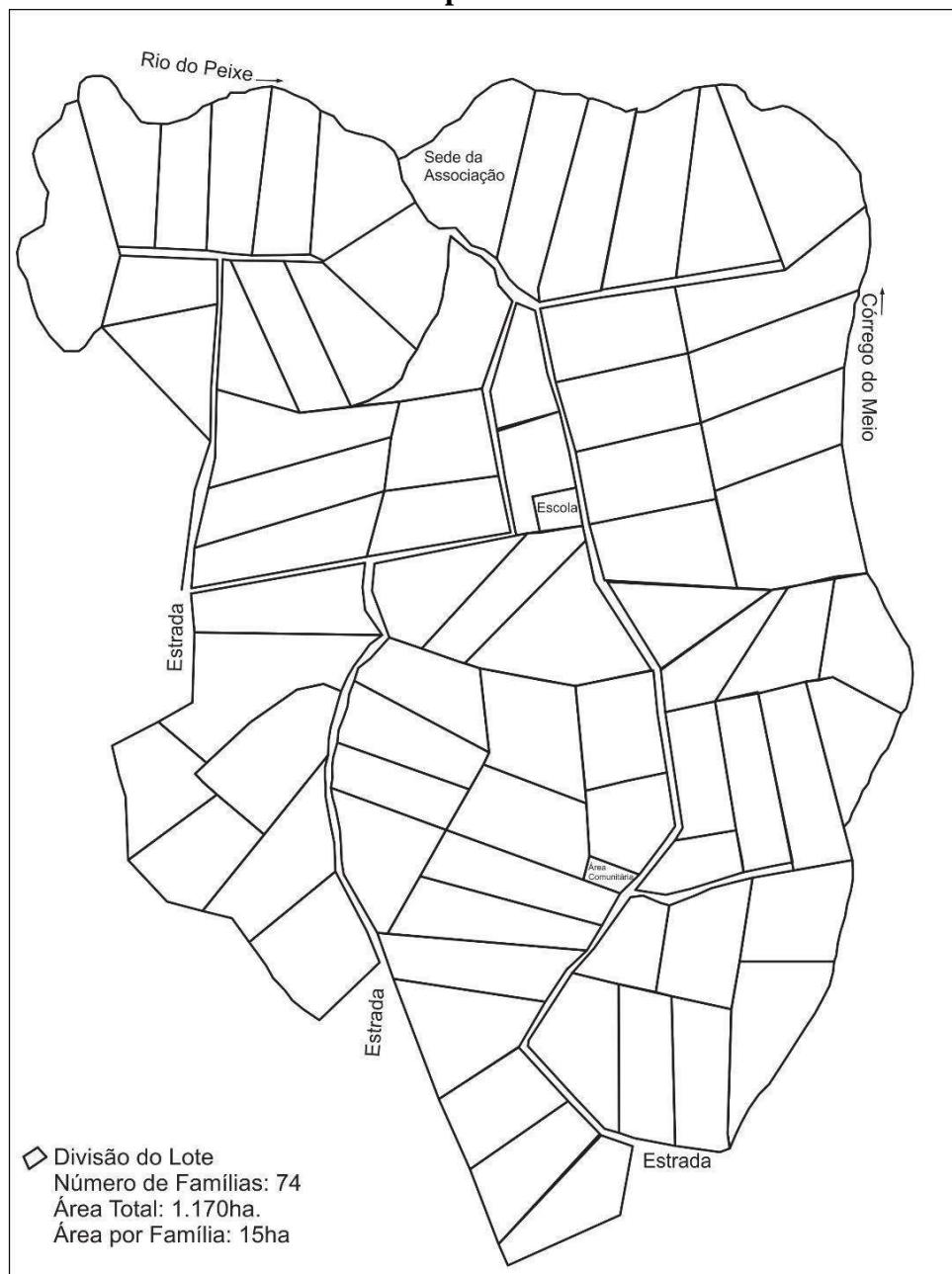
É mister identificarmos, que conforme nossa leitura, a cooperativa se configura como um espaço de representação importante perante ao mercado de produção de alimentos na região sendo esta um vestígio da imaterialidade territorial, uma vez que é o embate realizados pelos camponeses para inserirem sua produção na sociedade. Observa-se que esses camponeses construiram alternativas políticas e econômicas viáveis para continuarem desenvolvendo as atividades, para que dessa maneira prossigam trabalhando e vivendo da agricultura.

3.4.4 Associação dos Trabalhadores Rurais de Campo Florido – Tavares

Esta é a única associação de camponeses do Projeto Banco da Terra no município de Campo Florido. Localiza-se na região rural mais distante da sede do município, a 40km de estrada. Foi criada com 74 famílias em uma área de 1.170ha., financiando um valor de R\$ 1.921.390,91, perfazendo uma dívida familiar de R\$ 25.964,74. A associação conta com apenas 13 camponeses que permanecem desde o início da implantação. Muitos lotes foram vendidos ou arrendados.

Desde o início de sua formação, conforme descrição do ex-presidente da associação, todos os mutuários eram do campo, sendo arrendatários, parceiros ou assalariados rurais nas fazendas de Campo Florido e região. Segundo algumas entrevistas, o fato de, anteriormente, terem experiência em atividades relacionadas ao meio rural facilita o bom desempenho da produção leiteira da associação. Em seguida, trazemos o corqui 1 da Associação dos Trabalhadores Rurais de Campo Florido – Tavares.

Croqui 1 - Empreendimento do Banco da Terra - Associação dos Trabalhadores Rurais de Campo Florido – Tavares



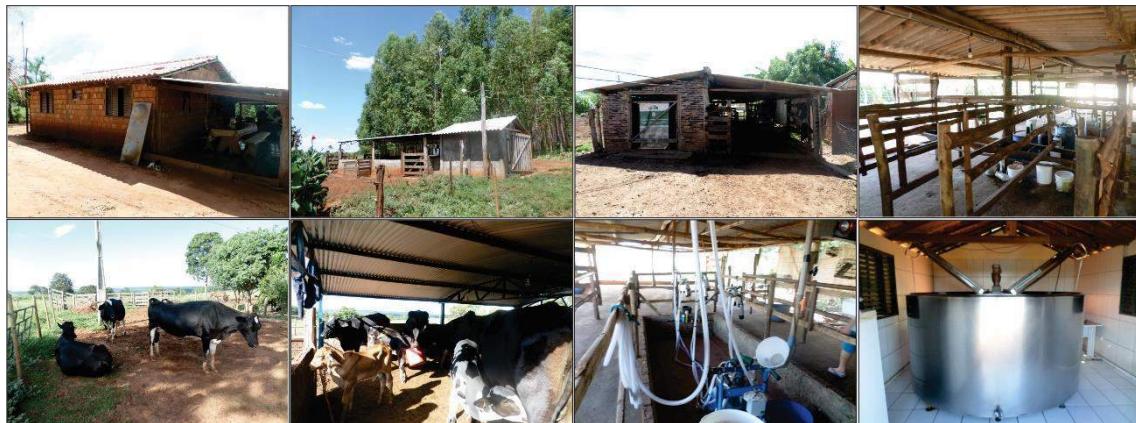
Org.: FREITAS, R. L. de, 2015.

Nesse empreendimento, a principal renda é proveniente da produção leiteira, tendo um volume diário de cerca de 6.000 litros, contando com 28 famílias que participam dessa atividade. Essa produção é superior a dos assentamentos de RA que existem nesse município. Eles entregam o leite para uma cooperativa de laticínios sediada no município de Frutal.

Esse também foi um dos primeiros empreendimentos do BT implantado na região, sendo que o tamanho dos lotes é superior aos demais, abrangendo 12ha. Eles descrevem que isso somente ocorreu pela forte influência que tiveram dos assentados do PA Nova Santo Inácio Ranchinho, que, por conta do histórico de luta, tiveram a oportunidade de serem alertados quanto ao tamanho dos lotes e a necessidade de organizar a produção.

Uma estratégia comum que acompanhamos nesse empreendimento refere-se ao arrendamento de lotes daqueles mutuários que se mudaram ou desistiram de ali permanecer. Existem camponeses que, atualmente, além do lote em que residem arrendam mais três para a produção de leite.

Mosaico de Fotografias 4 - Associação dos Trabalhadores Rurais de Campo Florido – Tavares



Autor: FREITAS, R. L. de – 2014.

As casas foram construídas no interior de cada lote, o que, para muitos, é um benefício, pois, como a área do empreendimento é muito extensa, caso fosse em formato de agrovila, seria difícil ter que trabalhar longe da residência.

Percebe-se que as instalações para o desenvolvimento da produção leiteira do empreendimento conta com estábulo, sala de ordenha mecânica, cercas, cochos para sal e embarcadouro. Há um tanque de expansão para o resfriamento do leite que se localiza na área comunitária, embora algumas famílias tenham também o seu próprio. Emerge também nesse empreendimento, o protagonismo dos camponeses em construir um

território em que possam trabalhar e morar, isso só foi possível devido as ações dos sujeitos que ali habitam.

3.4.5 Associação dos Agricultores Familiares Nova Esperança – Araguari³⁷

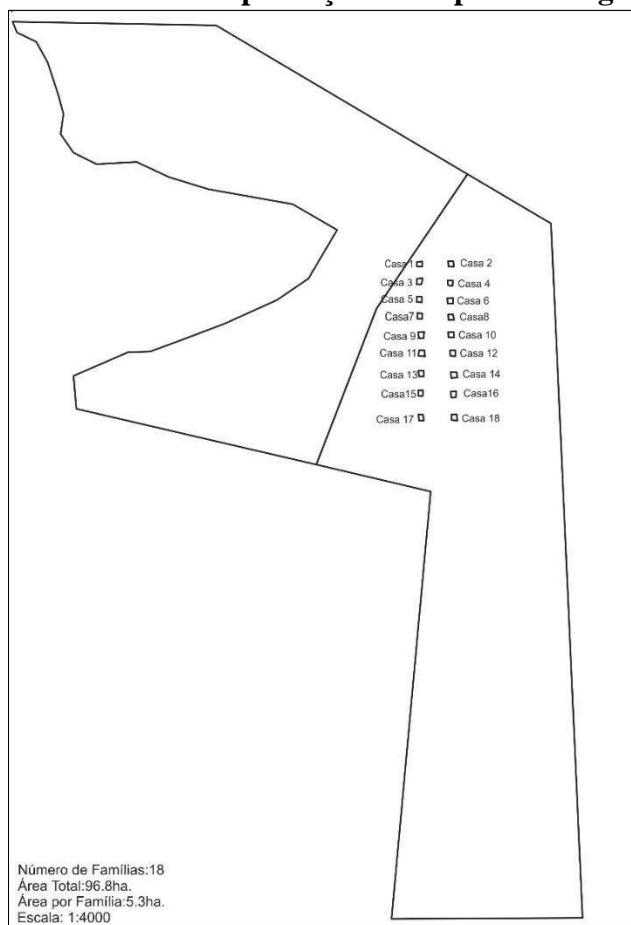
Essa associação, conforme nossa interpretação, é uma das que mais apresentam dificuldades, comparadas às outras associações em que realizamos o trabalho de campo. O principal desafio para os que ainda permanecem no empreendimento é o elevado número de camponeses mutuários que desistiram do projeto e as dívidas que se acumularam.

A associação foi formada com 18 famílias, sendo que, hoje, apenas quatro permanecem desde o início. Compraram uma área de 96,8ha., perfazendo uma parcela para cada família de, aproximadamente, 5,3ha., sendo que o valor total do financiamento é de R\$ 665.665,54 tatolizando uma dívida familiar de R\$ 36.981,41. Esse empreendimento está localizado tendo como ponto de partida a cidade de Araguari, a 35km sentido Monte Carmelo.

As casas foram construídas em forma de agrovila, e isso também se configura em um problema, segundo os entrevistados, pois o fato de terem, ainda, a área destinada para a produção sendo coletiva dificulta a decisão sobre o que vão produzir. Em seguida, trazemos a planta 3 da Associação dos Agricultores Familiares Nova Esperança município de Araguari.

³⁷ Além da associação na qual realizamos o trabalho de campo encontra-se a Associação de Agricultores Familiares Laverdi no município de Araguari.

Planta 3 - Empreendimento do Banco da Terra - Associação dos Agricultores Familiares Nova Esperança município de Araguari



Org.: FREITAS, R. L. de, 2015.

Para alguns camponeses, o principal desafio que eles enfrentam é a quitação das dívidas do PRONAF, e enquanto isso não ocorre, eles estão impedidos de acessar novos créditos. Atualmente, parte considerável do empreendimento é subutilizada por falta de investimentos e de apoio do poder público. Em seguida trazemos o mosaico fotográfico 5 do empreendimento.

Mosaico de Fotografias 5 - Associação de Agricultores Familiares Nova Esperança – Araguari



Autor: FREITAS, R. L. de – 2014.

As casas foram construídas seguindo o padrão de agrovila, para eles, o fato de terem uma moradia já representa um aspecto positivo do projeto. A produção de leite é para o autoconsumo das famílias que ali moram. Três famílias dessa associação reunem sua produção de verduras e legumes e entregam no CEASA-Uberlândia, contribuindo, assim, para a geração da renda familiar, local em que eles tem um box para vender seus produtos. Eles viajam duas vezes por semana e vendem sua produção nesse espaço.

Como apresentado nas fotografias, também desenvolvem atividades relacionadas à produção de leite. Embora essa não seja a principal fonte de renda familiar, seu desenvolvimento contribui para a produção de alimentos para o sustento familiar.

3.4.6 Associação dos Pequenos Produtores de Canápolis – Monte Alegre de Minas³⁸

As duas associações em que realizamos trabalhos de campo em Monte Alegre de Minas são resultado de uma articulação dos camponeses de Canápolis filiados ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais daquele município. Quando surgiu o projeto, um camponês que trabalhava como arrendatário decidiu ir em busca de uma parcela de terra. Era necessário formar a associação e, nesse momento, foram selecionados, por este camponês, 89 famílias, mas dessas, apenas 51 foram contempladas.

Esse empreendimento localiza-se na estrada dos Garcias, a 17km de estrada do perímetro urbano de Monte Alegre de Minas. Segundo alguns camponeses entrevistados, estava complicado encontrar uma propriedade que pudesse atender ao número de famílias que aguardavam para participar do projeto em Canápolis. Assim, decidiram ir em busca de uma área em Monte Alegre de Minas, já que o prefeito tinha o interesse de que esse empreendimento fosse implantado no município. O prefeito permitiu a compra da propriedade pelo BT, visto que alguns prefeitos da região rejeitaram a proposta do projeto.

A propriedade que eles encontraram abrange uma área de 387ha., onde o antigo dono produzia soja. Foram montadas três associações, duas com 20 famílias, que dividiriam essa propriedade, ficando a Associação dos Pequenos Produtores de Canápolis com 193,5ha. e a Associação dos Pequenos Produtores do Vale do Sol II também com 193,5. As outras 11 famílias compraram uma propriedade em Canápolis com o

³⁸ Existem sete empreendimentos do BT no município, sendo que realizamos trabalho de campo em dois, sendo os demais a Associação Agrícola Asa Verde; Associação Agrícola Monte Sião; Associação dos Pequenos Produtores Regional de Monte Alegre de Minas - APARMA I; Associação dos Pequenos Agricultores Regional de Monte Alegre de Minas - APARAMA II; Associação Familiar dos Agricultores de Monte Alegre.

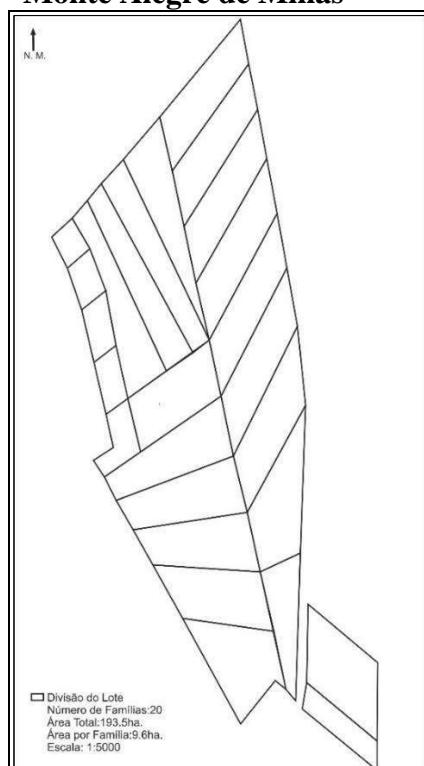
financiamento do programa. Cada família dessa associação tem uma área de 9.6ha. para produzir, o valor pago pela propriedade foi de R\$ 479.990,00 tendo cada família assumido uma dívida de R\$23.999,50.

A Associação dos Pequenos Produtores de Canápolis decidiu dar continuidade na produção de soja, sendo uma área de 60ha, de mandioca, 30ha. e de abacaxi 30ha. Eles investiram também na compra de vacas da raça holandesa, para a produção de leite, e em suínos. Essa produção teve duração nos primeiros quatro anos da associação, por problemas relacionados à falta de assistência técnica, os prejuizos começaram a surgir.

Outro fator importante foi proposta de individualização da terra. Após o vencimento da primeira parcela do financiamento, deliberaram não pagar e, assim, eles resolveram acabar com as lavouras coletivas. Com os problemas gerados, decidiram dividir os lotes para que cada família pudesse dar continuidade às suas atividades de modo individual. Na sequência, registramos a planta do empreendimento.

O principal desafio que eles têm enfrentado é a ausência de assistência técnica, pois, para os camponeses, caso houvesse um acompanhamento contínuo, a produção e a produtividade no empreendimento poderiam ter um avanço positivo. As casas foram construídas em uma área destinada aos mutuários, no entanto eles não aceitaram a proposta de agrovila.

Planta 4 - Empreendimento do Banco da Terra - Associação dos Pequenos Produtores de Canápolis – Monte Alegre de Minas



Org.: FREITAS, R. L. de, 2015.

Alguns camponeses afirmam que foi devido à atuação de agentes públicos, como corretores fundiários, que fomentaram o mercado de terras e estimularam o acesso ao financiamento. Em seguida existimos o mosaico fotográfico 6 do empreendimento.

Mosaico de Fotografias 6 - Associação dos Pequenos Produtores de Canápolis no município de Monte Alegre de Minas



Autor: FREITAS, R. L. de – 2014.

As fotografias expõem a produção do empreendimento Canápolis, que, atualmente, continuam dedicando-se à produção de mandioca e abacaxi, que é comercializada na cidade de Canápolis, Monte Alegre de Minas e Uberlândia. Observa-se também a produção de suínos e aves ambos caipira, também comercializados na cidade.

O que de fato nos indica, que caso o estado tivesse um compromisso sobre essa política pública, oferecendo a criação de novas linhas de créditos e serviços de assistência técnica, itens básicos para o sucesso de qualquer empreendimento, esses camponeses certamente estariam em condições mais favoráveis tanto para a produção agropecuária, quanto para a geração de renda.

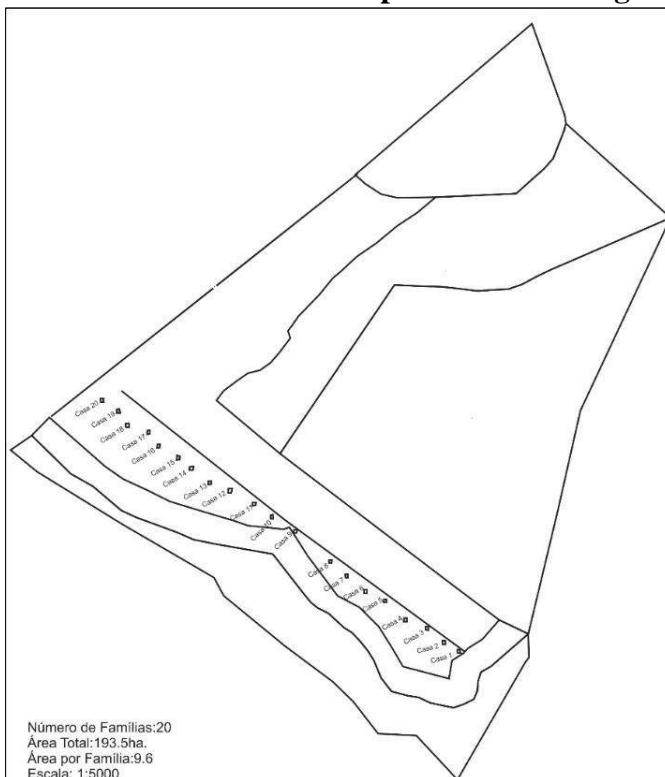
3.4.7 Associação dos Pequenos Produtores do Vale do Sol II – Monte Alegre de Minas

Como apresentado anteriormente, a associação Vale do Sol II foi implantada na outra parte da propriedade, sendo número de famílias o mesmo, bem como o tamanho da área. O valor pago pela propriedade foi de R\$ 473.570,00 tendo cada família uma dívida de R\$ 23.678,50. A principal dificuldade que eles enfrentaram ocorreu principalmente no ínicio do projeto, pois o PRONAF - A foi liberado após três anos da criação da associação, uma vez que, nesse período, defrontaram com diversos contratemplos, pois

eles tinham o empreendimento apenas como moradia. A organização da construção das casas foi em formato de agrovila.

Na sequência, apresentamos a planta do empreendimento.

Planta 5 - Empreendimento do Banco da Terra - Associação dos Pequenos Produtores do Vale do Sol II município de Monte Alegre de Minas



Org.: FREITAS, R. L. de, 2015.

No empreendimento Vale do Sol II, o processo de individualização da terra segue em ritmo avançado, ao compararmos com os outros aos quais visitamos. Eles já submeteram a documentação ao cartório do município, requerendo a individualização da escritura de cada lote. Porém existe um impedimento, conforme informações do ITER, eles estão isentos de pagar qualquer honorário relativo a este serviço, no entanto o cartório exige o pagamento de R\$ 45.000,00 para efetivar a emissão da documentação. Por conta disso, o processo encontra-se parado aguardando uma decisão da associação de entrar na justiça requerendo a liberação. Em seguida, trazemos a planta 5 do empreendimento.

Atualmente, a produção de abacaxi é a principal atividade desenvolvida pelos mutuários dessa associação. Os camponeses produzem o abacaxi por meio de duas técnicas a convencional e a do *moche*. A maior parte da produção está plantada sobre a técnica do *moche*, que consiste em plantar o abacaxi sobre um plástico apropriado para esse fim. Para os camponeses que adotaram essa prática, a produção tem aumentado, e também houve a melhoria na qualidade do fruto.

**Mosaico de Fotografias 7 - Associação dos Pequenos Produtores do Vale do Sol II
– Monte Alegre de Minas**



Autor: FREITAS, R. L. de – 2014.

Os principais benefícios que eles apontaram sobre essa nova técnica é que ela conserva a umidade do solo, há um maior aproveitamento de água da chuva, reduzindo em 60% a necessidade de irrigação, falta oxigênio, diminuindo a proliferação de pragas, limitando em 70% a aplicação de agrotóxicos.

De maneira geral, em todos os empreendimentos em que realizamos o trabalho de campo, ficou evidente o desejo dos mutuários em pagar a dívida do financiamento. Cada associação está em um estágio de desenvolvimento, umas mais articuladas produtivamente, outras com maiores dificuldades sobre a organização da produção e com o elevado número de evasão, enfim, aspectos que precisam ser aprimorados.

Para melhor compreensão sobre os dados assinalados, em seguida, a tabela 1, representando a síntese sobre os dados que coletamos.

Tabela 1: Dados gerais Empreendimentos do Banco da Terra

	Famílias no Início	Área (ha.)	Área por Família(ha.)	Valor (R\$) SAT	Mutuários que permanecem
Assoc. dos Produtores Rurais do Córrego dos Pilões	8	39	4.8	186.410,00	2
Assoc. dos Agricultores Familiares do Pontal I	28	237,95	8.5	475058,32	15
Assoc. Campo Brasil	46	491	10.6	1.886.000,12	18
Assoc. dos Trab. Rurais de Campo Florido - Tavares	74	1.170	15	1.921.390,91	12
Assoc. de Agricultores Familiares Nova Esperança	18	96,8	5.3	665.665,54	4
Assoc. dos Pequenos Produtores de Canápolis	20	193,5	9.6	479.990,00	12
Assoc. dos Pequenos Produtores do Vale do Sol II	20	193,5	9.6	473.570,00	15

Fonte: SRA/DATALUTARAM/Trabalho de Campo, 2014.

Org.: FREITAS, R. L. de, 2014.

Como pode ser observado na tabela 1, o número de famílias que participaram da criação da associação, em todos os empreendimentos, não é mesmo que permanece nos dias atuais. Isso é outro fator limitante, pois o alto índice de evasão compromete a realização de atividades produtivas.

A evasão está relacionada a diversos elementos, tais como: problemas concernentes ao desenvolvimento do trabalho coletivo, falta de crédito/investimentos ou demora na liberação dos recursos, inexistência ou fraco serviço de assistência técnica prestado e divergências internas de modo geral. Em resumo, esses elementos contribuem com esse processo de abandono de alguns mutuários do empreendimento.

Além disso, outro limite encontrado refere-se ao tamanho do lote destinado para cada família. É possível observar que, em todos os empreendimentos, não há o tamanho mínimo do módulo rural do município, revelando, assim, o descumprimento de uma norma que estabelece um limite mínimo para que cada grupo familiar possa retirar da terra o sustento das famílias.

3.5 Assistência Técnica aos Camponeses mutuários do BT: limites para o desenvolvimento

Conforme os entrevistados no trabalho de campo, o principal desafio que eles enfrentaram incide sobre a inexistência ou ao insuficiente serviço de assistência técnica prestado aos camponeses. Esse elemento limita diretamente a existência do acréscimo dos rendimentos das atividades produtivas, bem como reflete o grau de descompromisso do Estado com essa política pública.

No conjunto do financiamento que os camponeses acessaram, estava incluído o pagamento pelo serviço de assistência técnica que deveria ser prestado pela EMATER, empresa responsável pela elaboração dos projetos produtivos e pelo acompanhamento das atividades que estavam sendo desenvolvidas nos empreendimentos. De certa maneira, o formato e o padrão verticalizado dos serviços de assistência prestados, em muitos casos, não vai ao encontro do desejo e das habilidades que os camponeses querem desenvolver. Em seguida apresentamos um fragmento discursivo que ilustra esse contexto.

E outra coisa que também falo é muita falta de assistência técnica, a gente pagou 20 mil de assistência técnica e nunca teve, pagamos por 4 anos e nunca veio ninguém. Esses 20 mil foram tirados do financiamento, ficou no banco com a EMATER e todo ano eles tiravam, e não apareceu ninguém aqui. Você tinha o chão aqui e tinha que fazer o que achava que era certo, tinha que cuidar do nosso jeito, alguns se sobressaíram por que já tinham relação com a agricultura, todo mundo que veio da roça já, por que se fosse igual essas associações onde todo mundo vem da cidade não tinha dado. Mas mesmo aqui na nossa tem exemplo de pessoa que plantou e não conseguiu colher por falta de assistência, tinha um senhor ali que por falta de conhecimento perdeu uma roça de abacaxi por excesso de calcário, faltou alguém para falar o tanto que

tinha que colocar e ele perdeu por isso. (Fragmento discursivo 3, Entrevistado 17, Mutuário, Monte Alegre de Minas, 07/03/2014).

Então, nós não tivemos assistência nenhuma. Não só técnica, estrutura também, aqui nós não tivemos nada, largaram a gente aqui por conta própria, se você conseguir bem, senão a dívida está no seu nome e você tem que pagar, isso que aconteceu. Por que a gente aprende muito sem assistência, aprende a sobreviver, espírito de luta, de trabalho, e acho que existe muita coisa positiva, a gente tira disso tudo um aprendizado. Esse aprendizado poderia ser mais rápido e menos doloroso, é onde entra assistência técnica, curso, várias coisas, várias pessoas vêm para o Banco da Terra, porém morava na terra mas não tinha a capacidade de erguer a produção para sobreviver e não tinha também estrutura. Aqui na região, aqui sempre as pessoas trabalhavam de arrendatário ou meeiro, então, você plantava só aquilo, por exemplo, arroz, milho, feijão, então, outro tipo de coisa como uma melhor agropecuária ou uma granja de frango, isso tudo não tínhamos na região, as pessoas sabiam mexer com o que tinha. Então aqui foi assim, se você sobreviveu foi com sua pequena experiência e se você foi buscando conhecimento, eu fui assim, perguntava, pesquisava, enfim, assim. (Fragmento discursivo 4, Entrevistado 24, Mutuária, Ituiutaba, 11/03/2014).

O que acontece, esse projeto foi atrapalhado pelos dois governos. Um fez um projeto bonito mas mal feito, primeiro tem que ter assistência técnica para que a coisa funcione, esse é 99% do problema dele. O governo fez um projeto corrido, sem assistência e pior, perdeu a eleição. Quando o PT entrou, ele já condenava o projeto antes, por que era a favor da ocupação, ou seja, ele já condenava por que contrapunha os movimentos sociais que ele apoiava, então quando ganhou em 30 ou 60 dias o Banco da Terra foi encostado. Então mais uma vez ficou sem pai, primeiro que um perdeu e quem ganhou não quis assumir, e cortou assistência técnica, zerou financiamento, não colocou gente para tomar conta dele, tirou das associações dos municípios, cortou os coordenadores que ficavam perto dos assentamentos, colocou em BH e não colocou ninguém para fazer nada lá em BH, montou um escritório com uma telefonista e 2 funcionários para enganar. (Fragmento discursivo 5, Entrevistado 15, Liderança MARAM, Monte Alegre de Minas, 07/03/2014).

Só que não teve assistência não, mal começou, começou um pouquinho e depois desapareceram, então para falar a verdade pode falar que não teve, quando mudei pra cá parece que o povo queria incentivar e veio aqui os órgãos da EMATER mas só um pouco, depois sumiram. (Fragmento discursivo 6, Entrevistado 10, Mutuária, Monte Alegre de Minas, 07/03/2014).

De acordo com os camponeses, um acompanhamento dos técnicos da EMTATER, nos empreendimentos, evitaria ou poderia minimizar vários problemas pelos quais eles passaram, tais como a perda de lavouras, dos investimentos, organização da produção, uma vez que muitos deles tinham dificuldades de lidar com os aspectos técnicos de determinadas atividades. O fato de terem pagado pelo serviço e não terem se beneficiado também é outro ponto relevante na estrutura do projeto BT, configurando como uma questão negativa, pois a própria estrutura da empresa inviabiliza o exercício dessa

atividade nos municípios. Existem poucos técnicos da EMATER e uma elevada demanda de camponeses.

Em resumo, o projeto BT, no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, apresentou, desde o início de sua implantação, vários aspectos limitantes que viabilizasse a emancipação dos camponeses atendidos por essa política pública. Diversos camponeses ainda permanecem, mesmo que de modo precário, por cerca de 14 anos enfrentando as mesmas dificuldades encontradas desde o começo.

Pontuamos que a falta de assistência técnica seja um indício que compõem a disputa nesses territórios. O desamparo que estes camponeses foram submetidos é certamente uma marca daqueles que se posicionaram contra o modelo de agricultura camponesa.

A insuficiência desse serviço prestado aos camponeses não se restringe a carência de técnicos nos empreendimentos, isso é uma parte do problema, pois avaliamos que o verdadeiro conflito se desdobra em uma infinidade de situações que tem origem na ausência do Estado, que gera, o abandono, as dívidas, a impossibilidade de desenvolver novas atividades, os conflitos tais como desavenças e brigas internas etc.

CAPÍTULO 4



4 O MOVIMENTO DOS ATINGIDOS PELA REFORMA AGRÁRIA DE MERCADO - MARAM E SUAS CONTRIBUIÇÕES AOS MUTUÁRIOS DO BANCO DA TERRA

Neste capítulo, nos limitaremos ao nosso objeto de estudo sobre Movimento dos Atingidos pela Reforma Agrária de Mercado – MARAM. Esse movimento tem oferecido, desde a sua criação, importantes contribuições aos mutuários do Projeto Banco da Terra, na mesorregião geográfica do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, e, como desdobramentos, conquistas alcançadas também em escala nacional.

Um aspecto importante refere-se à leitura geográfica que realizamos acerca do MARAM, para considerá-lo um movimento socioterritorial. Partimos do pressuposto de que esse movimento empreende suas ações na perspectiva de fortalecer o território em questão, sendo representado pelos empreendimentos. A meta principal é a resolução dos conflitos envolvendo a incapacidade do pagamento da dívida do financiamento dos mutuários. Descrevemos o contexto em que surge essa organização de mutuários do BT, considerando o início desse processo o momento do vencimento da primeira parcela da dívida, no ano de 2003.

Em virtude da maneira pela qual foram concebidas, as associações de camponeses, formadas para acessar o financiamento mostraram-se incapazes de engajar-se no processo de enfrentamento dos impasses existentes.

Destaca-se, também, a formação do movimento e as entidades que contribuíram para que o MARAM pudesse existir, contando com o apoio da CPT, AFES, advogados e o deputado estadual Ricardo Duarte – PT. Procuramos evidenciar a geografia da organização do movimento, apresentando a estrutura que o compõe, a hierarquia e seu símbolo.

As escalas geográficas em que foram empreendidas as ações desse movimento também fazem parte de nossas análises. Procuramos nos dedicar às escalas de origem, de ação e incidência ou eficácia. Ao final do capítulo, elencamos os elementos que consideramos conquistas do MARAM e as possibilidades de uma leitura diferente criada sobre o objeto.

4.1 O MARAM como um movimento socioterritorial

Os estudos sobre os movimentos sociais têm sido realizados por diferentes áreas das ciências humanas, especialmente aquelas ligadas à Sociologia e às Ciência Política. É fato que os sociólogos têm oferecido contribuições importantes para a compreensão

desses grupos sociais no que tange à transformação da realidade em que se encontram inseridos.

A geografia tem contado também com estudos que proporcionam leituras sobre o espaço geográfico e as construções que os movimentos imprimem no território. Para tanto, novas interpretações vêm sendo lançadas acerca do surgimento dos movimentos, bem como, análises que consideram os diferentes recortes temporais, a geografia da luta, ou seja, as ações empreendidas nos mais variados espaços e escalas.

Na Ciência Geográfica, estudos recentes partem da construção de dois conceitos: movimentos socioespaciais e movimentos socioterritoriais (Fernandes e Martin, 2004; Fernandes, 2005a; Pedon, 2009). Compreendendo que a geografia da organização dos movimentos socioterritoriais e suas estratégias de luta transformam a configuração do território, seja ele no espaço rural e/ou urbano.

Para entendermos esses conceitos, é fundamental termos claro que partimos do pressuposto de que a organização do movimento socioterritorial MARAM se dá a partir da construção do território. Este movimento socioterritorial exerce o poder mediante suas ações ante o que consideramos de elementos resultantes das contradições do desenvolvimento do capital. Pedon (2009) esclarece que

O movimento socioterritorial pode ser considerado como uma forma de organização da classe trabalhadora, tendo por base os grupos populares ou as camadas populares excluídas e subordinadas. [...] No campo, os trabalhadores rurais lutam pelo direito de acesso a terra, pela sua permanência e por melhores condições de seu uso, para, a partir dela, reproduzir as condições de sobrevivência. Na cidade, o objetivo é o acesso à moradia, *lócus* da dinâmica familiar, do descanso e da intimidade; não obstante, na cidade também se desenvolve a luta pelo espaço do trabalho, como é o caso das ocupações de fábricas. (PEDON, 2009, p. 183).

Estamos de acordo com Pedon (2009), ao relatar que o movimento socioterritorial é o resultado das condições de exclusão e subordinação em que estão mantidos determinados grupos sociais. Ao se organizarem para lutar por uma determinada causa, eles estão nesses embates para garantirem a existência do território e almejam, por meio de suas ações, obter melhores condições de utilização, para assim conseguirem manter-se nesses espaços de vida.

É importante retomarmos que o movimento socioterritorial MARAM surge em meio à fragilidade das associações de trabalhadores perante a resolução da dívida do financiamento da compra da terra e para a construção de infraestrutura. A exclusão a que foram submetidos foi o limite para que uma nova realidade pudesse ser criada.

O autor supracitado, em suas pesquisas ao fazer referência sobre os movimentos socioterritoriais rurais, analisa a estrutura organizativa do MST. É necessário sinalizarmos que há uma diferença considerável quanto às ações do MARAM. Este movimento não luta para o acesso à terra, pelo contrário, suas ações estão direcionadas à construção de condições para se ter melhoria nos territórios em que os camponeses já estão inseridos. Enquanto o MST luta para ter o acesso à terra por meio das ocupações, visando à alteração na estrutura fundiária e garantindo, assim, sua territorialização. O MARAM, por sua vez, surge como resultado da territorialização do capital, pelo qual os camponeses foram inseridos nesses territórios de modo precário (HAESBAERT, 2003), por meio do projeto BT.

Remetemo-nos a ideia do que Haesbaert (2003) denominou de territorialização precária e de como as diversas dimensões que compõem o território cultural, político e econômico, influenciam no desenvolvimento do território. É na dimensão econômica que recai a fragilidade dos territórios criados pelo projeto BT. As mais diversas limitações encontradas nesses empreendimentos perpassam pelas restrições econômicas, sejam elas relacionadas aos poucos recursos destinados à produção, o pagamento da dívida crescente, a necessidade de trabalhar fora do empreendimento para manter o sustento das famílias e as dificuldades na produção e trabalho coletivos e o abandono dessa política pública pelo Estado.

Essas situações fazem parte dos diferentes territórios do BT, no entanto os camponeses buscam meios alternativos para que possam manter, mesmo mostrar que em bases precárias, a sua vontade de permanecer como um sujeito ativo na produção do território. Como demonstrado, a maneira problemática em que os mutuários do BT foram territorializados se reflete como um dos elementos do surgimento desse movimento socioterritorial. Para Fernandes (2005),

Todos os movimentos produzem algum tipo de espaço, mas nem todos os movimentos têm o território como trunfo. Existem movimentos socioespaciais e movimentos socioterritoriais no campo, na cidade e na floresta. Para evitar mal-entendidos com relação a nosso pensamento, enfatizamos que movimento social e movimento socioterritorial são um mesmo sujeito coletivo ou grupo social que se organiza para desenvolver uma determinada ação em defesa de seus interesses, em possíveis enfrentamentos e conflitos, com objetivo de transformação da realidade. Portanto, não existem “um e outro”. Existem movimentos sociais desde uma perspectiva sociológica e movimentos socioterritoriais ou movimentos socioespaciais desde uma perspectiva geográfica. (FERNANDES, 2005, p. 31).

As disputas em que os movimentos socioterritoriais estão inseridos, nas diferentes escalas, é o que torna legítima a existência de um movimento. Embora possa ter sua origem em uma base local/regional, suas ações terão influência nas diferentes escalas territoriais desde o município, ao estado da federação, o país, e, até mesmo ter, repercussão internacional.

É imprescindível observarmos que, geralmente, os movimentos socioterritoriais buscam se contrapor a determinada ordem vigente, considerando que a própria articulação do movimento por nós estudado, o MARAM, se deu em um momento de crise em vários empreendimentos do BT e que os camponeses não se sujeitaram a ficar a mercê das situações de dificuldades.

É precisamente essa invisibilidade do Estado em relação às demandas que são apresentadas, é que este grupo, ao partir para o embate, tenciona a transformação desses territórios. Ou seja, são os próprios sujeitos sociais que protagonizam ações de revitalização dessas áreas. Compreendemos que o movimento socioterritorial não almeja apenas exercer o domínio sobre essas áreas, eles partem para o enfrentamento pretendendo a conquista de melhorias sociais, tais como produção e comercialização de alimentos para a geração de renda, defendem a permanecia nessas áreas como espaço de vida, demandam por instrumentos que possam viabilizar o pagamento da dívida da terra e a intensa busca por aparelhos sociais, como escolas e serviços básicos de saúde. Afirmamos, seguramente, que isso só será possível por meio do embate realizado pelo MARAM, enfrentando a burocracia estatal e a falta de interesse do Estado em querer resolver esses descompassos.

As diferentes escalas de disputas são as bases para a territorialização do movimento, uma vez que as demandas advindas do território em nível local são, essencialmente, oriundas de carências elementares. É na escala local que são observadas com mais detalhes as contradições presentes nesse processo. Para Gohn (2012),

[...] não bastam ter carências para haver um movimento. Elas têm de se traduzir em demandas, que por sua vez poderão se transformar em reivindicações, por meio de uma ação coletiva. O conjunto deste processo é parte constitutiva de formação de um movimento social. (GOHN, 2012, p. 250).

A territorialização precária em que os camponeses estão inseridos não se restringe apenas à fragilidade ou à inexistência de equipamentos sociais, embora isso seja um elemento importante e que contribui para acentuar o problema. As falhas existentes no projeto, tais como a falta de assistência técnica, a ausência de uma entidade do Estado,

que possa se responsabilizar por essa política pública, tornam precário esse território. Acrescentamos, também, que a precariedade se insere na ausência de autonomia que os sujeitos encontram para a construção desses territórios.

A articulação das associações foi construída com base nos interesses dos grupos dominantes localmente, sendo necessária sua criação apenas para uma etapa do processo de desenvolvimento do projeto. Esses camponeses não tinham uma formação política no que se refere, a dimensão do projeto BT. Reconhecemos isso, pois o *marketing* (elemento do embate no território imaterial) desenvolvido por parte do governo federal e os arranjos que estavam sendo organizados, ao mesmo tempo, em escala local, permitiram que centenas de camponeses se introduzissem no projeto. Estamos de acordo com Fernandes (2005), ao afirmar que

O território é uma fração do espaço geográfico e ou de outros espaços materiais ou imateriais. [...] A partir desse princípio, é essencial enfatizar que o território imaterial é também um espaço político, abstrato. Sua configuração como território refere-se às dimensões de poder e controle social que lhes são inerentes. (FERNANDES, 2005, p. 27).

Isto posto, comprehende-se que, ao mesmo tempo em que a disputa se dava no campo do confronto de posições antagônicas à efetivação do BT, a trama que o poder político exercia na escala local era o que fortalecia o poder desse grupo com a intencionalidade de implantar o BT.

Por conseguinte, os grupos interessados em inserir o BT nas diferentes regiões e estados do país utilizaram-se de uma narrativa persuasiva para, assim, desconstruir a reforma agrária, ou seja, a concorrência dos grupos dominantes localmente utilizando a imaterialidade do discurso como instrumento de enfrentamento contra os camponeses organizados em movimentos socioterritoriais. As propagandas feitas pelo governo federal recorreram a informações descontextualizadas, mas fascinante o bastante para criar uma atmosfera em que surgiria uma nova fase para agricultura camponesa por meio desse novo programa.

Ao mesmo tempo em que o Estado e os seus diversos agentes atuaram na escala local para a efetivação desse novo programa de acesso à terra por meio do financiamento, os camponeses, a partir do momento em que começaram a ter conhecimento sobre as reais condições do projeto BT, foram em busca de ajuda e apoio para que pudessem sair da condição de dificuldades e conflitos vividos por aqueles que ali estavam.

A ação de empreender esforços na tentativa de encontrar soluções para os problemas que estavam enfrentando é que podemos identificar como a gênese do MARAM. Começa-se, assim, a construção dos espaços e territórios em que os sujeitos tomam para si a responsabilidade de alterar a conjuntura. Para Fernandes (2005),

Portanto, a partir do momento que nos propomos a realizar uma análise geográfica dos movimentos, além da preocupação com as formas, ações e relações, é fundamental compreender os espaços e territórios produzidos ou construídos pelos movimentos. Esses espaços são materializações, se concretizam na realidade, em lugares diversos, espaços múltiplos, e é possível mapeá-los de diferentes modos, contribuindo com leituras geográficas. **Neste sentido, todos os movimentos são socioespaciais, inclusive os socioterritoriais, pois o território é construído a partir do espaço** (Lefebvre, 1991). Os movimentos socioterritoriais para atingirem seus objetivos constroem espaços políticos, espacializam-se e promovem espacialidades. (FERNANDES, 2005, p. 30 – 31, grifo nosso).

Para que todo esse conjunto de ações possa ser realizado, é necessário que o movimento socioterritorial possa ter clareza daquilo que consideramos como demandas, que, posteriormente, se transformam em uma pauta de reivindicações materializando-se as intenções e os desejos daqueles que fazem parte dessa organização. Ponderamos que o MARAM, ao iniciar suas primeiras reuniões, conforme relatam suas lideranças, deixa claro, para todos os mutuários do BT, que a questão central a ser debatida se concentra, especialmente, nas dificuldades enfrentadas para o pagamento da dívida. Este é o tema sob o qual se principia a organização do movimento.

Aproximamos da leitura de que o MARAM possa ser interpretado como um movimento socioterritorial, sendo a dívida a questão central de conflitos nos territórios. A partir desse pressuposto, inúmeras ações são desencadeadas, culminando na criação desse grupo social como um movimento.

Outras reivindicações, mediante a realização de encontros sucessivos, seriam incluídas na agenda de ações. E todos os outros elementos que compunham o movimento voltados à conquista do progresso do território. É possível perceber que a diferença desse movimento socioterritorial reside nesse ponto, pois, enquanto os movimentos sociais rurais, em sua maioria, concentram suas ações na conquista de novos territórios por meio das ocupações de terra, os camponeses ligados ao MARAM, ao contrário, já estão no território, mesmo que de modo precário, almejando o seu desenvolvimento.

Ao nos referirmos que a territorialização dos camponeses mutuários do BT fora inseridos de modo precário, estamos nos baseando na premissa de que a sua situação, até os dias atuais, permanece de modo instável, uma vez que não são donos da terra, os

serviços de assistência técnica são insuficientes ou inexistentes, e os camponeses têm dificuldades para compreenderem as normas burocráticas do projeto. Enfim, são situações que deixam esses territórios indefinidos perante o controle dos mutuários.

A luta deste movimento é para que os mutuários do BT, na região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, possam conquistar a soberania sobre o território abandonado pelo Estado. O esforço do movimento é o de tentar romper com os limites impostos pela burocracia estatal, assim como levar ao surgimento de uma nova realidade. Conforme Pedon (2009),

Os movimentos socioterritoriais são organizações que surgem em momentos de inquietação social. Dado o caráter excludente da sociedade capitalista, sempre há aqueles que se recusarão a ficar pacatos diante da própria situação, daí a natureza social da conflitualidade. As ações ensejadas pelos movimentos representam um momento do conflito social pertinente à sociedade atual. (PEDON, 2009, p. 191).

A conflitualidade presente no momento do surgimento do MARAM, como apresentado, está sobre a estrutura do projeto em que se impossibilitava o pagamento da dívida, bem como a permanência dos camponeses no empreendimento, para que pudessem retirar o sustento da família. O descompromisso do Estado em atender as demandas dos camponeses mutuários do BT culminou na crise no interior de cada unidade do projeto.

É no processo de identificação de um determinado, ou de determinados conjuntos de problemas antagônicos, que os sujeitos no movimento de fazer histórico buscam a construção de possibilidades e condições materiais para a superação daqueles e a transformação de suas realidades. (RAMOS FILHO, 2013, p. 98).

A formação desse e de qualquer outro movimento se dá a partir do momento em que se tornam evidentes os diferentes problemas que precisam ser enfrentados, e essa organização estimula o processo de ação. No caso do MARAM, o incentivo e o direcionamento da luta por eles empreendida, se deu a partir das reuniões e encontros realizados pelas entidades ligadas ao desenvolvimento do projeto na região, tais como, as prefeituras, EMATER – MG, AMVAP, no entanto, nesse primeiro momento, não tiveram êxito.

4.2 O contexto de criação do MARAM e a formação das Associações do Banco da Terra na região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba

É fundamental pontuarmos que a formação das associações de mutuários do Banco da Terra foi um discurso essencialmente político, embora o fator econômico fosse a base dessa estratégia. Portanto, o que permaneceu no imaginário social foi que existiam naquele momento dois modelos de reforma agrária em que se comparava seus comportamentos, ideias e sentimentos. Na sequência apresentamos alguns fragmentos discursivos em que os camponeses e algumas lideranças revelam esse contexto.

Eu fui a primeira pessoa a ver a entrevista do ministro do desenvolvimento agrário na época, o Raul Jungmann, ele falou que teria esse projeto do banco da terra, isso foi em Dezembro ou Novembro de 1998. Até então, na época, eu morava na fazenda, trabalhava de vaqueiro numa fazenda, e ao ver essa entrevista eu falei para minha esposa, quando sair isso aqui para Campo Florido, eu vou buscar esse crédito para tentar comprar uma terra. Por que na verdade eu não sabia que tinha todo esse processo eu achava que era só ir no banco e fazer uma proposta de financiamento para comprar a terra da forma que eu queria. Assim busquei essas informações sobre o banco da terra e não achava isso, a primeira pessoa que falou disso aqui no Triângulo Mineiro fui eu. Então eu ia na EMATER e não conseguia, na prefeitura, no banco do Brasil, em Campo Florido, Uberaba e não conseguia isso com ninguém. (Fragmento discursivo 7, Entrevistado 5, Liderança do MARAM Campo Florido, 27/02/2014).

Diziam que se quiser terra tem que ocupar, que o governo não venderia terra para quem não tem nem um centavo para dar de garantia e até que o projeto tomou corpo fazendo a propaganda do “Abre a porteira, não precisa pular a cerca” e nisso o pessoal começou a acreditar. (Fragmento discursivo 8, Entrevistado 15, Liderança do MARAM Monte Alegre de Minas, 07/03/2014).

Eu só sei que o programa do Banco da Terra quando saiu era uma maravilha, nossa. Bom, nós tivemos várias reuniões com a EMATER mesmo e porque a gente pagaria dívida se a gente criasse o quê? Uma dúzia de ovos já pegava dívida, ia ficar do tamanho do quê? Uma caixinha de fósforo. Tinha uma propaganda muito boa, que ela falava assim “pra que você vai pular a cerca se a porteira ta aberta?” Então isso ai tudo a gente via na televisão, ai falava “Programa Banco da Terra” “você compra, você não invade, você não fica esperando debaixo da barraca de lona, fome e tal”. Porque o nosso problema era esperar debaixo de uma barraca de lona. Eu não do conta não. Ai falei, não, já sei e perguntando assim, eles fizeram um *marketing* muito bom, muito bom mesmo. Só que depois abandonou, ai saiu Fernando Henrique, entrou o Lula, ai que o trem pegou fogo mesmo, porque as dívidas vencendo e a gente procurando saber o que fazer, porque a gente não tinha como pagar. (Fragmento discursivo 9, Entrevistada 30, Liderança do MARAM Ituiutaba, 11/03/2014).

A construção do território imaterial se reforçou por meio da propaganda, que representava, naquele momento, um discurso. A proposta era convincente, pois, em sua

maioria, as famílias camponesas eram oriundas da região e muitas viviam como parceiros, arrendatários, agregados ou assalariados rurais.

É preciso considerar que o acesso à terra era a garantia de construir uma vida digna, pois criava-se a possibilidade de sonhar, em produzir para manter o sustento familiar e também gerar uma renda e não mais ter que trabalhar como empregado fora do lote adquirido.

A situação de trabalho precário e a insegurança advinda dos empregos no campo também colaboraram para que os camponeses pudessem almejar entrar no projeto. No entanto os trâmites burocráticos, tais como a formação de uma associação e a realização do trabalho coletivo, só foram apresentados no momento em que a aquisição do imóvel já estava prestes a ser concluída.

A oportunidade de cada família ter uma parcela de terra na qual pudesse viver de modo independente foi o instrumento persuasivo desse discurso territorial. Foram vários os camponeses que questionaram sobre a obrigatoriedade do trabalho coletivo e a adesão a uma dívida coletiva. Esses elementos não se tornaram públicos nas propagandas aos camponeses, potenciais participantes no projeto. Tais questões eram apresentadas apenas no momento posterior, em que as negociações para a compra dos imóveis já estavam em processo de finalização. O que demonstra a sutilização da construção territorial presente nesses instrumentos. Interpretamos que, quanto mais detalhes e esclarecimentos sobre a funcionalidade do projeto os camponeses tivessem, maior seria sua rejeição entre aqueles que poderiam vir a participarem do programa.

É possível observar, explicitamente, o ataque dos discursos pró-Banco da Terra em detrimento da desconstrução da reforma agrária desapropriacionista. A construção desse discurso se deu sobre a improvável possibilidade de se ter acesso à terra por meio de um financiamento, pois, historicamente, os privilégios do acesso à terra por essa via se davam somente para os ruralistas.

A “via pacífica da reforma agrária de mercado” estava em curso e, para que isso se concretizasse, bastaria apenas o camponês decidir por fazer parte do projeto, como divulgado pelos diversos meios de comunicação. A esperança de ter acesso à terra estava próxima, pois a imagem que os camponeses construíram perante o BT de que era uma política pública que iria ao encontro aos anseios do que desejavam ter sua parcela de terra.

Outro aspecto que podemos observar é referente às instituições que se responsabilizaram pelo desenvolvimento do projeto. A EMATER, AMVAP, Prefeituras e sindicatos se destacam entre as principais. É um equívoco pensarmos que essas

entidades e instituições criariam um ambiente de formação política, para que os camponeses pudessem problematizar o projeto.

O que se percebeu foi justamente o oposto, um exercício de convencimento e de incorporação de centenas de camponeses a essa proposta. Em depoimento a liderança do MARAM, ao se referir à realização de inúmeras reuniões com a EMATER, está contextualizado o momento anterior à aquisição da propriedade. Nessas reuniões, eram debatidos assuntos sobre a formação das associações, a escolha da propriedade, já que alguns funcionários dessa instituição atuaram como corretores imobiliários.

No âmbito da dívida, como exposto, a facilidade do pagamento era uma condição necessária para a existência do projeto. Isso contribuiu como um dos elementos centrais na adesão do campesinato, pois, anteriormente, os mutuários viviam em condições de extrema dificuldade de trabalho, consequentemente, financeira.

Na conjuntura da RAM, no Brasil, a propaganda pode ser considerada um modo específico para o exercício do poder sobre determinado público, gerando, assim, o que consideramos como a construção do território imaterial. A publicidade utilizada trouxe consigo uma informação sobre essa nova política de acesso à terra, que objetivou influenciar os camponeses em relação à luta pela terra. Temos segurança em afirmar isso, uma vez que, está presente nos discursos oficiais desde a escala em nível do governo federal ao local o poder exercido por esse conjunto.

O resultado almejado foi uma mudança de opinião e atitude em relação à luta pela terra dos camponeses. Isso contribuiu para que o governo pudesse promover uma agenda em torno do financiamento de terra por meio das intervenções do estado no mercado.

Isso, de certo modo, justifica-se pelo alto valor de venda dos imóveis comprados pelas associações. Lembremos que o teto de financiamento para compra da terra era de até R\$ 40.000,00. Com a união de apenas cinco famílias, seria possível comprar uma propriedade de aproximadamente, R\$ 200.000,00.

Inúmeros são os problemas referentes à formação das associações, o que teria influência no desenvolvimento do projeto, bem como na territorialização das famílias camponesas. Isso porque essa forma de organização não possibilitou que as associações fossem construídas mediante uma ação conjunta em que os próprios sujeitos pudessem atuar de modo autônomo na formação desses territórios.

Então eles diziam [o governo] o seguinte, nós temos uma nova saída para a reforma agrária, que é o empréstimo para as próprias associações que vai dar mais agilidade na divisão das terras porque essas associações elas vão poder

escolher a terra que querem e vão poder barganhar o valor porque vai ser com dinheiro, não vai ser com título da dívida agrária, diziam eles assim. Então as pessoas com o dinheiro na mão, elas vão poder escolher a terra que querem, o melhor lugar e vão conseguir pagar o menor preço. Só que na prática o que foi que aconteceu, na prática quem organizou as famílias para comprar a terra era quem tinha a pior terra no pior lugar. Então eles colocavam até funcionários, dele mesmo para poder comprar essa associação. Ai uma terra que valia x eles conseguiam vender pra associação que eles criaram por 3 x. E nesse pacote tá embutido uma ilusão de que era, de que trabalhar coletivamente, depende só de vontade, então além de você ter o dinheiro pra você comprar terra vai ter um recurso pra você em cooperativa, associação, criar o gado junto, plantar jiló, tomate, propunha pra você socializar, então eles inventavam projetos que tecnicamente era viável mas que na prática não desenvolvia. (Fragmento discursivo 10, Entrevistado 4, Agente Pastoral da CPT, Uberlândia 04/02/2014).

A suposta autonomia que os associados teriam em relação aos trâmites da negociação da compra e venda da terra na prática não se concretizou. É fato que as propriedades que foram adquiridas para o BT, em sua maioria, foram indicações de terceiros, criando-se, no interior do programa, o que podemos denominar de corretores fundiários. A escolha da propriedade não se dava por suas características de localização ou elementos físicos-naturais, em outras palavras, pela sua geografia, e sim pelo número de famílias camponesas que compunham a associação. Expomos que essa seja uma das principais fragilidades que a associação evidencia, a falta de poder e de decisão perante a lógica imposta pelo mercado de terras.

Os corretores fundiários se beneficiaram, pois suas vantagens já estavam embutidas no valor do financiamento. Ao mesmo tempo em que tinham que pagar um preço menor pela terra, simultaneamente, pagavam um valor superior destinado a esses agentes, que foram os principais fomentadores do mercado de terras na região.

Conversei então com o prefeito e ele disse que se fosse assim a gente criava uma associação aqui, e depois de alguns dias lembrei-me da AMVAP e liguei para o Odelmo Leão, e ele me disse que já estava sendo cogitada a vinda desse recurso através da associação [AMVAP] que o governo do estado não iria assinar. Então, o que acontece, um dos maiores erros da associação foi a seleção das pessoas, esse foi o maior erro que teve, nas outras associações daqui de Monte Alegre, se passar nelas você vai ver a diferença de pessoas, uns de Uberlândia, uns daqui, outro de São Paulo, outro de Barretos, ou de Frutal, então a pessoa fez um ajuntamento e não teve um critério. Não fizeram um pré-cadastro igual eu fiz aqui, e também foi feito em cidade grande onde não se conheciam as pessoas, então você veja o resultado, uns 80% das famílias moram aqui, a fazenda está toda plantada, por que a pessoa é da terra. (Fragmento discursivo 11, Entrevistado 15, Liderança MARAM, Monte Alegre de Minas, 07/03/2014).

Fiquei sabendo por que foi um vereador que indicou a gente, era o sonho ter uma terra. A gente morava ali na primeira fazenda no dia que foram começar o J. chamou a gente para reunir, me chamou para arrumar 40 pessoas. (Fragmento discursivo 12, Entrevistada 21, Mutuária Campo Florido, 11/03/2014).

A proximidade de políticos, tais como deputados, prefeitos seus secretários e vereadores com o projeto, é algo importante de se destacar. Isso reforça a afirmação de que o controle territorial exercido pela elite política local e regional se fez presente. Lembrando que essa elite política é oriunda do meio rural, que estava, intimamente, ligada aos conflitos no campo na região, que surgiam, sucessivamente, e que eram os mesmos sujeitos que conduziam a realização dessa política no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. A um esforço sistemático das diferentes escalas geográficas do poder político em tornar real a implantação dessa política pública nessa região.

Outro limite das associações se concentra no processo de seleção dos camponeses que poderiam fazer parte. Destaca-se a participação do Estado e de suas instituições responsáveis pelo projeto. Não houve uma formação política, por parte das entidades, em acompanhar com maior proximidade os sujeitos que estavam sendo inseridos nas associações. Acreditamos que a centralidade do problema não está relacionada ao fato de o sujeito ser oriundo do campo ou da cidade e sim as condições que o Estado oferece para que essas famílias possam construir dignamente suas vidas no meio rural.

O que aconteceu dentro dos municípios? Nesse projeto corre dinheiro, ele tem dinheiro para comprar e pagar, a primeira coisa que aconteceu foi que os secretários de agricultura deles tomaram conta em alguns municípios. E eles já trabalharam em vários lugares como corretor, o secretário de agricultura intermediou a compra de muitas fazendas. Quando eu cheguei aqui já vim com a fazenda comprada, o secretário que estava entrando na época, quando cheguei ele viu que eu precisava que ele aprovasse e ele o fez, mas eu já cheguei aqui com tudo arrumado, toda a documentação, chegando aqui eles só precisavam assinar. Agora as outras que chegaram depois passaram na mão dele e de corretor, eu comprei essa fazenda aqui a R\$ 8.750,00 o alqueire e as outras foram pagos a R\$ 12.000,00 e nenhuma dessas fazendas aí é melhor que essa aqui. (Fragmento discursivo 13, Entrevistado 19, Mutuário, Monte Alegre de Minas, 07/03/2014).

Olha, aqui virou uma guerra! Aqui a EMATER era corretora né. A Emater não ficou sabendo dessa compra não isso aqui passou por trás dela. Quando ela ficou sabendo a gente já tinha assinado contrato com o dono aí ela assinou porque se não tiver o dinheiro não dava. Viemos olhar a fazenda e o dinheiro não saía quase que nós perdeu o dinheiro a EMATER que ficava prendendo. Eu falava assim “vocês tão muito errado isso vai gerar coisa séria”. (Fragmento discursivo 14, Entrevistado 22, Liderança MARAM, Ituiutaba, 11/03/2014).

Conforme a estrutura do projeto, o fato de o financiamento, para aquisição da propriedade, liberar o dinheiro de modo relativamente rápido estimulou as transações de compra e venda. Atente-se para o fato de que, quando nos referimos ao conjunto que denominamos de corretores fundiários, mencionamos alguns prefeitos, secretários de

agricultura, técnicos da EMATER, pessoas ligadas aos sindicatos, fazendeiros etc., observem que são sujeitos que tinham conhecimento detalhado sobre os trâmites do projeto.

É notório o controle que as instituições locais exerciam por meio de seus funcionários sobre a implantação do BT, gerando, assim, o exercício pleno do domínio desses territórios. Como descrito pelo mutuário, o aumento do valor pago pelo alqueire de terra (4.8ha. em Minas Gerais) não significou, na prática, uma vantagem expressiva na compra de terras em melhores condições para se desenvolver atividades relacionadas à agropecuária, constituiu, sim, a expropriação que os próprios agentes do estado consentiram, e fizeram, dessa postura, uma ação comum.

Isso teria um efeito mais aparente no final do montante que eles deveriam pagar, pois esse valor, certamente, iria, ao longo dos anos, progressivamente, aumentar considerando a taxa de juros praticada pelo projeto. É inegável a influência que a EMATER, prefeituras e secretarias tiveram na decisão de compra das propriedades, uma vez que estas se responsabilizavam pelo projeto por meio das vias institucionais.

O fato de a empresa de assistência técnica se negar, ou “segurar”, a liberação do dinheiro para a aquisição da propriedade, de certo modo, reflete a fragilidade do processo de descentralização, já que o discurso era o de facilitar, bem como o de acelerar o processo de acesso à terra.

A disputa entre os mutuários e os funcionários públicos também nos remete à ideia de que aqueles mutuários mais esclarecidos politicamente tinham um entendimento maior sobre o processo de negociação de compra e venda. Evidentemente que as intenções de alguns corretores fundiários foram frustradas, isso gerou neles uma ação, que representa e demonstra, na prática, quem domina e tem o poder de decisão.

Deixa eu te falá, aqui nós éramos uma associação só, Pontal. Ai a EMATER veio e falou “não pode, tem que diminuir, mais pra diminuir família tem que diminuir a terra ou então da sua associação faz outra associação” foi o que houve. Pontal I e Pontal II. É, agora teve uns que não via roça como sua morada aqui tinha muito boia-fria, uns ia no boia fria e dizia “eu sou da roça”. Mas nunca se você me falasse “planta aí um pé de banana eu não sei”. (Fragmento discursivo 15, Entrevistado 22, Liderança MARAM, Ituiutaba, 11/03/2014).

Lá foi assim, eu que fundei a associação e tal e a gente foi correndo atrás das fazendas, eu fui até 150 km arredor daqui pra comprar porque na época não tava tendo terra né. Não tava tendo pra comprar a quantidade de terra que precisava [...] Aí eu tinha conhecimento com um corretor, eu falei assim “você não sabe de alguma fazenda pra comprar, a gente tá querendo comprar montar uma associação” “ai ele falou, “olha no meu ponto de vista vocês não precisam de muita terra, vocês precisam de localidade e tem uma granja aqui que tá a venda aí as vezes quem sabe nós vamos lá olhar vocês gostam e tal” aí hora

que eu cheguei lá que eu bati o olho tudo montado eu falei “é aqui” e vamo brigar. A Emater não queria porque era pouco e tal [...] aí foi indo a gente foi conversando e entrou em processo e tal que era muito cara, era pouca terra, aí eu “gente mas nós tá localizado, nós tá dentro da cidade não adianta muita terra se nós não tem transporte a gente pode mexer com hortaliça pode mexer com granja é muita coisa” [...] aí todo mundo falou vamos comprar e a gente fez negócio todo mundo falava “não é caro demais é caro demais” e lá por causa da estrutura nós pagamos 18 mil o alqueire. (Fragmento discursivo 16, Entrevistado 23, Liderança MARAM, Ituiutaba, 11/03/2014).

Mais um exemplo da influência e da indução do corretor fundiário na formação da associação. É interessante observar que esses agentes, certamente, tinham a intenção de realizar a venda da propriedade para essa associação, embora, provavelmente, não entendessem sobre o processo de produção agrícola. Ao referir que a associação não precisava de terras e sim de localização, ofertava para os camponeses a propriedade que estava disponível no mercado fundiário.

Podemos destacar, ainda, os possíveis fatores que os mutuários apresentam como limitantes para o bom desempenho das atividades agrícolas, que se refere ao tamanho da parcela de terra destinada para cada família. Era uma diretriz o componente de que quanto mais famílias fossem inseridas nas associações, melhor seria para o governo, que utilizaria o discurso de que “assentaram” um número maior de camponeses por essa política.

O tamanho reduzido do lote, em certa medida, explica o fato de que muitos camponeses precisam se dedicar a atividades fora do empreendimento para manter o mínimo necessário para sua sobrevivência. Isso implica dizermos que se tornou inviável a obtenção de renda e o acúmulo de recursos para o pagamento da dívida.

Existem associações em que o tamanho do lote destinado a cada família chega a ser menor que um terço da área estipulada por lei, ou seja, inferior ao próprio módulo fiscal³⁹ de diversos municípios da região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba⁴⁰. Nisso reside uma contradição, pois o Estado promoveu de maneira arbitrária uma política de compra de terras em que a área é menor do que a estipulada por lei.

³⁹ É uma unidade de medida, expressa em hectare, fixada para cada município, instituída pela Lei n.º 6.746, de 10 de dezembro de 1979, que leva em conta: tipo de exploração predominante no município; a renda obtida com a exploração predominante; outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam expressivas em função da renda ou da área utilizada e; conceito de propriedade familiar. Atualmente, o módulo fiscal serve de parâmetro para a classificação do imóvel rural quanto a sua dimensão, de conformidade com art. 4.º da Lei n.º 8.629/93.

⁴⁰ Para criação do assentamento/empreendimento leva-se em consideração a dimensão de uma pequena propriedade, de área compreendida entre 1 (um) e 4 (quatro) módulos fiscais. Considerando um módulo fiscal dos municípios em que realizamos o trabalho de campo, temos que: Araguari 30ha.; Campo Florido 24ha.; Ituiutaba 30ha.; Monte Alegre de Minas 20ha e Uberlândia 20ha.

Um aspecto relevante diz respeito à estrutura física presente na propriedade, sendo que esse fator condicionava a continuidade dessa atividade. Isso também foi um componente conflituoso, pois o projeto que associação desenvolveria poderia não ter relação nem interesse daqueles que estavam inseridos no projeto, sendo condicionado pela estrutura da propriedade.

Nos dois fragmentos discursivos apresentados anteriormente, demonstra-se a realidade de duas associações de situações oposta. Uma necessitava inserir mais pessoas para diminuir a área para cada família e criou-se mais uma associação e, assim, dividindo a propriedade em duas associações. No outro caso, temos uma propriedade que, por ter uma área pequena, mas uma estrutura para produção avícola, decidiram investir nessa atividade.

Tem, lá são quatro associações. Eles compraram uma fazenda de porteira fechada com 1 mil cabeças de gado dentro, 2 tratores grandão com os implementos todos e fizeram quatro associações, a fazenda era 1.500 hectares...ai o prefeito de lá fez o seguinte, pegou aqueles pobrezinhos favelados, sabe? Os velhos todos que eles davam assistência e falou “eu tenho um lugar pra vocês, vocês vão pra lá” para as associações [...]. Pessoa que nem sabia ler nem escrever tá com o dedão lá, entendeu? É só pessoa que não sabe ler nem escrever ou que sabe assinar o nome muito mal [...] eles cataram tudo, quando eles chegaram lá nem porteira tinha, eles tinham arrebatado tudo [...] não tinha gado, nem trator nem galinha nem nada nada nada [...] só dívida pra eles pagar, isso daí foi o prefeito daí a fazenda era da irmã do Romão. O problema é que ela vendeu a fazenda do mesmo jeito com tudo, mas quem pegou não foi o Romão não foi ela, foi o prefeito de Gurinhatã [...] o prefeito fez o seguinte, como o conselho que tinha que dar autorização e o conselho era comandado pelo prefeito fez o seguinte, tirou tudo que tinha lá e botou as pessoas que nem sabia o que tava fazendo lá. (Fragmento discursivo 17, Entrevistado 21, Liderança MARAM, Ituiutaba, 11/03/2014).

E deixa eu te fala que a Contag, Fetaemg no início foi alternando no Banco da Terra, elas eram parceiras do programa. E depois todo mundo tirou o corpo fora. (Fragmento discursivo 18, Entrevistado 18, Liderança MARAM, Ituiutaba, 11/03/2014).

Observem o descompromisso dos agentes público em relação ao projeto BT na região. Não é preciso dizer que as dificuldades que essas pessoas encontraram nas associações criadas ocorreram em virtude do modo como foi concebida a oportunidade de fazerem parte do BT. Dentre os elementos que concorrem para a desinformação sobre a estrutura do projeto, pode-se dizer que a intencionalidade de colocar pessoas com baixo nível de escolarização e não ter oferecido condições para que pudessem de maneira autônoma interpretar a realidade em que elas estavam sendo inseridas comprometeu a validade do projeto. A desinformação se torna um problema, pois o exercício de dominação e controle pelos agentes que coordenavam o BT torna mais fácil, sobre essa

parcela da população. No caso, a propriedade por pertencer a irmã do deputado federal Romão ilustra, mais uma vez, a influência do poder político na escala local sobre o projeto. A participação de um servidor público na intermediação do processo de negociação da compra da fazenda e a construção da associação em virtude dos interesses privados nos revela um ato de corrupção.

Essa forma de organização dos camponeses mostrou-se incapaz de se estabelecer como uma unidade fortalecida perante as disputas e conflitos presentes no interior de cada unidade financiada.

Em síntese, podemos reportar que o panorama que se apresentava refletia problemas relacionados ao tamanho muito reduzido para produzir, falta de assistência técnica, demora na liberação dos recursos para investir na produção, a falta de critério de seleção para inserir pessoas nas associações, a impossibilidade do pagamento da dívida, o desconhecimento dos camponeses mutuários sobre o valor da dívida e as taxas de juros praticadas pelo banco, a extinção do programa pelo governo federal e o abandono das entidades responsáveis na escala municipal e estadual e federal. Esses elementos evidenciam-se com características comuns nas diversas associações criadas no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba.

Nota-se, a datar de então, com mais amplitude, o surgimento de inúmeros problemas, pois, no ano de 2003, as primeiras parcelas de pagamento do financiamento começaram a vencer, devendo ser pagas. Com a ação do governo federal em extinguir o projeto, os órgãos estaduais e municipais deixaram de se responsabilizar, pela situação, o que colocou os camponeses em um ambiente de desespero. Somado a isso, o conjunto de associações encontrava-se enfraquecidas e impossibilitadas de realizar tal ação que pudesse reverter o quadro de conflitos presente naquele momento.

4.3 Gênesis do Movimento dos Atingidos pela Reforma Agrária de Mercado - MARAM

Por iniciativa de uma mutuária do município de Ituiutaba, é que, nesse momento, no desejo de resolver as circunstâncias, referentes ao não pagamento da dívida e a impossibilidade de acessarem novos créditos, elementos esses que estimularam essa camponesa ir em busca de soluções. Diversas visitas e diálogos foram realizados por essa mutuária com outros camponeses, bem como junto aos órgãos municipais EMATER, Banco do Brasil e AMVAP. Eles não tinham respostas para as indagações e diziam que

não poderiam, definitivamente, fazer nada. Nesse primeiro momento, a referida mutuária não teve muito êxito.

Foi realizado, no município de Ituiutaba em 4 de outubro de 2003, com o apoio do deputado estadual Ricardo Duarte, do Partido dos Trabalhadores – PT, o Seminário de Reforma Agrária. Reuniram-se, nesse seminário, para discutir os dilemas enfrentados, camponeses de diversos acampamentos e assentamentos, bem como mutuários do projeto BT. Estiveram presentes representantes da Associação Unidas Santo Antônio, Associação dos Produtores Rurais Córrego dos Pilões e Associação dos Agricultores Familiares Pontal I, todas empreendimentos do BT pertencentes ao município de Ituiutaba. Sobre o contexto da realização desse seminário, Ramos Filho (2013) aponta que

Com o objetivo de traçar um diagnóstico da real situação dos assentamentos da região do Pontal do Triângulo, em virtude da solicitação do então ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Soldatelli Rosseto, durante sua visita a este município, no momento da Reunião Macrorregional do PT, ocorrida em 21 de junho de 2003, uma vez que demandava a realização de um documento que retratasse as condições agrária da região, apontando proposições que emanassesem dos anseios da população camponesa. (RAMOS FILHO, 2013, 115).

Foi nesse encontro que os mutuários do Banco da Terra reuniram-se, pela primeira vez, com os diversos camponeses da região, para traçar um diagnóstico sobre as principais dificuldades que eles enfrentavam. Como o objetivo do seminário era apresentar as dificuldades, os camponeses

[...] mutuários do Banco da Terra elaboram um documento com um conjunto de reivindicações, dentre as quais se destacam: o pedido de auditoria nos empreendimentos, liberação dos créditos agrícolas Pronaf-A, equiparação dos direitos dos mutuários do Banco da Terra com os dos assentados do Incra, e uma assistência técnica efetiva. (RAMOS FILHO, 2013, 116).

Todas essas reivindicações foram encaminhadas para as entidades responsáveis pelo projeto em escala municipal, estadual e federal. Esse espaço de debate foi importante para a consolidação de novas territorialidades, sendo que, anteriormente, eles não haviam sequer reunidos para elaborar um plano. Cada associação procurava soluções de modo individual, não havia uma articulação com as demais associações do município. O agente da pastoral descreve que

[...] os piores momentos, em tese, foi antes talvez de ter a organização em si, tá se organizando. Porque ai cada um ficava ali no seu mundinho. Pessoa um dia imaginava que em algum lugar tinha dado certo e talvez aqui não estava dando certo, seria por causa das próprias pessoas que não conseguia trabalhar

coletivamente, e depois que se organizou, teve várias reuniões no estado, reunião no Norte de Minas, em todas as regiões, ai o pessoal, os assentados do Banco da Terra perceberam o seguinte, que o problema ele é um problema do projeto, não é um problema da pessoa. Aonde tem o projeto do Banco da Terra o problema é o mesmo, sobretudo não é a pessoa. Ai descobriram isso. Ai é assim, talvez não resolveu o problema todo, mas eles pararam de se martirizar, achar que o problema era deles. (Fragmento discursivo 19, Entrevistado 2, Agente Pastoral da CPT, 22/01/2014).

O fato de cada um estar isolados em sua associação se configurou em um problema, uma vez que, individualmente, enfrentavam diversas dificuldades semelhantes. Deste modo, compreenderam que a limitação existente em um empreendimento era comum aos demais, embora, em proporções e realidades diferentes.

Em 4 de março de 2004, foi realizado, em Ituiutaba, um encontro com os mutuários do Banco da Terra do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. Esse encontro ocorreu por iniciativa do deputado estadual Ricardo Duarte - PT e do então delegado do Ministério do Desenvolvimento Agrário Igino Marcos da Mata Oliveira. O encontro contou com uma ampla divulgação, tendo como resultado a participação de cerca de 200 pessoas. O ex-delegado do MDA comenta que

Não dá para negar que o fato de eu ter ocupado um cargo de delegado no MDA por 4 anos e andado o estado todo visitando os assentamentos permitiu com que eu tivesse um banco de dados capaz de promover reuniões regionais e aproximar o pessoal da pastoral da terra, CPT, das lideranças dos assentamentos. Então eu acho que não foi só por isso, mas acho que o fato de eu ter sido da CPT, ido para governo e voltado para CPT ajudou fazer o encontro das lideranças das associações com o Frei Rodrigo, com o pessoal também da informação jurídica que ajudou a interpretar o que aconteceu. (Fragmento discursivo 20, Entrevistado 4, Agente Pastoral da CPT, Uberlândia 04/02/2014).

A participação do delegado do MDA, naquele momento, contribuiu para o processo de formação dos camponeses mutuários do BT no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. A proximidade dele com a CPT e demais líderes ligados às lutas sociais do campo permitiu que se pudesse realizar uma leitura acerca dos desafios enfrentados por esse grupo.

Essa foi a primeira reunião que Frei Rodrigo, representante da CPT, participou e em diálogos com alguns presidentes das associações se dispôs a ajudar no que fosse necessário. Começaram a realizar diversos encontros com o objetivo de compreender a situação, principalmente no âmbito jurídico do programa, uma vez que os camponeses corriam o risco de perder a propriedade pela falta do pagamento do financiamento.

Ai a gente já estava aqui, começou em Ituiutaba, o Maram começou aqui mesmo, lá no salão da Cúria da Igreja Católica. Essa foi a primeira reunião em 2004. Logo depois da nossa reunião de março aqui a gente começou. Foi mais ou menos, ai foi quase todo mundo das associações daqui. Nós somos nove associações daqui. Deve ter ido mais ou menos cinquenta pessoas. Foi a primeira reunião pra gente forma o Maram. Que ai o Frei pediu o documento tudo da associação, levava contrato, tudo, entendeu? A gente pediu para as associações ir, foi muita gente das associações. (Fragmento discursivo 21, Entrevistado 22, Liderança MARAM, Ituiutaba, 11/03/2014).

Como descrito por uma das principais lideranças do movimento, o MARAM foi criado pelas associações do município de Ituiutaba, ou seja, é um movimento que inicia suas articulações localmente e com o apoio de entidades e sujeitos ligados ao ambiente político legislativo, bem como de pessoas ligadas às lutas sociais rurais. A origem do nome do movimento foi resultado da leitura que os camponeses faziam nos encontros, por entenderem que sua inserção no projeto BT fazia parte de uma investida do governo federal e das elites agrárias locais e do Banco Mundial. Interpretaram que eles haviam sido incorporados na conjuntura do neoliberalismo, momento em que no campo brasileiro emergiam vários conflitos envolvendo a posse da terra. O sentido do termo “atingidos”, que consta no nome do movimento, é justamente o de fazer uma demarcação de que esses camponeses foram alcançados pelas políticas da RAM que faziam oposição ao modelo desapropriacionista.

Através da orientação e da participação do pessoal lá de Uberlândia, o Zé Oliveira que pertencia a questão da igreja, CPT o Frei Rodrigo, e alguns da área jurídica começaram a ver os problemas também, pois até então não tínhamos orientação jurídica nenhuma. O que faríamos, por que, por exemplo, os assentados do INCRA têm assessoria jurídica direto no INCRA e nós não tínhamos isso, então começamos a entender que precisávamos disso, e fomos buscar isso, e foi ai que entrou o pessoal de Uberlândia, já com uma visão mais adiantada através do Frei Rodrigo. Eles convidaram e nós participamos de várias e várias reuniões dessas em Uberlândia, aqui mesmo, lá em Iturama, e chegamos a conclusão que precisávamos nos organizar e cobrar do governo algumas mudanças, para mudar esse contexto, esse programa. Surgiu então a ideia de criar esse movimento, aí vai daqui e dali e grupos de discussões e disso saiu o nome do MARAM, Movimento dos Atingidos Pela Reforma Agrária de Mercado. (Fragmento discursivo 22, Entrevistado 5, Liderança do MARAM Campo Florido, 27/02/2014).

O MARAM surge, essencialmente em virtude das associações não conseguirem pagar a primeira parcela do financiamento. Baseando-se nessa análise, é preciso considerar que a compra da terra se fazia entre o dono da propriedade e uma associação de camponeses, com a intermediação da AMVAP, Prefeitura e EMATER. Vale ressaltar que o pagamento pela compra era realizado em dinheiro para o vendedor e o pagamento da dívida da terra era solidária, operado coletivamente. Para o agente da CPT,

O MARAM surge com uma necessidade de articulação das associações. É um movimento no sentido mais de rede de associações. Porque [...] a dívida, ela é solidária. São as associações que são de fato a dona da terra. O MARAM, ele está procurando diretrizes e linhas mais amplas para uma negociação. Então essa é a função primeiro. E por que que foi importante, foi necessário criar? Porque nenhum dos outros movimentos de luta pela terra quis encampar a luta... primeiro que num primeiro momento todo mundo, inclusive nós, nos colocamos contrário. Na medida em que, aquilo que vinha sendo afirmado que iria acontecer com os chamados beneficiários do programa, o pessoal começou a nos procurar, a gente deu apoio. Ai então foi necessário transformar aquilo numa articulação com o movimento. Porque senão iria continuar esfacelado. Individualmente cada associação querer fazer sua negociação, iria ser muito difícil. Na verdade, é que nem o Ministério do Desenvolvimento Agrário tem uma solução clara para o problema. Que essa também foi uma conclusão das séries de reuniões que nós fizemos, seja com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, seja com, naquela época com o ITER. (Fragmento discursivo 23, Entrevistado 1, Agente Pastoral da CPT, 21/01/2014).

O apoio da CPT, AFES e a assessoria de advogados ligados a essas entidades, e o deputado estadual Ricardo Duarte (PT), foram fundamentais na contribuição no surgimento do MARAM. Após o primeiro encontro, sucessivas reuniões foram sendo realizadas. Podemos exemplificar que uma das primeiras conquistas do MARAM, a partir da realização dos trabalhos de formação, foi a construção de uma identidade coletiva, sendo que os encontros entre os mutuários contribuíram para o levantamento de demandas apresentadas em cada associação iniciando, assim, o fortalecimento desses territórios. Conforme Saquet (2007),

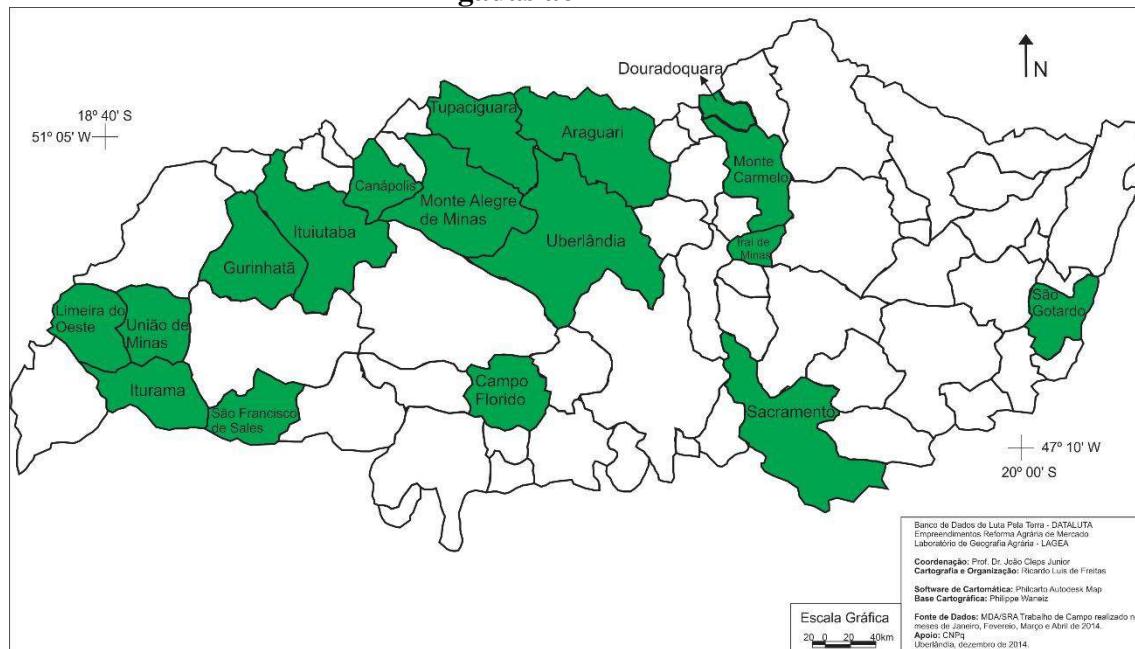
O território significa identidade, entendida como produto de interações recíprocas [...] É produto e condição de ações históricas e multiescalares, com desigualdades, diferenças, ritmos e identidade(s). O território é processual e relacional, (i)material. [...] O território significa (i)materialidade; não é apenas substrato (palco) ou formas espaciais, nem apenas relações sociais. As próprias relações sociais têm uma (i)materialidade; são objetivas e subjetivas ao mesmo tempo; são plurais e coexistentes, mudam e permanecem, na vida cotidiana. Há uma unidade concreto-abstrata *no e do* território que precisa ser abstraída. (SAQUET, 2007, p. 73).

Com a união dos camponeses mutuários sobre a organização de um conjunto de pessoas que tiveram como intuito a criação do movimento, significou um avanço quanto à aproximação dos diferentes sujeitos envolvidos no projeto BT, contribuindo, desse modo, para que eles pudesse se emancipar. A formação da identidade coletiva se dá pelo progresso das discussões e, ao mesmo tempo, o amadurecimento sobre a compreensão da realidade em que eles estavam inseridos. Nesse sentido, “a autonomia é o processo pelo qual meu discurso toma o lugar desse discurso estranho que está em mim e me domina”. (SADER, 1988, p. 56). Em outras palavras, é a mudança do comportamento a partir das leituras que os camponeses fizeram sobre a realidade em que

eles estavam inseridos, não apenas o entendimento mas o inicio de ações que visem alterar a conjuntura.

Com a realização de diversos encontros entre os mutuários do BT na região e os agentes das pastorais, o movimento foi se territorializando, pois outras associações iriam, com avanço das discussões, sendo incorporadas ao movimento. O MARAM conseguiu reunir associações de 17 municípios, sendo eles: Araguari, Canápolis, Campo Florido, Douradoquara, Gurinhatã, Iraí de Minas, Ituiutaba, Iturama, Limeira do Oeste, Monte Alegre de Minas, Monte Carmelo, Sacramento, São Francisco de Sales, São Gotardo, Tupaciguara, Uberlândia e União de Minas. Mostramos no Mapa 5, a territorialização do MARAM em sua região de origem.

Mapa 5: Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba: Municípios em que as associações são ligadas ao MARAM



Fonte: MDA/SRA; Trabalho de Campo, 2014.

Org.: FREITAS, R. L. de, 2015.

Desses municípios em que o movimento realizou encontros, a maioria das associações passou a compor o movimento, considerando que, por meio do desenvolvimento de uma identidade coletiva, eram necessários a criação e o fortalecimento de uma organização que pudesse representar os mutuários perante os problemas enfrentados. Na sequência, apresentamos a tabela 2 que retrata as associações ligadas ao MARAM.

Tabela 2: MARAM – Associações que compõem o Movimento

Município	Associações do Banco da Terra ligadas ao MARAM	Famílias	Área (ha.)	Ano
Araguari	Associação de Agricultores Familiares Laverdi	10	304,9	2002
	Associação de Agricultores Familiares Nova Esperança	18	96,8	2001
Campo Florido	Assoc. dos Trabalhadores Rurais de Campo Florido - Tavares	74	1170	2001
Canápolis	Associação dos Pequenos Produtores Fazenda Sonho Novo	11	103,6	2001
Douradoquara	Associação Terra Fértil	6	48.40	2001
	Associação Canto das Perdizes	10	77	2001
	Associação Vale Dourado	6	61	2001
Gurinhatã	Associação dos Agricultores Familiares Furna da Nascente	25	296,5	2002
	Associação dos Agricultores Familiares Freitas e Oliveira	12	101.8	2002
	Associação dos Agricultores Familiares Norte de Minas	25	242	2002
	Associação dos Agricultores Familiares Planalto	24	297	2002
Iraí de Minas	Associação Centro Agroindustrial dos Produtores de Iraí de Minas – ICAPIM	18	179,7	2001
Ituiutaba	Associação dos Agricultores Familiares Ribeirão dos Baús	16	148	2001
	Associação dos Agricultores Familiares do Pontal I	28	238	2001
	Associação dos Agricultores Familiares do Pontal II	8	73	2001
	Associação dos Agricultores Familiares Santa Rita de Cássia	11	97	2001
	Associação dos Agricultores Familiares Santos Reis	5	101	2001
	Associação dos Agricultores Familiares Souza e Santos	18	216,1	2001
	Associação dos Agricultores Familiares Vale do Esperança	6	61	2001
	Associação dos Produtores Rurais do Córrego Dos Pilões	10	39	2001
	Associação Unidas Santo Antônio	11	110,1	2001
Iturama	Associação dos Agricultores Familiares Nova Esperança	6	57,6	2001
	Associação dos Agricultores Familiares Água Vermelha	12	86,5	2001
	Associação dos Agricultores Familiares Campo Novo I	7	88,8	2001
	Associação dos Agricultores Familiares Campo Novo II	14	110.7	2001
	Associação dos Agricultores Familiares Santa Rosa	15	216	2001
Limeira do Oeste	Associação dos Agricultores Familiares Fazenda Paraíso	98	114	2001
	Associação dos Agricultores Familiares Nova Canaã	26	195	2001
Monte Alegre de Minas	Associação Agrícola Asa Verde	13	82	2002
	Associação Agrícola Monte Sião	22	209	2001
	Pequenos Produtores de Canápolis	20	193,5	2001
	Associação dos Pequenos Agricultores Vale do Sol II	20	193,5	2001
	Associação dos Pequenos Produtores Regional de Monte Alegre de Minas - APARMA I	31	296	2001
	Assoc. dos Peq. Agric. Reg. de Mte Alegre de Minas - APARAMA II	30	335	2001
	Assoc. Familiar dos Agricultores de Monte Alegre – AFAMAM	10	99	2001
Monte Carmelo	Assoc. Centro Agroindustrial dos Produtores de Monte Carmelo	18	179	2001
Sacramento	Associação Familiar Rural de Sacramento	12	129	2002
São Francisco de Sales	Associação dos Agricultores Familiares Boa Sorte	30	242	2002
	Associação dos Agricultores Familiares do Vale do Amanhecer	13	81	2002
São Gotardo	Associação dos Pequenos Produtores de São Gotardo	16	108	2001
Tupaciguara	Sociedade Amigos da Terra - SAT	15	75	2001
Uberlândia	Associação Campo Brasil	46	491	2001
União de Minas	Associação dos Agricultores Familiares Santa Isabel	11	89	2002
	Associação dos Agricultores Familiares Santa Clara	21	159	2001
	Associação dos Agricultores Familiares Bom Jesus	25	210	2001

Fonte: DATALUTA/RAM, Trabalho de Campo, 2014.

Org.: FREITAS, R. L., 2015.

A geografia da organização do MARAM é composta por 45 associações do Banco da Terra no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. Cada associação tem um representante que se responsabiliza pelo fomento da discussão realizado na base, sendo esta composta por todos os mutuários.

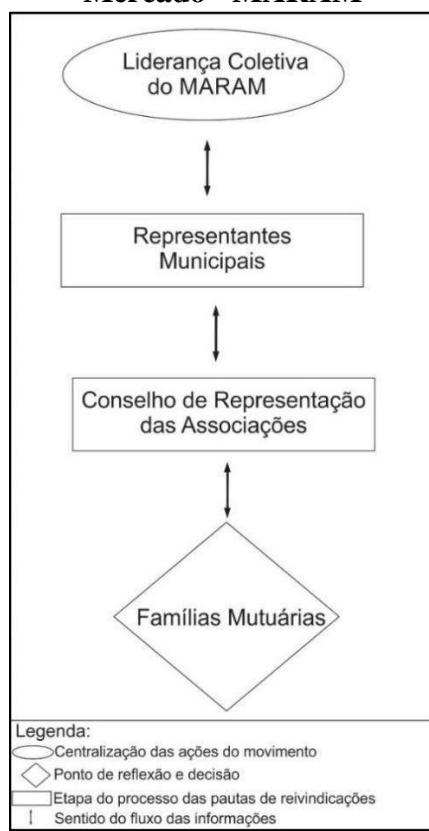
Os diferentes níveis organizativos do MARAM evidenciam a necessidade de que cada um representa uma função nesse movimento socioterritorial. Cada associação escolheu dois representantes, sendo realizadas eleições ou indicação entre os mutuários, um titular e o outro suplente.

Os representantes das associações formam o Conselho de Representações das Associações, que são os responsáveis em promover as discussões e encaminhar as demandas que os mutuários apresentam. Para Ramos Filho (2013),

[...] Os representantes das associações do MARAM têm o papel de fomentar na base das respectivas associações a reflexão sobre os problemas, a busca de soluções, discutir os encaminhamentos a serem tomados nos níveis representativos superiores, realizar a socialização das informações, deliberações etc., encaminhadas nos fóruns, negociações etc. (RAMOS FILHO 2013, p. 120).

Nota-se que as atividades do MARAM concentram-se na base, sendo que, no início do movimento era necessário que os esclarecimentos sobre as informações relativas aos limites do projeto fossem amplamente debatidos. Os representantes de cada associação formam o conselho de representantes do município onde, inicialmente, reuniam-se periodicamente, apresentando as demandas de cada associação. É nesse conselho de representantes de municípios sendo, presentes apenas os líderes de cada associação, que se elegeram os dois representantes de cada município, que compunham o nível de representação geral do MARAM. Em seguida, expomos a fluxograma 1 do MARAM.

Fluxograma 1: Estrutura do Movimento dos Atingidos pela Reforma Agrária de Mercado - MARAM



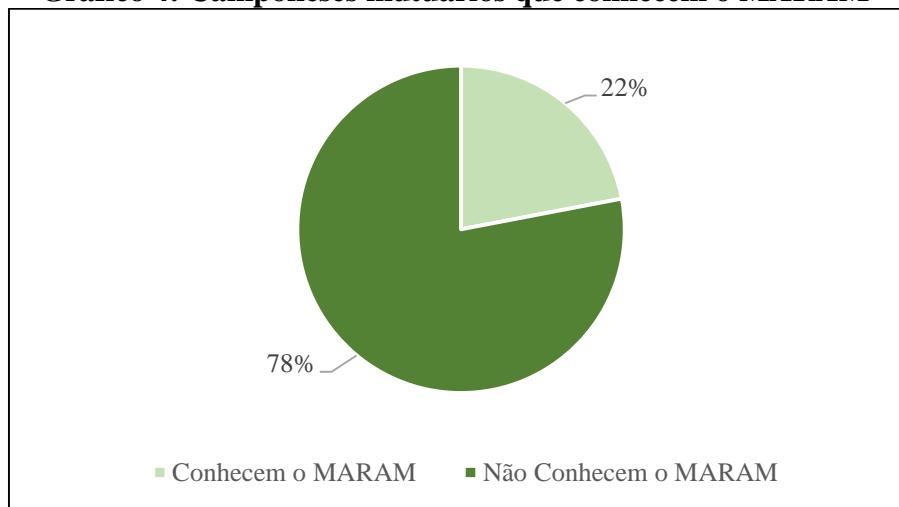
Org.: FREITAS, R. L. de, 2015.

As principais ações do movimento, tais como reuniões com os órgãos municipais estaduais e federais eram função apenas dos líderes do MARAM, formados pelos representantes de cada município. De acordo com algumas lideranças deste movimento socioterritorial, as deliberações e encaminhamentos só eram aprovadas após ampla discussão com as associações. Essas avaliações ocorriam dentro da base do movimento o que contribuíam para o levantamento de demandas e problemas, que eram direcionados para as lideranças e, no momento oportuno, apresentadas para os responsáveis/gestores do programa.

Observamos que a verticalização do movimento nas diferentes escalas territoriais inicialmente conseguiu articular ações de enfrentamento com o poder público, no entanto, a sua influência no sentido horizontal teve pouca expressão, visto que a base do movimento, formada pelas famílias mutuárias nos mostra que, atualmente, muitos desconhecem sua existência. De acordo com os dados coletados nos trabalhos de campo, temos que a maioria dos entrevistados afirmaram não terem informações sobre o MARAM.

Esses dados nos demonstram que os empreendimentos em que se havia a presença de um ou dois integrantes da liderança do movimento, os campões tinham um conhecimento sobre a sua existência. Nesses casos, muitos disseram que já participaram de várias reuniões que foram convocadas pelo MARAM, para discutir a pauta de negociação com o governo.

Gráfico 4: Campões mutuários que conhecem o MARAM*



Fonte: Pesquisa de Campo, 2014.

Org.: FREITAS, R. L. de. (2014).

*Dos 47 campões entrevistados (excluir-se as lideranças do movimento), 41 responderam essa questão. Portanto, o gráfico refere-se à porcentagem de 41 entrevistados.

A maioria, 78%, disseram não conhecer o MARAM, e que não foram convocados para os encontros e encaminhamentos feitos pelo movimento. Soma-se a esse porcentual, a frequente substituição de mutuários, o que impossibilitou a participação dos campões, pois, no momento em que o movimento estava atuante, alguns ainda não moravam no empreendimento. Outro aspecto refere-se à recusa de muitos em querer participar de um movimento social, por acreditar que este tinha relação com a luta pela terra.

Com o objetivo de criar um símbolo que representasse o movimento, foi elaborada uma bandeira que significaria a representação da luta desse seguimento camponês. Em seguida, ilustramos, na figura 5, a bandeira do MARAM.

Figura 5: Bandeira do Movimento dos Atingidos pela Reforma Agrária de Mercado - MARAM



Fonte: Acervo pessoal da entrevistada 21, 2015.

De acordo com a descrição dos mutuários, o verde significa a esperança e a convicção de que somente por meio da ação dos próprios indivíduos é possível transformar a realidade. As mãos entrelaçadas no centro representam a diversidade presente dentro de cada unidade, seja ela de gênero, idade e etnia. É a diversidade que busca se fortalecer na unidade, é uma realidade em que as experiências de trabalhar coletivamente tenham marcado negativamente, no entanto a ideia da criação do movimento revitalizou e fortaleceu a necessidade da união dentro de cada grupo.

Essa estrutura presente no movimento estimulou os camponeses a se empenharem no processo de ações que pudessem promover o avanço da resolução do problema da dívida. “A autonomia redefine o sentido da representação e da participação”. (CHAUÍ, 1999, p. 304). A partir do momento em que eles passaram a ter o processo de formação, estes camponeses passaram a mudar sua postura ante a realidade em que se encontravam.

4.4 As escalas geográficas de ação do MARAM

Podemos acrescentar a essa leitura geográfica, acerca dos movimentos socioterritoriais, fatores como a escala de origem, escala de ação e escala de incidência ou sua eficácia, segundo Santos (1997). Embora este autor utilize essa interpretação para analisar o contexto do desenvolvimento dos grupos capitalistas no território, empregamos esse raciocínio para compreendermos as ações do MARAM. Tais elementos têm relação

com a maneira pela qual o movimento consegue dialogar com outras instituições e entidades e, assim, cria-se a capacidade de articulação por meio da imaterialidade do discurso, realizando suas ações. A escala de origem tem relação com a força do seu emissor, SANTOS (1997).

Podemos dizer que uma das primeiras conquistas da união desse grupo foi a realização dos trabalhos de formação na construção de uma identidade coletiva, e contribuindo para que cada mutuário pudesse redefinir sua autonomia, sendo os sujeitos da mudança. Os encontros entre os camponeses colaboraram para o levantamento de demandas apresentadas em cada associação, e isso fortaleceu o sentido da autonomia.

É na escala de origem que se evidenciam os elementos da mudança, sejam eles referentes às demandas debatidas, bem como o incentivo à participação e o envolvimento dos camponeses. Dentre as principais questões apresentadas, naquele momento, em seu conjunto, destacam-se a) nenhuma associação conseguiu pagar a primeira parcela da dívida; b) muitos não conseguiram pagar o PRONAF ou não tiveram acesso a essa linha de financiamento destinada ao segmento da agricultura camponesa; c) a evasão de um elevado número de famílias dos empreendimentos; d) os investimentos em benfeitorias e infraestrutura para os projetos produtivos inacabados por conta do pouco recurso disponibilizado; e) a inclusão dos nomes de todos os mutuários Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais - CADIN e SERASA; f) por conta da restrição do nome no cadastro de inadimplentes, eles eram impedidos de acessar novos créditos no mercado; g) casos de corrupção de presidentes de associações que desviaram dinheiro; h) as inúmeras dificuldades enfrentadas pela produção e trabalho coletivo e i) o fraco ou inexistente serviço de assistência técnica prestado pelos órgãos responsáveis.

Esse conjunto de demandas apresentadas pelos camponeses mutuários se materializou em pautas de reivindicações agora sendo lideradas pelo MARAM. Com mais clareza sobre a real situação levantada, começa-se a elaborar a pauta de negociação com o governo federal, ao mesmo tempo em que se inicia o processo organizativo do movimento.

Entendendo que os trabalhos seriam na vertente organizativo, para criar também um processo organizativo e formativo nas lideranças. Esse era um aspecto. O outro aspecto era um aspecto técnico da dívida. Entender a dívida, aspecto técnico jurídico inclusive. Porque o pessoal tinha ameaça de perder. Então se tentou, durante todo o processo, que o nosso trabalho fosse um trabalho de organização, formação política, formação comunitária, etc., conhecer e compreender todo o processo, rediscutir os estatutos, entender o que estava acontecendo, levantar o quadro real, tentar fazer com que as pessoas

compreendessem, porque as pessoas foram agregadas né, porque o sistema do Banco da Terra foi muito assim, né. Tanto que a mentalidade que foi passada é que seria Reforma Agrária sem luta. A outra é Reforma Agrária do conflito, da luta. A nossa não, é da paz. Ai o pessoal entendeu e viu o que fizeram com eles. Então e o sentido técnico, jurídico, qual seria a saída. E ai sim. E ai foi por uma praticidade muito grande. Porque praticamente todos os encontros era baseado, foi sendo, foi acontecendo a partir da construção de uma pauta de negociação com o Governo Federal. (Fragmento discursivo 24, Entrevistado 1, Agente Pastoral da CPT, 21/01/2014).

A estratégia de realizar encontros para a organização da agenda de negociação cumpriu dois objetivos importantes. Primeiro, o de aproximar os mutuários em torno da construção da pauta e, ao mesmo tempo, permitiu a construção do MARAM e a formação de suas lideranças. O segundo consistiu em criar, concomitantemente, uma ação de enfrentamento com os responsáveis pelo programa por meio das ações de negociações.

A escala de origem do MARAM, sendo este essencialmente regional, contribuiu para que os camponeses ligados ao movimento pudessem compreender, com maiores detalhes, quais aspectos precisariam dedicar na resolução. Outro encontro importante foi no município de Uberlândia, em 8 de junho de 2006. Este encontro foi marcado, nessa cidade por ser considerada o polo regional. Outra justificativa é que o fato de as entidades que apoiavam a luta do movimento estarem sediadas em Uberlândia contribuiria para a participação deste no encontro. Afirmamos que sua escala de origem se limitou à região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, sendo que essa organização, após formada, colaborou para o fomento ao debate sobre o modo como deveriam ser conduzidas as questões referentes à resolução dos conflitos no interior do projeto BT.

4.5 A geografia das lutas do MARAM: escala de ações

A escala de ação do movimento socioterritorial é o elemento fundamental que reflete a capacidade alterar a realidade. Ele pode atuar nas diferentes escalas geográficas de modo gradativo ou de maneira simultânea. Isso vai depender da estrutura do movimento e de sua territorialização já conquistada.

A escala da ação do movimento socioterritorial é um fator definidor de sua capacidade transformadora. No que se refere a sua importância analítica, Santos (2006) aponta que a escala constitui a circunscrição de lógicas – tanto espaciais, quanto temporais - de ordenamentos das relações entre objetos e ações. Entendida como prática social, ela é resultado da ação do sujeito e de sua organização. Nesse sentido, a escala é uma instância da ação política que se manifesta por meio de aspectos e relações espaciais. Se entendida como campo das relações de poder, a ação dos sujeitos pode transbordar seu próprio campo, assim como dos recortes políticos-administrativos colocados pelo Estado. Em suma, a escala revela as relações de poder ao servir de demarcação

regulatória no interior do quadro de conflitualidade. (PEDON, 2009, p. 194 - 195).

É importante apontarmos que, no conjunto de ações do MARAM, se insere a formulação de estratégias que possibilitaram o permanente diálogo com o governo federal e estadual, principalmente com a Secretaria de Reordenamento Agrário – SRA e o Instituto de Terras do Estado de Minas Gerais – ITER/MG. Assim, sua escala de ação se dava nos níveis municipal/regional, estadual e federal. Esse quadro demonstra a importância da organização que se efetiva por meio do movimento que exerce poder de pressão perante o Estado, em suas instituições. O movimento assegurava que o problema principal estava na estrutura do projeto, elemento que limitava o pagamento da dívida.

O MARAM foi o primeiro e, possivelmente, o único movimento representante das associações do BT que trouxe a oportunidade de criar espaço de diálogo oficial com os gestores do programa, tanto em Brasília quanto em Belo Horizonte. Incluímos, no debate, que este movimento também é produtor do território imaterial, uma vez que o embate se deu diretamente com o governo federal e estadual, demarcando o posicionamento dos mutuários camponeses nas diferentes escalas do poder político institucional. Conforme Felício (2010),

É no território que os interesses antagônicos das classes sociais se efetivam, razão pela qual é imprescindível ampliar a compreensão desse conceito entendendo-o como campo de força. É indispensável que ele torne-se sujeito do seu discurso e combata o processo de invisibilidade construída cuja finalidade consiste em excluí-lo social e politicamente. (FELÍCIO, 2010, p. 28 - 29).

As ações empreendidas pelo MARAM, ao apresentarem as rupturas presentes nos projetos e os conflitos existentes, fizeram com que eles avançassem na construção de uma nova fase desses territórios, dado que o poder de pressão empreendido contra o Estado apresentou resultados posteriormente. Esses encontros contribuíram de forma decisiva para que o movimento apresentasse, as principais pautas de reivindicações como a individualização e a renegociação da dívida.

Os movimentos socioterritoriais, sobretudo hoje, não restringem sua organização e agenda somente à *escala da origem*. Sua extensão está diretamente relacionada com o alcance da luta e dos impactos pretendidos pelos movimentos. Utilizando os termos de Milton Santos, a *escala da origem* e a *escala do impacto* estão condensadas na organização e na agenda dos movimentos, de forma a dar uma maior profundidade às ações do movimento. (PEDON, 2009, p. 195, grifos do autor).

Consideramos que a atuação de um movimento no sentido de articular em diversas escalas seja importante, todavia, é preciso que haja uma ação que possa almejar a construção de novas escalas e construir, assim, suas próprias territorialidades, assim como romper os limites que impedem a efetivação do objetivo da ação. Os movimentos socioterritoriais nos indicam o ponto alto das falhas da estrutura social vigente. Ou seja, os movimentos transitam, fluem e acontecem em espaços não consolidados das estruturas e organizações sociais. Na maioria das vezes, eles estão questionando esse modelo de resolução dos conflitos, sugerindo e apontado o que, realmente, é preciso mudar.

Para que o MARAM pudesse adentrar no ambiente de comando do poder político, tanto no governo federal quanto estadual, foi necessário a contribuição de outros sujeitos, tais como o delegado do MDA e o deputado estadual, citados anteriormente. Devido ao auxílio desses agentes públicos, foi marcado um primeiro encontro em Brasília com o Secretário de Reordenamento Agrário, na época, Eugênio Conolly Peixoto, no ano de 2004.

Então nós éramos em seis. Outubro de 2004. Ai nós fomos. Nós chegamos cedinho lá, era oito horas, ai eu perguntei quando a gente foi lá, eu perguntei “não, agora só depois das nove que vai atender vocês”. Chegamos já tava marcado. Ai ele falo “não, o rapaz do INCRA vai atender vocês”, ai nós fomos lá no INCRA, subindo o predinho lá, era no mesmo predinho, fomos lá conversar com ele. “ah, vocês estão aqui por quê?” “a. gente quer falar com o secretário.” “o quê vocês vão falar com ele?”, um olhou pro outro e falou “não, na hora que chegar a gente fala”, Porque ele não tinha feito ainda. Ai foi “ah, porque isso e isso e aquilo, esse é um bom programa”, eu falei “ih, mas da na mesma o Banco da Terra, o Cédula da Terra”, ai ele virou assim “você ta muito pessimista”, eu falei “não, não to, porque o mesmo programa que vocês estão colocando é o mesmo que nós estamos, e esse programa...” “não, mas é melhorado” “não é não”, ai ele falou assim “tem certeza? Então senta aqui, vamos discutir o que vocês tem que melhorar” o que tem que melhorar é isso, isso, isso, vocês vão tirar? Ai ele virou assim “não, mas o Banco da Terra a gente não tem nada do Banco da Terra aqui” eu falei “nada?” “nada” “mas eu já mandei documentação três vezes” Ele falou assim “então vamos ligar lá”, ele ligou e falou que não chegou documentação dela aqui, mas eu nem sei onde que ta. (Fragmento discursivo 25, Entrevistado 21, Liderança MARAM, Ituiutaba, 11/03/2014).

Pede lá um documento e eles mandam pra BH e o documento nunca mais volta e aquilo não anda, então até agora, tem 3 anos que saí do projeto. (Fragmento discursivo 26, Entrevistado 5, Liderança do MARAM Campo Florido, 27/02/2014).

Agora outro ponto negativo, me coloquei como representante da minha associação, e digo da falta de funcionário no UTE e de esclarecimento que eles passam. Você lembra até hoje do tanto de documento que manda para lá e eles somem, tinha que preparar tudo outra vez. Se tivesse lá um funcionário que olhasse e vesse o que estava faltando na hora, e que mandasse direto para mandar para cá. Mas lá só tem atendente, chega lá e a pessoa não sabe de nada, uma vez liguei lá e o pessoal lá que começou a me perguntar como que foi feito

o negócio, mas eu que liguei lá para pedir informação, e a moça queria aprender comigo. (Fragmento discursivo 27, Entrevistado 15, Liderança MARAM, Monte Alegre de Minas, 07/03/2014).

O primeiro problema que as lideranças identificaram foi a falta de organização das instituições do governo no que se refere ao arquivamento da documentação dos empreendimentos. Isso demonstra o descompromisso do poder público em querer assumir uma política que havia sido criada pelo governo anterior e que, no momento desse encontro, já estava extinta. A burocracia que eles tiveram que enfrentar é um aspecto indispensável para compreendermos a disputa de poder presentes nessas estruturas. “Ora, nós sabemos que a burocracia estatal não é um instrumento de administração, e muito menos de racionalização. A burocracia estatal é uma formação social de exercício do poder”. (CHAUÍ, 2000, p. 51). E esse poder se expressa pelo controle que esses agentes exercem sobre os camponeses, na não resolução dos conflitos.

Outro ponto importante, foi a ação dos agentes que apoiaram os mutuários, conseguindo agendar um encontro com o responsável pela SRA, que viabilizou diversos desdobramentos para as demandas apresentadas. Nas entrevistas com liderança do MARAM, eles descrevem a preocupação dos atendentes em querer saber sobre o assunto que eles iriam tratar com o secretário.

“Mas afinal de contas, o que vocês querem com o secretário?” eu falei “nós vamos falar com ele, pode deixar. Na hora certinha vocês sabe”. vem pra essa sala aqui até o secretário atender. Falei “se esse secretário não vir atender a gente, ele vai ouvir poucas e boas depois. Ai chegou o grandão lá assim. “primeiro eu queria que fizesse uma apresentação” eu falei “primeiro apresenta o senhor, quem é?” Ai ele virou assim “eu sou o secretário e vocês vieram falar comigo. Apresentou todo mundo, da onde que era. Nessa primeira reunião foram seis pessoas. Ai a gente pegou e falou assim, ele falou assim “mas o quê vocês desejam de mim?” Eu falei “pra começar eu gostaria de saber o quê o senhor tem sobre o Banco da Terra de concreto?” Ai ele falou “ser sincero?” eu falei “é sincero. Gosto de sinceridade”. “Nada!”. Um olhou pro outro assim, balançando a cabeça, eu falei “como moço? Ele virou assim “quero o responsável pelo o Banco da Terra”. Ele falou “primeiro vocês vão fazer perguntas e eu vou anotando, e depois eu respondo”. Então o que o senhor tem de concreto pra o Banco da Terra, o senhor já respondeu, que nada. Tudo bem ai o menino perguntou “e o que pretende fazer com o Banco da Terra?” ai ele falou assim “mas o Banco da Terra ta extinto” “a dívida também? Porque tão cobrando?” Ele ficou assim, e falou “a dívida, é” eu falei “como é que você extingue um programa e fica cobrando? Ai não tem jeito” ai ele ficou assim, falou “respondo a senhora daqui um pedacinho” ai anotou. “O quê vocês querem?” “Renegociar a dívida, e diminuir?. De preferência se extinguiu, no meu entender, extinguiu um programa então alguma coisa vocês, da falência, não é?” ai ele virou e falou assim “é mais ou menos” eu falei assim “deu falência, então eu não pago mais” ai ele anotou. Terminou de anotar, os outros fez outras perguntas. Outro perguntou: pode vender, pode vender a associação?” Ele olhou, anotou, eu falei “quero ver a sua resposta” “to

anotando”. Se podia vender a associação, se podia entregar para o banco, tudo isso foi perguntado pra ele na primeira estância e ele foi ficando assim, vermelinho, vermelhinho, eu falei, agora mesmo vai dar um ataque nesse homem agora mesmo. Ai terminou, eu falei, é agora nós já fizemos as nossas perguntas é só esperar. Ele falou “olha, quanto vender eu não sei, quanto a passar para o banco eu não sei” ele não sabia nada, tudo ele falou “não sei, mas se vocês pretendem.” Eu falei “nem renegocia a dívida? As vezes pode a gente ate renegocia” acaba os juros, tira os juros pra gente e divide isso mais, porque olha, é três anos de carência e chegou no segundo ano ele já cobraram a dívida. Ai eu falei “não, não tem cabimento. (Fragmento discursivo 28, Entrevistado 21, Liderança MARAM, Ituiutaba, 11/03/2014).

Como pode ser observado pela descrição, as dificuldades de se encontrar com o secretário e expor a suas indagações se fizeram presentes. De fato, o secretário não tinha dimensão das dificuldades apresentadas, e isso, de certo modo, o pressionou a se comprometer em encontrar caminhos para que pudesse resolver os pontos apresentados. A clareza dos discursos que os mutuários apresentaram na SRA é o confronto direto com o Estado exercendo por meio da fala uma nova relação de poder.

O fato de terem conversado diretamente com um integrante da cúpula do governo federal, na escala do centro do poder político nacional, contribuiu, de maneira imediata, para que novos encaminhamentos pudessem ser realizados. O MARAM, a partir desse encontro ocorrido em Brasília, passou a realizar diversas reuniões com os gestores do programa, retornando, algumas vezes, a Brasília, bem como se encontrando com técnicos do Instituto de Terras de Minas Gerais – ITER/MG, onde se encontra a Unidade Técnica Estadual sediada em Belo Horizonte.

Dois mil e seis fomos em Belo Horizonte conversar com o Marcio Silva [ITER]. Foi no Iter, na UTE, mas o MDA também tava junto. Em de dois mil e seis saiu a primeira medida provisória. Essa é uma medida que não virou lei não. Essa medida que saiu lá era só Banco da Terra, mas essa ficou entre nós mesmo, porque não saiu nada. Ai foi quando, eu falei assim “Ademar [SRA], a gente não pode ta vindo aqui, mas você não pode ta fazendo isso pra gente?” ele falou assim “posso, desde que vocês me mandem alguma documentação ai eu mandei foi o email. Mandei os emails, mas com o email meu ele consegui fazer essa medida. [...] Agora o que a gente tava precisando mesmo, é porque a gente tinha que organiza de todo o jeito as associações estavam uma bagunça, não tinha como a gente prosseguir se a gente não colocasse ela em dia. Ai antes da medida, dois mil e seis foi quando o Nabil Rabini [ITER] desceu. O Nabil ajudou a gente muito ele era de Belo Horizonte. Ai sim, ele visitou todas as associações, em cada uma ele foi, na região todinha. Eu acompanhei ele nas reuniões. Guriatã, Iturama, São Francisco de Sales. . (Fragmento discursivo 29, Entrevistado 21, Liderança MARAM, Ituiutaba, 11/03/2014).

As ações do MARAM ultrapassam o simples questionamento das relações sociais impostas pela burocracia estatal. Essa organização se expressa geograficamente, construindo novas territorialidades nos espaços de diálogos que foram sendo

conquistados. No ano de 2006, criou-se um instrumento para o processo de renegociação e individualização da dívida, no entanto não houve êxito.

O desejo de ir ao encontro das soluções, para os desafios deparados, serviu para que os agentes do estado pudessem, naquele momento, estar acompanhando mais diretamente as associações ligadas ao MARAM. O fato de o técnico do ITER ter realizado visitas nos diversos empreendimentos da região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba contribuiu para que os gestores públicos pudessem fazer uma análise mais aproximada da realidade que esses camponeses viviam. Eles continuaram no empenho de se reunir com os camponeses na intenção de que o governo federal pudesse atender às pautas de reivindicações apresentadas.

Depois marcou em Uberlândia, ai sim, ai já foi todo mundo. Foi um representante de cada, dois representantes de cada cidade. Ai tinha Iraí de Minas, Monte Alegre, Ituiutaba, Campo Florido, Canápolis, Iturama, Monte Carmelo, Gurinhatã, São Francisco de Sales, Uberlândia, Sacramento. Depois dessa nós fomos, foi esse tanto de representante, dois de cada associação e a gente foi falar diretamente com o Ademar que era o secretário do reordenamento agrário, que ai assim, conversou com a gente muito bem. Ai marcou pra eles virem ficar com a gente no Maram. Ficaram com a gente três dias lá em Uberlândia. Quando ele o Ademar [SRA] foi lá em Uberlândia já tava as quarenta e duas associações. . (Fragmento discursivo 30, Entrevistado 22, Liderança MARAM, Ituiutaba, 11/03/2014).

Essa reunião ocorreu na cidade de Uberlândia, junho de 2006, contribuindo para que o secretário de reordenamento agrário pudesse aproximar e ao mesmo tempo entender o que os camponeses estavam propondo. Foram três dias de diálogos durante os quais, ao final, foi elaborado um documento intitulado “Carta de Uberlândia”, em que são pontuados diversos encaminhamentos, demonstrando o posicionamento do MARAM sobre as condições dos mutuários do BT na região. Transcrevemos o conteúdo do documento a seguir.

Carta de Uberlândia

“1 - Entendemos que a iniciativa do governo federal, de “Recuperação e Regularização dos Projetos financiados pelo Fundo de Terras (Programa Banco da Terra e Cédula da Terra)” é importante, porém insuficiente.

2 – A discussão da dívida para a compra da terra e a do PRONAF contraída pelas Associações, no Programa Banco da Terra não pode ser isolada das condições de sobrevivência, manutenção e da sustentabilidade dos assentamentos, como foi prometido pelo governo durante a implantação do Programa.

3 – Adquirimos uma terra, cuja viabilidade como empreendimento agrícola tinha a garantia de laudos técnicos, de órgãos oficiais (EMATER), e aprovados nos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável municipais e estaduais e Associação dos Municípios, e na verdade nos deparamos em muitas áreas que não são aptas a agricultura, muitas vezes superfaturadas, e

áreas pequenas para desenvolver qualquer atividade agropecuária, em relação ao número de famílias que ali foram colocadas.

4 – Somos favoráveis ao pagamento justo, desde que seja revista toda a dívida.

5 – A regularização dos associados, bem como a legalidade é importante, levando em consideração a realidade de sofrimento, abandono e descaso por parte dos gestores e unidades técnicas durante anos.

6 – Os problemas internos devem ser tratados com respeito a organização social e com uma metodologia participativa, com acompanhamento do governo.

7 – Os problemas sejam eles no campo de organização interna ou de viabilização econômica dos assentamentos, são comuns à todas as Associações, o que demonstra que o principal problema é do Programa, portanto, essa Política de Crédito Fundiário, nos jogou numa armadilha, cuja saída se encontra na inclusão destes nossos Assentamentos do Banco da Terra, no Programa Nacional de Reforma Agrária do INCRA.

8 – O governo deve respeitar a autonomia e representatividade das Associações e de sua articulação enquanto movimento, garantindo os recursos necessários ao desenvolvimento de organização e formação do movimento.

9 – Devem ser garantidas as condições de sobrevivência dos assentados bem como a retirada dos nossos nomes do SERASA e CADIN.

Entendemos necessária a suspensão do Programa Nacional de Crédito Fundiário e que sejamos incorporados na verdadeira reforma agrária”.

Esse documento foi amplamente divulgado entre os mutuários ligados ao movimento e se constituiu como o principal meio de informar os apontamentos sobre as fragilidades do projeto. Sua elaboração foi resultado dos vários encontros realizados nas associações e entre as lideranças do MARAM.

Eles ampliam a leitura acerca da realidade em que eles estavam inseridos. Indicam que a renegociação é uma ação importante, mas não é suficiente para promover uma melhoria das condições dos empreendimentos. Apresentam a necessidade de abertura de novos créditos para dar continuidade a permanência das famílias nesses territórios.

No 3º ponto, por exemplo, são apresentadas algumas denúncias de irregularidades do projeto, tais como a aquisição de propriedade inferior a demandas de mutuários que residem nos empreendimentos, acusação de compra de terras superfaturadas e áreas inviáveis para o desenvolvimento de atividades agrícolas. Chamam atenção para a necessidade de considerar as especificidades de cada associação para a resolução dos conflitos internos, solicitando o respeito a organização interna de cada empreendimento. A intenção de serem incluídos na política que atende aos assentamentos da reforma agrária é uma esperança de que o Estado se responsabilize pelos empreendimentos RAM, por sua vez, abandonados desde o início do projeto.

Assim, compreendemos que a escala de ação foi o início do debate sobre as dificuldades dos camponeses, uma vez que o processo de formação desenvolvido pela realização dos seminários e encontros culminou no surgimento do movimento MARAM.

4.6 Escala de eficácia: as conquistas do MARAM para os mutuários camponeses do Banco da Terra

A escala de eficácia ou incidência é um exemplo de que o movimento socioterritorial se expressa, geograficamente, no território, revelando as conquistas obtidas com as ações empreendidas. Embora a atuação do MARAM tenha se concentrado na escala do poder político e junto aos mutuários, seus efeitos se refletiram na escala nacional. Os diversos encontros realizados em Brasília e Belo Horizonte resultaram na publicação de uma Medida Provisória - MP de renegociação da dívida agrária, em que foram inseridos dois artigos referentes às demandas apresentadas pelos mutuários do BT. No que diz respeito a assessoria jurídica prestada pelos advogados ligados a AFES e agentes da pastoral da terra, a primeira ação foi retirar o nome de todos camponeses mutuários do cadastro de inadimplentes.

Em 2008 quando o governo editou a lei de renegociação que as pessoas aderiram a essas renegociações o Banco do Brasil se recusou a retirar o nome dessas pessoas do SPC e SERASA até que assinassem o contrato definitivo em tempo e hora oportuna. Diante disso, muitas pessoas entraram com uma ação contra danos morais para serem resarcidos dos prejuízos que tiveram. Essa ação também foi interessante porque causou numa normativa dentro do banco para o Brasil inteiro tirar o nome do SPC e SERASA de todo mundo dentro do Banco da Terra. Que dizer, mesmo depois do MARAM e as demandas judiciais causaram repercussão nacional do ponto de vista de facilitar. A pessoa começava a renegociar e a realizar os pagamentos mínimos e o banco não respeitava isso. Além das pessoas tentar renegociar o banco ainda mantinha os nomes deles no cadastro o que atrapalhava pegar crédito em qualquer lugar. (Fragmento discursivo 31, Entrevistado 3, Assessor Jurídico, 03/02/2014).

Desse modo, a estratégia do MARAM em entrar com processo judicial contribuiu para que os mutuários pudessem acessar novos créditos, demonstrando a importância da organização que se efetiva por meio do movimento que exerce poder de pressão perante os órgãos do Estado.

Esses encontros concorreram de forma decisiva para que o movimento apresentasse, de maneira clara, as fragilidades do projeto BT, tendo como principais pautas de reivindicações a individualização e a renegociação da dívida. Para isso, eles contavam como uma de suas estratégias, a inclusão de suas pautas de reivindicações em

ações conjuntas lideradas pelos camponeses em escala nacional, sendo que o objetivo era dar visibilidade em suas demandas, tornando públicas as limitações enfrentadas. Um agente da pastoral descreve que

Foi conquista do movimento um outro fator importante, que ele conseguiu fazer com que o Ministério sentasse pra resolver o problema e achar uma solução. Porque até pra eles estava difícil. Mas na medida que então você tinha os fatos concretos, o diálogo com a base, os técnicos nosso acompanhando, na perspectiva principalmente jurídica de dívida, etc., isso foi forçando hipóteses. Que eram travadas porque a dívida depende do tesouro nacional e outros setores. Mas a questão da possibilidade da regra foi mudando. Mas se você pega o historicamente, antes do MARAM, quando criou o Cédula da Terra e depois passou para o Banco da Terra, também há pressão, que foi exercida de uma forma muito forte pela articulação do Fórum Nacional de Reforma Agrária, que ai quando foi na implantação do Cédula e etc., mesmo ali o governo FHC foi mudando os critérios. A partir também da crítica. Isso também aconteceu. Agora um dos aspectos da reforma do MARAM foi a mudança dentro daquilo que era preciso. As portarias foram saindo também. (Fragmento discursivo 33, Entrevistado 1, Agente Pastoral da CPT, 21/01/2014).

O MARAM, por meio das reuniões de negociação na SRA, pressionou os responsáveis por um instrumento que alterasse as regras de pagamento do financiamento. Isso ocorreu, fundamentalmente, devido às articulações estabelecidas nesses territórios. A força exercida por este movimento sobre, o Estado, em escala nacional, alterou as regras até então vigentes.

A individualização da dívida era uma reivindicação importante, pois, se algum camponês tivesse condições de pagar ficaria impedido, porque a dívida é coletiva. Por outro lado, a renegociação da dívida se fazia necessária pelo fato de nenhum mutuário conseguir pagar, diante disso, era indispensável estabelecer novos parâmetros para a quitação dos débitos.

Mas o que era de fato a função do MARAM? O MARAM chegou a conclusão de que o povo tem interesse de pagar o débito, tem interesse de resolver essas questões, mas o povo quer que o governo reveja os projetos, reveja os cálculos implantados, por que são cálculos muito fora da realidade das pessoas pagarem, muito fora do dia a dia do assentado. São vários os problemas. (Fragmento discursivo 34, Entrevistado 6, Liderança do MARAM, 27/02/2014).

A Medida Provisória nº 432, de 27 de Maio de 2008⁴¹, instituiu medidas de estímulo à liquidação ou regularização de dívidas do crédito fundiário. A seguir, apresentamos o artigo 25, que contempla os procedimentos para a renegociação.

Art. 25. Aplicam-se às operações de crédito fundiário contratadas até 7 de março de 2004 ao amparo do Fundo de Terras e da Reforma Agrária, instituído pela Lei Complementar nº 93, de 1998, as seguintes medidas:

I - para as operações em situação de adimplência em 1º de junho de 2008:

a) redução da taxa de juros, a partir de 1º de junho de 2008, observado o valor equivalente ao número de beneficiários do crédito em cada operação, para:

1. cinco por cento ao ano, nos contratos de valor original, por beneficiário, acima de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) até R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais);
2. quatro por cento ao ano, nos contratos de valor original, por beneficiário, acima de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) até R\$ 30.000,00 (trinta mil reais);
3. três por cento ao ano, nos contratos de valor original, por beneficiário, até R\$ 15.000,00 (quinze mil reais);

b) concessão de bônus de adimplência sobre o valor das parcelas pagas até a data do vencimento, a partir de 1º de junho de 2008, limitado a R\$ 1.000,00 (mil reais) por beneficiário em cada ano, em substituição ao bônus sobre a taxa de juros pactuada, nas seguintes condições: de Minas Gerais e Espírito Santo: quarenta por cento;

2. demais Municípios da Região Nordeste: trinta por cento; 3. Estados das Regiões Norte, Centro-Oeste e Sudeste, exceto São Paulo e áreas de Minas Gerais e Espírito Santo a que se refere o item 1 desta alínea: dezoito por cento; 4. Estados da Região Sul e São Paulo: quinze por cento.

II - para as operações em situação de inadimplência em 31 de dezembro de 2007:

permissão da amortização das parcelas vencidas até a data final da renegociação, com a concessão dos bônus de adimplemento estabelecidos na alínea "b" do inciso I deste artigo,

a) considerando-se o saldo devedor apurado nas condições definidas nas alíneas "b" e "c" deste inciso;

b) para renegociação, mediante aditivo contratual, aplicação de encargos de normalidade até a data do vencimento contratual de cada prestação vencida, inclusive com os bônus contratuais sobre as taxas de juros;

c) aplicação de encargos de normalidade, sem os bônus de adimplência nas taxas de juros, a partir da data do vencimento contratual de cada parcela até a data da respectiva renegociação;

d) amortização mínima de um por cento do saldo devedor vencido ajustado na forma das alíneas "b" e "c" deste inciso, até a data da renegociação;

e) distribuição, entre as parcelas vincendas a partir de 2009, do saldo de capital vencido ajustado, deduzida a quantia amortizada;

f) aplicação das condições estabelecidas no inciso I deste artigo às operações que se adimplirem no prazo previsto para renegociação;

III - para as operações inadimplidas entre 1º de janeiro e 31 de maio de 2008:

a) a parcela de 2008 deverá ser liquidada até a data final de renegociação, devendo o saldo devedor ser ajustado nas condições estabelecidas nas alíneas "b" e "c" do inciso II, com a concessão do respectivo bônus de adimplência de que trata a alínea "b" do inciso I;

b) após o pagamento a que se refere a alínea "a" deste inciso, devem ser aplicadas às operações as condições estabelecidas no inciso I deste artigo.

§ 1º Para os mutuários que efetuaram o pagamento da prestação de 2008 entre 1º de janeiro e 31 de maio deste ano, o valor do respectivo bônus de adimplência sobre a parcela, considerado em valor nominal da data de quitação, será amortizado do saldo devedor da operação.

§ 2º Os cronogramas de reembolso com periodicidade de vencimento das prestações inferior a um ano podem ser substituídos pelos de parcelas anuais,

⁴¹ Essa MP foi aprovada no Congresso Nacional e convertida na Lei n. 11.775 de 17 de setembro de 2008.

mediante a formalização de aditivo ao instrumento de crédito, para os mutuários adimplentes ou que vierem a assim tornar-se sob as condições estabelecidas neste artigo.

§ 3º Os ônus decorrentes da diferença entre os encargos originalmente pactuados e os estabelecidos neste artigo, bem como dos bônus de adimplemento, serão de responsabilidade do Fundo de Terras e da Reforma Agrária.

Em relação ao Artigo 25, da MP 432, foram apresentadas as condições para a liquidação dos débitos referentes aos mutuários que estavam em situação dos pagamentos em dia. As taxas de juros foram recalculadas e novos prazos foram estabelecidos, considerando a data a partir da renegociação. Outro ponto importante para a renegociação presente no artigo diz respeito ao pagamento de 1% do valor da dívida, que todos os mutuários deveriam efetuar para que, assim, pudessem dar seguimento ao processo de renegociação. É oportuno mencionar que o ônus dessa renegociação, inclusive, as diferenças nas taxas de juros, é responsabilidade do Fundo de Terras e da Reforma Agrária, ou seja, recursos públicos alocados no Orçamento Geral da União.

Em seguida, expomos o artigo 26, que se refere ao processo de individualização da dívida.

Art. 26. Fica autorizada a individualização dos contratos de financiamento celebrados pelos beneficiários do Fundo de Terras e da Reforma Agrária, instituído pela Lei Complementar nº 93, de 1998, desde a sua origem até 31 de dezembro de 2004.

§ 1º A individualização das operações será condicionada à adesão de todos os beneficiários de cada empreendimento, vedada a regularização parcial do imóvel financiado.

§ 2º Os custos decorrentes do processo de individualização poderão ser incluídos nos respectivos contratos de financiamento, até o limite de cinco por cento do valor total da operação individualizada, ainda que ultrapassem o teto de financiamento do programa.

§ 3º No processo de individualização, o imóvel rural já financiado permanecerá como garantia real do financiamento, excluindo- se a garantia fidejussória coletiva.

§ 4º A garantia real do imóvel rural será desmembrada em parcelas, ficando asseguradas a viabilidade técnica do empreendimento, as reservas legais e áreas de preservação permanente, bem como sua averbação junto ao respectivo Cartório de Registro de Imóveis, inclusive com o gravame hipotecário em nome do Fundo de Terras e da Reforma Agrária.

§ 5º Os elementos de despesas que compõem os custos decorrentes do processo de individualização, observado o disposto no § 2º deste artigo, bem como os procedimentos para a regularização dos empreendimentos e demais disciplinamentos necessários à plena aplicação do disposto neste artigo serão regulamentados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário.

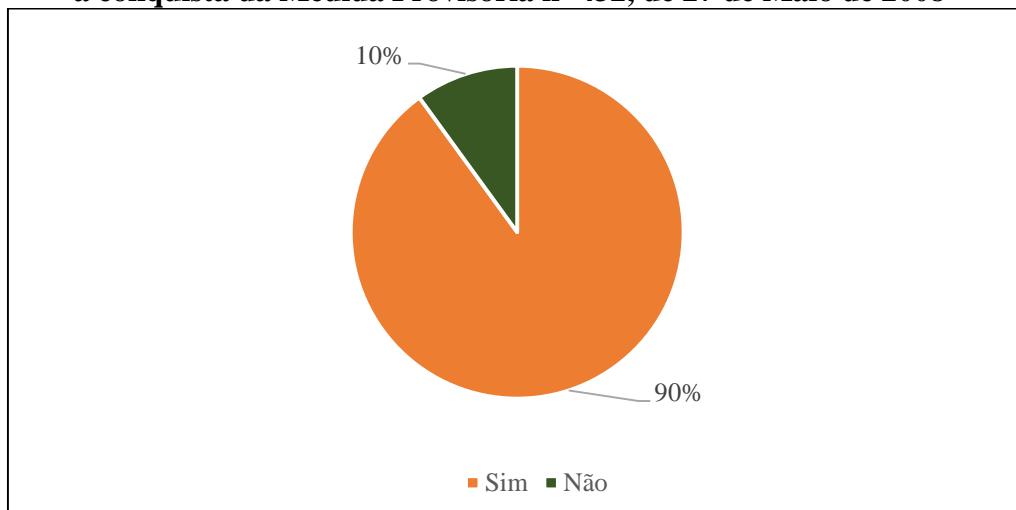
§ 6º O CMN estabelecerá o prazo para adesão ao processo de individualização de que trata este artigo.

O Artigo 26, da MP 432, foi resultado também, das articulações estabelecidas pelo MARAM. A impossibilidade do pagamento da dívida coletiva, que considerava a dinâmica presente no interior desses empreendimentos, foi um fator relevante para essa

conquista. O elevado número de mutuários que abandonaram o projeto, como também a substituição sucessiva dificultava a organização do quadro. Na prática, o processo de individualização foi contraditório, uma vez que só era aplicado quando todos os mutuários do empreendimento aderissem a esse novo processo, sendo eles proibidos de regularizar parcialmente a dívida do imóvel. Em outras palavras, a dívida ainda permanecia coletiva.

Essa MP também pode ser considerada uma vitória do MARAM, pois, graças às intensas negociações estabelecidas com o governo federal, foram possíveis a criação de instrumentos jurídicos que viabilizasse a individualização da dívida e a renegociação do financiamento da terra, embora, na prática, não tivesse significado a mudança da realidade que eles enfrentavam. No que concerne à informação sobre o conhecimento dos camponeses sobre a MP, temos que a maioria respondeu que sabia da existência desse instrumento.

Gráfico 5: Mutuários (as) entrevistados (as) que tem o conhecimento sobre a conquista da Medida Provisória nº 432, de 27 de Maio de 2008*



Fonte: Pesquisa de Campo, 2014.

Org.: FREITAS, R. L. de. (2014).

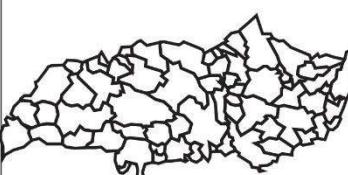
*Dos 47 camponeses entrevistados (excluir-se as lideranças do movimento), 41 responderam essa questão. Portanto, o gráfico refere-se à porcentagem de 41 entrevistados.

Como exibido no gráfico 5, a maioria dos entrevistados têm o conhecimento sobre criação da MP. Isso se justifica, pelo fato de que, assim que a MP foi publicada no Diário Oficial da União, todos os mutuários tiveram que organizar a documentação de cada associação para aderir à proposta de individualização e renegociação da dívida. Na sequência, apresentamos o quadro 1 sobre as escalas de atuação do MARAM.

Como apresentado, o MARAM transitou pelas diferentes escalas geográficas nesse território. É notório que a atuação do movimento desencadeou diversos resultados positivos para os camponeses mutuários, sendo a criação de uma identidade coletiva, a retirada do nome de todos os camponeses mutuário no país do cadastro de inadimplentes, e a publicação da MP- 432.

Diante dessas conquistas, o movimento começa a entrar em processo de inatividade, como, por exemplo, não realizaram mais encontros com os gestores do BT, na SRA e no ITER. Notamos que, para o movimento continuar a avançar, é preciso o estabelecimento de novas metas e objetivos a serem alcançados, pois, ao contrário, a força e a unidade conquistada começam a ser perdidas.

Quadro 1: Escala Geográfica de atuação do MARAM e suas conquistas.

Escala Geográfica  <p>Brasil</p>	<p>Escala de Incidência:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Publicação da Medida Provisória nº 432, de 27 de Maio de 2008, institui medidas de estímulo à liquidação ou regularização e a individualização de dívidas. Essa MP foi aprovada no Congresso Nacional e convertida na Lei n. 11.775 de 17 de setembro de 2008. - A conquista do MARAM foi criação de uma normativa dentro do Banco do Brasil para todo país que retirasse o nome do SPC e SERASA de todos mutuários do Banco da Terra. <p>Escala de Ação:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Reuniões com os Secretários de Reordenamento Agrário. - Espaços de diálogos criados pelo MARAM em que se apresentavam as fragilidades do Projeto Banco da Terra - Participação na mobilizações camponesas: Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo - Grito dos Excluídos
 <p>Minas Gerais</p>	<p>Escala de Ação:</p> <p>Os líderes do MARAM reuniram diversas vezes com os responsáveis do projeto e Belo Horizonte no Instituto de Terras de Minas Gerais - ITER/MG. Reuniões com os responsáveis da Unidade Técnica Estadual em Belo Horizonte.</p>
 <p>Triângulo Mineiro/ Alto Paranaíba</p>	<p>Escala de Origem:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Reuniões com camponeses da Região do Pontal do Triângulo - Apoio da CPT Regional Triângulo e AFES aos camponeses mutuários da região - Formação do MARAM - Reuniões com os camponeses mutuários em vários municípios da região do TM/AP - Reunião em que foi encaminhado 'A Carta de Uberlândia' - Reuniões com a EMATER - Reuniões com Prefeitos - Os mutuários, por articulação do MARAM entraram com uma ação no Banco do Brasil contra danos morais para serem resarcidos dos prejuízos que tiveram já que o nome de todos haviam sido inseridos no cadastro de inadimplentes pela falta de pagamento da primeira parcela do financiamento.

Após a edição da MP, ficou acordado que cada associação, a partir daquele momento, passaria a dedicar-se à organização da documentação e às atividades ligadas à geração de renda para poder pagar a dívida do financiamento. Nesse momento, cada associação estaria sozinha, para se ajustar ao processo de individualização e renegociação da dívida.

Considerações finais

Como desenvolvido ao longo deste estudo, as políticas e programas direcionadas para o meio rural brasileiro, no que tange à reforma agrária, pautaram-se, em grande medida, em ações insuficientes para uma transformação social. Os programas propostos pela Reforma Agrária de Mercado, tais como o Programa Cédula da Terra e o Banco da Terra, não tiveram nenhuma influência quanto à contribuição em promover a desconcentração da propriedade fundiária no país.

O Banco Mundial, por meio de suas políticas, em todo o mundo e especialmente, na América Latina, veio manipulando mecanismos para que pudesse ter o domínio efetivo sobre esses territórios, onde a pobreza e a desigualdade emergem como os principais problemas a serem atacados nos países latino-americanos. Salientamos que BM foi o principal condutor na utilização de estratégias e instrumentos do discurso, promovendo o conflito no âmbito do território imaterial, com vista a exercer o poder de domínio no território material.

Acreditamos que o conteúdo das publicações se revela expressivo, pois nos indica a intencionalidade de enfrentamento do capital, representado pelo BM e seus aliados, tais como as multinacionais da água, da produção de grão, e da indústria florestal, em oposição às regras e normas dos Estados Nacionais. O BM, ao exigir alteração nas diversas leis que asseguravam a proteção dos recursos naturais (solo, água e florestas), como uma obrigatoriedade para a aplicação das condicionalidades incorporadas aos empréstimos, torna esses territórios inseguros para os que ali habitam.

Avaliamos que o propósito de alteração nas leis se deu em linhas gerais:

- Bolívia (alteração da Lei 2029 e o acordo de concessão, que, por meio de uma permissão, transferiu o serviço de água potável municipal da cidade de Cochabamba a uma transnacional, Águas Tuinari, filial do grupo norte-americano Bechtel);
- Paraguai (modificação no Estatuto da Lei Agrária, fazendo com que se liberasse apenas a titulação da propriedade, tornando totalmente insegura sua posse, o BM atuou no sentido de garantir as multinacionais ligadas ao agronegócio da soja, sua completa apropriação por meio do enfraquecimento da lei que rege esse território);
- México (a emenda do artigo 27 da Constituição de 1917, cuja modificação implicou a possibilidade de dividir o *ejido*, propriedade comunal e inalienável, em pequenas propriedades privadas, assim como o fim da distribuição de terras);

- Chile (a mudança no decreto 701, que prorroga o sistema de bônus que estabelece a legislação florestal para pequenos e médios proprietários, antes destas alterações, os incentivos foram reservados, exclusivamente, para a indústria florestal, o que incentivou a expansão da plantação de espécies exóticas, especialmente, pinus e eucalipto, sobre área de florestas naturais);
- Argentina (uma mudança institucional significativa na política agrícola, foi a Lei de Desregulamentação 1991, pela qual foram eliminados organismos que existiram desde a década de 1930, os que tinham a intenção de regular a atividade agrícola. Desde então, o setor agrícola argentino tornou-se um dos menos regulados do mundo, sujeito aos desejos da economia mundial); e por fim,
- Peru (alterou a legislação agrária, a fim de promover, por meio do mercado de terras, a “melhoria e a eficiência da propriedade rural”, assim, esse cenário jurídico tem colaborado para a segurança e a garantia da expansão de novas propriedades. A debilidade da lei criada por pressão do BM, nesse país, e a expansão de grandes empresas é onde se concentram os principais conflitos na atualidade no espaço agrário).

É oportuno esclarecer que as legislações é o que torna segura a apropriação dos diversos territórios pelos grupos que ali habitam ou daqueles que pretendem ocupá-los. Sua alteração induz à realização de diversas ações, tendo uma aprovação legal institucionalizada. Constatamos que isso é a disputa no campo do território imaterial, promovida pelo BM que visa a apoderar-se do território material.

Discorremos sobre os efeitos das ações do BM no Brasil, uma vez que a RAM foi introduzida em um conjunto de medidas ajustadas aos parâmetros neoliberais que tinham como objetivo o enxugamento dos gastos da máquina pública e o redirecionamento da função do Estado para a liberalização econômica. Esses resultados foram observados no âmbito da macroeconomia. Por outro lado, houve atuações do BM na microeconomia com a política do mercado de terras e com o discurso da redução da pobreza. Interpretamos que essa seja a via da introdução do exercício do poder dessa instituição.

Retomemos à geografia dos dois principais programas das políticas RAM, o PCT e o BT, ambos executados no governo de FHC no território brasileiro. O PCT ficou concentrado em quatro estados da região nordeste, Ceará, Bahia, Pernambuco, Maranhão e Norte de Minas Gerais. Conforme nossas análises, o PCT foi direcionado para uma região historicamente considerada pobre, o que, de certo modo, não alterou a estrutura agrária das localidades em que foram implantados os empreendimentos desse programa. Somado a isso, a condição de pobreza não conseguiu ser alterada, ao contrário, a situação

de dificuldades apontadas pelas fragilidades do PCT colocou em condições desfavoráveis centenas de famílias campesinas, por não terem condições de produzir, devido aos poucos recursos destinados pelo programa.

No tocante ao BT, este surge, conforme preconizado pelo governo federal, como uma política complementar à reforma agrária, sendo uma medida que deveria caminhar ao lado do principal instrumento de reforma agrária, a desapropriação. É preciso ressaltar que o BT foi apresentado oficialmente como uma política pública, logo após os acontecimentos das principais chacinas contra os trabalhadores rurais sem-terra, o Massacre de Eldorado dos Carajás (1996) e o Massacre de Corumbiara (1995).

Esses acontecimentos ocorreram com o protagonismo e a influência do principal movimento socioterritorial rural no Brasil, o MST e também do MCP, respectivamente. A pesquisa nos revela que os dois massacres tenham ocorrido na região norte, ainda assim, não existia, nessas localidades, nenhum empreendimento financiado pelo BT.

Apontamos que a principal região em que foram drenados os recursos desse projeto foi o Sul, especialmente, para o estado do Rio Grande do Sul, lócus do surgimento do MST. É preciso fazer uma relação com a atuação do MST no Brasil e a mudança do eixo geográfico do direcionamento dos investimentos do BT no território.

A proposta de territorialização do projeto BT valeu-se, como critério, da ocorrência de conflitos envolvendo a posse da terra, haja vista a região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, em que foram implantados cerca de 59 empreendimentos do BT e, naquele contexto, várias ocupações de terras foram registradas no território do latifúndio. Confirmamos a ideia de que esse projeto serviu como uma estratégia de desmobilização da luta pela terra, dos campesinos organizados nos movimentos socioterritoriais rurais. A disputa territorial entre os diferentes modelos de acesso à terra, fosse a desapropriação ou financiamento, na realidade, teria sido estimulada pelo governo federal e elite agrária local/regional.

É preciso levar em conta que a desapropriação, como forma de acesso à terra, foi intensamente desconstruída pelos discursos oficiais, e por outro lado, o BT foi apresentado como a única alternativa viável de acesso à terra, utilizando a propaganda como forma de construção da opinião pública sobre esse modelo de “reforma agrária”.

O uso da propaganda foi um instrumento importante no convencimento dos campesinos a participar dessa nova alternativa de acesso à terra. É necessário ponderar que as articulações estabelecidas fizeram com que os campesinos aceitassem o projeto, partindo do uso da publicidade que os grupos sociais dominantes engendraram em torno

do BT, o que serviu para persuadir e induzir centenas de camponeses. Este mecanismo convergiu para dois objetivos, o primeiro refere-se ao propósito de desconstruir a RA, e o segundo recai sobre o convencimento de que a nova oportunidade de ter uma parcela de terra era real.

Enfatizamos que o uso da propaganda foi uma estratégia empregada pelo governo e elite agrária, e, de acordo com nossa análise, como uma ferramenta do uso do poder no âmbito político, por nós considerado território imaterial. Compreendemos que o território imaterial deve ser observado como parte estratégica que compõe o campo do poder político, uma vez que ele pode ser utilizado para possibilitar que determinada política pública se efetive no território, bem como impossibilitar que outras não se expandam, servindo-se do aparato estatal para direcionar o seu reordenamento territorial no real.

Evidentemente que existe no território um antagonismo de forças, que surge em oposição ao modelo de desenvolvimento de políticas de acesso à terra no meio rural, que o Estado busca colocar em prática, tais como o BT. Disso resultam as ações que os movimentos socioterritoriais e entidade de apoio à reforma agrária efetuam, indicando os limites e as fragilidades das propostas que o governo federal apresentou, no caso o BT. Eles também são produtores do território imaterial, pois o conflito que se estabelece é resultado da projeção do contradiscurso que os movimentos realizam, dessa forma, surgem os embates.

Presumimos que, após a territorialização dos vários empreendimentos do BT na mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, foi seguramente uma conquista daqueles grupos contrários à reforma agrária e que, com isso, tenham saído vitoriosos. No entanto, são as famílias camponesas que mais sentiram os impactos adversos desse projeto. Isso posto, indicamos que as diversas privações às quais foram submetidos esses mutuários, e a evasão é um dos principais desdobramentos dos problemas levantados pelo MARAM.

A saída de várias famílias é um grave problema que está relacionado a diversos elementos, tais como: o desafio do trabalho coletivo, a ausência ou demora na liberação dos recursos de crédito para investimentos, a insuficiência ou inexistência de serviço de assistência técnica prestados, os desacordos existentes no interior de cada empreendimento etc. Em síntese, esses fatores contribuem para o processo de abandono de vários mutuários do projeto. Acrescentamos que o BT representou um instrumento de contrarreforma agrária, que buscou deixar inalterada a estrutura fundiária e não realizar a reforma agrária.

Nossa pesquisa mostra que em torno dos empreendimentos visitados apenas 37% das famílias mutuárias pioneiras permanecem até os dias atuais. De outro modo, temos uma evasão de 63% dos camponeses atendidos por essa política pública. Julgamos a necessidade de discutir que esse projeto que se efetivou nessa região não atendeu às necessidades de mais da metade das famílias beneficiadas, ocorrendo o êxodo.

Verificamos que cada um dos empreendimentos em que realizamos os trabalhos de campo, estão em fases diferentes, especialmente, no que tange à organização da produção, e à relação que cada um estabelece com o poder público municipal, sejam eles a participação no PNAE, a entrega da produção às cooperativas, a venda dos produtos em feiras-livres etc.

Essa investigação nos permite dizer que o Movimento dos Atingidos pela Reforma Agrária de Mercado – MARAM pode ser considerado um movimento socioterritorial rural, uma vez que seu engajamento e estratégia de luta almejaram o avanço e o progresso dos territórios do BT em que eles permanecem por esses 14 anos de existência. Diferente de outros movimentos socioterritoriais rurais, que objetivam a conquista de novos territórios, tendo a ocupação de terras e a realização de manifestações em espaços públicos, como o caso do MST, o MARAM concentrou suas ações de enfrentamento no âmbito administrativo nas diferentes escaras governamentais, fosse no estado de Minas Gerais (ITER), fosse no governo federal (SRA). O MARAM atua no sentido de produzir o território imaterial, levando ao conhecimento dos gestores do projeto as limitações que eles apontaram no momento em que nenhuma associação do BT no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba consegui pagar a dívida do financiamento. É no âmbito do poder político que se estabelece o campo de forças, seja o Estado e o movimento.

Consideramos que o MARAM se configura como o principal responsável pelas conquistas alcançadas para os mutuários do BT, visto que, sob sua coordenação, conseguiu, primeiramente, criar entre os mutuários uma identidade coletiva sobre os principais problemas enfrentados. A formação da identidade coletiva se deu pelo avanço das discussões e, ao mesmo tempo, o amadurecimento da análise sobre a realidade em que eles estavam inseridos.

Reiteramos que é preciso o fortalecimento do MARAM em sua base de representação junto aos mutuários. Embora exista uma estrutura verticalizada formada, observamos que a ação efetiva junto aos mutuários quanto as conquistas obtidas são desconhecidas por parte considerável dos camponeses.

A Medida Provisória nº 432, de 27 de Maio de 2008, é uma conquista da luta do MARAM, sendo uma reivindicação importante dos mutuários. A individualização e a renegociação da dívida inseridas nessa MP, na prática, não alterou a configuração dos territórios do BT. Por outro lado, no período recente, esse processo foi negativo para o MARAM, pois a mobilização da base, criada nos cinco anos de atuação do movimento, começa a vivenciar um declínio. A territorialização permanente do movimento garante a manutenção do poder exercido e a conquista de novas demandas. Embora a MP tenha sido uma conquista importante, indagamos sobre algumas questões tais como: por que nenhuma associação do BT conseguiu cumprir o que fora estabelecido na MP? Será que a forma pela qual foram concebidas as condições de individualização e renegociação não foram, mais uma vez, arbitrárias? Faltou alguma ação mais específica do MARAM em relação ao poder de pressão que poderia ser exercido ou ter voltado sua atenção mais para a base? Essas são questões sobre as quais procuraremos, oportunamente, refletir, pois elas nos direcionam sobre quais os limites que o processo de desenvolvimento de luta do movimento encontrou.

Em suma, com essas questões, não temos a pretensão de oferecer respostas prontas e conclusivas, pelo contrário, temos a intenção de estimular o debate, no que tange à ação desse movimento, e o papel do Estado como responsável direto pelo desenvolvimento dessa política pública.

De toda a análise realizada anteriormente, identificamos alguns pontos como limitantes na resolução do problema da renegociação da dívida do financiamento. Destacamos que o primeiro deles se refere à maneira como se dá a organização, para que as associações possam aderir ao processo de renegociação e individualização. É notório que, após a implantação do projeto, o Estado – de modo geral – se afasta da responsabilidade de acompanhar o desenvolvimento de cada propriedade financiada para a construção dos empreendimentos. Essa mesma postura permanece inalterada por mais de uma década. O fato de cada associação ter a responsabilidade de enviar a documentação, seja para a SRA ou ITER, demonstra que reside nesse ponto uma limitação.

Conforme observamos, algumas associações conseguiram enviar, no entanto, nem todas vivem o mesmo processo organizativo, há situações em que faltam documentos, ou mesmo, vê-se o abandono por parte de alguns camponeses mutuários, bem como se verifica o falecimento de outros, isso no que diz respeito à individualização da dívida. Vale relembrar que a individualização só era possível a partir do momento em que todos

os mutuários aderissem ao processo. Portanto, é um intenso trabalho para os camponeses arcarem com a organização da documentação para a serem inseridos na MP 432.

Assinalamos que a organização de toda a documentação e seu arquivamento são de responsabilidade do Estado. Afirmamos, seguramente, que o descompromisso do Estado inicia-se nessa questão, uma vez que não havia nenhum registro sobre os dados das associações no momento em que começaram a vencer as primeiras parcelas da dívida do financiamento. Caso o Estado houvesse acompanhado a dinâmica e a situação de cada empreendimento, seria possível que os gestores tivessem uma compreensão real sobre a situação do projeto BT no Brasil.

É imprescindível que se crie uma estrutura, no máximo, regional, dentro dos estados, que possa conhecer e visitar cada empreendimento criado pelo programa BT, e que este tenha autonomia de auxiliar no processo de dificuldades enfrentadas pelos camponeses mutuários. É inviável a resolução dos problemas de modo virtual, seja o envio da documentação pelo correio, *email* ou via telefone.

Notamos ainda que, anteriormente à publicação da MP 432, era imprescindível a reestruturação do quadro de mutuários de cada empreendimento, levantando dados referentes à quantidade de camponeses que desistiram, abandonaram ou faleceram. Lembremos que o processo de substituição é ilegal, evidenciando outra falha, uma vez que entendemos ser um elemento normal o sujeito não querer participar mais do projeto, por vários motivos. Esta questão também deveria ter sido esclarecida, ou regulamentada, pois facilitaria o processo organizativo dentro das associações. Vale lembrar que o mesmo lote do empreendimento pode ser vendido por diversas vezes, no entanto, o nome que permanece no cadastro do SRA e no ITER é o do primeiro mutuário que participou do processo de formação da associação.

Assim, não encontramos respostas para as seguintes situações: como ficariam aquelas associações em que restaram cerca de 30% dos mutuários originais? Eles vão arcar com o valor total do financiamento? Quanto à documentação dos mutuários faltantes, quem assumiria? Sobre essas questões não encontramos respostas.

O Estado, ao propor o processo de renegociação, incorre no mesmo erro, do início do projeto. Foram recalculados os juros e estabelecidos novos prazos para o pagamento, o que, na prática, não resolveu o problema da dívida.

Reconhecemos a importância desse novo instrumento que deveria possibilitar o pagamento da dívida contribuindo, desse modo, para a resolução do conflito. É um erro imaginarmos que a publicação da MP 432 alteraria a dinâmica do território de cada

empreendimento. Julgamos que, acompanhando o processo de renegociação, deveria estar presente a obrigatoriedade da prestação do serviço de assistência técnica, cuja falta limita e fragiliza o desenvolvimento das atividades produtivas.

A institucionalização do processo de renegociação, deveria estar acompanhada do processo de fortalecimento desses territórios, sendo uma necessidade a mudança das práticas atuais. Para tanto, seria imprescindível a atualização do quadro de mutuários regularizando a situação de todos que ali estão, bem como resolver a situação daqueles que não estão presentes. Somado a isso, deveriam estar disponíveis novas linhas de crédito para investimentos produtivos.

Atualmente (2015), o movimento encontra-se inativo, sem a realização de ação alguma, sendo que o seu último encontro ocorreu há cerca de dois anos. Isso demonstra que, embora o movimento exista, ele encontra-se desarticulado no que se refere à luta junto aos mutuários camponeses.

Em síntese, é importante destacar a participação do MARAM quanto às conquistas dos mutuários do BT no Brasil. Ponderamos que foi uma vitória parcial, pois, embora a institucionalização dos instrumentos de individualização e renegociação tenham se efetivado na lei, no território material, a MP não conseguiu influenciar diretamente o dia a dia daqueles camponeses que ainda permanecem nos empreendimentos.

7. Referências

ALVES-MAZZOTTI, A.; GEWANDSZNAJDER, F. **O método nas ciências naturais e sociais:** pesquisa quantitativa e qualitativa. 2. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002. 203p.

AMVAP, há trinta anos aprimorando e fortalecendo os municípios. **Revista AMVAP.** Uberlândia, Edição Comemorativa, p. 2 – 19, dez. de 2011.

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO PLANALTO DE ARAXÁ. Prefeito de Araxá fala sobre parceria junto aos municípios associados. Disponível em <<http://www.diariodearaxa.com/Noticia/Politica/2013/3/Jeova-assume-novamente-a-presidencia-da-Ampla/11172.aspx>>. Acesso em: nov. de 2014.

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO VALE DO RIO GRANDE. História. Disponível em <<http://www.amvale.org.br/site/a-amvale>>. Acesso em: nov. de 2014.

BANCO DE DADOS DA LUTA PELA TERRA - DATALUTA: Relatório Anual Brasil e Minas Gerais. Coordenação: FERNANDES, B. M. Presidente Prudente/NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – FCT/ UNESP (vários anos).

BANCO MUNDIAL. Reformas econômicas e trabalhistas na América Latina e Caribe. 1995. 40p. Relatório. Disponível em: <http://www-wds.worldbank.org/external/default/WDSContentServer/IW3P/IB/2005/10/03/000011823_20051003155338/Rendered/PDF/14922010portuguese.pdf>. Acesso em: jun. de 2014.

_____. **O Estado num mundo em transformação.** Washington: Editora, 1997. 276 p. Relatório sobre o desenvolvimento mundial.

_____. **Combate à Pobreza Rural no Brasil:** uma estratégia integrada. Departamento do Brasil Região da América Latina e do Caribe, 2001. 83p. Relatório. Disponível em: <<http://siteresources.worldbank.org/BRAZILINPOREXTN/Resources/3817166-1185895645304/4044168-1186331278301/05PobrezaRuralVol1.pdf>>. Acesso em jun. de 2014.

_____. **Brasil:** avaliação da assistência do Banco Mundial ao país. Departamento de Avaliação de Operações, 2003. 117p. Relatório. Disponível em: <http://ieg.worldbank.org/Data/reports/brazil_cae_portuguese.pdf>. Acesso em jun. de 2014.

_____. **Desenvolvimento e Redução da Pobreza:** reflexão e perspectiva. Reuniões Anuais de 2004 do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, 2004. 48p. Relatório. Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/ANGOLAEXTN/Resources/jdw_bourguignon_portuguese.pdf>. Acesso em jun. de 2014

BARREIRA, C. Crônica de um massacre anunciado: Eldorado dos Carajás. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 13, p. 136-143, 1999. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v13n4/v13n4a14>>. Acesso em out. de 2014.

BOGDAN, R. C.; BIKLE, S. K. **Investigação qualitativa em Educação:** uma introdução à teoria e aos métodos. Tradução de Maria João Alvarez; Sara Bahia dos Santos; Telmo Mourinho Baptista. Porto. Portugal: Porto, 1994. 336 p. Título original: Qualitative Research For Education.

BRASIL. Institui medidas de estímulo à liquidação ou regularização de dívidas originárias de operações de crédito rural e de crédito fundiário, e dá outras providências. **Medida Provisória nº 432, de 27 de Maio de 2008:** Legislação Federal. Brasília, DF, Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/medpro/2008/mediaprovisoria-432-27-maio-2008-575660-publicacaooriginal-98917-pe.html>>. Acesso em: out de 2014.

BUAINAIN, A. M. **Avaliação Preliminar do Projeto Cédula da Terra.** 1999. UNICAMP, Campinas. (Relatório de pesquisa).

BUAINAIN, A. M.; et. al. **Elementos para a análise da experiência brasileira recente para reorganização fundiária, estímulo à cooperação e combate à pobreza rural.** 2001. Disponível em <<http://www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=1733&tp=a>> Acesso em: dez. de 2014.

CAMARGO, L. **Crédito Fundiário:** entre o passado e o futuro. 2003. 98f. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) - Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 2003.

CARDOSO, L. de F. **Assentamentos Rurais:** desafios de conquista e permanência na terra no P. A. Fazenda Nova Tangará Uberlândia (MG), 2009. 111f. Monografia (Bacharelado em Geografia) - Instituto de Geografia. Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2009.

CARVALHO, H. M. de. Governo Lula e a contra-reforma agrária no Brasil. **Revista ADUSP – Associação dos Docentes da USP.** São Paulo, n. 29, p. 13-19. mai. 2003.

CARVALHO FILHO, J. J. de. **A "Nova Reforma Agrária" de FHC.** 1999. Disponível em <<http://www.angelfire.com/vt/guaibaviva/reformafhc.htm>>. Acesso em: dez. de 2014.

CHAUI, M. S. **Nervura do Real:** imanência e liberdade em Espinosa. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. 1233p.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa Qualitativa em Ciências Humanas e Sociais.** 2. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2008. 144p.

CHOSSUDOVSKY, M. **A globalização da pobreza:** impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial. Tradução de Marylene Pinto Michael. São Paulo: Moderna, 1999. 320 p.

CIMADOMORE, A. D. As políticas de produção de pobreza: construindo enfoques teóricos integrados. In: CIMADOMORE, A. D.; CATTANI, A. D. (Org.). **A produção de pobreza e desigualdade na América Latina.** Tradução de Ernani Ssó. Porto Alegre: Tomo Editorial/Clacso, 2007. p. 15 – 38.

CLEPS JUNIOR. J. **Banco de Dados da Luta Pela Terra – DATALUTA.** Laboratório de Geografia Agrária – LAGEA. Uberlândia. Minas Gerais. Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia. 2012. 94p. (Relatório de Pesquisa Anual Minas Gerais, 8).

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS. **Desenvolvimento Rural:** Programas Rurais, Orientações e Avaliações / Confederação Nacional dos Municípios. Brasília : CNM, v. 1, 2008. 72p.

DEPUTADO Romão, uma história de lutas, conquistas e amizades. **Jornal do Pontal.** Ituiutaba. fev. de 2011. Disponível em <<http://www.jornaldopontal.com.br/index.php?ac=news&id=4411>>. Acesso em nov. de 2014.

DÍAZ, L. M. Instituições do Estado e produção e reprodução da desigualdade na América Latina. In: CIMADOMORE, A. D.; CATTANI, A. D. (Org.). **A produção de pobreza e desigualdade na América Latina.** Tradução de Ernani Ssó. Porto Alegre: Tomo Editorial/Clacso, 2007. p. 125 – 150.

DOMINGOS NETO, M. O Novo Mundo Rural. In: MARTINS. M. D. (Org.). **Banco Mundial e a terra:** ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia. São Paulo: Viramundo, 2004. p. 27-39.

EGUREN, F. De la reforma agraria al neolatifundio: el crecimiento capitalista del campo peruano. In: ALMEYRA, G. et. al. (Org.) **Capitalismo:** tierra y poder en America Latina (1982-2012). México: Casa Abierta al Tiempo, 2014. Cap. 4. p. 159 – 191. v. 2.

FABRINI, J. E. O projeto do MST de desenvolvimento territorial dos assentamentos e campesinato. **Terra Livre**, São Paulo, v. 1, n.1, p. 79-91, 2003.

FABRINI, J. E. **A resistência camponesa nos assentamentos de sem-terra.** Cascavel: EDUNIOESTE, 2003.

FERNANDES, B. M. **MST:** Espacialização e territorialização da luta pela terra: movimento dos trabalhadores rurais sem terra - formação e territorialização em São Paulo. 1994. 207f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

_____. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro:** formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra MST 1979-1999.

1999. 318f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) -Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

_____. MST: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: formação e territorialização em São Paulo. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1999. 285p.

_____. **MST:** formação e territorialização. São Paulo: Hucitec, 2000.

_____. **Questão agrária, pesquisa e MST.** São Paulo: Cortez, 2001.

FERNANDES, B. M.; SILVA, A A.; GIRARDI, E. P. DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra: uma experiência de pesquisa e extensão no estudo da territorialização da luta pela terra. **Terra Livre**, São Paulo, v. 2, p. 89-112, 2004.

_____. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista NERA**, Presidente Prudente. Ano 8, n. 6. p. 14 – 34. jan./jun. 2005.

_____. Movimentos socioterritoriais e espacialização da luta pela terra. 2006. Disponível em <<http://www2.prudente.unesp.br/dgeo/nera/htm>>. Acesso em jun. de 2014. 7p.

_____. **Sobre a tipologia de territórios.** 2009. 20p. Disponível em <http://acciontierra.org/IMG/pdf/BERNARDO_TIPOLOGIA_DE_TERRITORIOS.pdf> Acesso em mai. de 2014.

FERNANDES, B. M. et al. **Banco de Dados da Luta Pela Terra – DATALUTA.** Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA. Presidente Prudente. São Paulo. Departamento de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP. 2012. 51p. (Relatório de Pesquisa Anual Brasil, 14).

FREITAS, R. L. de. A Reforma Agrária de Mercado em Minas Gerais: avaliação do Projeto Banco da Terra em Iturama, Triângulo Mineiro. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 16. 2010 Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre, RS: ENG, Departamento de Geografia, 2010.

FREITAS, R. L. de.; SILVA, D. F.; CLEPS JUNIOR, J. As Tipologias de Reforma Agrária em Minas e as especificidades da Reforma Agrária de Mercado no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 20. 2010. Francisco Beltrão. **Anais...** Francisco Beltrão, PR: 2010.

FREITAS, R. L. de.; CLEPS JUNIOR, J. O Programa Nacional de Crédito Fundiário em Minas Gerais: os desafios na Reforma Agrária de Mercado no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. In: ENCONTRO NACIONAL DE GRUPO DE PESQUISA - AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO E TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS, 6., 2011, Presidente Prudente. **Anais...** Presidente Prudente, SP: UNESP, Departamento de Geografia da Faculdade de Ciencias e Tecnologia, 2011.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. **Sobre o PNAE.** Disponível em <<http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar>>. Acesso em: dez. de 2014.

GOHN, M. da G. **Teoria dos movimentos sociais:** paradigmas clássicos e contemporâneos. 10 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

GALEANO, E. **As veias abertas da América Latina.** Tradução de Galeano de Freitas. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

GOMES, R. M.; CLEPS JR., J. Transformações no mundo rural e a reforma agrária em Minas Gerais: os movimentos socioterritoriais e a organização camponesa no Triângulo Mineiro. In: FEITOSA, A. M. A.; ZUBA, J. A. G.; CLEPS JUNIOR, J. (Org.). **Debaixo da lona: tendências e desafios regionais da luta pela terra e da reforma agrária no Brasil.** Goiânia, GO: Ed da UCG (Universidade Católica de Goiás), 2006, v. 1, p. 131 – 169.

HAESBAERT, R. **O Mito da Desterritorialização:** do fim dos territórios à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. v. 1. 400p.

HETHERINGTON, K. La contrarreforma agraria en Paraguay. In: ALMEYRA, G. et. al. (Org.). **Capitalismo: tierra y poder en America Latina (1982-2012).** México: Casa Abierta al Tiempo, 2014. Cap. 4. p. 173 – 215. v. 1.

INSTITUTO DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Conceitos, definições e termos técnicos utilizados pelo Incra.** Brasília. [2 -]. 14p.

HOCSMAN, L. D. Tierra, capital y produccion agroalimentaria: despojo y resistencias en Argentina. In: ALMEYRA, G. et. al. (Org.). **Capitalismo: tierra y poder en America Latina (1982-2012).** México: Casa Abierta al Tiempo, 2014. Cap. 1. p. 17 – 51. v. 1.

KRUSE, T. La Guerra del agua em Cochabamba, Bolívia: terrenos complejos, convergências nuevas. **Boletim Sindicatos y nuevos movimientos sociales en América Latina.** Colección Grupos de Trabajo de CLACSO, Buenos Aires, Argentina. 2005. p. 121 – 161. Disponível em <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/livros/grupos/sindi/kruse.pdf>>. Acesso em out. de 2014.

MARAFON, G. J. O trabalho de campo como um instrumento de trabalho para o investigador em geografia agrária. In: RAMIRES, J. C. de L.; PESSÔA, V. L. S. (Org.). **Geografia e pesquisa qualitativa:** nas trilhas da investigação. Uberlândia: Assis, 2009. p. 381 – 390.

MEDEIROS, L. S. de. **Reforma agrária no Brasil:** História e atualidade da luta pela terra. São Paulo: Ed. da Fundação Perseu Abramo , 2003. v. 1. (Coleção Brasil Urgente)

_____. **Movimentos sociais, disputas políticas e reforma agrária de mercado no Brasil.** Rio de Janeiro: Ed. Universidade Rural e UNRISD, 2002.

MENDES, E. de P.; PESSÔA, V. L. S. Técnicas de Investigação e estudos agrários: entrevistas, registros de obeservações e aplicação de roteiros de entrevista. In: RAMIRES, J. C. de L.; PESSÔA, V. L. S. (Org.). **Geografia e pesquisa qualitativa:** nas trilhas da investigação. Uberlândia: Assis, 2009. p. 509 – 537.

MENDONÇA, M. L.; RESENDE, M. **A contra-reforma agrária no Brasil.** Disponível em <<http://www.acaoterra.org/display.php?article=353>>. Acesso em jan. 2013.

MINISTÉRIO DE POLÍTICA FUNDIÁRIA E DA AGRICULTURA FAMILIAR. **Banco da Terra.** Publicação para divulgação do Projeto. 1999. 48p.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Portaria Nº 110, de 6 de abril de 2000.** Disponível em <http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/institucionall/legislacao--portarias/portarias-de-2000/portaria_incra_p110_060400.pdf> Acesso em: dez. de 2014.

_____. **Auditoria operacional:** Programa Nacional de Crédito Fundiário – PNCF. Análise da estrutura operacional e dos mecanismos de financiamento do programa. Brasília. 2011. Disponível em <http://www.tcu.gov.br/Consultas/Juris/Docs/judoc/Acord/20121112/AC_3033_45_12_P.doc> Acesso em dez. de 2014.

_____. **Miguel Rossetto defende fortalecimento das políticas do MDA com qualidade.** 2014. Disponível em <<http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/miguel-rossetto-defende-fortalecimento-das-pol%C3%ADticas-do-mdm-com-qualidade>>. Acesso em dez. de 2014.

MESQUITA, H. A. O Conflito na Fazenda Santa Elina/O Massacre de Corumbiara: a farsa do processo judicial e do júri popular. **Revista Pegada Eletrônica.** Presidente Prudente, v. 4, n.2, p. 33-52, 2003.

MONTENEGRO GÓMEZ, Jorge Ramón. Crítica ao conceito de desenvolvimento . **Pegada Eletrônica**, Presidente Prudente, v. 3, n.1, 2003.s/p.

MITIDIERO JUNIOR. M. A. **O Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST) e as contradições da luta pela terra no Brasil.** 2002. 369 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Departamento de Geografia. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2002.

MARTINS, M. D. (Org.). **O Banco Mundial e a terra:** ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia. São Paulo: Viramundo, 2004.

MOVIMENTO TERRA TRABALHO E LIBERDADE - MTL. Dirigentes do MTL são condenados à prisão por lutar pela reforma agrária. **Fundação Lauro Campos.** 2009. Disponível em <www.laurocampos.org.br/2009/10/ dirigentes-do-mlt-sao-condenados-a-prisao-por-lutar-pela-reforma-agraria/> Acesso em jun. 2014.

MURILLO, S. Produção de pobreza e construção de subjetividade. In: CIMADOMORE, A. D.; CATTANI, A. D. (Org.). **A produção de pobreza e desigualdade na América Latina.** Tradução de Ernani Ssó. Porto Alegre: Tomo Editorial/Clacso, 2007. p. 39 – 78.

NETO, A., GOMES, A. **A dinâmica da modernização agrícola no Brasil e no Estado de Minas Gerais: 1985-1995.** 2004. MPC 01-05. Disponível em: <www.ichs.ufop.br/conifes/anais/MPC/mpc0105.htm>. Acesso em: jul. 2014.

OLIVEIRA, A. U. de. **Agricultura camponesa no Brasil.** São Paulo: Contexto, 1991.

_____. Geografia Agrária: perspectivas no início do Século XXI. In: OLIVEIRA, A. U.; Marques, M. I. M. (Org.). **O Campo no Século XXI.** São Paulo: Paz e Terra/Casa Amarela, 2004, v. , p. 29-70.

_____. **A “não Reforma Agrária” do MDA/INCRA no Governo Lula.** Trabalho apresentado na reunião paralela realizada pela Via Campesina durante a Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural - CIRADR-FAO, Porto Alegre, 2006.

_____. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária.** São Paulo: FFLCH, 2007.

_____. A Mundialização da Agricultura Brasileira. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, 12. 2012, Bogotá. **Actas...** Barcelona: Geocrítica, 2012. v. 1. p. 1-15.

PEDON, N. R. **Movimentos socioterritoriais:** uma contribuição conceitual à pesquisa geográfica. 2009. 240 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Departamento de Geografia da Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”. Presidente Prudente, 2009.

PEREIRA, J. M. M. **O modelo de reforma agrária de mercado do Banco Mundial em questão:** o debate internacional e o caso brasileiro, teoria, luta política e balanço de resultados. 2004. 280 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <http://www1.capes.gov.br/teses/pt/2004_mest_ufrijoao_marcio_mendes_pereira.PDF>. Acesso em: set de 2014.

PLATA, L. E. A.; REYDON, Bastiaan Philip. **Intervenção estatal no mercado de terras:** a experiência recente no Brasil. Brasilia: LID gráfica, 2000. v. 3. 170p.

PRODUTORES de Uberlândia criam cooperativa para garantir espaço no mercado. **Agência Minas Gerais.** Uberlândia. 28, jun. 2013. Disponível em <<http://www.agenciaminas.mg.gov.br/noticias/produtores-de-uberlandia-criam-cooperativa-para-garantir-espaco-no-mercado/>> Acesso em: nov. de 2014.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder.** Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RAMOS FILHO, E. da S. **Questão agrária atual:** Sergipe como referência para um estudo confrontrativo das políticas de reforma agrária e reforma agrária de mercado (2003 – 2006). 2008. 410f. Tese (Doutorado em Geografia) – Departamento de Geografia da Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”. Presidente Prudente, 2008.

_____. A Via Campesina Brasil e a avaliação da primeira década de impactos da reforma agrária do Banco Mundial. **Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales.** Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2008b, v. 12, n. 270 (76). s./p. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-270/sn-270-76.htm>> Acesso em abr. 2011.

_____. **Movimentos socioterritoriais, a reforma agrária de mercado do Banco Mundial e o combate a pobreza rural:** os casos do MST, CONTAG e MARAM. Uberlândia: Instituto de Geografia, 2010. Relatório de pesquisa de estágio pós-doutoral apresentado ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, 2010.

_____. **Movimentos socioterritoriais, a contrarreforma agrária do Banco Mundial e o combate à pobreza rural os casos do MST, CONTAG e MARAM:** subordinação e resistência camponesa. Buenos Aires; São Paulo: CLACSO/Outras Expressões, 2013. v. 1. 279p.

RELATÓRIO DIREITOS HUMANOS. Defesa de direitos no Brasil rural: intensificação de conflitos e ataques direcionados. Disponível em <www.dhnet.org.br/dados/relatorios/dh/br/global/global_frontine/03/defesadireitos.htm> Acesso jul. 2014.

REZENDE, M.; MENDONÇA, M. L. A contra-reforma agrária no Brasil. In: MARTINS, M. D. (Org.). **Banco Mundial e a terra:** ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia. São Paulo: Viramundo, 2004. p. 75 - 82.

REZENDE, M.; MENDONÇA, M. L. **As políticas do Banco Mundial para a Estrutura Fundiária brasileira.** São Paulo: Max Print, 2004. 79p.

RIBEIRO, R. M. **Questão Agrária e Territórios em Disputa:** embates políticos entre agronegócio e agricultura camponesa/familiar - década de 2000. 2009. 150f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2009.

ROMERO, A. V. Los conflictos ambientales en una sociedad mundializada: Algunos antecedentes y consideraciones para Chile. México. **Revista LIDER.** v. 13. año 10. 2005. p. 193-214. Disponível em <<http://ceder.ulagos.cl/lider/images/numeros/13/10.-%20Los%20Conflictos%20Ambientales%20en%20una%20Sociedad%20Mundializada.pdf>>. Acesso em: nov. de 2014.

SADER, E. **Quando novos personagens entram em cena:** experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANTOS, M. A. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record. 2000.

SANTOS, J. C.; PESSÔA, V. L. S. A pesquisa de campo nos canaviais do oeste paulista: o universo dos trabalhadores entre “a sua forma de ser” e a exploração do seu “ser”. In: RAMIRES, J. C. de L.; PESSÔA, V. L. S. (Org.). **Geografia e pesquisa qualitativa:** nas trilhas da investigação. Uberlândia: Assis, 2009. p. 123–138.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território.** São Paulo: Expressão Popular, 2007. v. 1.500. 200p.

SAUER, S.; VICTOR, A. D. **Estudo sobre a política do Banco Mundial para o setor agrário brasileiro com base no caso do Projeto Cédula da Terra.** Brasília, 2002. 140p. (Relatório de Pesquisa).

SAUER, S.; BARROS, F.; SCHWARTZMAN, S. O Banco Mundial e a “reforma agrária de mercado” a ilusão de um futuro. In: SAUER, S.; BARROS, F.; SCHWARTZMAN, S. (Org.). **Os impactos negativos da reforma agrária de mercado do Banco Mundial.** Brasília: Rede Brasil e Environment Defense, 2003. v. 1. p. 13 – 44.

_____. A terra por uma cédula: a reforma agrária de mercado do Banco Mundial no Brasil. In: SAUER, S.; BARROS, F.; SCHWARTZMAN, S. (Org.). **Os impactos negativos da reforma agrária de mercado do Banco Mundial.** Brasília: Rede Brasil e Environment Defense, 2003. v. 1, p. 45 – 102.

_____. **Terra e modernidade:** a reinvenção do campo brasileiro. São Paulo: Expressão Popular, 2010. v. 1. 190 p.

_____.; LEITE, S. P. A estrangeirização da propriedade fundiária no Brasil. **Carta Maior,** São Paulo, 20 dez. 2010. Disponível em <http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=17268>. Acesso em jan. de 2012.

SILVA, D. F. da. **Do sonho da terra ao pesadelo da dívida:** o Programa Banco da Terra em Uberlândia-MG (Assentamento Campo Brasil)". 2011. 90f. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2011.

SODRÉ, M.; FERRARI, M. H. **Técnica de reportagem :** notas sobre a narrativa jornalística. São Paulo: Summus Editorial, 1986.

SOLÓN, P. El febrero boliviano crisis política y revuelta popular. **Observatorio Social de América Latina – OSAL.** (Año IV no. 10 ene-abr 2003). Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales CLACSO 2003. Disponível em <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/osal/20110219123107/2solon.pdf>>. Acesso em out. de 2014.

STÉDILE, J. P. ; FERNANDES, B. M. **Brava Gente:** a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Expressão Popular, 2005. 176p.

TANAKA, L. S. A reforma agrária mexicana: do ejido à privatização. In: MARTINS, M. D. (Org.). **Banco Mundial e a terra:** ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia. São Paulo: Viramundo, 2004. p. 121 – 142.

UNIÃO DEMOCRÁTICA RURALISTA. UDR defende o direito de propriedade rural: breve histórico da UDR. Disponível em <<http://www.udr.org.br/historico.htm>>. Acesso em jul. de 2014.

VENÂNCIO, M.; PESSÔA, V. L. S. O diário de campo e a construção da pesquisa: registro das emoções dos sujeitos envolvidos e a reconstrução de suas histórias de vida e do lugar. In: RAMIRES, J. C. de L.; PESSÔA, V. L. S. (Org.). **Geografia e pesquisa qualitativa:** nas trilhas da investigação. Uberlândia: Assis, 2009. p. 317–336.

WOLFRNSOHN, J. D. **Prefácio. O Estado num mundo em transformação.** Washington. 1997. 276 p. Relatório sobre o desenvolvimento mundial. p. 3 - 4).

YÁÑEZ, N.; SÁNCHEZ, R. Pueblo mapuche y recursos forestales en Chile: devastación y conservación en un contexto de globalización económica. Chile. Observatorio Ciudadano. Iwgia. 65p. Disponível em <http://www.observatorio.cl/sites/default/files/biblioteca/pueblo_mapuche_y_recursos_forestales_en_chile_devastacion_y Conservacion_en_un_contexto_de_globalizacion_economica.pdf>. Acesso em: 15 de nov. de 2014.

Anexos

Anexo A – Circular AMVAP: Convite enviado aos prefeitos para instalação do Projeto Banco da Terra**Associação dos Municípios da Microrregião do Vale do Paranaíba**

Reconhecida de Utilidade Pública Municipal, pela Lei 4.148 de 06/05/85 e Estadual pela Lei 9.574 de 02/05/88

AV. ANTÔNIO THOMAZ FERREIRA REZENDE, 3180 - TELEFAX: (0xx34) 213-2433

CAIXA POSTAL 4034 - DISTRITO INDUSTRIAL - CEP 38402-270 - UBERLÂNDIA - MINAS GERAIS

E-mail: amvap@triang.com.br

Circ. 061/00.

Uberlândia-MG, 14 de agosto de 2.000.

Senhor Prefeito,

Iremos realizar a nossa 153ª Assembléia Geral Ordinária no dia 25 próximo, às 13:30 horas, na sede da AMVAP.

Estaremos discutindo com o Ministério do Desenvolvimento Agrário a instalação do Banco da Terra em nossa Associação.

Portanto, é importantíssima a sua presença, de seu Secretário da Agricultura, bem como dos Sindicatos de Trabalhadores e Patronais, Cooperativas e instituições ligadas a agricultura desse município, a quem solicitamos estender este convite.

Atenciosamente,

SÍLVIO MARQUES PEDROSA
Presidente

**EXMO. SR.
DR. ULTIMO BITENCOURT FREITAS
DD. PREFEITO MUNICIPAL
CANAPOLIS-MG.**

Abadia dos Dourados - Araguari - Araporã - Cachoeira Dourada - Campina Verde - Canápolis - Capinópolis - Cascalho Rico - Centralina - Douradoquara - Estrela do Sul - Grupiara - Gurinhataú - Indianópolis - Ipiraçu - Irai de Minas - Itaútaba - Monte Alegre de Minas - Monte Carmelo - Prata - Romaria - Santa Vitória - Tupacimauara - Uberlândia

Anexo B –Circular AMVAP: Indicação dos segmentos ligados ao campo, para compor e Unidade Técnica



Associação dos Municípios da Microrregião do Vale do Paranaíba

Reconhecida de Utilidade Pública Municipal, pela Lei 4.148 de 06/05/85 e Estadual pela Lei 9.574 de 02/05/88.
AV. ANTÔNIO THOMAZ FERREIRA REZENDE, 3180 - TELEFAX: (32) 213-2433
CAIXA POSTAL 4034 - DISTRITO INDUSTRIAL - CEP 38402-270 - UBERLÂNDIA - MINAS GERAIS
E-mail: amvap@thiang.com.br

Circ. 072.00

Uberlândia, 19 de setembro de 2.000.

Prezado Senhor,

No dia 18 do corrente mês, tivemos uma reunião com representantes da Força Sindical e equipe técnica de diversos municípios, cujo objetivo foi esclarecer o roteiro para o financiamento de glebas pelo Banco da Terra.

No momento devemos constituir a Unidade Técnica, ou seja, credenciar os técnicos representantes das Prefeituras, Sindicatos, Associações, Cooperativas de Trabalhadores, EMATER, IMA, enfim, de todos os órgãos ligados à questão da terra.

Assim gostaríamos que V.Sa indicasse o técnico dessa instituição que irá participar deste grupo, devendo o mesmo ter disponibilidade para acompanhar todo o processo.

Após constituída a Unidade Técnica, estaremos realizando 3 cursos para estes, com apoio e patrocínio da Força Sindical.

Portanto é imprescindível que V.Sa nos informe o seu representante o mais urgente possível conforme os dados abaixo:

ENTIDADE:

ENDEREÇO:

CIDADE:

TELEFONE/FAX:

CEP:

NOME DO TÉCNICO:

END. RESIDENCIAL:

TELEFONE RESIDENCIAL/ CELULAR:

Atenciosamente,

CARLOS ROBERTO VALIM DOS REIS
Secretário Executivo

ILMO SR.

Poços de Caldas - Araxá - Anapurus - Cachoeira Dourada - Campina Verde - Caratinga - Capelinha - Cascavel Rio - Centrinha - Ourofino - Poços de Caldas - São João del Rei - São Sebastião do Paraíso - São Vito - Uberaba - Uberlândia - Itabira - Itajubá - Ituiutaba - Ipatinga - Juiz de Fora - Matelândia - Montes Claros - Monte Carmelo - Patrocínio - Rio das Velhas - Rio Piracicaba - Rio Verde - Santa Rita do Sapucaí - Timóteo - Vassouras - Vila Bela da Santíssima Trindade

Anexo C – Circular AMVAP: As metas apresentadas para o desenvolvimento do Projeto Banco da Terra na região



Associação dos Municípios da Microrregião do Vale do Paranaíba

Reconhecida de Utilidade Pública Municipal, pela Lei 4.148 de 06/05/95 e Estatuto pelo Decreto Lei 9.574 de 02/05/95
AV. ANTONIO THOMAZ FERREIRA REZENDE, 5180 - TELEFAX: (033) 3213-2433
CAIXA POSTAL, 4034 - DISTRITO INDUSTRIAL - CEP 38.402-270 - UBERLÂNDIA - MÍRAS GERAIS
E-mail: amvap@igc.ufg.com.br - Home Page: www.amvapmg.org.br

Circ. 008/01.

Uberlândia-MG, 03 de janeiro de 2.001.

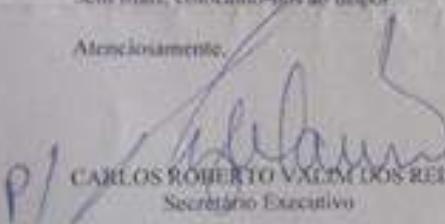
Prezado Senhor,

Para sua orientação na análise das cartas-consultas, o Programa de Recredenciamento Fundiário do Vale do Paranaíba, aprovado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, para o período de 2.000/2.002 estabeleceu como metas:

- atendimento a 1.300 famílias de produtores sem terra, sendo 200 famílias no ano 2.000, 550 famílias no ano 2.001 e 350 famílias em 2.002;
- um total de 5.200 pessoas beneficiadas (quatro pessoas por família);
- área adquirida de 13.000 hectares (média de 10 hectares por família), compreendendo cerca de 260 estabelecimentos agropecuários com área de 100 a 500 hectares (média de 200 ha/estabelecimento);
- aplicação de R\$26.000.000,00 do Banco da Terra, sendo R\$19.300.000,00 na aquisição das propriedades e R\$6.500.000,00 nas obras de infra estrutura básica;
- obtenção, na estabilização dos projetos produtivos agropecuários, de uma produção cujo valor é estimado em, no mínimo, R\$15.600.000,00 anuais que possibilitará a cada família obter renda líquida monetária de 2 (dois) salários mínimos mensais, após descontar outros 2 salários mínimos para o pagamento do crédito fundiário e do crédito para a produção, estimado em R\$15.000,00 (quente mil reais) por família para investimentos. Esses valores foram obtidos considerando as 1.300 famílias, cada qual com renda bruta de R\$12.000,00 por ano ou R\$1.200,00 por hectare.

Sem mais, colocamo-nos ao dispor

Atenciosamente,


CARLOS ROBERTO VAZIM DOS REIS
Secretário Executivo

À
ASSOCIAÇÃO PEQUENOS PROD. RURAIS
CANAPOLIS-MG.

Ribeirão das Neves - Araguari - Araxá - Caeté - Cachoeira Dourada - Carmo Verde - Conselheiro Lafaiete - Coronel Pires - Divinópolis - Delfim Moreira - Engenheiro Guedes - Itabira - Itajubá - Itaúna - Juiz de Fora - Matinhos - Monte Alegre de Minas - Monte Carmelo - Ouro Preto - Poços de Caldas - Rio Paranaíba - São João del Rei - São Sebastião do Paraíso - Timóteo - Vassouras - Vila Velha - Zona da Mata

Anexo D – Ofício AMVAP: Aprovação da proposta de financiamento



Associação dos Municípios da Microrregião do Vale do Paranaíba

Restituição de Utilidade Pública Municipal, para Lei nº 140 de 06/07/1912 e Estatuto para Lei nº 3734 de 30/06/1916
AV. ANTÔNIO THOMAZ FERREIRA REZENDE, 3180 - TELEFONE 10-4000-3213-2433
CAIXA POSTAL 4534 - DISTRITO INDUSTRIAL - CEP 38.400-070 - UBERLÂNDIA - MINAS GERAIS
E-mail: restituicao@uberlandia.com.br - Fone: (31) 3222-1000

04326-01

Urbemania, 02 de julho de 2021

Summer Photoconcepts

E com grande prazer que comunicamos a V.Sa. que a sua proposta de financiamento junto ao Banco da Terra foi aprovada e encaminhada ao Banco do Brasil, agência de Monte Alegre de Minas, para intensificação do pagamento.

Assim, necessário se faz contatar a periferia local para enquadramento no processo.

Sem mais, colocava-se no leito e dormia.

④ How can it be used?

CARLOS ROBERTO VALIM DOS REIS
Secretário Executivo
Gerente da Agência Banco da Terra

CARLOS ROBERTO VALIM DOS REIS
Secretário Executivo
Gerente da Agência Banco da Terra

ILMO. SR.
PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PRÓDUTORES
CANÁPOLIS - MG

Anexo E – Roteiro de entrevista: Liderança do Movimento dos Atingidos pela Reforma Agrária de Mercado**Nome:****Idade:****Profissão:****Sexo:****Cidade:****Escolaridade:****Nome do Empreendimento:**

Como surgiu o Banco da Terra no município?

Qual a origem das terras que foram compradas pelo Projeto Banco da Terra?

Como surgiu o MARAM?

Quais as principais conquistas do movimento?

Existe alguma reivindicação dos mutuários liderada pelo MARAM?

Em sua opinião o que precisa ser feito para resolver o problema?

Anexo F – Roteiro de entrevista: Mutuário do Projeto Banco da Terra**Nome:****Idade:****Profissão:****Nome do Empreendimento:****Sexo:****Cidade:****Escolaridade:**

Qual sua origem? Do campo ou da cidade?

É o primeiro proprietário do lote? Caso não você já é o segundo ou terceiro dono?

Você é da região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba?

Você retira o sustento de sua família apenas da propriedade ou possui outra renda complementar?

Possui casa na cidade ou em outro local?

Como ficou sabendo do Projeto Banco da Terra?

Por qual motivo você ingressou no projeto?

Você se arrependeu?

Você teve uma participação ativa na elaboração e execução do projeto?

O que você acha que é o principal problema do projeto?

Existe algum ponto positivo no projeto?

Houve melhoria das condições de vida de sua família?

Consegue produzir alguma coisa no seu lote? O que?

Tem conhecimento do MARAM?

Fique a vontade para sobre algum ponto que acredita ser interessante e que não foi contemplado nas perguntas anteriores.

Anexo G – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) para participar, como voluntário (a), de uma pesquisa. Meu nome é **Ricardo Luis de Freitas**. Sou a pesquisador responsável e minha área de atuação é Geografia. Sou aluno do Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGEO do Instituto de Geografia – IG da Universidade Federal de Uberlândia – UFU.

Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável. Em caso de recusa, você não será penalizado (a) de forma alguma.

Em caso de dúvida sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com a pesquisadora responsável, Ricardo Luis de Freitas, e poderá ligar também a cobrar (34) 91255763 e (34) 32244871. Em caso de dúvidas sobre os seus direitos como participante nesta pesquisa, você poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Uberlândia, coordenado pela Profa. Dra. Sandra Terezinha de Farias Furtado pelos telefones (34) 3239-4131 (secretaria) e (34) 3239-4335 (coordenação) bem como pelo e-mail: cep@propp.ufu.br

INFORMAÇÕES IMPORTANTES SOBRE A PESQUISA

- **Título:** Movimento dos Atingidos pela Reforma Agrária de Mercado – MARAM: conquistas e desafios dos mutuários do Projeto Banco da Terra no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba.

-**Justificativa:** A presente pesquisa visa contribuir para o debate sobre o Movimento dos Atingidos pela Reforma Agrária de Mercado – MARAM, sob a ótica da ciência geográfica e da geografia agrária. Com isso, pretende-se estudar sobre as principais contribuições e as conquistas que este movimento socioterritorial camponês, o único no estado de Minas Gerais e no Brasil que tem como principal bandeira a defesa dos direitos dos mutuários do Banco da Terra.

Os resultados da pesquisa poderão contribuir para a compreensão do processo de resolução dos conflitos enfrentados pelos mutuários do Banco da Terra liderada pelo Movimento dos Atingidos pela Reforma Agrária de Mercado – MARAM. O objetivo é compreender o processo de surgimento e atuação do Movimento dos Atingidos pela Reforma Agrária de Mercado – MARAM junto aos mutuários do projeto Banco da Terra na mesorregião Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba.

Esclarecimentos:

Dentro deste enfoque eu, Ricardo Luis de Freitas, enquanto pesquisadora responsável, irei fazer visitas às famílias, aos principais líderes do MARAM. Após o consentimento dos sujeitos, serão coletadas informações do cotidiano da vida dos camponeses e realizadas entrevistas que serão classificadas e usadas na dissertação de mestrado. Serão abordadas pessoas com idade entre 18 e 100 anos. Reafirmando, não serão abordadas crianças ou adultos com idade superior a estabelecida neste documento.

Algumas considerações importantes para o sujeito participante da pesquisa:

- Os sujeitos pesquisados assim como todos os membros das famílias pesquisadas não correrão nenhum risco em relação ao projeto;
- De forma alguma os sujeitos participantes terão prejuízos de qualquer espécie diante das respostas apresentadas ao pesquisador;
- O sujeito participante não receberá nenhum tipo de pagamento, gratificação ou outro tipo de ajuda financeira pela participação na pesquisa;
- Em qualquer momento, o sujeito participante desta pesquisa, poderá se recusar a participar ou retirar seu consentimento, sem penalização e prejuízo pelo ato;
- Os benefícios que os sujeitos participantes terão estão relacionados ao registro de sua história e memória.
- O pesquisador Ricardo Luis de Freitas se compromete em utilizar as palavras registradas ou gravadas durante a entrevista de forma fidedigna, como foram pronunciadas ou escritas, não modificando o contexto em que foram escritas ou pronunciadas pelos entrevistados;
- Caso o entrevistado não queira se identificar, em qualquer fase da pesquisa, o pesquisador se compromete em respeitar a decisão, mantendo em sigilo a sua identidade.

O entrevistado tem a garantia de que os dados da pesquisa só serão utilizados para este fim.

Ricardo Luis de Freitas
Nome e Assinatura do pesquisador

Anexo H – CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO DA PESQUISA

Eu, _____,
RG: _____ CPF: _____,

abaixo assinado, concordo em participar do estudo Movimento dos Atingidos pela Reforma Agrária de Mercado – MARAM: conquistas e desafios dos mutuários do Projeto Banco da Terra no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, como sujeito. Fui devidamente informado(a) e esclarecido(a) pelo pesquisador(a) Ricardo Luis de Freitas sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade (ou interrupção de meu acompanhamento/ assistência/tratamento, se for o caso).

Uberlândia, _____ de _____ de 2014

Assinatura dos pesquisadores

Eu aceito participar do projeto citado acima, voluntariamente, após ter sido devidamente esclarecido.

Participante da pesquisa

Impressão digital

Polegar Direito

